



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA SOCIAL  
MESTRADO

MARCELO HENRIQUE BEZERRA RAMOS

**A GUERRA DAS CASTANHEIRAS DA CIONE (FORTALEZA-CE, 1968): CONTRA-  
HEGEMONIA, CONSCIÊNCIA DE CLASSE E MEMÓRIAS DE LUTA.**

NITERÓI

RIO DE JANEIRO – BRASIL

2018

MARCELO HENRIQUE BEZERRA RAMOS

**A GUERRA DAS CASTANHEIRAS DA CIONE (FORTALEZA-CE, 1968): CONTRA-  
HEGEMONIA, CONSCIÊNCIA DE CLASSE E MEMÓRIAS DE LUTA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Sonia Regina de Mendonça

**NITERÓI – RIO DE JANEIRO**

**2018**

MARCELO HENRIQUE BEZERRA RAMOS

**A GUERRA DAS CASTANHEIRAS DA CIONE (FORTALEZA-CE, 1968): CONTRA-  
HEGEMONIA, CONSCIÊNCIA DE CLASSE E MEMÓRIAS DE LUTA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 14 de Março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Sonia Regina de Mendonça – UFF  
Orientadora

---

Professora Dr Marcelo Badaró Mattos – UFF

---

Professor Dr<sup>a</sup>. Fabiane Popinigis – UFRRJ

---

Professor Dr<sup>a</sup>. Virgínia Fontes – UFF / FIOCRUZ  
Suplente

Niterói  
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R175g Ramos, Marcelo Henrique Bezerra  
A guerra das castanheiras da CIONE (Fortaleza-CE, 1968) :  
Contra-hegemonia, consciência de classe e memórias de luta /  
Marcelo Henrique Bezerra Ramos ; Sonia Regina de Mendonça,  
orientadora. Niterói, 2018.  
279 p. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.03031801377>

1. Trabalho. 2. Greve. 3. Mulheres. 4. Consciência de  
Classe. 5. Produção intelectual. I. Mendonça, Sonia Regina  
de , orientadora. II. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de História. III. Título.

CDD -

À Maria de Fátima, Valdenice, Cristina, Luzimar, Hélia  
e tantas outras castanheiras que ousaram lutar e  
ousaram vencer!

À minha querida mãe Dona Marlene que, com sua  
trajetória de vida, me inspirou a estudar a luta das  
mulheres trabalhadoras que construíram o meu Ceará.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha orientadora Professora Dr<sup>a</sup>. Sonia Regina de Mendonça, pelo empenho na orientação, pela paciência e seriedade com que me acompanhou desde o início, se tornou uma grande referência para mim. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF através de seus trabalhadores, professores e servidores, que constroem no dia a dia um fazer científico e historiográfico inspirador. Agradeço a CAPES pelo financiamento de metade do tempo da pesquisa. Meus agradecimentos à banca de qualificação e à banca de defesa de dissertação, pelo cuidado nos apontamentos e contribuições cruciais para este trabalho. Aos colegas e professores do Núcleo de Pesquisas em Estado e Poder no Brasil – NUPEPB, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e o Marxismo – NIEP MARX e Grupo de Estudos Mundo do Trabalho. Aos Professores Marcelo Badaró Mattos e Paulo Henrique Araújo, que com paciência e determinação dedicaram tempo extra-sala para aconselhar e tirar dúvidas no meu processo de estudo. As colegas e camaradas Rebecca Freitas, Camila Pizzolotto, Danielle Jardim, Livia Berdu, Luiza Tanon, Leôndidas Freire, Ana Kallás e Bárbara Araújo, por compartilharem risadas, conhecimentos, ideias, solidariedades, e fizeram da aridez acadêmica um lugar respirável e gostoso de trabalhar. Agradeço ainda aos *PhD* William James Melo, Joe Varga e Paul Mishler por tornarem possível o estágio de pesquisa na Universidade de Indiana em 2017. Gostaria de agradecer ainda aqueles que fora da universidade tornaram fundamental essa empreitada. À minha família especialmente minha mãe, Maria Marlene, que com seu exemplo de batalhadora é meu motor para praticamente tudo na vida, ao meu irmão, Pedro Ramos, historiador em formação, que por diversas vezes me ajudou no trabalho com arquivos, livros e entrevistas, aos meus tios Tânia e Cleano que me receberam em sua casa para os momentos finais de escrita. Aos meus queridos amigos, Camila Liberato, Germano Correa, Daniel Nunes, Staphanie di Chiara, Talíria Petrone que por diversas vezes me abriram sua casa com amor e carinho para possibilitar o desenvolvimento deste trabalho. Aos meus amigos Germano “Magão”, Bruno Costa e Pádua Júnior e os demais “amigxs do neymar”, por ajudarem a aliviar as dores dessa vida e lembrar que a gente sempre pode mais. Aos meus camaradas do PSOL e do Subverta, que no meio de caminhos difíceis da realidade social me fazem seguir uma vida militante e esperançosa por um futuro melhor para nosso povo. A Dona Laís, Neusa e Iolanda que tanto me amaram e cuidaram de mim para eu estar hoje aqui. À minha querida avó Dona Zequinha, que se foi no início dessa jornada, mas que sempre me inspirará a vôos mais altos, é por mulheres como vocês que eu sigo essa batalha.

## RESUMO

Em finais de 1968 centenas de castanheiras (operárias da indústria da extração de óleo da castanha de caju) da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE (Fortaleza-CE) organizaram uma greve para reivindicar melhores salários e condições de trabalho desenvolvendo-se numa crítica à lógica da exploração sofrida pelas trabalhadoras e ao papel do patrão e do Estado na opressão de classe. Este é um período de ditadura empresarial militar no Brasil, marcado pelo aumento da coerção na sociedade, cerceamento das liberdades políticas, perseguição aos movimentos sociais e arrocho sobre os salários e a vida dos e das trabalhadoras, a fim de garantir melhores condições para a produção e reprodução do Capital no Brasil. Portanto, buscamos entender o processo de organização política e construção de consciência de classe entre estas trabalhadoras, identificando aparelhos privados de hegemonia para organização dessa ação política, que enfrentaram o projeto hegemônico e a coerção aplicada pelo Estado, contribuindo no movimento contra-hegemônico que marcou 1968 como o ano de maior resistência dos subalternos ao regime militar, tais como as greves dos metalúrgicos de Osasco-SP e Contagem-MG, e a greve dos trabalhadores rurais da zona da mata pernambucana. Nós, por escolha temática e metodológica a partir do que achamos mais importante a destacar no momento a partir do nosso trabalho com as fontes, nos esforçamos para dar um maior aprofundamento a um aspecto em si da greve, os processos de transformação da consciência de classe no processo de construção do movimento e da greve, relacionando as questões de raça e gênero com o processo de formação de classe. Qual era a consciência que as operárias tinham da sua situação de trabalho? Como as operárias se conscientizaram da necessidade de se organizarem e empreenderem luta contra o patrão? Como o conflito de classes na CIONE, evidenciado sobretudo através da greve, contribuiu para a construção de uma consciência de classe entre os e as sujeitas envolvidas? Como age a greve sobre a consciência de classe? Quem eram os aparelhos de classe que agiram na greve? Qual papel desses aparelhos na construção de uma consciência política de classe? Esses aparelhos privados conseguiram efetivamente disputar a hegemonia em 1968?

**Palavras-chave:** trabalho, greve, mulheres, consciência de classe

## ABSTRACT

At the end of 1968, hundreds of *castanheiras* (workers in the cashew nut extraction industry) of Companhia Industrial de Óleos do Nordeste - CIONE (Fortaleza-CE) organized a strike to demand better wages and working conditions by developing a critical the logic of the exploitation suffered by the workers and the role of the boss and the state in class oppression. This is a period of military business dictatorship in Brazil, marked by an increase in coercion in society, a curtailment of political freedoms, persecution of social movements and a tightening of wages and the lives of women workers, in order to guarantee better conditions for production and reproduction of Capital in Brazil. Therefore, we sought to understand the process of political organization and class-consciousness building among these workers, identifying private hegemony devices to organize this political action, which faced the hegemonic project and the coercion applied by the State, contributing to the counter-hegemonic movement that marked 1968 as the year of greatest resistance of the subordinates to the military regime, such as the metallurgist strikes of Osasco-SP and Contagem-MG, and the strike of the rural workers of the zone of the forest of Pernambuco. We, by thematic and methodological choice from what we find most important to highlight at the moment from our work with the sources, strive to give a deeper insight into one aspect of the strike itself, the processes of transformation of class consciousness in the process of building the movement and the strike, relating the issues of race and gender to the process of class formation. What was the workers' awareness of their work situation? How did the workers become aware of the need to organize and fight against the boss? How did the class conflict in CIONE, evidenced mainly by the strike, contribute to the construction of a class consciousness among the subjects involved? How does the strike on class consciousness act? Who were the class devices that went on strike? What role do these devices play in building a class political consciousness? Did these private apparatuses effectively manage to vie for hegemony in 1968?

**Keywords:** labour, strike, women, class consciousness

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1: Fração da renda total recebida por subgrupos dentro do 1% mais rico – Brasil, 1926–2013.....                                 | 36  |
| Figura 2: Distribuição da renda no Brasil em 1960.....   | 37  |
| Figura 3: Distribuição da renda no Brasil em 1970.....   | 37  |
| Figura 4: Greves na cidade do Rio de Janeiro - 1955-1964 (total de greves).....  | 39  |
| Figura 5: População Estimada do Ceará e de Fortaleza de 1960 a 1970 (por 1 mi hab.).....   | 56  |
| Figura 6: Número de empregados e os salários pagos a estes no Ceará em 1968.....   | 57  |
| Figura 7: Número de sindicatos de empregados no Brasil entre 1936 e 2001.....  | 62  |
| Figura 8: Produção de castanha de caju no Brasil e Ceará entre 1961 e 1970 (ton.).....   | 105 |
| Figura 9: Vista aérea da fábrica da CIONE, às margens da avenida Mister Hull, no bairro Antônio Bezerra, Fortaleza - Ceará (1970)..... | 108 |
| Figura 10: Organograma da AP desenhado pelo SNI.....   | 148 |
| Figura 11: Maquete retrata como era feito do corte manual da castanha de caju.....   | 153 |
| Figura 12: Catação eletrônica e seleção em esteira.....  | 155 |
| Figura 13: Seleção manual em bancadas para separação por especificações.....   | 156 |
| Figura 14: Enlatamento da amêndoa da castanha de caju - ACC.....   | 157 |
| Figura 15: Folha de pagamento da CIONE em 22 de junho de 1966.....   | 164 |
| Figura 16: Processos individuais de trabalhadores contra a CIONE entre 1964 e 1973.....  | 166 |
| Figura 17: Redondezas do Antônio Bezerra em 1960 (atual panamericano).....   | 175 |
| Figura 18: Bairro do Pirambu na década de 1960, onde muitas das castanheiras moravam. .  | 176 |
| Figura 19: Mocambo (Ocupação de Terra) em Fortaleza, em 1958, semelhante ao Buraco da Gia.....   | 177 |
| Figura 20: Trabalhadores associados a sindicatos no Ceará (por sexo) entre 1966 e 1970....   | 188 |

## LISTA DE TABELAS

### Lista de Tabelas

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 - Fontes pesquisadas para a dissertação.....                             | 23  |
| Tabela 2 - Número de sindicatos de empregados no Brasil entre 1936 e 2001.....    | 63  |
| Tabela 3 - Sindicatos de Trabalhadores no Ceará entre 1962 a 1970.....            | 64  |
| Tabela 4 - Indústrias de Beneficiamento da Castanha de Caju em 1968 no Ceará..... | 104 |
| Tabela 5 - Justiça do Trabalho no Ceará entre 1962 e 1970.....                    | 167 |

## LISTAGEM DE ABREVIACÕES

|          |   |
|----------|---|
| 10ª      | Décima Região Militar [Exército Brasileiro]                                     |
| 23º BC   | Vigésimo Terceiro Batalhão de Caçadores [Exército Brasileiro]                   |
| 5º BPM   | Quinto Batalhão da Polícia Militar [Ceará]                                      |
| AEB      | Anuário Estatístico Brasileiro  |
| AI-5     | Ato Institucional nº 5  |
| ALA      | Ala Vermelha do PC do B   |
| ALN      | Ação Libertadora Nacional   |
| AP       | Ação Popular  |
| CESC     | Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará                                    |
| CEU      | Centro Estudantil Universitário   |
| CFDT     | Confederação da Força Democrática do Trabalho [França]                          |
| CGT      | Central Geral dos Trabalhadores   |
| CIA      | <i>Central Intelligence Agency</i> [Agência Central de Inteligência]            |
| CIONE    | Companhia Industrial de Óleos do Nordeste                                       |
| CLEC     | Centro Liceal de Educação e Cultura   |
| CLT      | Consolidação das Leis do Trabalho   |
| COBRASMA | Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários                                  |
| DCE      | Diretório Central de Estudantes   |
| DNOCS    | Departamento Nacional de Obras Contra as Secas                                  |
| DOI-CODI | Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna |
| DOPS     | Departamento de Ordem Política e Social   |
| EEUU     | Estados Unidos da América   |
| EMAER    | Estado-Maior da Aeronáutica   |
| ESG      | Escola Superior de Guerra   |

|         |  |
|---------|--|
| EUA     | Estados Unidos da América  |
| FAISA   | Fortaleza Agroindústria S.A  |
| FALTAC  | Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará |
| FGTS    | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço                                     |
| FMI     | Fundo Monetário Internacional  |
| IADESIL | Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre           |
| IBADE   | Instituto Brasileiro de Ação Democrática                                   |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas                           |
| IPES    | Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais                                |
| ICT     | Instituto Cultural de Trabalho   |
| INSS    | Instituto Nacional do Seguro Social  |
| IPM     | Inquérito Policial Militar   |
| JEC     | Juventude Estudantil Católica  |
| JOC     | Juventude Operária Católica  |
| JUC     | Juventude Universitária Católica   |
| LCC     | Líquido da Casca de Castanha de Caju                                       |
| OBAN    | Operação Bandeirantes  |
| PAEG    | Plano de Ação Econômica do Governo   |
| PCB     | Partido Comunista Brasileiro   |
| PC do B | Partido Comunista do Brasil  |
| PCBR    | Partido Comunista Brasileiro Revolucionário                                |
| PNAD    | Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio                              |
| POC     | Partido Operário Comunista   |
| POLOP   | Organização Revolucionária Marxista – Política Operária                    |
| PORT    | Partido Operário Revolucionário Trotskista                                 |
| RFFSA   | Rede Ferroviária Federal S.A   |
| SNI     | Serviço Nacional de Informações  |

|        |   |
|--------|---|
| SUDENE | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste |
| UDN    | União Democrática Nacional                      |
| UEE    | União Estadual de Estudantes                    |
| UFC    | Universidade Federal do Ceará                   |
| UNE    | União Nacional dos Estudantes                   |
| VPR    | Vanguarda Popular Revolucionária                |

## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 17  |
| Considerações sobre as fontes históricas.....                                     | 22  |
| Fontes orais.....   | 24  |
| Fontes em Arquivos.....   | 29  |
| Sobre o método.....   | 30  |
| CAPÍTULO 1 – LUTAS DE RESISTÊNCIA E TEMPOS DE CONSCIÊNCIAS.....                   | 32  |
| 1.1 BRASIL! NUNCA MAIS!.....  | 32  |
| 1.2 NO CEARÁ VIVER (E LUTAR) É MELHOR DO QUE SONHAR!.....                         | 55  |
| 1.3 A PRIMAVERA DE UM ANO INTEIRO – O ANO DE 1968.....                            | 71  |
| 1.4 O MOVIMENTO OPERÁRIO NÃO ASSISTIU 1968 DO SOFÁ.....                           | 75  |
| 1.5 ESTADO E POLÍTICA EM MARX E GRAMSCI.....                                      | 85  |
| CAPÍTULO 2 – AS EXPERIÊNCIAS NA FÁBRICA E MEMÓRIAS DE UM CONFLITO DE CLASSES..... | 103 |
| 2.1 ENTRANDO NA “GUERRA DAS CASTANHEIRAS DA CIONE”.....                           | 103 |
| 2.2 O SINDICATO DO ÓLEO E O MOVIMENTO SINDICAL CEARENSE.....                      | 126 |
| 2.3 A AÇÃO POPULAR E A ESQUERDA CEARENSE.....                                     | 132 |
| 2.4 O PROCESSO DE PRODUÇÃO NA FÁBRICA.....  | 149 |
| 2.4.1 O Processo produtivo.....   | 149 |
| 2.4.1.1 Recepção, pesagem e seleção da matéria prima.....                         | 149 |
| 2.4.1.2 Estocagem.....  | 150 |
| 2.4.1.3 Aquecimento.....  | 150 |
| 2.4.1.4 Resfriamento.....   | 150 |
| 2.4.1.5 Corte semi-mecanizado (cortadeira e tiradeira).....                       | 151 |
| 2.4.1.6) Secagem.....   | 154 |
| 2.4.1.7) Umidificação.....  | 154 |
| 2.4.1.8) Despeliculagem.....  | 154 |
| 2.4.1.9) Seleção.....   | 154 |
| 2.4.1.10) Embalagem.....  | 156 |
| 2.4.1.11) Extração do óleo (LCC).....   | 157 |
| 2.4.2) Uma produção de mulheres.....  | 157 |
| 2.4.3) Jornada de Trabalho.....   | 158 |
| 2.4.4) Acidentes.....   | 159 |
| 2.4.5) Alimentação.....   | 161 |
| 2.4.6) Disciplina, fiscalização e controle.....                                   | 161 |
| 2.4.9) Metas e Produtividade.....   | 162 |
| 2.4.10) Pagamento e Salários.....   | 163 |
| 2.4.11) Direitos.....   | 165 |
| 2.4.13) Operário-padrão / crescer na empresa.....                                 | 168 |
| 2.4.14) Automatização, corte de custos e demissões.....                           | 169 |
| 2.4.15) Uma manufatura capitalista.....   | 170 |
| 2.5 O ADOECIMENTO.....  | 170 |
| 2.6 QUEM ERAM AS CASTANHEIRAS.....  | 174 |

|  |     |
|--|-----|
| 2.6.1) Idade.....  | 174 |
| 2.6.2) Porquê e como foram trabalhar na CIONE.....   | 174 |
| 2.6.3) Bairros e local de moradia.....   | 175 |
| 2.6.4) Origens e relações familiares.....  | 178 |
| 2.6.5) Etnia, raça e religiosidade.....  | 179 |
| 2.6.6) Relações Comunitárias.....  | 179 |
| 2.6.7) Desejos, sonhos, perspectivas de futuro.....  | 180 |
| 2.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE CLASSE, RAÇA E GÊNERO.....   | 180 |
| 2.7.1 Gênero e Classe.....   | 183 |
| 2.7.1 Raça e Classe.....   | 189 |
| CAPÍTULO 3 – A GUERRA DA CIONE: PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CLASSE E<br>CONTRA-HEGEMONIA NA DITADURA BRASILEIRA.....     | 193 |
| 3.1 O processo de organização de base na fábrica.....  | 193 |
| 3.1.2 O processo de gestação da greve.....   | 193 |
| 3.1.2 As reuniões de mobilização das castanheiras.....   | 195 |
| 3.1.3 A guerra: paralisação e os piquetes.....   | 197 |
| 3.1.4 O papel do sindicato.....  | 203 |
| 3.1.5 A negociação.....  | 206 |
| 3.1.6 A tentativa de expandir a greve.....   | 209 |
| 3.1.7 Fim da greve.....  | 210 |
| 3.1.8 Vitórias?.....   | 212 |
| 3.1.9 Demissões.....   | 212 |
| 3.1.10 Repressão após a greve.....   | 213 |
| 3.1.11 O pós-greve e o legado da greve de 1968 na fábrica da CIONE.....  | 216 |
| 3.2 “Foi a solidariedade de classe que me fez conhecer a CIONE”.....   | 218 |
| 3.2.1 Impacto na sociedade.....  | 218 |
| 3.2.2 Formas de solidariedade.....   | 220 |
| 3.2.3 As esquerdas.....  | 220 |
| 3.2.4 Trabalhadores e sindicatos.....  | 224 |
| 3.2.5 A solidariedade estudantil.....  | 227 |
| 3.2.6 A disputa pelo apoio estudantil: o episódio da plenária no R.U. do CEU-UFC.....                                | 228 |
| 3.3 Classe, consciência e organização política.....  | 229 |
| 3.3.1 Organização e consciência de classe em Gramsci.....  | 233 |
| 3.4 Hegemonia e contra-hegemonia de classes em 1968 no Brasil.....   | 240 |
| 3.5 Memórias da clandestinidade.....   | 244 |
| 3.5.1 Maria Elódia.....  | 245 |
| 3.5.2 Jaime Libério.....   | 247 |
| 3.5.3 Luzimar e João Batista.....  | 249 |
| 3.5.4 Fonseca e Iracema.....   | 254 |
| 3.5.5 Mário Albuquerque, momentos de reflexão e autocrítica na prisão.....   | 255 |
| 3.5.6 Oswald Barroso.....  | 255 |
| 3.5.7 Inocência Uchôa.....   | 257 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GUERRA DA CIONE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A<br>HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR..... | 258 |

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 261 |
| LISTAGEM DE FONTES.....         | 271 |
| FONTES ORAIS.....               | 271 |
| FONTES DOCUMENTAIS.....         | 277 |
| FONTES HEMEROGRÁFICAS.....      | 278 |
| FONTES VISUAIS.....             | 278 |

## INTRODUÇÃO

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. (March Bloch)

Esta pesquisa é fruto de um esforço de trazer para o debate historiográfico um processo de conflito entre classes no período da ditadura civil militar brasileira e que, assim como tantos outros, foi silenciado pela repressão e ainda necessita de maior atenção acadêmica, contribuindo assim para o entendimento do fazer-se da classe trabalhadora de Fortaleza.

Contar essa história para nós é o exercício prazeroso de um fazer historiográfico ao qual buscamos dedicar nossa vida profissional e com o qual identificamos profunda importância acadêmica e social. Debater questões fundamentais da memória do movimento operário e discuti-la sobre algumas reflexões atuais devido as heranças e permanências da história de um povo marcada pela luta e resistência em nome de uma vida melhor.

A história da greve da CIONE de 1968 é narrativa da luta de classes em Fortaleza em plena ditadura militar, em plena “ebulição vulcânica” que foi a década de 60. A história da CIONE é a história de um fazer-se de classe, uma história da escola da greve onde os trabalhadores são professores e alunos de si mesmos. É a história de uma cidade que tem na sua formação a marca das lutas entre classes distintas que construíram uma metrópole que reina em contradições.

Este foi um período de amadurecimento e crescimento da massa de trabalhadores e trabalhadoras operárias na cidade de Fortaleza, sendo acompanhado por um crescimento da população e da massa produtiva da cidade como um todo, elevando ainda mais o papel histórico que uma greve operária tem para a cidade de Fortaleza.

Este episódio tem uma grande contribuição para o entendimento do processo histórico de formação da classe trabalhadora em Fortaleza. Atingindo o movimento sindical, setores do movimento estudantil e alguns partidos de esquerda da cidade.

Uma das principais discussões que contribuirá com a construção do nosso entendimento é a compreensão da consciência (ou das consciências) de classe. Visto que queremos entender como as operárias, mesmo tendo origens diferentes, a partir de determinado momento, sofrendo uma opressão comum tanto do Estado, como de seus patrões, conformam um entendimento comum que desemboca em ações de defesa de um bem coletivo entre elas. Para isso relacionaremos o processo de formação de classe com os conceitos de

gênero e raça, pois entendemos que estes contribuem de forma fundamental para entender concretamente o processo histórico da classe trabalhadora.

Buscaremos ainda ao fim compreender esta greve dentro das disputas da sociedade brasileira, fazendo o uso dos conceitos de Hegemonia, Bloco Histórico e Estado Ampliado do italiano Antonio Gramsci, debatendo com a historiografia que tanto menospreza qualquer possibilidade de construção de consenso entre as classes sociais no período da ditadura, como aquela que admite o golpe como uma construção nacional pactuada entre as classes. Buscando assim realizar a crítica a essas duas interpretações e localizar as lutas do ano 1968 e a greve da CIONE como parte da luta contra-hegemônica dos movimentos das classes subalternas no Brasil.

De entrevistas de sindicalistas como Jaime Libério e operárias como Maria de Fátima percebemos que a situação em dezembro de 1968 explodiu em uma revolta operária na dita indústria onde foram organizados piquetes, paralisações, passeatas e outras formas de enfrentamento a empresa em defesa do aumento do percentual pago pela produção de óleo de castanha, melhores condições de trabalho (eram vários os casos de acidentes de trabalho) e fim do assédio e punições as operárias que se mobilizavam.

Num rápido levantamento de uma maior gama das fontes bibliográficas e hemerográficas percebe-se que o período era de intensa movimentação social, especialmente marcado por resistências de sindicatos, movimentos estudantis, partidos e agrupamentos organizados contra a ditadura militar. A greve da CIONE se relaciona com esse contexto.

Há várias questões fundamentais sobre o processo da CIONE que precisa ser entendido com maior nitidez. Com nossa pesquisa conseguimos compreender que a luta das castanheiras foi um episódio muito importante para entender os movimentos de resistência aos ataques da ditadura em Fortaleza, num ano em que os movimentos de oposição conseguiram construir episódios importantes de força popular. Devido à enorme censura e grande destruição da memória operária patrocinada pela ditadura há muito pouco produzido sobre os movimentos de 1968.

Nosso objetivo portanto é destacar a greve da CIONE, que ficou à margem dos documentos escritos e da literatura historiográfica até então, mas não desapareceram da memória de inúmeros militantes que, ou atuaram diretamente no processo da greve, ou foram contemporâneos daquele levante que para todos estes representam um grande símbolo da luta operária no momento começava a demonstrar toda sua força.

Nós, por escolha temática e metodológica a partir do que achamos mais importante a destacar no momento a partir do nosso trabalho com as fontes, nos esforçaremos para dar um maior aprofundamento a um aspecto em si da greve, os processos de transformação da consciência de classe no processo de construção do movimento e da greve. Qual era a consciência que as operárias tinham da sua situação de trabalho? Como as operárias se conscientizaram da necessidade de se organizarem e empreenderem luta contra o patrão? Como o conflito de classes na CIONE, evidenciado sobretudo através da greve, contribuiu para a construção de uma consciência de classe entre os e as sujeitas envolvidas? Como age a greve sobre a consciência de classe? Quem eram os aparelhos de classe que agiram na greve? Qual papel desses aparelhos na construção de uma consciência política de classe? Esses aparelhos privados conseguiram efetivamente disputar a hegemonia em 1968?

Para entender o contexto da greve é importante compreendermos as diversas discussões colocadas no pensamento social e na historiografia sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar brasileira que perdurou 21 anos; o movimento operário dos anos 1960; 1968 no Brasil e no mundo – a primavera de um ano todo; e o Ceará no contexto de resistência à ditadura.

Em Fortaleza existem alguns trabalhos que tratam deste período principalmente focalizando o movimento estudantil e organizações de esquerda em geral, os trabalhos de Edmilson Maia Júnior sobre os estudantes universitários (MAIA JÚNIOR, 2008) e o de Airton de Farias sobre a luta armada no Ceará (FARIAS, 2007) são exemplo disso. Porém não encontramos trabalhos que abordem especificamente as atividades do movimento operário, sindical e de trabalhadores em Fortaleza que ocorreram neste período do final da década de 1960. Pelo que constatamos na análise bibliográfica de Waldemar Rossi e William Jorge Gerab, Marcelo Badaró Matos, Edgard Carone e Celso Frederico, entre outros, o movimento operário brasileiro viveu entre meados dos anos 60 e meados dos anos 70 um forte momento de refluxo, principalmente por conta da forte repressão que sofreu desde os primeiros momentos da ditadura, esse seria um importante elemento para a pouca ou quase inexistência de produção historiográfica sobre o movimento de trabalhadores na segunda metade da década de 1960 no Ceará. 1968, especialmente, foi a exceção alimentada sobretudo pela iniciativa de resistência do operariado brasileiro ao arrocho salarial e ao momento nacional e internacional de intensificação das lutas populares, como sinalizamos.

Entretanto, pelo que podemos constatar tanto através da oralidade dos sujeitos entrevistados, contraposto as notícias de jornais da época, o conflito operário na CIONE fez

sobressair-se um dentre os poucos eventos de mobilização operária no Estado do Ceará e no Brasil no período. Jaime Libério aponta que em 1968 a greve da COBRASMA, em Osasco-SP, a greve dos canavieiros do Cabo, em Pernambuco, e a greve da CIONE, foram símbolo da resistência operária pelo Brasil:

Foi a única greve do período. Os sindicatos ficavam espantando mosca. Aquilo impressionou, as mulheres iam pra rua com faixas. Iam pro mercado, pra universidade e contavam suas péssimas condições de trabalho. Eu me lembro que foi uma repercussão no Brasil! Teve essa greve, houve uma greve de trabalhadores rurais no Cabo [Greve dos canavieiros do Cabo - PE] e a greve dos metalúrgicos de Osasco [Greve da COBRASMA] A da CIONE foi mais singular ainda pois eram mulheres! (Jaime Libério em entrevista concedida no dia 22/02/2013)

Não poucas vezes tanto Jaime Libério<sup>1</sup>, quanto Mária Elódia afirmam que a greve foi espontânea, movida por questões econômicas, com uma clara pauta de reivindicações corporativa: a) aumento dos salários, b) melhoria das condições de trabalho, c) nenhuma punição e prisão as grevistas. Entretanto está colocada também na oralidade a participação de organizações políticas, como a Ação Popular – AP, na construção da greve e do movimento como um todo. Neste sentido o processo tomou proporções muito maiores do que esperavam as operárias, que eram as sujeitas principais do processo. Essa portanto é uma síntese da greve da CIONE com outras greves do período, por conta da ausência de grandes movimentações operárias nos anos anteriores, do novo ciclo de lutas e o simbolismo que se criou em torno desses episódios. Como assinala Celso Frederico quando analisa a greve da COBRASMA, em Osasco-SP: “a greve foi um movimento de contestação e resistência à ditadura que ia além do plano meramente econômico-corporativo. E é justamente aí que se situa o nó da questão: o contexto histórico da greve, que por si mesma, não costumar ter.” (FREDERICO, 2010)

É preciso ressaltar também que estamos tratando de uma greve construída numa fábrica onde, segundo nossas entrevistadas, mais de 90% do pessoal que trabalhava na fábrica eram mulheres. Levando em consideração que em 1968 a produção industrial da CIONE contava com cerca de 2 mil trabalhadores, temos um ao entorno de 1800 mulheres e 200 homens, sendo os homens responsáveis pela logística, transporte, enlatamento, estoque, maquinaria e administrativo, e as mulheres empregadas no corte e seleção da castanha, os setores onde havia maior necessidade de mão de obra. Isso por si só já justifica esse trabalho se enquadrar, portanto, numa história das mulheres, ou numa história das mulheres trabalhadoras, requerendo assim reflexões específicas que possam entender as desigualdades de gênero no mundo do trabalho.

<sup>1</sup> Há um pequeno perfil de cada entrevistado ao final da dissertação no ponto “FONTES ORAIS”, ao final da dissertação

Avançando mais ainda na identificação do perfil destas mulheres, podemos pesquisar através da pesquisa que estas trabalhadoras eram em sua maioria mulheres negras, caboclas, cafuzas, mestiças, moradoras da periferia de Fortaleza, muitas delas retirantes da caatinga cearense, e que portanto, é fundamental compreendermos que incidem sobre o processo de dominação do capital sobre estas operárias, assim como seu próprio processo de organização enquanto classe, as questões de raça/etnia, tão decisivas na formação da classe trabalhadora cearense e brasileira. Exigindo de nós também reflexão sobre os cruzamentos que a questão racial faz com as questões de gênero no fazer-se da classe trabalhadora.

Não é nossa intenção suplantando análises de episódios já abordados pela historiografia, buscando encaixar neste processo, mas sim confrontá-los, entendendo semelhanças e diferenças. Traçar uma análise comparativa entre o episódio da CIONE e outros episódios de mobilização operária em 1968, sobretudo os casos de Osasco e Contagem, se torna fundamental nesta pesquisa na medida em que temos ainda pouca bibliografia que trabalhe o operariado cearense e fortalezense no contexto da década de 60, além do mais, nos ajuda a entender o processo mais geral que se inseria essas mobilizações de resistência às políticas de arrocho e retirada de direitos, além da repressão e perseguição, política aplicada pela ditadura para no Brasil inteiro.

Portanto vamos narrar e analisar este processo dentro do viés da história social, buscando através de múltiplos tipos de fontes, entender as relações sociais, políticas e culturais que permearam a formação deste episódio extremamente rico de contradições que marcaram o desenvolvimento de Fortaleza e a formação da classe trabalhadora. Sabendo que a associação entre sujeitos mútuos e o enfrentamento entre aqueles que tinham interesses conflitantes, e que por muitas vezes levantaram trincheiras de luta, faz parte fundamental da nossa história.

Entendemos que este processo possibilitou nos sujeitos envolvidos transformações de consciência para a luta por seus direitos de forma coletiva, na perspectiva apresentada por István Mészáros de que a consciência se desenvolve a partir da situação concreta e real vivenciada em determinados períodos, sendo influenciada por essas condições históricas específicas, expressando coletivamente sínteses entre as histórias construídas pelos envolvidos até o dado momento (MÉSZAROS, 2009).

Esta pesquisa situa-se no âmbito da história social do trabalho, entendendo as diversas contribuições desta área para a construção de uma história das relações no mundo do trabalho, tendo como ponto de partida a realidade da luta de classes, sobretudo no conflito

capital *versus* trabalho, dentro do contexto do capitalismo contemporâneo. Partimos das contribuições de Marx e Gramsci, bem como de diversos autores influenciados por estes, levantando elementos conceituais das relações de dominação e organização do capital sobre o trabalho nesta pesquisa, formulando uma análise historiográfica das relações de trabalho e de organização política deste determinado setor do proletariado cearense.

Percebemos que os sujeitos tomam suas decisões não apenas condicionados pelas suas relações econômicas e sociais, mas também por opções políticas construídas individual ou coletivamente. Assim, a opção das operárias da CIONE pela greve, e a ação das organizações no entendimento e direcionamento do movimento paredista construíram-se como uma opção política que buscava superar as condições estabelecidas no momento. Portanto, buscamos assim retomar uma discussão da história social renovada pelas novas discussões historiográficas, trazendo assim uma maior riqueza na análise das fontes e construindo uma história das opções políticas de uma classe em construção.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FONTES HISTÓRICAS

Neste tópico gostaríamos de tecer algumas breves considerações sobre as fontes que usamos nesta pesquisa, fazendo um levantamento geral das fontes utilizadas, realizando alguns apontamentos teóricos com a ajuda de bibliografia especializada, traduzindo-se comentários metodológicos sobre o uso das fontes na pesquisa.

As fontes históricas fornecem elementos para a construção da compreensão histórica. Buscamos documentos do que restou do passado para, a partir do presente, interpretá-lo<sup>2</sup>. Neste caminho em busca do passado a história, como disciplina autônoma das ciências humanas, desenvolveu um grande debate científico em torno de suas fontes. Em nossa pesquisa fomos levados a trabalhar com uma ampla gama de documentação de diversos tipos, dentre os quais estão documentos escritos frutos de serviços de repressão do Estado, hoje salvaguardados em arquivos públicos, processos de anistia e reparação material por perseguição política, documentos trabalhistas, processos da justiça trabalhista, onde muitas vezes a situação em que encontramos esses documentos escritos não eram as melhores. Pesquisamos também panfletos e material de comunicação política, fotografias de trabalhadores e dos locais de trabalho, jornais de movimentos sociais e jornais da grande imprensa. Mas sem sombra de dúvidas as fontes que nos propiciaram mais conteúdo e

2 Sobre a noção de “documento” cf: LE GOFF. Documento/Monumento. In: LE GOFF, 2005.

também as quais tivemos que nos dedicar maior cuidado técnico e metodológico foram as fontes orais<sup>3</sup>. Adiante discutiremos um pouco cada uma delas.

A elaboração dessa construção histórica teve como base os usos metodológicos da História Oral, além do diálogo historiográfico com obras que também estudam o movimento operário nesse período. A memória enquanto uma ferramenta teórica tem utilidade nesta pesquisa por possibilitar a compreensão dos elementos trazidos pelas fontes orais investigadas. Tais fontes foram formuladas a partir do trabalho técnico de transcrição de entrevistas e do trabalho teórico de problematização das informações contidas nas lembranças dos entrevistados. O uso da oralidade foi crucial para o trabalho de investigação da relação das esquerdas e as operárias na construção da greve, pois, segundo Paul Thompson, “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história [...] transformando os objetos de estudo em sujeitos”. (1992, p. 137) Optamos por este suporte teórico-metodológico por entender a riqueza que o trabalho com a subjetividade, que é inerente às fontes orais, possui para a qualificação da investigação histórica e para o processo de construção da narrativa. Além das fontes orais realizamos ampla pesquisa em diversos acervos históricos documentais, analisando documentos escritos, processos trabalhistas, inquéritos policiais, jornais, documentos sindicais, entre outros, como listamos na tabela abaixo:

Tabela 1: Fontes pesquisadas para a dissertação

| Tipificação da fonte  | Locais onde foram encontradas                                     | Quantidade   | Descrição  |
|---|---|--|--|
| Entrevistas / Fontes orais  | Bairros de Fortaleza-CE, Cabo de Santo Agostinho-PE e Brasília-DF | 31 entrevistas; 24 depoentes; 24 horas e 33 minutos de gravações | Entrevistas realizadas a partir da metodologia da história oral, sendo algumas entrevistas individuais e outras em grupo   |
| Processos de órgãos federais de inteligência e repressão (Comissão Nacional da Verdade) | Arquivo Nacional – Rio de Janeiro-RJ                              | 124 processos  | Arquivos e processos do Serviço Nacional de Informação – SNI, Centro de Informações da Marinha – CENIMAR, Centro de Informações da Aeronáutica – CISA e Centro de Informações do Exército – CIE, reunidos na base de informações da Comissão Nacional da Verdade, sob a guarda do Arquivo Nacional |
| Processos DOPS e SEI – Ceará (Memórias Reveladas)                                       | Arquivo Público do Estado do Ceará                                | 47 processos   | Arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS e Serviço Estadual de Informações, contra estudantes, militantes de esquerda e sindicais do banco de dados do projeto Memórias Reveladas no Ceará  |

3 Na introdução sistematizamos quantitativamente as fontes utilizadas e as horas de trabalho para analisá-las, aqui nos dedicaremos especificamente ao cuidado técnico e metodológico que tivemos com elas.

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
| Processos de Anistia                   | Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou   | 9 processos   | Processos de anistia política junto ao Estado do Ceará de militantes envolvidos direta ou indiretamente na greve da CIONE |
| Folhas de empregados e pagamentos      | Ministério do Trabalho – Ceará   | 105 folhas  | Folhas de empregados e pagamentos da CIONE e outras fábricas do ramo da castanha  |
| Jornais                                | Biblioteca Nacional (RJ) e Biblioteca Estadual Menezes Pimentel – Ceará  | Edições entre 01 de novembro de 1968 e 31 de janeiro de 1969 de jornais de grande circulação do Ceará | Edições dos Jornais O Povo, Correio do Ceará, O Unitário e Tribuna do Ceará   |
| Documentos do Sindicato da Alimentação | Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar, Doces, Conservas Alimentícias, Café, Rações Balanceadas, Condimentos, Especiarias, Pesca e Carnes e seus Derivados do Estado do Ceará – Fortaleza-CE | 1 Estatuto e 3 atas de assembleias gerais   | Documentos do sindicato fundado por castanheiras anos depois após a greve de 1968   |
| Processos Justiça do Trabalho          | Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região - Ceará  | 1277 Acórdãos; 202 processos individuais  | Processos trabalhistas imputados contra a CIONE por trabalhadoras da fábrica (primeira e segunda instância)               |
| Dados estatísticos do IBGE             | Biblioteca do IBGE   | 10 anuários estatísticos; 31 censos; 6 PNADs  | Séries estatísticas sobre Ceará e Brasil, trabalho, sindicatos, renda, justiça, urbanização.                              |
| Documentos da Ação Popular             | Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP   | 6 documentos  | Documentos sobre programa, conjuntura e organização interna   |

### Fontes orais

A começar pelas fontes orais, o relacionamento com elas constitui parte fundamental deste trabalho. Isso se deve sobretudo ao fato de que o foco desta pesquisa destinava-se a entender a história de um conflito de classes visto debaixo, privilegiando entender as relações entre subalternos, sujeitos estes que na história da luta de classes têm sido derrotados na disputa em torno da memória, dos lugares de memória e da preservação da sua identidade. Portanto o uso da história oral fez-se uma necessidade para efetivarmos nosso trabalho. Escutar trabalhadoras e trabalhadores, sindicalistas, ex-militantes do movimento estudantil, familiares que não tiveram suas histórias divulgadas nos grandes meios de comunicação, que não ganharam prêmios de personalidade do ano por suas trajetórias. A união de história social do trabalho e história oral se demonstrou uma aliança indispensável para a nossa narrativa. A própria história da história oral é identificada com o movimento de questionamento da história das grandes personalidades, dos “grandes homens”, na ampliação para o social no tom dos *Annalles*. Podemos destacar os primórdios de história oral a partir da década de 40 do século XX, quando da popularização dos gravadores magnéticos e o seu uso por jornalistas na coleta

de depoimentos orais de representantes das classes dominantes americanas (FERREIRA, 2000). Esse também é o momento dos primeiros usos por arquivistas, a exemplo de depoimentos coletados com participantes da revolução mexicana. Porém nessa primeira fase ainda domina a pouca preocupação com a metodologia e as técnicas (JOUTARD, In: FERREIRA, M. AMADO, J. 2006).

A partir dos anos 1950 se desenvolve uma segunda geração com o trabalho de antropólogos italianos que tinham como preocupação a cultura popular, utilizando a história oral para reconstruir tradições culturais de segmentos das classes subalternas. (JOUTARD, In: FERREIRA, M. AMADO, J. 2006). Outra marca deste período é a grande expansão do uso da história oral nos Estados Unidos. Se na primeira geração o uso da história oral foi privilegiado para a oralidade das classes dominantes, agora o foco está nos excluídos da sociedade americana, negros, latinos, mulheres, pessoas sem-teto. A mudança de direção para os excluídos traz grande impacto teórico-metodológico para a história oral, que fomenta as primeiras reflexões sobre seu uso. Porém esse período de uma história oral militante, que buscava ir ao povo e a ele dar voz, utilizada, sobretudo, por integrantes de movimentos sociais, sindicalistas, educadores populares, é um momento também onde a academia ainda oferece grandes resistência à metodologia. (FERREIRA, 1994). somente nas décadas de 1960 e 1970, uma terceira geração se desenvolve e alcança a academia fazendo-a começar a enxergar com “melhores olhos” a história oral, chamando a atenção de novos pesquisadores e, por consequência, sendo fruto de reflexões mais sistêmicas e aprofundadas. Já nos anos 1990 a história oral se consolida com uma quarta geração que tem como uma de suas principais marcas análises mais subjetivas dos depoimentos orais e maior rigor metodológico (JOUTARD, In: FERREIRA, M. AMADO, J. 2006).

Dos anos 1990 para cá a história oral se desenvolveu e popularizou dentro das ciências humanas, consolidando-se no Brasil uma perspectiva que entende a história oral como uma metodologia que conecta problemas da teoria e da prática, e encontra na teoria da história seu lugar privilegiado de reflexão e busca de soluções. Como argumentam Marieta Ferreira e Janaína Amado na apresentação de Usos e Abuso da História Oral, livro que virou um clássico da área no Brasil:

Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história

oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais *solucionar*, questões; formula as questões porém não pode oferecer as respostas (FERREIRA, M. AMADO, J. In: FERREIRA, M. AMADO, J. 2006).

Para a investigação desse processo histórico e engajamento à luta operária, nos apropriamos das memórias dos sujeitos que vivenciaram a greve em fins de 1968, quando a ditadura militar aumentava a repressão. Para entendermos como se deram os processos de transformação das consciências analisamos a oralidade de operárias, estudantes, militantes de organizações de esquerda, sindicalistas, funcionários administrativos e gerentes da fábrica, tomando como referência teórica a discussão do conceito de Memória Social.

Segundo Halbwachs, a memória individual só existe quando a recordação compõe uma consciência coletiva, ou seja, enquanto parte das lembranças de um grupo social. Este pode ser desde um grupo estruturado e duradouro, como uma família, uma aldeia ou um conjunto de trabalhadores de alguma fábrica, ou então uma coletividade mais informal, como amigos que frequentam o mesmo bar. O importante é entender que as lembranças de um sujeito nunca estão isoladas de uma recordação construída e acordada através de diálogos entre seus pares sobre as experiências do passado. É a partir desse elo entre a recordação dos indivíduos que se forma uma Memória Coletiva (HALBWACHS, 1990). Porém, nessa sua aproximação teórica da psicologia com as ciências sociais para a formulação desse conceito, o alinhamento de Halbwachs com a escola de Durkheim o torna demasiadamente enfático nas análises do que é coletivo entre as lembranças de sujeitos sociais, secundarizando as implicações das singularidades dos indivíduos nessa construção da memória.

A contribuição de Fentress e Wickham para essa discussão se dá com a apropriação das teorias de Halbwachs para uma reformulação, injetando-lhes um maior equilíbrio entre a ação da consciência individual na lembrança do passado e articulação desta com uma coletividade para o processo de construção da memória. Segundo estes autores, é preciso valorizar não só as confluências dos discursos dos sujeitos na lembrança do passado histórico para tornar possível o seu entendimento, como também se apropriar das divergências enquanto elementos significativos do processo cognitivo de recordar. As discordâncias entre narrativas de indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social sobre vivências em comum são, também, ricas oportunidades de se compreender a construção que estes fazem do passado. A memória é o instrumento da consciência humana que dá significado às experiências dos sujeitos no tempo, e o contexto que é vivenciado por um grupo possui reverberações diferentes na vida de cada indivíduo (FENTRESS e WICKHAM, 1992).

A utilização teórica da Memória Social se verifica no sentido de entender a construção que os sujeitos fazem de suas lembranças compartilhadas do passado histórico, e é uma ferramenta interessante por não se interessar principalmente pela busca da verdade em si, e sim, possibilitar a análise da estrutura interna das recordações, seus modos de transmissão e seus elos entre a coletividade para a compreensão dos significados da memória.

Entendemos ainda que o indispensável confronto que a história oral possibilita ao historiador para com suas fontes, bem como o privilégio que esta metodologia nos propicia em dialogar diretamente com o depoente e sujeito da história nos remete a reflexão de que a imparcialidade rogada por um idealismo historiográfico é definitivamente desconstruído e tomar partido é uma premissa fundamental, ainda ao se tratar da história do trabalho. Pois

A história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui permanece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”: a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os “lados” existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e “fontes” estão dificilmente do mesmo “lado”. A confrontação de suas diferentes parcialidades - confrontação como “condito” e confrontação como “busca pela unidade” - é uma das coisas que faz a história oral interessante. (PORTELLI, 1997, p.16)

Nessa reflexão construímos uma pesquisa onde, fundamentalmente, buscou-se entrevistar os excluídos da história, dando voz a trabalhadoras, trabalhadores, sindicalistas E militantes. Nós também ouvimos e pesquisamos a opinião do “patrão”, através do que seria uma versão institucional da empresa, mas não no sentido de buscar uma acareação, uma legitimidade, mas sim de tentar entender os mecanismos de convencimento, as políticas de disciplina, e a construção da memória do vencedor.

Nessa empreitada foram mais de duas dezenas de entrevistas. O nosso maior esforço foi sempre o de encontrar mulheres, ex-operárias que participaram diretamente e protagonizaram o processo de greve e de organização da classe. Tivemos imensas dificuldades para isso pelas razões mais diversas, mas que passam centralmente pela relação de exploração e opressão que estas mulheres continuaram vivendo mesmo após a greve. Como trabalhamos com uma greve que, neste ano de 2018, completa 50 anos, muitos dos nomes de operárias a que chegamos já tinha falecido, outras tantas estavam “desenganadas”, com saúde tão débil que fomos severamente desestimulados a buscar entrevistas. A situação de penúria no trabalho e na vida pesou severamente sobre a vida destas mulheres. Outro fato que entendemos muito importante para termos dificuldades em encontrar castanheiras grevistas para depor é a

própria lógica do mundo sindical, onde a maioria dos trabalhadores eram mulheres mas as direções de seu sindicato eram de homens. Assim as redes de memórias em torno destas entidades nos levavam e dos movimentos associados a elas nos levavam muitas vezes para homens lideranças sindicais e não mulheres.

Porém, mesmo com muitas dificuldades, encontramos sim castanheiras, algumas que foram organizadas na Ação Popular, cujo acesso foi um pouco mais fácil em função de contatos da própria antiga organização, mas também localizamos castanheiras que participaram da greve e não eram organizadas na esquerda partidária, muitas vezes por sorte e extrema persistência. Localizamos ainda castanheiras que não participaram da greve, pois não trabalhavam na fábrica da CIONE no período exato em que esta ocorreu, mas que já trabalhavam no ramo e depois foram empregadas na CIONE e puderam nos dar depoimentos ricos sobre o pós-greve e o que se ouvia dizer nas demais fábricas sobre aquele movimento. No caso destas operárias que permaneceram castanheiras após a greve ou trabalhando em outro ramo da indústria, a vida difícil de classe trabalhadora precarizada é a história da sua vida inteira e, para ouvi-las, adentramos nos seus bairros, favelas e vilas, propiciando reflexões sobre o passado e o presente nos desafios e lutas da classe trabalhadora da periferia de Fortaleza.

Ouvimos ainda mulheres estudantes que protagonizaram ações de solidariedade para com a greve. E ouvimos também homens sindicalistas, operários de outras fábricas, estudante e militantes de organizações que participaram direta ou indiretamente da greve, através destes também tivemos ricos depoimentos dos eventos em torno da greve que ajudam a compreender o processo. No uso de cada depoimento nesta dissertação, falaremos um pouco mais sobre como chegamos a cada pessoa e um pouco de suas histórias, sejam em notas de rodapé ou mesmo dentro dos parágrafos.

Para isto procedemos com pesquisas preliminares sobre a vida dos depoentes visando tanto entender a sua participação nos eventos em torno da greve, quanto elaborar roteiros que nos ajudassem a “instigar” as memórias do processo. Porém tomamos a opção de deixar as entrevistadas o mais à vontade possível para mudar de rumo quando estas e estes achassem importante para dar uma cor diferente ou buscar um evento diverso. Por isso sempre realizamos as entrevistas em um ambiente de confiança e conforto do entrevistado, quase sempre na casa destes sujeitos. Já basta as dificuldades de recuperar eventos de 50 anos atrás, memórias muitas vezes difíceis, ou mesmo traumáticas, dolorosas. O ambiente tinha que passar o máximo de confiança.

Para gravar as entrevistas fizemos uso de uma câmera profissional Canon DSLR EOS Rebel T6, tripé, microfone de lapela e smartphone com software de gravação, além de caderninho e caneta para tomar nota de algumas questões. O material audiovisual foi escolhido levando em consideração gravarmos as entrevistas em qualidade de alta-definição de imagem e som, e uma ótima tecnologia automática de fácil manuseio ao passo que na execução das entrevistas nos preocupamos o mínimo com falhas ou regulagem do material. Para o uso desse material realizamos aulas de filmagem de nível básico. Para transcrição das entrevistas fizemos uso do software InqScribe 2.2 (2015).

### Fontes em Arquivos

Inevitável, como de padrão, foi “escarafunchar” diversos arquivos brasileiros, seja presencialmente ou virtualmente, para investigar documentação que pudesse nos dar mais evidências da história da greve da CIONE. Sem qualquer fetiche positivista de busca da verdade em documentos escritos e oficiais buscamos ao máximo encontrar informações que levassem a uma compreensão dos processos em torno da greve nos arquivos pois estes sem sombra de dúvida guardam parte fundamental da nossa história de forma privilegiada. Como nos ensina Bacellar:

O trabalho com documentos de arquivo exige precauções. Acumulados há décadas ou séculos, juntaram poeira, fungos e esporos que facilmente podem provocar alergias e, mais excepcionalmente, infecções. Todo cuidado, portanto, é pouco. O uso de luvas, máscaras e aventais, exigidos em alguns poucos arquivos, deveria ser naturalmente obrigatório, como prevenção da saúde do consultante e como forma de favorecer a preservação do papel. Sabe-se, hoje, que o simples suor de uma mão pode ser bastante prejudicial às fibras do papel, e convém evitá-lo. (BACELLAR In: PINSKY, 2008)

E assim fizemos. Na medida em que estivermos apresentando estes documentos na pesquisa trataremos um pouco mais – através de notas de rodapé - sobre a pesquisa junto a eles. De todo modo para as pesquisas em arquivos físicos fizemos uso de máscara com filtro de carvão ativado, óculos protetor e luvas de polietileno. Trabalhamos com arquivos em diversas situações, alguns com acervo digitalizado (inclusive disponível na internet) e outros que sequer podemos chamar de arquivos, com caixas empilhadas e documentação se desmanchando. Arquivo Nacional (RJ), Biblioteca Nacional, IBGE, Arquivo Edgar Leuenroth (UNICAMP), AMORJ, Arquivo Público do Estado do Ceará, Biblioteca Pública Estadual Menezes Pimentel (CE), Comissão de Anistia Wanda Sidou (CE), Associação Anistia 64/68 (CE), Ministério do Trabalho (CE), Tribunal Regional do trabalho - 7ª Região (CE), CIONE,

Sindicato da Alimentação (CE), SindiCastanha (CE) foram algumas das instituições que visitamos e realizamos pesquisas.<sup>4</sup>

Para o estudo de periódicos lemos a bibliografia específica sobre tal tipo de fonte levando em consideração as especificidades da pesquisa em periódicos sob política de censura do regime militar brasileiro buscando interpretar as nuances nos cadernos, a política editorial dos grandes grupos de imprensa e ação da censura sob as notícias (DE LUCA In: PINSKY, 2008).

### Sobre o método

Entendemos que apenas uma reflexão teórico-metodológica sobre as fontes em si não dão conta de nos oferecer instrumentos para preencher as lacunas e as questões que a interpretação da história das relações sociais nos exige. Por isso uma reflexão sobre o método da História se faz necessário. As reflexões sobre o método da história são fundacionais da História enquanto disciplina própria. O método foi que permitiu que definíssemos fronteiras e os limites do “território do historiador” (GRESPLAN In: PINSKY, 2008).

Entendemos que a história contemporânea é dominada por relações sociais reificadas, fruto das relações sociais de produção do próprio capitalismo. Construir história sobre essas condições alienadas nos exige entender que “as relações humanas aparecem como relações entre coisas. Em outras palavras, as relações sociais aparecem reificadas, coisificadas, e essa coisificação ocorre por meio das mercadorias, dos produtos do trabalho humano” (MARX, 2013, p.92). Portanto buscaremos tomar as reflexões metodológicas do materialismo histórico dialético, entendendo-as com uma crítica das relações sociais buscando compreender as relações sociais de produção dialeticamente da aparência para a essência. Com isso concordamos que

De algum modo, portanto, o método pode ser totalmente determinado pela teoria, embora o seja em certo grau. Mas é preciso recolocar toda a questão no quadro da redefinição de fronteiras e de tarefas, cujos sintomas percebemos com a emergência dos novos objetos. Manter-se nos termos da recusa radical à neutralidade metodológica conduz fundamentalmente a concepções aporéticas como a da impossibilidade de comparar teorias, de admitir seu diálogo crítico, de reconhecer qualquer terreno comum entre elas e seus respectivos objetos. (GRESPLAN In: PINSKY, 2008, 297).

Seguindo essa linha, somado a necessidade das próprias perguntas do problema histórico em questão envidaremos esforços de um profundo diálogo transdisciplinar, tendo a

<sup>4</sup> Conferir os números das fontes da pesquisa na introdução e a lista completas de instituições e fontes consultadas nas referências desta dissertação

História como tronco, mas indo além das suas fronteiras, navegando por disciplinas tais como a sociologia, antropologia, geografia, psicologia, filosofia, estatística, psiquiatria, de modo que enriqueça nossa investigação sobre dos processos em torno da greve das castanheiras da CIONE de 1968. Contribuindo na luta do anjo da história que voa de asas abertas contra o vento do passado, buscando construir a história a contrapelo<sup>5</sup>.

A pesquisa que aqui realizamos objetiva compreender o processo de organização de classe em torno da greve das castanheiras da CIONE, fábrica situada em Fortaleza – Ceará, em 1968. Porém, para melhor compreendermos o evento, dentro de um processo histórico, complexificando as relações que influenciaram a greve, ampliamos o nosso olhar para os primeiros anos da década de 1960, entendendo as condicionantes para o golpe de 1964, estendendo-se até os primeiros anos da década de 1970, destacando o pós-greve, seus efeitos na fábrica e na vida dos que se envolveram naquela mobilização.

Para isso fizemos uso de vasta bibliografia sobre o período e tema, relacionando com reflexões teóricas sobre as relações entre classe e Estado. Buscamos portanto situar nosso trabalho dentro do campo da História Social do Trabalho, dialogando com recentes produções, ampliando as fronteiras deste campo.

<sup>5</sup> Cf: BENJAMIN, 2005. Especialmente Tese IX.

## CAPÍTULO 1 – LUTAS DE RESISTÊNCIA E TEMPOS DE CONSCIÊNCIAS

Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento.  
Mas ninguém chama de violentas às margens que o comprimem  
(Bertold Brecht)

Não devemos servir de exemplo a ninguém.  
Mas podemos servir de lição.  
(Mário de Andrade)

### 1.1 BRASIL! NUNCA MAIS!

A ditadura civil militar instaurada em 1º de abril de 1964 no Brasil teve como um de seus objetivos combater as organizações de esquerda e as propostas de reformas de base que estavam ganhando espaço no país. A economia brasileira comportava uma série de contradições intrinsecamente ligadas ao modelo de desenvolvimento dependente e subordinado ao capital estrangeiro e a lógica da divisão internacional da produção, como assinala Maria Helena Moreira Alves: “a crescente penetração do capital internacional após meados da década de 1950 configurou uma aliança entre o capital multinacional, o capital associado dependente e o capital de estado” (ALVES, 2005, p.21).

Para o compreender o golpe e a própria ditadura civil-militar entendemos que é importante resgatar a crise do processo político que ficou conhecido na história brasileira como populismo<sup>6</sup>. Podemos observar com a ajuda de Chico de Oliveira, a partir da já clássica obra *Crítica da Razão Dualista* (2011) que o processo de acumulação capitalista no Brasil não seguiu estritamente o padrão clássico ocidental, tal como uma regra estrutural. A mudança no modo de acumulação capitalista no Brasil do modelo agroexportador para o modelo industrial urbano encontrou espaço e possibilidade no próprio sistema global capitalista, mesmo que a divisão internacional do trabalho apontasse em sentido contrário, isso é possível ocorrer. O processo de reprodução do capital no Brasil queima várias etapas. A tecnologia é transferida de outros países já desenvolvidos para cá, ou seja, não se necessitou aumentar o preço da força de trabalho, o que gerou uma enorme concentração de renda. Por outro lado a compra de tecnologia "queimou" etapas da acumulação, criação de empregos diretos e indiretos, realizando uma sobre valência do setor terciário na absorção de força de trabalho e com o setor terciário, serviços, ganhando o papel fundamental de suprir a demanda de valor, acumulação primitiva, que não foi realizada no Brasil da forma clássica. Isso se dá por um enorme contingente de milhares pequenos proprietários que na verdade estão vendendo e

<sup>6</sup> Para uma análise mais detida e uma crítica a historiografia especializada no populismo Cf. DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do Vargasismo. In: MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

repassando sua força de trabalho de forma muito barata, sem nenhuma capitalização e incentivo. Pois, no Brasil, existe uma relação orgânica entre o aumento da industrialização e o aumento dos pequenos serviços, há uma transferência de valor entre esses pequenos serviços, pessimamente remunerados e a acumulação industrial, o valor transferido desses serviços é fundamental para a industrialização, um não existe sem o outro, ambos reforçam a tendência à concentração da renda (OLIVEIRA, 2011).

Para Oliveira o populismo como vetor político foi a forma de conectar o arcaico ruralista e o moderno industrial na economia brasileira<sup>7</sup>. Período populista como o momento de luta intra burguesa onde a burguesia industrial alça a hegemonia do bloco histórico. A própria legislação trabalhista construída durante o governo Vargas não chegaria ao campo. A especificidade da transformação do modelo de acumulação não se verificou pela destruição do modo de acumulação anterior, ao contrário, neste se fortaleceu. Pois o processo de acumulação primitiva no campo no Brasil não se dava expropriando as terras camponesas, já que as terras já eram majoritariamente de grandes empresários. O processo de acumulação primitiva ocorria pela transferência de trabalho morto do trabalhador rural que vendia seu produto barato (geralmente gêneros alimentícios simples), dando condições favoráveis de reprodução da força de trabalho na cidade e possibilitando o novo modo de acumulação industrial urbano. Ou mesmo quando ele produzia em uma terra que não é dele, limpava, desenvolvia a terra para retirar as primeiras safras e transferia trabalho morto em uma terra fértil e trabalhada para as demais safras que seria do proprietário da terra. (OLIVEIRA, 2011). Outro exemplo da acumulação primitiva no campo seria a expansão da fronteira agrícola sobre florestas, terras indígenas, quilombolas. Ou mesmo a rotação de terras e produção de mercadorias a baixíssimo preço (como o algodão no nordeste) levando em conta que os custos da reprodução da força de trabalho (outros gêneros alimentícios) estavam sendo, paralelamente, produzidos.

Porém Mendonça (1986) destaca que na “modernização conservadora” a partir de 1930 deve ser privilegiada a vertente de mudança no lugar da continuidade. Sob a égide da industrialização e inversão das importações, com a produção de produtos nacionais para suprir a demanda do mercado interno. Para a autora a ação do Estado a partir deste período foi

<sup>7</sup> Construindo essa interpretação Chico de Oliveira visa superar o que ele chama de interpretação do modelo cepalino que, segundo o autor, constrói um dualismo que fundamenta o conceito de subdesenvolvimento, baseado na dualidade entre o moderno e o atrasado. Para Oliveira Essa oposição é apenas formal, ou mesmo do plano das ideias, na realidade o moderno se alimenta da existência do atrasado. Chico defende que “de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia.” (OLIVEIRA, 2011, p.7-8)

baseou-se num tripé: regulamentação dos fatores produtivos, redefinição do papel da agricultura e sua própria transformação em investidor da infraestrutura, cuja consequência seria uma larga urbanização no país. “Em síntese, o papel do Estado no período 1930-55 foi o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, pudesse se reproduzir” (MENDONÇA, 1986, p. 31), garantindo assim uma modernização tecnológica e incremento da produtividade do trabalho. Mas a autora alerta ainda que

O reverso da medalha da modernização seria a preservação do caráter conservador do sistema político, apesar dos rearranjos nos papéis ocupados por seus vários atores. Daí a importância da ideologia de Estado produzida nessa fase como verdadeiro arcabouço para a legitimação do ‘projeto de nação’ que se construía para neutralizar as tensões latentes” (MENDONÇA, 1986, p.38).

Já no governo Kubitschek, para Oliveira (2011) a economia brasileira foi marcada por uma aceleração da acumulação capitalística, que necessitaria ser mais lenta, essa aceleração resultaria num feroz “crise de realização”. Esta aceleração no período JK se deu através do endividamento externo com credores privados, bem como um maior associação ao capital estrangeiro. Oliveira justifica que o processo de industrialização no Brasil conjuga condições estruturais intrínsecas para alimentar a acumulação e a formação de mercado, como também a possibilidade de ter à mão técnicas e bens de capital que estavam à disposição pelo desenvolvimento do capitalismo internacionalmente. O processo de estruturação e crescimento da industrialização para bens duráveis foram realizações planejadas graças a intervenção do Estado capitalista sob hegemonia do setor urbano industrial, com sustentação no capital internacional. O processo de aceleração da acumulação se deu com uso de capital internacional, não só dos Estados Unidos, e de capital nacional estatal, com uma participação muito pequena de capital nacional privado. (OLIVEIRA, 2011)

Mendonça (1986) aponta, ainda sobre o governo JK e seu projeto de crescer “cinquenta anos em cinco”, uma reorientação da economia brasileira para o Departamento III<sup>8</sup> (Bens de consumo duráveis), um maior controle do mercado nacional e da força de trabalho, gerando um aumento da população e urbanização, bem como uma tecnicização da produção e da sociedade. Isto se dá num contexto de aumento das pressões do mercado internacional, que se expressa na construção de um modelo capitalista dependente associado, associação ao capital estrangeiro. Como consequência se verifica no período um rápido aumento da inflação, ao passo que se dá a construção de uma ideologia do crescimento econômico. Por

8 Para conferir os movimentos de capital entre os diversos departamentos Cf. Marx, K. O Capital: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. (Especialmente a sessão III: A reprodução do Capital Social).

fim, verifica-se ainda a construção de um novo tripé da indústria baseado no capital privado nacional, capital estrangeiro e capital estatal. É no contexto da formação deste novo tripé que se verifica a formação do grande interesse da burguesia nacional em associar-se com o capital estrangeiro, tendo em vista, sobretudo, o estímulo à modernização da indústria e criação de suas redes complementares para dar suporte às multinacionais, especialmente as automobilísticas (MENDONÇA, 2011). Como expressão deste tripé é a elaboração do Plano de Metas que objetivava

A curto prazo, acelerar o processo de acumulação capitalista, pela ampliação da produtividade dos investimentos já realizados e por realizar. A médio prazo, buscava-se atingir a elevação do nível de vida da população, superando a miséria pela abertura de novas frentes de emprego e pelo estabelecimento de um novo modo de viver (MENDONÇA, 1986, p.59-60)

A construção de Brasília se insere nesse bojo e a indústria automobilística (de propriedade do capital estrangeiro.) seria o carro-chefe do novo padrão de acumulação. O saldo “positivo” do plano seria a mudança do perfil da estrutura industrial brasileira, do têxtil e alimentos, para a metalurgia, transporte e comunicações. Os resultados: oligopolização da economia, endividamento externo e concentração de renda.

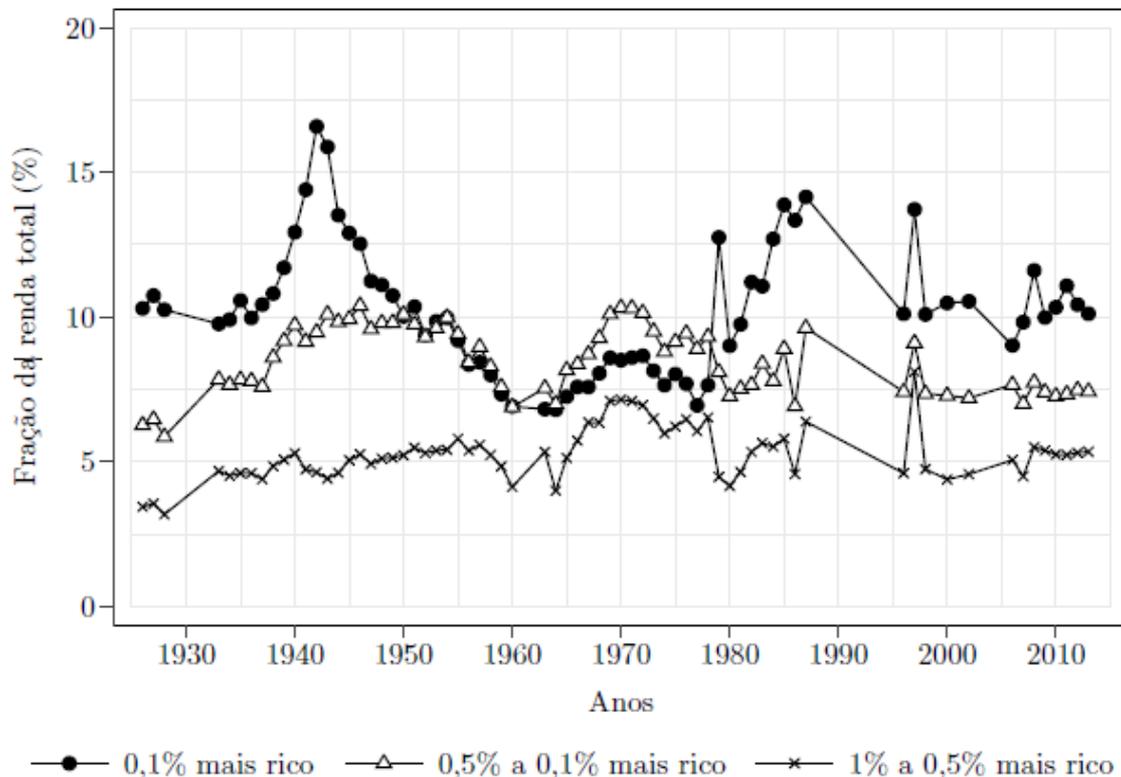
Na política JK contava com ainda com o fundamental apoio do PSD (que controlava o orçamento e as finanças) e do PTB (que controlava as pastas de trabalho e agricultura). Recebia ainda a influência do PCB (mesmo que clandestino) através da ação organizada do movimento operário, a qual o discurso nacional desenvolvimentista tinha muito apelo, produzindo um relativo certo equilíbrio na relação do Estado com o movimento operário. (MENDONÇA, 1986).

Portanto esse processo de industrialização e desenvolvimentismo marcado pelo período democrático<sup>9</sup> vivido pela sociedade brasileira entre 1945 e 1964, aprofundaria o modelo de acumulação capitalista que resultou, dentre outros fatores, na concentração de renda, mesmo com períodos de oscilações. Como podemos conferir a partir da recente pesquisa de Pedro Herculano de Souza:

Empiricamente, a concentração no topo aumentou levemente em 1953 e 1954, recuando em 1955 para níveis próximos aos de 1952. Nos anos seguintes, contudo, a queda tornou-se muito mais nítida, perpassando todo o governo JK. A fração do centésimo mais rico diminuiu mais até do que no imediato pós-guerra, e agora o recuo não se restringiu ao milésimo no topo [ver figura abaixo] [...]. Não há dados para 1961 e 1962; a julgar pelos números de 1963 e 1964, não houve grandes mudanças no início dos anos 1960. (SOUZA, 2016, p. 284)

<sup>9</sup> Vale ressaltar os limites dessa desse período de democracia representativa, sobretudo para a classe trabalhadora organizada. Os sindicatos herdaram da ditadura estado-novista praticamente a mesma estrutura de controle e atrelamento ao Ministério do Trabalho e uma legislação que limitava o direito de greve, acompanhada da proibição e perseguição ao PCB. Cf. MATTOS, 2009.

Figura 1: Fração da renda total recebida por subgrupos dentro do 1% mais rico – Brasil, 1926–2013



Fonte: SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 378p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. p. 228.

Mas entendemos que quadro apresentado por Souza ainda não é suficiente para compreendermos o cenário de desigualdade na distribuição da renda no Brasil neste período da década de 1960. Para isso é necessário contrastar a situação do topo da pirâmide com o restante mais pobre da população, para isso nos é extremamente útil o quadro construído por Chico de Oliveira em *Crítica da Razão Dualista*, a partir dos dados de João Carlos Duarte. Vejamos que em 1960 a situação da distribuição da renda no Brasil estava assim:

Figura 2: Distribuição da renda no Brasil em 1960

| POPULAÇÃO     |             | RENDA        |             |
|---------------|-------------|--------------|-------------|
| % População   | % Acumulada | % Apropriada | % Acumulada |
| 30            | 30          | 6,37         | 6,37        |
| 10            | 40          | 4,83         | 11,20       |
| 10            | 50          | 6,49         | 17,69       |
| 10            | 60          | 7,49         | 25,18       |
| 10            | 70          | 9,03         | 34,21       |
| 10            | 80          | 11,31        | 45,52       |
| 10            | 90          | 15,61        | 61,13       |
| 10            | 100         | 38,87        | 100,00      |
| 5% superiores |             | 27,35        |             |
| 1% idem       |             | 11,72        |             |

Fonte: OLIVEIRA, Chico de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2003. Pág. 95.

Aqui já observamos uma extrema concentração de renda no Brasil no topo da pirâmide, de modo que os 1% mais ricos concentram uma faixa gigantesca da renda no país em comparação com os demais 99% da população, podendo ser observado ainda que os 1% mais ricos detêm quase o dobro da renda dos 30% mais pobres, e, ainda, que os 5% mais ricos se apropriam de uma faixa da renda mais que os 60% mais pobres. Se colocarmos numa perspectiva da década, levando em consideração, por um lado, os efeitos das políticas de repressão ditadura aos organismos da classe trabalhadora, e, por outro lado, a política de aceleração do crescimento econômico que ficou conhecida como “milagre econômico”, podemos observar que em 1970 a desigualdade na distribuição da renda, que já era gigantesca, aumentou mais ainda, evidenciando o caráter segregador e concentrador da política econômica da ditadura. Como observa Oliveira:

Figura 3: Distribuição da renda no Brasil em 1970

| POPULAÇÃO     |             | RENDA        |             |
|---------------|-------------|--------------|-------------|
| % População   | % Acumulada | % Apropriada | % Acumulada |
| 40            | 40          | 9,05         | 9,05        |
| 10            | 50          | 4,69         | 13,74       |
| 10            | 60          | 6,25         | 19,99       |
| 10            | 70          | 7,20         | 27,19       |
| 10            | 80          | 9,63         | 36,82       |
| 10            | 90          | 14,83        | 51,65       |
| 10            | 100         | 48,35        | 100,00      |
| 5% superiores |             | 36,25        |             |
| 1% idem       |             | 17,77        |             |

Fonte: OLIVEIRA, Chico de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2011. Pág. 97.

A primeira observação mostra que o grau de concentração na cúpula aumentou: enquanto o 1% superior em 1960 se apropriava de 11,72% da renda total, em 1970 essa porcentagem aumenta para 17,77%; os 5% superiores em 1960 detinham 27,35% enquanto em 1970 passam a reter 36,25%. Em contrapartida, "et pour cause", os 40% inferiores da população participavam em 11,20% da renda total, enquanto em 1970 sua participação decaiu para 9,05%. Resumindo a confrontação entre os extremos, em 1960 a população remunerada correspondente a 60% do total participava com 25,18% da renda total, enquanto em 1970 essa participação decaiu para 19,99%. (OLIVEIRA, 2011)

Vale a ressalva ainda, que, mesmo com os quadros apresentados por Chico de Oliveira, observando de forma comparativa a distribuição de renda no Brasil entre 1960 e 1970, ainda não fica nítido o real nível de desigualdade social, pois renda é apenas um aspecto da riqueza em uma sociedade capitalista. Quando comparamos riqueza, que engloba uma complexidade de outras posses, com a renda há sempre uma diferença muito grande. No Brasil apenas recentemente, a partir da abertura dos metadados da Receita Federal, é que se pôde observar a desigualdade na distribuição da riqueza e a profundidade do abismo social que há entre os poucos muito ricos e a massa de pobres no país<sup>10</sup>.

De todo modo podemos entender que esta oscilação na renda não é um traço específico da industrialização ou mesmo uma característica do período democrático em si, mas está diretamente relacionada à ação organizada dos grupos de trabalhadores do campo e da cidade em torno da garantia de direitos e elevação dos salários. Não à toa nos momentos em que se demonstram sutis diminuições na concentração da renda verifica-se a elevação da sindicalização e mobilizações dos trabalhadores. À revelia dos mecanismos de controle executados pelo Ministério do Trabalho.

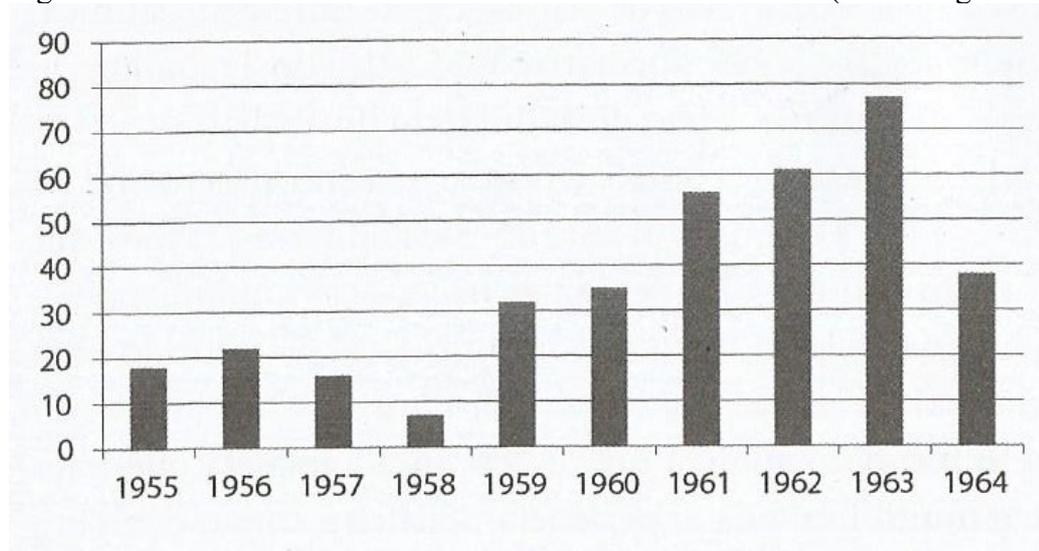
Se a cidadania regulada era uma promessa, os anos 1950 foram uma época em que a cidadania realmente se expandiu, até mesmo em função da urbanização, pois a regulação do trabalho abrangia apenas o setor formal urbano. O número de associados a sindicatos cresceu em ritmo acelerado, atingido quase 5,5% ao ano entre 1952 e 1961, e grandes campanhas salariais foram às ruas para combater os efeitos regressivos do processo inflacionário. Com isso, os sindicatos e as organizações horizontais que proliferaram nesses anos atingiram o pico de sua influência. Mesmo no campo houve inédita militância desde meados da década, começando com as Ligas Camponesas e a entrada definitiva da reforma agrária na pauta política do país, o que, inclusive, acirrou a polarização já no curto governo Jânio Quadros, que mostrou surpreendente simpatia pelo tema. (SOUZA, 2016, p. 287)

Na disputa de projetos que estava colocada na sociedade a classe trabalhadora ocupou a arena Política em defesa dos seus interesses históricos, com uma relativa

<sup>10</sup> Para ver dados mais completos sobre a desigualdade na distribuição da riqueza no Brasil ver: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes> (acessado em 10/01/2018)

democracia que permitia pelo menos os sindicatos existirem e terem direções sindicais que efetivamente representassem sua base, sendo as greves a principal forma de luta para pautar um programa de reformas democráticas e populares. E foram muitas as greves tomemos como exemplo este gráfico sistematizado por Marcelo Badaró Mattos sobre o número de greves na cidade do Rio de Janeiro neste período:

Figura 4: Greves na cidade do Rio de Janeiro - 1955-1964 (total de greves)



Fonte: Marcelo B. Mattos (coord.) Greves e repressão policial apud MATTOS, Marcelo Badaró e VEGA, Rúben (org.). Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 178.

Eram “greves participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com integração visível entre demandas políticas gerais e bem-sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas” (MATTOS, 1998. p.219), características essas que mesmo sob alvo de alguma crítica tornaram-se referência para os movimentos sindicais que se insurgiram anos mais tarde em meio à ditadura.

Portanto, o projeto golpista não se tratava apenas de um arremedo autoritário para derrubada de um presidente. Realizar a interpretação do golpe somente A PARTIR da derrubada do Presidente João Goulart, em nosso ponto de vista, é uma terrível simplificação, típica da História mais tradicional e personalista, a qual buscamos superar. Temos a compreensão, sustentada em extensa bibliografia e pesquisa em fontes primárias, que o golpe pretendia fazer retroceder E desorganizar as forças populares, visando a diminuição do pagamento da força de trabalho, aumentando assim a parcela de lucros expropriada por parte das classes dominantes brasileiras.

O golpe de 1964 é o exemplo mais bem-acabado no Brasil de ruptura que permitiu, pelo uso da força, o enfraquecimento da resistência e o redesenho de instituições de modo a alterar bruscamente a distribuição de renda. O golpe ilustra como um determinado padrão de desigualdade dificilmente tem raízes claras em uma ou outra política e, assim, muda rapidamente só com reformas abrangentes. (SOUZA, 2016. p. 291)

Esse sentido do desenvolvimento do capital no Brasil está ligado a um processo em longo prazo onde a industrialização e a inserção subordinada na divisão mundial do trabalho no país fomentaram (para além de quedas no curto período de 1950-1964) o aumento das desigualdades entre as classes dominantes e a classe trabalhadora, como explica Florestan Fernandes:

Essa situação não encontra paralelos nas evoluções das nações capitalistas hegemônicas – nem mesmo quando se consideram as ligações da emergência e da expansão do capitalismo monopolista com o aparecimento do “Estado intervencionista” e com o fascismo. Trata-se de uma forma de dominação burguesa e de articulação da dominação burguesa com o uso sistemático do Estado e do poder político estatal que é determinada e só pode ser compreendida através dos requisitos políticos do capitalismo dependente. O padrão de desenvolvimento capitalista dependente é incapaz de superar certas realidades, que se reconstituem e revitalizam de modo permanente, como: a forte dominação externa; a apropriação dual ou associada do excedente econômico; a extrema desigualdade na distribuição da riqueza, do prestígio social e do poder; a coexistência do crescimento capitalista interno com o subdesenvolvimento “absoluto” ou “relativo”, forçando constantes rearticulações de setores “arcaicos”, “modernos” e “ultramodernos”; intensa exclusão institucional das classes destituídas etc. A razão disso já foi indicada anteriormente. O padrão de desenvolvimento capitalista dependente resulta de combinações de dinamismos econômicos, socioculturais e políticos internos e externos que sempre se revelam, aos níveis estrutural-funcional e histórico, insuficientes para transformar a modernização dependente em modernização autônoma. Em outras palavras, eles não são suficientemente fortes para promover “a revolução dentro da ordem” em termos capitalistas, criando quer a independência em relação à dominação externa e ao imperialismo, quer real fluidez no funcionamento da ordem social competitiva, com o desencadeamento de uma torrente democrático-burguesa e nacionalista nas relações de acomodação e de conflito entre as classes. (FERNANDES, 2013. p.55-56)

O período anterior ao golpe foi marcado por uma grande demanda popular por mudanças no país. Foi um período onde o projeto populista se fez dominante entre as classes dominantes no Brasil. Um projeto de desenvolvimento capitalista que buscava a superação do modelo de acumulação anterior baseado na economia agrária, oligárquico exportadora. Extremamente polêmico na historiografia, de todo modo o período populista foi de grande avanço na industrialização, urbanização e crescimento populacional concentrado nas grandes cidades do sudeste brasileira, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo (CALIL, 2007). Porém sua principal marca foi a forma como neste momento as classes dominantes conseguiram convencer os setores subalternos de sua agenda de desenvolvimento capitalista baseada no uso em larga escala da propaganda ideológica por parte do Estado, mas também concessões

de ganhos reais para a classe trabalhadora. A maior delas sendo a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Se o populismo foi um projeto hegemônico conduzido pela burguesia industrial foi seu êxito se deve à capacidade de hegemônizar vastas parcelas da pequena burguesia e do proletariado, obtendo seu apoio ativo para o projeto que visava colocar o Estado a serviço de uma política de industrialização. A incorporação de segmentos médios e da classe trabalhadora e sua mobilização favorável às reformas populistas, ao contrário de impugnar o caráter de classe do populismo, atesta, exatamente, sua função hegemônica uma vez que converte vários setores sociais em defensores de um projeto e de uma ideologia que não correspondem a seus interesses históricos de classe. (CALIL In: MATTOS e VEGA, 2014, p. 15),

Para lidar com as demandas populares o Governo do Presidente João Goulart (1961-1964), formulou uma série de propostas sistematizadas no plano das reformas de base, que tinha três pontos centrais: reforma agrária, controle do poder das multinacionais e reforma urbana para combater a especulação imobiliária e a favelização nas grandes cidades (MONIZ BANDEIRA, 2001).

Sônia Regina de Mendonça (1986) levanta diversas abordagens sobre as razões da crise de 1962-64, dentre as quais estão aqueles que a explicam como uma clássica *crise de realização* devido ao caráter limitado da demanda interna (MANTEGA e MORAES, 1973), o que a autora vê como uma abordagem mecânica que despreza as novas formas de *redistributivismo* do capitalismo brasileiro. Há também aqueles que interpretam a crise a partir de um “esgotamento *do fôlego substituição de importações*” em razão da impossibilidade de um novo pacote de investimentos e diminuição das taxas de lucros, mas a autora questiona que a taxa de exploração da força de trabalho aumentou no período, então com uma taxa de exploração ascendente como a taxa de lucros cederia? Por fim Mendonça defende como abordagem mais correta a ideia de *crise de superacumulação*, como impossibilidade do conjunto do capital social valorizar-se, condição prévia para uma nova expansão produtiva. Soma-se a isso ainda o desenvolvimento de uma contradição entre a forma de acumulação capitalista e o regime político. O populismo não consegue mais sustentar-se com os antigos compromissos. (MENDONÇA, 1986, p. 84-86).

Em 1963 rompe-se o dispositivo sindical militar que garantia a segurança institucional do governo de Jango. O sentido econômico do golpe de 1964 não foi o de mudar o padrão de acumulação. Ao contrário, foi o de garanti-lo, retirando o risco da ação política organizada das classes trabalhadoras, obedecendo A dois imperativos: “a) recriar condições de financiar as inversões necessárias à retomada da expansão capitalista; e b) fornecer as bases institucionais do processo de concentração oligopolista” (MENDONÇA, 1986, p.91). Como

síntese do que socialmente significou o golpe de 1964, Sônia Regina de Mendonça defende que

Em termos imediatos, o golpe representou o afastamento dos setores mais atrasados das classes dominantes do núcleo do poder, substituídos pela burguesia industrial e financeira. Simultaneamente, ele representou o esmagamento e a desarticulação das forças populares, excluídas doravante, de toda a possibilidade de participação em qualquer instância do aparelho de Estado. Os instrumentos definidores dessa nova “paz social” tão ao sabor das classes médias que a apoiavam, foram uma nova legislação trabalhista e salarial, além da repressão no seu sentido mais físico. (MENDONÇA, 1986, p.89)

O governo instalado a partir do golpe empresarial militar tinha também como fim o combate das organizações populares que confluíram desde a base partidária do Presidente João Goulart até os movimentos sindicais, estudantis e camponeses. Havia toda uma expectativa por parte das classes dominantes e dos setores conservadores da sociedade brasileira com esse golpe, como assinala Antonio Luigi Negro:

Varrer Jango, Brizola, Arraes e seus aliados. Pacificar o III Exército (RS). Caçar a CGT [Comando Geral dos Trabalhadores] no rural e no urbano. Perseguir o PCB e outras organizações, como as Ligas Camponesas. Livrar o país da possibilidade de ser ponta de lança de uma inflexão para a esquerda. Restabelecer um reacionário princípio de autoridade matizado com os tons civis da UDN [União Democrática Nacional], mais os dos militares e da Igreja católica. “Arrumar a casa”, e, mais além, “colocar as contas em dias”. O esperado controle da inflação e a normalização da “amizade” com os EUA colocariam o país na banda do bem. (NEGRO, 2004. p. 231)

Além disso o regime militar implantado objetivava dar condições sociais, políticas e econômicas para o avanço do projeto capitalista no Brasil, fundamentado nas bases do desenvolvimentismo, constituído por um crescimento da infraestrutura nacional e financiado por capitais forâneos, como o FMI, dando assim suporte para aumento dos negócios de multinacionais como General Motors, Shell, Ford, Volkswagen e tantas outras empresas estrangeiras (RIDENTI, 2000). Esta situação refletia a enorme dependência da economia brasileira aos ditames das grandes multinacionais estrangeiras e a subordinação dos interesses da classe dominante brasileira aos interesses do capital internacional, construindo assim uma aliança orgânica para sua própria existência. Na preparação e construção do golpe de 1964 ficou evidente que:

Os interesses multinacionais e associados cresceram rápida e estavelmente, estimulados pela política do desenvolvimento de Juscelino Kubitschek. Por volta de 1960 tais interesses haviam se tornado a força sócio-econômica dominante. Ao mesmo tempo em que esse processo ocorria um novo conjunto de agentes sócio-políticos apareciam na economia e na política brasileira. Esses agentes formaram um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à

produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado. (DREIFUSS, 1981, p. 71)

Mais que uma alternativa política das classes dominantes para sobrepor uma política que realizava reformas em prol da classe trabalhadora como forma de conciliar com seus interesses, o golpe foi a “saída” apontada para uma crise econômica que se alastrava há alguns anos país e que tinha por base os próprios mecanismos de acumulação deste modelo econômico, sinal de que não só o bloco no poder, como seu projeto econômico-social estava se esgotando. Como ainda podemos verificar nas palavras de Chico de Oliveira, ao enfatizar o golpe de 1964 como uma alternativa capitalista para a crise de realização do início da década de 1960 herdada pela política econômica de JK:

A crise que se gesta, pois, a partir do período Kubitschek, que se acelera nos anos 1961/63 e que culmina em 1964, não é totalmente uma crise *clássica* de realização; ela tem mais de uma conotação. Para alguns ramos industriais dependentes da demanda das classes de renda mais baixas, **há uma crise de realização**, motivada mesmo pela deterioração dos salários reais das classes trabalhadoras urbanas, já assinalada, é o caso dos ramos têxteis, vestuário, calçados, alimentação, que desde então acusam fracos crescimentos, atribuído na maioria das análises convencionais ao caráter pouco dinâmico, "tradicional", de tais ramos, cujos produtos teriam baixas elasticidades-renda de demanda. De passagem, deve ser dito que esse tipo de análise confunde a "nuvem com Juno", pois na verdade o fraco crescimento de tais ramos deriva do caráter concentracional do processo da expansão capitalista no Brasil e não do "caráter" dos ramos referidos. Já o consumo dos bens produzidos principalmente pelos novos ramos industriais, bens duráveis de consumo (automóveis, eletrodomésticos em geral) era assegurado pelo mesmo caráter concentracionista, que se gesta a partir da redefinição das relações trabalho-capital e pela criação, como requerimentos da matriz técnica-institucional da produção, das novas ocupações, típicas da classe média, que vão ser necessárias para a nova estrutura produtiva. Essas novas ocupações não são artificiais, nem constituem a "inchação" de "White collars" que corresponderia à "inchação" dos "marginais": ambas fazem parte de um "continuum" estrutural, que tem numa das pontas o Terciário de baixa produtividade e noutra o Terciário de alta produtividade. (OLIVEIRA, 2011, p.87, grifos nossos)

Esse processo de acumulação de capital historicamente realizado no Brasil privilegiaria a concentração de capitais, fruto da enorme necessidade da indústria de duráveis em reunir capitais para conseguir produzir inserindo tecnologia sofisticada na produção. O fruto direto desse processo seria a inviabilização de capitais de menor porte e a geração de grandes monopólios no setor. Alia-se a isto a criação de uma burocracia estatal altamente remunerada, que garantiam o consumo destes bens de alto valor, pois diretamente oposta estava o poder de compra da enorme maioria da classe trabalhadora que tinha o seu salário mínimo congelado sobre um arrocho e o processo inflacionário que já durava anos. Soma-se ainda o fato de que se por um lado houve uma queda real nos salários da maioria da classe trabalhadora que já tinha uma renda mais baixa, por outro, seletivamente, ocorreu um relativo

aumento salarial em setores médios, responsáveis pelo aumento no consumo de bens duráveis, garantindo assim a realização daquela acumulação capitalista. (MENDONÇA, 2003).

Este é um momento em que, para as classes dominantes, foi necessário, para impor seu projeto, o desmanche da democracia representativa e a organização de um estado mais autoritário, onde “insatisfeitos” e opositores não tivessem a oportunidade de desviar o país do projeto de desenvolvimento capitalista internacionalizante. Pois que a via política estabelecida, a da democracia representativa, certamente limita o avanço do projeto capitalista naquele contexto histórico. “Jango” defendia uma série de reformas de base, como a reforma agrária e a reforma urbana, que tinham um grande apoio por parte dos movimento populares, pois se propunham a democratizar o acesso a terra e o direito à moradia no Brasil, o que obviamente não beneficia nem um pouco a burguesia e os latifundiários.

No período anterior ao golpe, sobretudo em 1963, grandes vitórias foram conquistadas pelo movimento dos trabalhadores, inclusive do ponto de vista das sentenças judiciais exaradas pela Justiça do Trabalho, onde não só haviam decisões favoráveis à recomposição salarial de acordo com a inflação como também acima desta. (TEIXEIRA, 2016). Essa é uma demonstração de que este período anterior ao golpe de 1964 é marcado por uma maior absorção das demandas das classes subalternas por parte do Estado no Brasil.

Além disto esgotava-se o modelo de substituição de importações e a rápida industrialização então verificada, teve seus índices de crescimento reduzidos, de forma mais brusca, a partir do Governo Juscelino Kubitschek e a melhor alternativa visualizada por parte das classes dominantes era a rompimento com este projeto populista, como podemos verificar no trabalho de Virgínia Fontes e Sônia Mendonça:

A partir da década de 50, algumas alterações de extrema importância ocorreram no processo industrial com a súbita criação da indústria de bens de consumo duráveis. Na gestão Kubitschek (1956-1961), o Plano de Metas, a construção de Brasília e principalmente o estímulo à entrada de capitais estrangeiros, impulsionaram a produção automobilística, seguida de perto pela de eletrodomésticos. Esse setor industrial, composto pelo grande capital internacional (embora admitindo sócios locais), rapidamente constituiu-se no motor de arranque da economia, exigindo, entretanto, elevado fluxo de importações para montagem de equipamentos e envio de lucros a suas matrizes. (FONTES e MENDONÇA, 1991, p. 8-9)

Para opor-se a esta situação foi formulada a ideologia da segurança nacional que é “um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 2005. p. 27)

A partir do uso dos conceitos de hegemonia e crise de hegemonia propostos por Antonio Gramsci entendemos que as classes dominantes brasileiras estariam, neste momento, entre 1962-1963, vivendo um momento de crise da sua hegemonia no bloco histórico (GRAMSCI, 2007) vigente na sociedade brasileira, tendo que aceitar um presidente que propunha reformas, as quais, por mais que não fossem de total ruptura com a ordem burguesa estabelecida, contrapunham-se ao projeto de exploração e acumulação capitalista delineado não só pelas classes dominantes como também pelas empresas multinacionais, sobretudo as americanas, para o Brasil naquele momento histórico (PORTELLI, 2002).

Essa articulação entre os interesses das classes dominantes brasileiras e do capital internacional era fundamental para garantir a hegemonia dos países capitalistas na América Latina. Esse tipo de articulação e intervenção não é estranha à história do capitalismo, ao contrário, fazem essencialmente parte da política moderna encontrando sua plenitude na diplomacia do capitalismo contemporâneo, como observamos em Gramsci a partir das bases lançadas por Maquiavel.

A crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2007, p.60)

Um elemento que fazia crescer as preocupações da burguesia brasileira e suas aliadas internacionais para com a crise da sua hegemonia naquele contexto era a relação mantida pelo PCB – Partido Comunista Brasileiro com o governo de Jango:

Com a posse de João Goulart, a ideologia do PCB parecia encontrar uma base real de sustentação política. Os comunistas viam em seu governo um passo importante para efetiva libertação nacional. O chamado populismo de esquerda e o PCB tinham muitos pontos de contato, ambos reivindicando a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal remanescente no campo. (RIDENTI, 2010)

Portanto, o golpe empresarial militar de abril de 1964 cumpriria o papel de garantir de forma violenta a construção de um novo bloco histórico com uma nova relação de forças, garantindo assim uma hegemonia burguesa no Brasil. Para isso, as classes dominantes brasileiras lançaram mão das forças armadas e instalaram um golpe de estado no país

Seguindo à risca os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na qualidade de força dirigente, as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia,

manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social. (BORGES in: FERREIRA e DELGADO, 2009, p. 21)

Nos ajuda aqui o entendimento de Marx (2011c) esboçado em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* que enquanto a hegemonia burguesa não está desenvolvida plenamente em um Estado Nacional, de modo que os subalternos aceitem pelo consentimento a dominação burguesa, o antagonismo de classe se mantém explícito e a coerção cumpre um papel primordial na garantia do domínio de classe, na manutenção do estado.

Enquanto a dominação da classe burguesa não se organizasse totalmente, enquanto não adquirisse a sua expressão política pura, o antagonismo em relação às demais classes tampouco podia aparecer de forma pura, e, onde aparecesse, não teria como assumir aquela versão perigosa que transforma toda luta contra o poder estatal em luta contra o capital. Vendo em cada manifestação de vida da sociedade uma ameaça à “tranquilidade”, como ela poderia querer manter no topo da sociedade o regime da intranquilidade, o seu próprio regime, o regime parlamentarista, esse regime que, segundo a expressão de um dos seus oradores, vive na luta e pela luta? O regime parlamentarista vive da discussão; então, como poderia proibir a discussão? Cada interesse, cada instituição social é transformada por ele em ideia universal, tratada como ideia; como poderia algum interesse, alguma instituição a firmar-se acima do pensamento e impor-se como artigo de fé? (MARX, 2011c, p.81)<sup>11</sup>

O golpe de 1964 teve um diferencial importante em relação à história dos militares na política brasileira. Se até aquele momento eles haviam ocupado um espaço coadjuvante na articulação política ou na disputa cotidiana, usando seu poder específico para garantir os interesses das classes dominantes e dos grupos no poder, estabelecendo uma ordem institucional, desta vez a intervenção não se encerrou em passar a faixa ao novo presidente. 1964 marca um novo momento no intervencionismo militar, agora instrumentalizado por quase duas décadas de funcionamento da ESG – Escola Superior de Guerra. Formada a partir de uma nova lógica de militarismo na política a partir da Doutrina de Segurança Nacional, os militares assumiram o papel de gerentes do negócio e tomariam a direção da política nacional. (BORGES in: FERREIRA e DELGADO, 2009).

Uma interpretação muito conhecida quanto ao intervencionismo militar é da Alfred Stepan, consagrada em *Os militares na política* (1975), onde na interpretação do autor 1964 não seria a primeira vez que os militares tomaram para si o papel intervencionista para decidir

<sup>11</sup>Aqui Marx está tratando do surgimento de um novo momento da dominação de classes, o Estado Moderno, um Estado que paulatinamente vai se ampliando. Antonio Gramsci é quem compreendeu e elaborou melhor sobre a especificidade do Estado Ampliado no capitalismo, de modo que a partir de uma compreensão gramsciana deste trecho citado de Marx sobre a história da França podemos localizar este momento como uma crise de hegemonia. Mais adiante neste capítulo, no tópico 1.5 *Estado e política em Marx e Gramsci*, discutiremos mais sobre estado ampliado, hegemonia, crise de hegemonia e outros conceitos gramscianos em diálogos com a elaboração de Marx sobre Estado.

os rumos do país em momentos decisivos. Essa visão mostra que desde o império os militares têm feito intervenções na vida política e causado importantes nas mudanças do país, desde intervenções pontuais das políticas locais até a destituição de governantes e sistemas políticos como no caso da intervenção militar dirigida por Deodoro da Fonseca que foi responsável pela saída de D. Pedro II e garantiu a proclamação da república, como também, no outro sentido, a garantia da chegada ao poder de outros governantes, como em 1955 quando parte das forças armadas asseguraram a posse de Juscelino Kubitschek abortando um golpe que vinha sendo articulado por outra parte das forças armadas e setores civis. Entendemos que apesar de útil, essa interpretação reduz a complexidade da articulação das classes dominantes para hegemonia o Estado assim como foi demonstrado por Dreifuss (1981) em seu estudo sobre o golpe de 1964.

Há na historiografia uma discussão em torno do protagonismo dos setores civis que apoiaram o golpe na construção do regime. Particularmente nossa opinião é a de que este período pode ser chamado de ditadura civil-militar, com grande protagonismo da burguesia, dentre os setores da sociedade civil pois, sem a conspiração conectada entre a classe dominante e empresarial e a maior parte da cúpula militar, sobretudo no setor dos oficiais e na Escola Superior de Guerra, aquele projeto provavelmente teria fracassado.

Foi um momento de pactuação entre os diversos grupos conflitantes intraclasses dominantes, havendo grande e acirrada concorrência entre os setores burgueses para decidir quem dirigiria o novo bloco no poder, tanto no campo<sup>12</sup>, como na cidade. René Dreifuss em extensa pesquisa sobre a articulação de diversos segmentos das classes dominantes na organização do golpe de 1964 defende que o espaço de encontro, produção intelectual e conspiração golpista foi o complexo formado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais – IPES e o Instituto Brasileiro da Ação Democrática – IBAD. Neles reuniram-se os setores mais conservadores da burguesia produzindo farta propaganda ideológica anticomunista, financiando campanhas eleitorais alinhados com o programa conservador, sendo peça chave na mobilização das Marchas de Deus Pela Liberdade e incentivando as forças militares, já com fortes tendências golpistas alimentadas pela Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra, a agir e “retirar o país das mãos de tendências comunizantes” (DREIFUSS, 1981).

12 Sobre os conflitos e disputas dentro dos setores da burguesia agrária no período do golpe e durante a ditadura militar conferir MENDONÇA. Sonia R. de. A Classe Dominante Agrária – natureza e comportamento 1964 – 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 32-34. Onde a autora trabalha a grande disputa pela direção no campo brasileiro sobretudo a partir da ferrenha competição entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira, os dois maiores aparelhos privados de hegemonia da burguesia agrária brasileira.

Interpretando o capitalismo brasileiro como tardio e associado transnacionalmente, o autor foca sua pesquisa em entender o papel dos *intelectuais orgânicos* do capitalismo brasileiro, sendo eles diretores de multinacionais; tecnoempresários; tecnoburocracia; oficiais militares (ESG). O autor estudou a partir do viés gramsciano a atuação nos primeiros anos da década de 1960 dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes – que o autor chama de elites orgânicas – no Brasil: FIESP, CIESP, Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), Associação Brasileira das Indústrias de Base (ABDIB). (DREIFUSS, 1986).

Em sua pesquisa o René Dreifuss percebe a formação de um novo polo entre as elites orgânicas no Brasil, antipopulista e elitista, baseado no ideário da ESG. Jânio Quadros ao vencer coloca estes setores – administração paralela – no governo e resolve a ânsia por representatividade do bloco multinacional, porém é frustrada com a renúncia do presidente eleito na chapa liderada pela moralista UDN e a chegada a presidência de Jango, que foi o vice-presidente na chapa PTB/PSD encabeçada pelo Marechal Henrique Lott<sup>13</sup>.

Instala-se então uma crise da convergência populista e articulação um novo bloco hegemônico através da burguesia subordinada, iniciam-se os preparativos para o golpe consumado em abril de 1964. Nesse meio é articulado o processo de gestação de um novo bloco no poder caracterizado por uma movimentação de diversos setores das classes dominantes brasileiras, migrando do antigo bloco de apoio a política trabalhista PTB/PSD para um novo bloco que vai dar sustentação ao golpe de 64 e, por seguinte, a ditadura civil militar. A ação de cultivo do novo bloco inicia-se através da Consultec, CBP, IBAD, ESG, FGV visando elaborar formas de tomar o Estado Restrito do antigo bloco populista. A candidatura de Jânio foi a última tentativa deste setor de tomar o poder pelos meios eleitorais.

As elites orgânicas então promovem a unificação da classe capitalista no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES, Estado-Maior deste novo bloco histórico burguês. A partir de então começa a se produzir a fase político-militar da mudança de bloco no poder, “o complexo IPES/IBAD/ESG (o IBAD como um dos braços táticos e a ESG como componente militar-ideológico – sem tropa – de uma campanha civil-política) representou a face político-militar da ascensão do bloco multinacional e associado” (DREIFUSS, 1986, p.140). A Elite orgânica conjuga-se em partido:

13 Nesse período a votação para presidente e vice-presidente era separada, de modo que o era possível haver a eleição de um presidente de uma chapa e o vice de outra, assim como ocorreu em 1960 com as eleições de Jânio Quadros para presidente e João Goulart para a vice-presidência.

Com a formação do IPES como organização civil-militar, a elite orgânica dos interesses multinacionais e associados atingiu a “fase mais puramente política”. A elite orgânica, como verdadeiro ‘partido’ dos novos interesses, organizou atividades ostensivas e encobertas nas áreas política, ideológica e militar, até que o complexo ESG/Forças Armadas (...), como poder de classe preparado e predisposto no aparelho do Estado, eclipsou o complexo IPES/burguesia e ocultou as características imediatas de classe no movimento civil-militar. (DREIFUSS, 1986, p. 141)

O Bloco Multinacional associado estabelece o processo de ascendência político-militar: “A manobra, então, só foi reconhecida na sua aparência militar e paramilitar e justificada por uma ideologia de segurança nacional, legitimada pela ESG. Mas sob a bandeira das Forças Armadas, como único partido da ordem, o complexo IPES/IBAD agiu para desfechar o golpe de Estado.” (DREIFUSS, 1986, p.141). Estabelece-se uma nova estratégia e tática das elites orgânicas ascendentes:

O objetivo estratégico da elite orgânica foi o de estabelecer-se nas instituições do Estado e de realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas, reivindicadas pelos interesses representados no IPES. Taticamente, a elite orgânica desenvolveu uma ampla campanha, através da mídia e de outros meios, visando à manipulação da opinião pública em geral e à doutrinação do empresariado em particular, buscando forjar estes interesses numa força política ‘para si’. Além disso, procurou desarticular a solidariedade da classe trabalhadora industrial e a sua articulação nacional; conter a mobilização e a sindicalização rural; dar apoio às clivagens ideológicas de centro-direita na estrutura eclesiástica; desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e na administração pública. (DREIFUSS, 1986, p.142-143)

Mesmo empenhada em grande ativismo para consentir as classes subalternas em seu projeto, o IPES não consegue evitar seguidas derrotas para as forças de esquerdas e nacional reformistas no movimento estudantil, no meio rural e na classe trabalhadora. Ou seja, fracassam em reprimir a conscientização política das classes trabalhadoras.

O fracasso em reprimir a conscientização política das classes trabalhadoras e a surpreendente capacidade do Executivo não somente de sobreviver, mas de consolidar-se e ganhar novas posições, reforçaram a determinação da elite orgânica de tomar de assalto a sociedade política estabelecida, cortando abruptamente a crescente mobilização nacional-reformista da sociedade civil. (DREIFUSS, 1986, p. 143)

O sucesso na articulação das diversas frações das classes dominantes e no amplo ativismo empresarial promove o IPES ao estatuto de mediador do poder entre sociedade civil e sociedade política das classes dominantes no Brasil. Após o golpe o IPES assume o discurso da “racionalidade tecnocrática”, do tecnocratismo voltado aos interesses das elites orgânicas golpistas.

“(...) o IPES impôs, ao mesmo tempo, uma modernização da estrutura econômico-administrativa e uma reformulação do aparelho de Estado, que beneficiou

amplamente as classes empresariais e os setores médio da sociedade. O programa do IPES, além do golpe de estado de abril de 1964, levou o país a reinserir-se no sistema transnacional de produção e a uma profunda transformação em sua opção capitalista.” (DREIFUSS, 1986, p.147)

Tomando ainda a síntese proposta por Gilberto Calil podemos entender que “O IPES tornou-se o Estado maior para a ação ideológica, política e militar da burguesia brasileira e permitiu a unificação dos diferentes setores da burguesia brasileira – industrial, comercial e agrária – em torno do golpe de Estado. (CALIL, In: MATTOS e VEGA, 2014, p.27).

Mas articulação e ativismo empresarial não se encerrou no golpe, pelo contrário, se intensificou nos anos seguintes, multiplicando a quantidade e o poder dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes no Brasil, e assim como verificamos no trabalho de Virgínia Fontes:

A modernização capitalista acelerada – a ferro e fogo – sob a ditadura militar, entretanto, aprofundaria as formas associativas pré-existentes – aparelhos privados de hegemonia – em grande parte ligados aos próprios setores dominantes e expressando interesses corporativos empresariais, uma vez que a seletividade repressiva e autocrática estrangulava as vias de crescimento das entidades organizativas populares. Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setores e ramos da produção a partir da década de 1970, as chamadas ‘associações paralelas’, que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial, de cunho corporativo-estatal. (FONTES, p. 224-225)

Todavia, para além da discussão sobre o ativismo empresarial conservador na gestação e manutenção do golpe é até passível de consenso na bibliografia sobre o período que este foi o período onde os militares mais influíram na política brasileira, assim como assinala Nilson Borges:

Até 1964 o aparelho militar brasileiro se posicionou na condição arbitral tutelar, isto é, com a ameaça ou em meio a uma crise institucional, os militares deixavam os quartéis e intervinham na ordem política para, logo em seguida, transferir o poder aos civis. Após o processo intervencionista, já com os civis na direção do Estado, as Forças Armadas abandonavam o papel de árbitros e transformavam-se em forças tutelares, estabelecendo os limites da ação civil. Porém, a partir de 1964, as Forças Armadas intervêm no processo político, sem, contudo, transferir o poder aos civis, agindo, nesse novo contexto, como atores dirigentes e hegemônicos (BORGES in: FERREIRA e DELGADO, 2009, p.16).

Para cumprir o objetivo de restaurar a hegemonia burguesa na sociedade brasileira foram promovidos ataques contundentes à maioria dos mecanismos de mudança ou reforma da ordem, por dentro ou por fora da institucionalidade. Houve intervenção militar em praticamente todas as instâncias de poder do país, desde o Congresso Nacional até os sindicatos. Imposição do bipartidarismo e formulação de uma nova constituição que

legitimava um regime institucional regulado por Atos Institucionais que centralizava o poder político na mão do executivo e dos militares.

A classe trabalhadora pouco pôde resistir ao golpe. A maior parte dos sindicatos estavam sob a direção de grupos de sindicalistas que superestimavam a capacidade de resistência do presidente da república e do seu grupo no poder, ou mesmo creditavam aos oficiais das forças militares uma ideologia republicana, “legalista”, ou mesmo progressista, que eles, em sua grande maioria, não tinham. Este desarme e ilusão de uma suposta ideologia anti-imperialista da burguesia nacional tinha relação com os próprios limites do sindicalismo brasileiro àquele período, que

se lançou com vigor numa pauta política de reformas comandada por um segmento da classe dominante comprometido com a proposta de conciliação de classes e, por isso mesmo, incapaz de tomar a frente de um processo de resistência popular efetiva à quebra da constitucionalidade e à ditadura. A facilidade com que a ditadura utilizou-se dos recursos da legislação sindical para reprimir os movimentos esclarece um outro limite: o imposto por uma estrutura oficial que os setores mais combativos do sindicalismo procurara adequar aos interesses dos trabalhadores, mas contra o qual lutou-se pouco. Porém, nada disso deve impedir a avaliação da importância e representatividade das lutas travadas pelos trabalhadores no início dos anos de 1960. Uma importância percebida pelos que articularam o golpe e instalaram a ditadura, justamente para travá-las (MATTOS, In: MATTOS e VEGA, 2014. p. 180).

No desmonte das estruturas democráticas do Estado Burguês, foi forjado um amplo aparato de repressão para destruição dos partidos políticos, organizações de esquerda, movimentos sociais, ou toda e qualquer forma de resistência popular as medidas governamentais. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que já existia desde o período do Estado Novo, teve seu poder de operação ampliado e foi criado o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), ambos para orquestrar a política de repressão e perseguição instalada pelo estado brasileiro. Torturas, sequestros, assassinatos, prisões, exílios, censuras, e toda uma gama de agressões foram as opções do estado brasileiro para inibir e reprimir as forças democráticas e de esquerda do país.

Dentre os diversos papéis exercidos pelo aparelho militar, o que mais sobressaiu foi o aparelho repressivo, organizado e implementado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), com base no escopo teórico da Doutrina de Segurança Nacional. O próprio General Golbery o chamava de monstro, em virtude do seu crescimento desmesurado e de suas ações terroristas (BORGES in: FERREIRA e DELGADO, 2009, p.16).

Ainda no período anterior ao golpe, enquanto na presidência do Estado havia um líder populista que inclusive dialogava com os comunistas do PCB, se gestava um golpe

militar contra o governo Jango tendo como base de apoio setores conservadores da classe média. Maior expressão destas classes médias pró-golpe foram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que, com apoio da maioria da mídia da época, rivalizava com os massivos protestos de movimentos populares pelas reformas de base e ocupavam as ruas aos milhares em apoio a uma intervenção militar, com grande destaque para as “mobilizações” no Estado de São Paulo.

Foram criados grupos femininos conservadores para “arregimentar a opinião pública para o golpe militar de 1964”, nos principais estados e cidades do país. Esses grupos revelariam grande capacidade mobilizadora, por exemplo, por ocasião das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” que, lideradas pelas mulheres na sua fachada, arrastaram milhares de pessoas às ruas de todo o país, antes e logo depois do golpe, contando com a adesão de religiosos, de governos estaduais e municipais, bem como do empresariado, inclusive com a dispensa do serviço e facilidades nos transportes. Isso explica parcialmente a participação maciça, naqueles eventos, de camadas sociais médias diferenciadas e até operários, ligados à Igreja.

Não há como negar a eficiência mobilizadora das classes dominantes, que souberam canalizar politicamente a insatisfação com a alta da inflação e do custo de vida, apelando para a religiosidade anticomunista arraigada em amplos segmentos da população. Interessava fazer a intervenção militar aparecer como fruto de um chamamento popular contra a ação dos “comunistas” e dos “corruptos”, até para convencer a oficialidade legalista da necessidade do golpe para salvar a pátria (RIDENTI, 2010, p.199).

Baseados no apoio destas camadas médias da população os militares golpistas e os apoiadores do golpe de 1964 chamam este evento de “revolução democrática”. Nós acreditamos que é equivocado chamar este episódio de “revolução”, para nós, assim como para Florestan Fernandes

A palavra revolução tem sido empregada de modo a provocar confusões. Por exemplo, quando se fala de “revolução institucional”, com referência ao golpe de 1964. É patente que aí se pretendia acobertar o que ocorreu de fato, o uso da violência militar para impedir a continuidade da revolução democrática (a palavra correta seria contrarrevolução: mas quais os **contrarrevolucionários** que gostam de se ver na própria pele?) (FERNANDES in: PRADO JUNIOR & FERNANDES, 2007. p. 55, grifos nossos).

Há ainda uma recente vertente historiográfica que ao se deparar com o apoio de setores conservadores das classes médias ao golpe de 1964 relativizam os interesses classistas desta interrupção democrática dando a entender algum nível de cumplicidade da “sociedade brasileira”<sup>14</sup>, como podemos observar na crítica realizada por Demian Melo aos recentes trabalhos sobre o tema de Reis Filho<sup>15</sup>:

14 Exploraremos mais este tema do que vem sendo chamado por muitos historiadores como *revisionismo* historiográfico da ditadura brasileira no capítulo 3 desta dissertação.

15 Cf. REIS FILHO, 2014.

Em vez de o termo “civil-militar” se ligar à participação de fortes interesses classistas tanto na articulação golpista quanto no caráter do regime ditatorial, parte da historiografia vem defendendo a mistificação calcada na ideia de algo como uma cumplicidade da “sociedade brasileira” com a ditadura militar, como se fosse possível a existência de uma tal “sociedade” como uma coisa homogênea (MELO, 2014, p. 168).

De toda forma, o efeito deste processo foi o enfraquecimento sistemático dos espaços de organização popular. Exemplo disso é o desmanche da articulação do movimento sindical brasileiro, que após o golpe sofre uma série de medidas no sentido de vincular mais ainda o sindicalismo brasileiro as linhas políticas aplicadas pelo Estado. Como relata Jacob Gorender:

De 1964 a 1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos a metade deles de trabalhadores da indústria. Das seis confederações de empregados, quatro sofreram intervenção. Nos anos 64-65, concentraram-se 70% das intervenções ministerialistas. Ao mesmo tempo, o governo Castelo Branco pôs em vigência legislação quase proibitiva do direito de greve (somente as greves contra atrasos de pagamento terão alguma tolerância) e revogou conquistas importantes de categorias profissionais como os ferroviários, portuários e estivadores, marítimos e petroleiros (GORENDER, 1987, p.141).

Foram centenas de sindicatos que, entre 1964 e 1968, sofreram intervenções da ditadura, onde seus antigos diretores vinculados ao PCB e demais partidos de esquerda foram presos e exilados, e em seu lugar foram inseridos novos sindicalistas, chamados de interventores, ligados ao Ministério do Trabalho do governo ditatorial e treinados por institutos sindicais desenvolvidos pela CIA e governo americano, como o IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, o IBADE – Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o ICT – Instituto Cultural de Trabalho (ROSSI e GERAB, 2009). Como argumenta Marcelo Badaró Mattos:

Os instrumentos já estavam dados pela própria CLT, que facultava ao Ministério do Trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores. Assim, tão logo o golpe consolidou-se o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação dos direitos políticos e a instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar à prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio (MATTOS, 2009. p. 101).

As lutas sociais sejam no meio estudantil, trabalhista, ou mesmo, camponês, foram sendo paulatinamente combatidas com um grau de destruição e ódio de classe de larga escala. As ligas camponesas lideradas por Francisco Julião foram dissolvidas, a sede da UNE, na Praia do Flamengo – Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada e durante alguns anos o movimento social brasileiro ficou acuado diante da repressão e perseguição.

O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de suas ideias. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o “terremoto” de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política. Era hora de “autocrítica”, de questionar os erros que teriam levado à derrota das esquerdas em 1964 (RIDENTI, 2010. p. 29).

Como tipologia geral dos trabalhos sobre o golpe de 1964 Lucília de Almeida Neves Delgado defende que podemos ter um espectro das interpretações entre os brasilianistas e a historiografia brasileira, entendendo: a) interpretações estruturalistas e funcionais; b) interpretações que enfatizam o caráter preventivo da intervenção civil e militar; c) análises que privilegiam a versão conspiratória; d) interpretações que destacam as ideias de ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia (DELGADO in REIS FILHO; RIDENTI; MOTTA, 2004). Nós entendemos esta tipologia como útil porém insuficiente para a compreensão do debate em torno do golpe. Em alternativa a esta tipologia, concordamos com o balanço sobre a historiografia do golpe de 1964 feita por Mattos (2004), onde defende que

pode-se situar a maior parte da produção recente a respeito do governo Goulart como decisivamente influenciada pela perspectiva de uma “história política renovada” (...) Dos estudos assim orientados surgem importantes iluminações a respeito da dinâmica de tomada de decisões por parte dos gestores do Estado, assim como a respeito do embate entre memórias rivais sobre aquele marco central para o nosso tempo presente (...) Sente-se, porém, a falta de umnexo maior entre tal análise política e a história social daquele período (...) para além dos embates entre ‘esquerdas’ e ‘direitas’, ou melhor, explicando-os, encontramos interesses sociais distintos e conflitantes, que se manifestam em diferentes projetos de poder. Algo que a historiografia sobre o período costumava tomar como relevante, a exemplo do clássico estudo de Moniz Bandeira, publicado em 1978 (...) Para Bandeira, após desenvolver uma análise das lutas sociais do período, não havia dúvidas em afirmar que “o golpe de Estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade dos homens de negócios e pelos proprietários de terras, constituiu nitidamente um episódio da luta de classes...” (MATTOS, 2004).

A partir da nossa observação do debate que tem se acirrado entre aqueles que concluem que o golpe de 1964 foi de direita mas que poderia ter sido de esquerda, pois ambos não mantêm profundo compromisso com a democracia e aqueles que, discordando dessa linha, explicam o golpe militar como fruto de um projeto civil-militar de alinhamento com O projeto de desenvolvimento capitalista orquestrado a nível internacional, entendemos que esta última linha é a que melhor dá conta da realidade referente às questões gerais e estruturais para o golpe de 64, privilegiando assim uma boa interpretação política e historiográfica.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Essa linha interpretativa a qual esboçamos aqui será conduzida durante todo o texto mas chegará a uma pequena contribuição ao debate na conclusão do último capítulo, especificamente no tópico 3.6 *A Guerra da*

De todo modo, o golpe veio à tona para tentar “virar o jogo” e garantir a aplicação no Brasil de uma política de desenvolvimento dependente e sintonizada com os ditames do capital internacional e com apoio dos EUA. Os efeitos práticos dessas políticas foram catastróficos para a manutenção diária da vida entre a classe trabalhadora. Como define Francisco de Oliveira:

A Pesquisa de Padrão de Vida da Classe Trabalhadora da Cidade de São Paulo, empreendida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos — DIEESE — em 1969, chegou à conclusão de que entre 1958 e 1969, houve uma redução no salário real do chefe de família trabalhadora-tipo de 39,3%, enquanto a renda real total da família havia caído 10% no mesmo período; para lograr o precário equilíbrio de uma renda real 10% abaixo do nível de 1958, a família trabalhadora-tipo havia duplicado a força de trabalho empregada: de 1 membro ocupado em 1958 passou para 2 membros em 1969 (OLIVEIRA, 1972, p. 56).

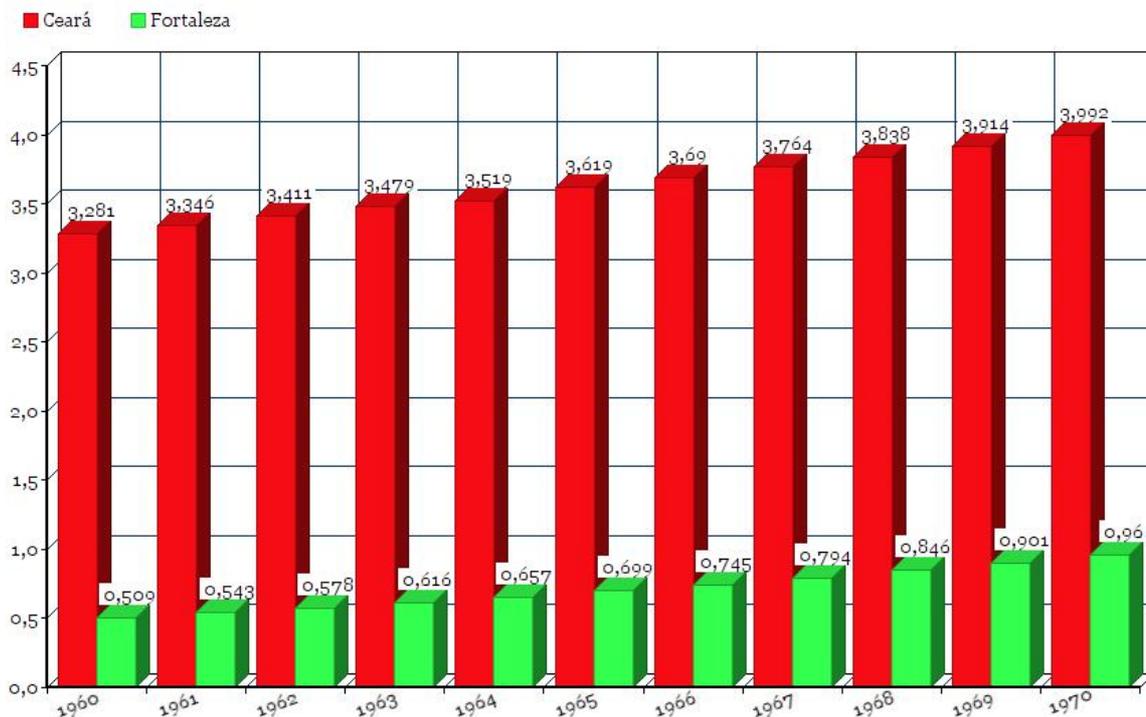
Porém, mesmo com toda a repressão e intervenção da ditadura militar junto aos instrumentos de organização da classe trabalhadora, somado a uma boa capacidade de resistência que as organizações de esquerda manteriam, após o golpe começam a haver diversos movimentos na sociedade que demonstravam insatisfação com a política intervencionista do regime, como revela Marcelo Ridenti,

Entre 1964 e 1968, contudo, não se fizeram sentir os resultados da política econômica do governo, que perdeu apoio junto às camadas médias da população e aos pequenos empresários e comerciantes, prejudicados pela recessão, sem contar a maioria dos trabalhadores, submetidos ao arrocho salarial e à ameaça virtual de emprego. Começaram a ressurgir lentamente os movimentos sociais de oposição, no interior dos quais procuravam inserir-se, como podiam as organizações de esquerda (RIDENTI, 2010, p.166).

## 1.2 NO CEARÁ VIVER (E LUTAR) É MELHOR DO QUE SONHAR!

O Ceará na década de 1960 era um Estado incipiente em vários quesitos, mas também em rápido crescimento, a começar por sua população que saltou em cerca de 20% nesta década, como podemos observar no gráfico abaixo:

Figura 5: População Estimada do Ceará e de Fortaleza de 1960 a 1970 (por 1 mi hab.)



Fonte: elaboração do autor a partir de IBGE, Anuário Estatístico do Brasil (1969). Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969, p.41.

A população estimada de Fortaleza em 1º de julho de 1968 era de 846.069, com uma densidade demográfica de 2.518 (hab/km<sup>2</sup>) e sua região metropolitana, que naquela ano somava as cidades de Aquiraz, Caucaia, Maranguape e Pacatuba, tinha uma população estimada de 999.278 habitantes, com uma densidade demográfica de 285,47 (hab/km<sup>2</sup>).

Neste período a indústria cearense vivia um momento de crescimento graças aos investimentos gerados pelo governo sobretudo através da SUDENE e do Banco do Nordeste, que inclusive tinha sua sede na capital cearense. Destacavam-SE, especialmente, a indústria têxtil, metalurgia e a indústria de óleos<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Apresentaremos mais detidamente os números da indústria de óleos e castanha no segundo capítulo

Figura 6: Número de empregados e os salários pagos a estes no Ceará em 1968

## 4.3.2 — EMPRÊGO

## 4.3.2.1 — Número de empregados e salários pagos, segundo os ramos de atividade e classes de salário, por Unidades da Federação — 1968

f) Ceará

| RAMOS DE ATIVIDADE                            | TOTAL     | CLASSES DE SALÁRIO (Cr\$) |             |              |              |              |              |              |              |                 |
|---|-----------|---------------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
|   |           | Menos de 80               | De 80 a 119 | De 120 a 159 | De 160 a 199 | De 200 a 399 | De 400 a 599 | De 600 a 799 | De 800 a 999 | De 1 000 e mais |
| NÚMERO DE EMPREGADOS                          |           |                           |             |              |              |              |              |              |              |                 |
| TOTAL.....                                    | 53 385    | 2 652                     | 30 899      | 5 731        | 3 447        | 7 121        | 1 585        | 741          | 611          | 598             |
| Indústria.....                                | 26 648    | 1 743                     | 18 032      | 2 524        | 1 601        | 1 892        | 412          | 139          | 122          | 183             |
| Comércio.....                                 | 10 964    | 401                       | 6 683       | 1 543        | 474          | 1 314        | 288          | 117          | 53           | 91              |
| Empresas de seguros e crédito.....            | 4 154     | 33                        | 530         | 351          | 322          | 1 311        | 622          | 390          | 399          | 196             |
| Transportes marítimos, fluviais e aéreos..... | 340       | —                         | 84          | 66           | 42           | 109          | 29           | 2            | 4            | 4               |
| Transportes terrestres.....                   | 3 144     | 87                        | 1 350       | 75           | 66           | 1 489        | 21           | —            | 2            | 54              |
| Comunicações, publicidade e radiodifusão..... | 1 301     | 30                        | 666         | 305          | 101          | 138          | 24           | 21           | 9            | 7               |
| Saúde, educação e cultura.....                | 3 005     | 87                        | 1 684       | 456          | 442          | 231          | 78           | 10           | 1            | 16              |
| Serviços.....                                 | 3 829     | 271                       | 1 870       | 411          | 399          | 637          | 111          | 62           | 21           | 47              |
| SALÁRIOS PAGOS (Cr\$)                         |           |                           |             |              |              |              |              |              |              |                 |
| TOTAL.....                                    | 8 889 397 | 187 040                   | 2 768 555   | 789 898      | 608 006      | 1 911 804    | 761 168      | 499 066      | 533 874      | 829 986         |
| Indústria.....                                | 3 522 331 | 118 824                   | 1 594 837   | 350 775      | 278 841      | 499 562      | 192 605      | 96 326       | 112 624      | 277 937         |
| Comércio.....                                 | 1 693 933 | 29 418                    | 599 932     | 211 612      | 83 168       | 362 509      | 142 063      | 83 268       | 47 231       | 134 732         |
| Empresas de seguros e crédito.....            | 1 701 355 | 2 583                     | 53 228      | 49 107       | 58 252       | 402 175      | 300 076      | 254 635      | 341 878      | 239 421         |
| Transportes marítimos, fluviais e aéreos..... | 78 075    | —                         | 7 904       | 8 902        | 7 576        | 29 961       | 13 511       | 1 421        | 3 520        | 5 280           |
| Transportes terrestres.....                   | 578 566   | 6 623                     | 117 713     | 10 531       | 11 088       | 348 812      | 10 569       | —            | 1 800        | 71 430          |
| Comunicações, publicidade e radiodifusão..... | 211 641   | 1 832                     | 64 991      | 42 580       | 18 341       | 35 939       | 11 498       | 14 460       | 7 714        | 14 285          |
| Saúde, educação e cultura.....                | 437 486   | 6 647                     | 156 984     | 60 637       | 80 921       | 63 599       | 36 495       | 6 651        | 893          | 24 609          |
| Serviços.....                                 | 666 010   | 21 113                    | 172 966     | 55 704       | 69 819       | 169 247      | 54 351       | 42 305       | 18 214       | 62 291          |

FONTE — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

NOTA — Vêde nota da tabela 4.3.2.1.a).

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico Brasil (1970). Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970<sup>18</sup>.

Vejamos que já em 1968 a indústria tem um papel muito relevante na economia cearense, sendo responsável por metade do emprego e cerca de 40% do pagamento da força de trabalho na iniciativa privada e urbana no Ceará. É o que podemos observar nesta pesquisa realizada pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (IBGE, 1970)<sup>19</sup>.

Quanto ao impacto do golpe, o Ceará viveu um processo muito semelhante ao restante do país. No estado havia um trabalho de décadas do PCB, que começara ainda em 1927 na cidade de Camocim (SANTOS, 2000) e se espalhara por todo o estado. Várias eram as entidades e organizações que eram alcançadas pela ação da esquerda, não só do PCB, mas também de setores ligados à Igreja (que depois fundariam a AP – Ação Popular), entre estas estavam a FALTAC – Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do

18 “NOTA — Resultados da apuração, por amostragem dos formulários da ‘Lei dos 2/3’. Os dados divulgados não incluem os empregados rurais, os funcionários públicos civis e militares, nem os autônomos (sem vínculo empregatício)” (IBGE, 1970, p. 539)

19 É importante levar em consideração que: a) estes dados do IBGE no período abarcam apenas a força de trabalho urbana e vinculada a iniciativa privada; b) este é um momento em que as atividades rurais são responsáveis por fátia importantíssima da economia nacional e ainda emprega boa parte da população.

Ceará, Sindicato dos Ferroviários, Sindicato dos Têxteis, Sindicato da Construção Civil, e vários outros unificados em torno do Pacto Sindical, além de entidades estudantis da Universidade do Ceará (atual UFC), o CLEC – Centro Lical de Educação e Cultura, do Colégio Estadual Liceu, UEE – União Estadual dos Estudantes – Ceará, e da CESC – Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará. Todas estas organizações sofreram intervenção direta após o golpe, como aborda Airton de Farias:

As primeiras notícias sobre o levante militar chegaram a Fortaleza ainda na noite de 31 de março, pelo rádio, então o principal meio de comunicação de massa. Pelos depoimentos colhidos junto a nossos entrevistados, eram informações confusas, contraditórias, sem detalhes precisos. A única certeza era que o tão propalado golpe de estado estava finalmente acontecendo, o que não significava que o episódio fosse recebido sem surpresas – na manhã seguinte, 1º de abril, “dia da mentira” existiriam pessoas achando que tudo não passava de uma brincadeira. Mas não era. As esquerdas locais, então, tentaram articular uma resistência, inócua e tardiamente.

Estudantes realizaram passeatas e concentrações na Praça José de Alencar, dissolvidas pelo Exército – as sedes das entidades estudantis seriam invadidas pelos golpistas, seus dirigentes destituídos e substituídos por “estudantes democratas” - trabalhadores do porto do Mucuripe, da Rede Ferroviária e do Departamento de Telégrafos e Correios iniciaram greves, logo desmobilizadas pelos militares com a prisão dos principais líderes e intervenção nos sindicatos, a Rádio Dragão do Mar, pertencente ao deputado federal e aliados de Jango, Moisés Pimentel, foi fechada por conchamar os civis a resistirem ao Golpe, a sede da FALTAC, situada no então distante Jardim Iracema (área agrícola, hoje um bairro de Fortaleza) foi saqueada pelo Exército, a sede do PCB, o Escritório 25 de Março, foi arrombada e praticamente destruída, sendo apreendida farta “documentação subversiva”, homens da Polícia Militar passaram a patrulhar as principais ruas e praças da capital visando “manter a ordem”. (FARIAS, 2007. p. 51)

O período anterior ao golpe também foi de intensas mobilizações sociais no Ceará. Os estudantes se articulavam nos colégios pautando melhorias nas estruturas e maiores investimentos na educação e na universidade defendendo o projeto de reforma universitária que vinha sendo amadurecido nas bases das universidades de todo o Brasil desde 1961 e que buscava revolucionar a universidade no Brasil, democratizando seu acesso e gestão. Os operários vinham de uma série de lutas por melhorias salariais e os camponeses estavam animados pela possibilidade colocada pelo governo de Goulart de efetivação de uma reforma agrária que distribuísse a terra para quem nela vivia. Fortaleza vivia, por um lado, um turbilhão de esperanças entre OS que acreditavam na organização popular mas, por outro, uma tensão geral entre quem ia se manifestaria nas ruas tendo que, necessariamente, enfrentar a repressão do Estado, que utilizava a polícia para “segurar” o movimento. Como nos conta José Machado Bezerra:

Era muita gente (...) No Liceu a gente quebrava os ônibus toda vez que havia aumento das passagens aí um dia houve uma confusão. Tinha um anexo do Liceu ali

na “Oficina do Gu”, Francisco Sá, que ainda hoje existe, tá lá como Museu dos Ferroviários. Aí lá os estudantes quebraram os ônibus, parece que os operários se meterem e parece que bateram nos operários. Quando eu cheguei em casa, bem três horas da tarde, a gente veio a pé ... quando eu cheguei em casa tava meu pai limpando o revólver, o irmão dele limpando outro, outro amolando uma faca, outro limpando outro revólver, aí eu perguntei “o que foi que houve”, aí meu pai: “houve uma confusão lá perto da oficina do gu e bateram na gente e vamos fazer uma passeata”. Papai era ferroviário. Nos fomos a pé, pra tu ter uma noção como tinha muita gente... isso é que o pessoal tem que resgatar e eu não consigo entender como é que a massa recuou tanto. Rapaz a Praça José de Alencar tava lotada, e era de operário, já não era mais estudante, tinha muita gente da RFFSA. Aí eu subi num pé de benjamim, que naquela época tinha em todas as praças de Fortaleza, naquela rua, acho que Liberato Barroso e vi que da Praça José de Alencar até o Liceu a rua tava lotada, além da praça tá lotada a rua tava também, eu olhei pra frente também tava lotada. Aí o pessoal tentou invadir o palácio do governo, o palácio do governo era ali na praça dos leões, onde hoje é o Museu do Ceará. Hoje eu analiso que o PCB não controlava os operários, a maioria dos operários tavam armados, quem não tava armado tava com cabo de aço. Eu me lembro da palavra de ordem que eles cantavam: “reforma agrária, na lei ou na marra! (Entrevista. José Machado. 08 jul. 2014)

Mas a mobilização anterior ao golpe não foi suficiente para impedir o projeto intervencionista. Pelo contrário. Efetivamente, as organizações de esquerda não chamaram à resistência no início de abril. E, no Ceará, assim como em outros estados, se por um lado ainda houve um “ensaio” de resistência ao golpe, por outro, houve também um apoio maciço e orquestrado dos setores conservadores da classe média e da Igreja que endossou o discurso segundo o qual os militares salvariam a pátria do governo impopular e da ameaça comunista.

As manifestações de apoio ao Golpe atingiram seu apogeu numa quinta-feira, dia 16 de abril de 1964, quando se realizou em Fortaleza a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que partindo da praça Coração de Jesus, após a execução do Hino Nacional, seguiu para a Igreja da Sé, onde houve um *Te Deum*, e dali para o Quartel da 10ª RM, local em que se promoveu uma homenagem às Forças Armadas *pela firme atuação em defesa dos postulados da democracia contra comunização do País*. O jornal Correio do Ceará saudou a Marcha como *a maior concentração popular já registrada em Fortaleza*, estimada em pelo menos 70 mil pessoas os participantes – um número exagerado possivelmente, para demonstrar como a “Revolução” estava no gosto dos fortalezenses, pois a população da Cidade pouco ultrapassava 500 mil habitantes conforme censo de 1960. (FARIAS, 2007. p. 56-54)

Aproveitando o “apoio popular” arregimentado pelo trabalho de comunicação em massa feito por órgãos conservadores ligados à Igreja e a classe média os militares organizaram ataques contra os instrumentos de organização popular. Como foi implacável a perseguição aos estudantes, narrada por Bráulio Ramalho:

Nos albores de abril, após a realização de uma passeata, estudantes são cercados pelo Exército na Escola de Odontologia. Universitários golpistas, apoiados pelo Exército, ocupam a sede da UEE e em nota à imprensa, advertem que a entidade “não permitirá quaisquer reunião de caráter esquerdista no ambiente universitário para que não surjam focos de nova agitação” (O Povo, 16/04/64:6). Por ordem do Comandante da 10ª RM e da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, o CESC –

Centro Estudantil do Cearense – passa a ser dirigido pela polícia Estudantil. Acatando “sugestão” do Reitor Martins Filho, Walton Miranda, presidente do DCE, escreve uma carta renúncia. Logo após, o universitário Sérgio Moreira Duque, na função de presidente do DCE, toma posse como conselheiro no Conselho Universitário (CONSUNI). (RAMALHO, 2002, p.130)

Portanto, após o golpe militar no Ceará foi dada sequência à política de desmobilização das organizações populares através de medidas que também foram largamente utilizadas em outras regiões do país como o assistencialismo, a espionagem em assembleias das categorias, a criação da lei nº 4330 de 1º de julho de 1964 para a proibição das greves, acompanhado do aumento da repressão policial sobre qualquer manifestação, e o envio por parte do governo militar de interventores de confiança do novo regimento para os sindicatos de trabalhadores. Toda essa política estatal tinha um claro objetivo: “amansar” a classe operária e “quebrar” suas resistências de modo em que os lucros das grandes empresas, nacionais e multinacionais, não fossem ameaçados.

O impacto da repressão e da perseguição aos militantes operários foi implacável, sobretudo aos “quadros intermediários<sup>20</sup>” do movimento. O clima de terror era imenso, a ditadura começou a incentivar operários que servissem como delatores de militantes e de qualquer outra informação que servissem ao aparato repressivo de forma a mapear qualquer ameaça de mobilização. A linha da ditadura era assombrar aqueles que efetuavam a articulação de organização nos locais do trabalho, identificando e perseguindo, de forma que em pouco grande parte do movimento operário brasileiro ficou paralisado. Como relata o militante operário Antônio Flores Oliveira na Revista Ensaio:

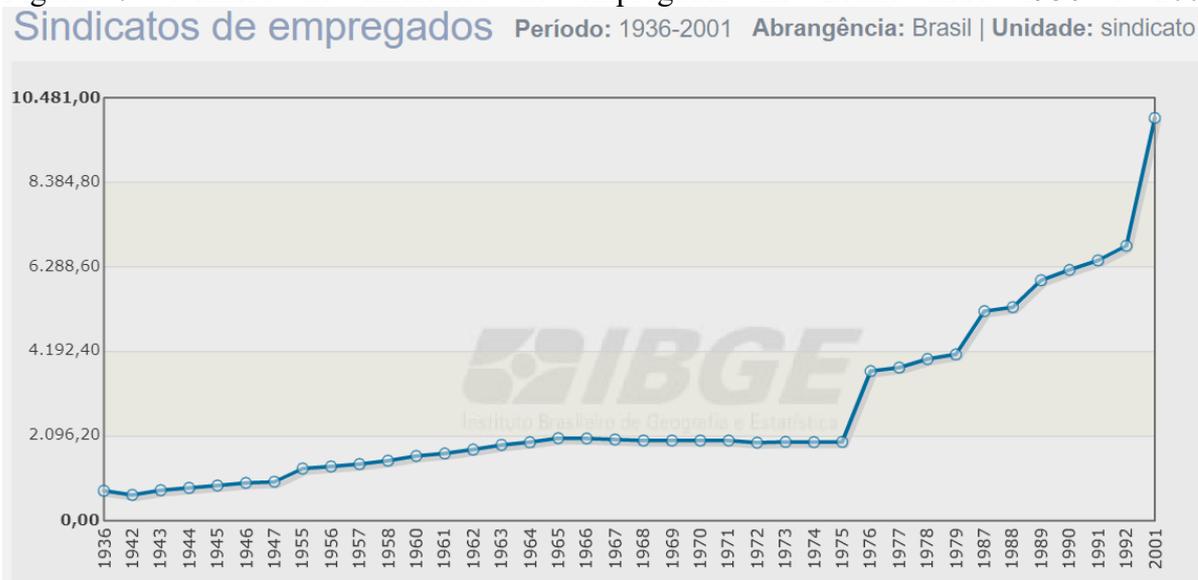
20 Aqueles militantes que tinham a tarefa de construir a linha das organizações políticas com o conjunto dos trabalhadores. Eram a ponte entre o trabalho de luta corporativa e a construção revolucionária (RIDENTI, 2009)

(...) quando se deu o golpe de 1964, só do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo foram levadas 2.800 fichas de delegados sindicais (...). Eu não era dirigente sindical, eu era da base, e fui um dos responsáveis pela organização dos trabalhadores na Indústria de Móveis Fiel. Era uma empresa importante porque tinha 1200 operários. Nós tínhamos uma comissão lá com 72 pessoas. Ela foi organizada de 1962 a 1964 e quando se deu o golpe não preciso dizer o que aconteceu com todos. (Cf. Escrita/Ensaio nº6 São Paulo: 1980, p.19 in: FREDERICO, 2010).

Em 1964 inaugura-se uma nova etapa da relação entre O Estado brasileiro E o movimento operário e sindical. Se a partir de 1930 abre-se um momento onde o Estado elabora políticas públicas no sentido de conciliar interesses dos trabalhadores e patrões e realizar um novo projeto de desenvolvimento nacional sem abrir mão de reprimir as esquerdas e produzir políticas de estrito controle do movimento sindical, com o golpe de 1º de abril de 1964 há o aprofundamento da política de repressão e controle dos sindicatos. O golpe além de agir diretamente sobre a organização dos sindicatos, destituindo diretorias e colocando

interventores no lugar, traça um novo patamar onde a organização operária passa a ser tratada como assunto de *segurança nacional*. (FREDERICO, 2010). Esse intervencionismo nos sindicatos pode ser percebido até mesmo no controle sobre abertura de novos sindicatos e fechamento de outros, como fica visível no gráfico e tabela abaixo:

Figura 7: Número de sindicatos de empregados no Brasil entre 1936 e 2001



Fonte: Até 1986: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho; Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Diversas tabelas. De 1986 em diante: IBGE, Pesquisa Sindical 1987/2001. Disponível em <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT002&t=sindicatos-empregados> acessado em 21/01/2018 as 00:19.<sup>21</sup>

21 De 1931 a 1935 e 1937 a 1939, os totais só se referem aos novos sindicatos cujo reconhecimento se verificou durante cada um dos anos indicados. Até 1965 não é informado o número total de sindicatos rurais. De 1966 até 1975, esses totais estão discriminados nas tabelas do Anuário Estatístico do Brasil (AEB) dos anos correspondentes. A partir de 1976 até 1986, esses dados são, novamente, omitidos nas tabelas do AEB, e só voltam a serem registrados para o período 1987/2001. Inclusive sindicatos rurais. A fonte dos dados até 1971: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho; da década de 1970 a meados da década de 1980: Ministério do Trabalho, Centro de Documentação e Informática; período de 1987/2001: IBGE, Pesquisa Sindical 1987/2001.

Tabela 2: Número de sindicatos de empregados no Brasil entre 1936 e 2001

| Ano  | Sindicatos | Ano  | Sindicatos | Ano  | Sindicatos | Ano  | Sindicatos |
|------|------------|------|------------|------|------------|------|------------|
| 1936 | 749        | 1958 | 1489       | 1969 | 1987       | 1979 | 4124       |
| 1942 | 644        | 1960 | 1608       | 1970 | 1991       | 1987 | 5193       |
| 1943 | 759        | 1961 | 1669       | 1971 | 1989       | 1988 | 5294       |
| 1944 | 816        | 1962 | 1766       | 1972 | 1940       | 1989 | 5960       |
| 1945 | 873        | 1963 | 1883       | 1973 | 1956       | 1990 | 6216       |
| 1946 | 939        | 1964 | 1948       | 1974 | 1949       | 1991 | 6452       |
| 1947 | 970        | 1965 | 2049       | 1975 | 1958       | 1992 | 6814       |
| 1955 | 1296       | 1966 | 2039       | 1976 | 3709       | 2001 | 9981       |
| 1956 | 1347       | 1967 | 2018       | 1977 | 3795       |      |            |
| 1957 | 1405       | 1968 | 1991       | 1978 | 4009       |      |            |

Fonte: elaboração do autor a partir de – até 1986: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho; Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Diversas tabelas. De 1986 em diante: IBGE, Pesquisa Sindical 1987/2001. Disponível em <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT002&t=sindicatos-empregados> acessado em 21/01/2018 as 00:19.<sup>22</sup>

Vejam os dados a partir da tabela que a partir do ano de 1964 o crescimento no número de sindicatos de trabalhadores no Brasil é freado drasticamente. Já a partir do ano de 1966 o número de sindicatos entra em queda paulatina que durará até o ano 1972 quando irão se registrar no Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho apenas 1940 entidades sindicais de trabalhadores, número inferior aos 1948 entidades sindicais registradas em 1964, ano do golpe. Observemos ainda que a queda no número de entidades sindicais é maior após o AI-5 e durante o Governo de Emílio Garrastazu Médici, período reconhecidamente de maior repressão do regime militar. A partir de 1973 se retoma o crescimento no número de entidades sindicais de trabalhadores no Brasil. Em 1976 o gráfico aponta um número muito maior de novas entidades de trabalhadores. Porém esse dado é expressado não a partir de um novo ciclo de lutas sindicais, mas sim porque é nesse momento que começa a ser exigido que os sindicatos rurais emitam declarações dizendo quem efetivamente era trabalhador rural para que estes tivessem acesso à aposentadoria do FUNRURAL. É apenas a partir de 1979, com o

novo ciclo de greves e mobilizações de trabalhadores, no contexto do que se convencionou chamar de novo sindicalismo, que há a criação de novas entidades sindicais num processo de auto-organizações autônoma da classe trabalhadora brasileira, também com suas expressões no Estado do Ceará.

Tabela 3: Sindicatos de Trabalhadores no Ceará entre 1962 a 1970

| ANO                | Federações sindicais | Sindicatos de Trabalhadores | Entidades informantes ao inquérito sindical | Trabalhadores associados |
|--------------------|----------------------|-----------------------------|---|--------------------------|
| 1962               | 1                    | 52                          | 24  | 6.264                    |
| 1963               | 1                    | 56/52 <sup>23</sup>         | 33  | 12.564                   |
| 1964 <sup>24</sup> | 1                    | 60                          | -   | -                        |
| 1965               | 1                    | 65                          | 29  | 5.660                    |
| 1966               | 1                    | 67                          | 63  | 19.523                   |
| 1967               | 5                    | 68                          | 43  | 11.874 <sup>25</sup>     |
| 1968               | 4                    | 71                          | 57  | 18.654                   |
| 1969               | 4                    | 72                          | 66  | 24.663                   |
| 1970               | 4                    | 72                          | 69  | 29.172                   |

Fonte: elaboração do autor a partir de IBGE, Anuário Estatístico Brasileiro, edições de 1963 a 1972. Todas as informações quanto “organizações de classe” presentes no AEB período são de origem do Serviço Estatístico da Previdência e Trabalho. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720> acessado em 21/01/2018 as 20:56.

A partir da tabela acima podemos perceber que, pelo menos, no Ceará a política de intervenção no movimento sindical não se deu tanto através do fechamento de sindicatos

23 O próprio Anuário Estatístico do Brasil dá duas informações quanto ao número de sindicatos existentes no Ceará no ano de 1963, no tópico “organizações de classe” item “c) sindicatos, por unidades da federação - 1962/4”, situado na página 341, no topo, é informado o número de 56 sindicatos de empregados para o ano de 1963; já no item “d) inquérito sindical - 1963” ponto “1. sindicatos que responderam ao inquérito, por unidades da federação” na mesma página 341, mas na parte de baixo, é informado o número de 52 sindicatos de empregados. Todas as informações deste tópico tem como fonte o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

24 No Anuário Estatístico do Brasil não há informações quanto a algum inquérito sindical em 1964, inquérito este que era realizado anualmente pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Pelo que constamos na pesquisa as informações do AEB referentes a sindicatos eram coletadas nos Inquéritos Sindicais realizados dois anos antes, porém no AEB de 1966 as informações foram coletadas do inquérito sindical de 1963, quebrando o padrão seguido nas demais edições do AEB. Não conseguimos verificar em nossa pesquisa as razões desta não divulgação dos dados do inquérito sindical de 1964.

25 Observemos que o número de trabalhadores associados a sindicatos divulgado no AEB oscila a depender da quantidade de sindicatos informantes ao Inquérito Sindical do ano em questão, por exemplo, em 1967 apenas 43 das 68 entidades sindicais de trabalhadores existentes no Ceará responderam ao inquérito sindical de 1967, número bem inferior ao do ano de 1966, onde 63 das 67 entidades sindicais de trabalhadores responderam ao inquérito realizado pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

existentes, como observamos através dos números nacionais. No Ceará manteve-se, mesmo que timidamente, um crescimento no número de entidades sindicais após o golpe, abrindo-se novas entidades de trabalhadores e registrando-se um aumento relativo no número de associados a sindicatos.

Mas esse dado de forma alguma relativiza O impacto das intervenções sindicais sofridas no Ceará. Percebemos uma política agressiva de destituição de diversas diretorias eleitas democraticamente para se colocar interventores, sindicalistas pelegos vinculados a ditadura militar. É o exemplo do que acontece no Sindicato do Têxteis, um dos maiores e mais importantes sindicatos de trabalhadores no Ceará naquele período, como nos conta Raimundo Guerreiro<sup>26</sup>: “Afastaram um presidente legalmente eleito pela gente, pra nomear um safado que num lutava porra nenhuma. E se beneficiando ... Olha que esse golpe que deram agora é um golpe muito grande, mas o imposto sindical na época, essa contribuição sindical servia para manter essa pelegada.” (Entrevista. Raimundo Guerreiro. 23 set 2017). Todos os sindicatos que faziam parte do Pacto de Unidade Sindical (PUS)<sup>27</sup>, ou simplesmente Pacto Sindical, assim como Sindicato dos Têxteis, sofreram semelhantes intervenções por parte dos militares. Assim ocorreu no Sindicato dos Bancários, outra importante entidade sindical dos trabalhadores no Ceará. Luciano Montezuma nos narra o processo de intervenção do exército no sindicato para garantir a deposição de José de Moura Beleza, um importante líder sindical e popular de Fortaleza que em 1964 estava na presidência do Sindicato dos Bancários:

Em 64 quando houve o golpe o presidente do sindicato era o José de Moura Beleza, que foi candidato a prefeito aqui em Fortaleza. Ele era um cidadão de esquerda, mas nunca pertenceu a nenhum partido. Inclusive criticava muito algumas coisas que o pessoal dos partidos comunistas que as vezes se excediam e melavam lá no sindicato. Mas sempre contou com apoio, boa parte da diretoria era de pessoas de esquerda, e muitos do partido comunista e do PCdoB, mas principalmente do velho partido comunista [PCB]. E com o golpe militar de primeiro de abril ele foi defenestrado, fugiu, foi escondido lá no Hospital de Messejana... o Hospital de Messejana era o hospital dos bancários, e o presidente do Hospital de Messejana era uma figura ímpar chamado Doutor Adalberto Studart. Então dizem, e parece ser verdade, que o Doutor Adalberto escondeu o Beleza lá como um dos doentes que tavam fazendo tratamento, porque o exército se o pegasse talvez o matasse. Porque o exército tinha ódio a ele. (...) Depois o Beleza foi encontrado pelo exército, foi preso em Fernando de Noronha e foi defenestrado. (...) O Beleza era um lutador, um líder bancário, um líder que todo mundo temia, o exército tinha ódio dele, as forças armadas na época, os golpistas, os militares, porque ele só não ganhou as eleições [para prefeitura de Fortaleza de 1962] contra o General Murilo Borges porque roubaram (...) O [novo] presidente do sindicato, colocado lá pelos militares, era um

26 Raimundo guerreiro foi operário mecânico na indústria têxtil, militou junto ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil e o PCB até o golpe de 1964. Depois aderiu ao trotskismo e entrou no PORT.

27 Sobre o Pacto Sindical Cf. SANTOS, 2009. “Tal organização objetivava unir os diversos trabalhadores em torno de suas necessidades, tornando-se um núcleo aglutinador e motivador do movimento operário, com o intuito de reivindicar melhorias nas condições de trabalho e de vida” (op. cit., p.15)

funcionário do Banco do Brasil, “catolicão”... anti-comunista que só o diabo... via comunista até debaixo da cama dele... chamado Francisco de Assis Bezerra de Menezes, a gente chamava de Assis Bezerra. Então ele apossou-se do sindicato nomeado pelos militares. (...) Não era uma má pessoa no sentido que a gente pode dizer de caráter, mas era uma pessoa equivocada, ele era um católico, vivia na igreja, entretanto era uma pessoa de extrema direita, aquela direita burra, ferrenha... fazia oposição no tempo em que o Beleza era presidente do sindicato. (Entrevista. Luciano Montezuma. 26 set. 2017)

A perseguição não se restringiu a Moura Beleza<sup>28</sup>, a “caça às bruxas” visava limpar não só o sindicato mas também toda a categoria dos bancários da “ameaça comunista”, como nos conta novamente Montezuma:

O General Murilo Borges depois foi do ASI quando deixou o exército e foi nomeado diretor do banco, chefe da ASI, no banco do nordeste, todos os órgãos federais a época eles tinham uma Assessoria de Segurança e Informação em que monitoravam os funcionários, botavam pra fora, no tempo vários colegas foram chamados a sala da ASI e eram entregues ao DOPS, e eram presos, torturados... voltaram quase todos, mas teve um que ficou louco de apanhar tanto, cortou os pulsos, no exército aqui... ensandeceu... saiu do banco e se aposentou-se pelo INSS, o nome dele é José Juaci Tavares. O crime dele era fazer poesias, ele era ligado ao PCdoB, e o crime dele era fazer poesias elogiando o Mao Tsé Tung. Ele fazia umas poesias tipo como Maiakóvski quando elogiava a revolução russa (Entrevista. Luciano Montezuma. 26 set. 2017).

Efetivamente a política da ditadura e das classes dominantes não era apenas de fechamento de entidades sindicais de trabalhadores. Ao que sobrava tratava-se de expurgar lideranças e diretorias vinculadas com a esquerda e os movimentos populares bem como construir novas figuras sindicais alinhados com a política do novo bloco no poder. Em sua obra sobre a articulação das elites orgânicas do capital internacional René Dreifuss (1986) nos ajuda a entender que esse processo de intervenção sindical acompanhado do fomento e articulação de movimentos e entidades sindicais vinculados aos interesses burgueses se deu em nível global, promovido por aparelhos privados associados internacionalmente. Especialmente no capítulo VIII “*A presença invisível: dos sindicatos às novelas*” de *A Internacional Capitalista* (1986) Dreifuss demonstra na sua pesquisa baseada em vasta documentação que a ação das elites orgânicas internacionais visou construir uma espécie de “democracia privada”, onde

28 Moura Beleza só recebeu anistia em 2013 (post-mortem) pela Comissão Estadual Wanda Sidou. “O bancário foi o primeiro candidato a prefeito pelas forças populares no Ceará, em 1962. Concorreu, na época, contra o general Murilo Borges e perdeu, em uma eleição possivelmente fraudada. Foi cassado quando era presidente do Sindicato dos Bancários e passou muito tempo preso em Fernando de Noronha, o que acarretou graves consequências em sua vida. A partir de então, Moura Beleza nunca mais conseguiu reconstruir sua vida política” [http://www.bancariosce.org.br/jornal\\_detalhes.php?cod\\_noticia=20670&cod\\_jornal=2542&cod\\_jornal\\_secao=1](http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=20670&cod_jornal=2542&cod_jornal_secao=1). Vale ressaltar, que Moura Beleza teve que esteve filiado em 1962 quando concorreu a prefeitura de Fortaleza defendendo a política do Pacto Sindical e do PCB para a cidade.

As relações comunitárias incluem as atividades relacionadas com o ecossistema sócio-político e cultural, isto é, com o próprio contexto de operação das elites orgânicas, inclusive as ações de doutrinação, formação de quadros e criação de ilhas de apoio no movimento sindical e estudantil, assim como a interação com a Igreja e outras atividades de impacto frente a opinião pública em geral. (DREIFUSS, 1986, p.172)

Muito além do intervencionismo sindical, houve um orquestrado esforço de difusão ideológica, sobretudo através da mídia, produção de conteúdo pró-capitalismo para as imprensas, campanhas em defesa da empresa privada e produção de novelas, filmes e quadrinhos que defendiam o capitalismo, além de produção de noticiário patrocinado por empresas capitalistas (vide o nacionalmente conhecido Repórter Esso, no Brasil). Um esforço de fazer um trabalho ideológico através da lógica do “desenvolvimento comunitário e constituição de amortecedores sociais nos bolsões de pobreza (DREIFUSS, 1986, p.179-180)

Outros exemplos notórios nesse sentido foram as iniciativas de capitalização de subalternos para o consumo (Fundación del Centavo – República Dominicana e o Fundo de Ação Social – SP, Brasil), a política de cooptação de jovens quadros científicos e estudantes, e o patrocínio de intervenções sindicais, em paralelo ao fortalecimento do movimento trabalhista sindical pró-capitalismo na AL. Promovendo a articulação com a AFL-CIO e AIFLD, estimulando a lógica da barganha, negociação coletiva, supressão das greves e piquetes como meio de luta política. Destaca-se a instituição dos BEDEL – *Bases Esenciales de la Empresa Libre*, cursos de formação de quadros sindicais pró-capital junto a AIFLD/CIA. No Ceará os BEDEL viraram sinônimo de chacota, sobretudo para sindicalistas combativos, que se aproveitaram para desmoralizá-los esses cursos pela destes com a palavra Bedel<sup>29</sup>, como eram chamados os funcionários das escolas responsáveis pela disciplina, e popularmente tidos como puxa-saco dos diretores, e com a palavra Zé Bedeu<sup>30</sup> que, no linguagem popular cearense, é aquele sujeito burro, um “*abestado*”.

As elites orgânicas promoveram ainda o apoio a estudos de crítica acadêmica ao marxismo, sistematização de dados e divulgação de argumentos de defesa do capitalismo estadunidense, realização de Seminários de conjuntura nacional dos países da AL - tendo como exemplos seminários de análise de risco sobre o Brasil com pesquisadores brasilianistas renomados como Thomas Skidmore. (DREIFUSS, 1986. p. 191). O *Council for Latin*

29 Cf. <https://www.dicio.com.br/bedel/> acessado em 20/01/2018 as 23:59.

30 Zé Bedeu é um indivíduo que não entende direito o que se comenta para ele sobre um determinado assunto; de difícil compreensão; burro. Também se define como um indivíduo sem futuro ou sem ação; abestalhado, palerma. Ou ainda, pode se definir como um indivíduo ruim de trato ou de negócios. Em geral esta palavra é usada como desabafo ou para se referir a determinado indivíduo. Cf. <http://www.dicionarioinformal.com.br/z%C3%A9bedeu/> acessado em 20/01/2018 as 23:55 e <http://soudonordeste.com.br/dicionario-cearense-cearenses/> acessado em 20/01/2018 as 23:56.

*American* - CLA estimulou uma rede transnacional de elites orgânicas na América Latina, articulando mais de 200 organizações.

A relação entre o Estado e os sindicatos vira tema de estudos da própria ESG (Escola Superior de Guerra) que doutrinará uma série de ministros e burocratas da ditadura na linha da coerção, intervenção e repressão ao movimento operário contra a “ameaça comunista” e em defesa de um plano de desenvolvimento da Pátria.

Nessa nova formulação do Estado com relação ao movimento operário, os sindicatos deveriam cumprir não mais a função de organizar os trabalhadores para luta, mas de meros órgãos de assistência. A ideia era implementar uma lógica de que o trabalhador fazia parte do desenvolvimento da empresa e que para ser bem-sucedido deveria concorrer com os demais colegas para fazer crescer a produtividade.

Para garantir essa lógica uma das medidas mais impactantes aos direitos trabalhistas até ali conquistados foi o fim da estabilidade no emprego, substituído pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Lei nº 5.170/66). Agora as empresas teriam maior liberdade e menos burocracia para demitir trabalhadores, submetendo-os a uma lógica competitiva em que qualquer trabalhador está permanentemente ameaçado de ser demitido, e para não sê-lo tem que empreender concorrência com seus pares de forma que sua produção individual se destaque dos demais.

Foram implementadas leis que golpearam e enfraqueceram o movimento operário e sindical. Ainda em 1964 o poder executivo transferiu para si a atribuição de modificar o índice de reajuste anual dos salários, suprimindo o poder normativo da Justiça do Trabalho, gerando aí uma das principais políticas de ataque aos direitos trabalhistas e, por extensão, um dos maiores objetos de crítica e luta dos trabalhadores: o arrocho salarial.

Com os sindicatos sob intervenção, as organizações na mira da repressão, centenas de lideranças presas, milhares de militantes operários escondidos ou foragidos, ou seja, um movimento operário desorganizado e incapaz de qualquer resistência organizada a nível nacional, a ditadura implementou nos seguintes anos uma política salarial através dos decretos 54.018/64 e 54.228/64, das leis 4.725/65 e 4.903/65, e posteriormente dos decretos 15/66 e 17/66, que foram responsáveis pela perda do poder de compra de ampla parcela dos trabalhadores, pela redistribuição da propriedade e decorrente quebra das empresas pequenas e médias ligadas diretamente ao consumo e gerando uma grande insatisfação dos setores médios com o regime, sentimento que alimentaria os movimentos de contestação ao regime em 1968 (FREDERICO, 2010).

Provavelmente o maior impacto sobre a capacidade de organizar do movimento e o sentimento de poder de resistência entre os trabalhadores foi a truculência com que a ditadura que se abateu sobre a própria história de organização da classe trabalhadora. Estava proibido fazer referências a greves, mobilizações e qualquer episódio de luta anterior. Não só direitos foram suprimidos como também a história de suas conquistas. Foi o que Érico Veríssimo chamou de “operação borracha” em *Incidente em Antares*<sup>31</sup>. Era a ditadura tentando disputar a consciência operária, com uma propaganda conservadora e a construção de um discurso moralizante na análise da história do Brasil para apagar a memória das lutas populares até então e aplicar um verdadeiro revisionismo intelectual, como reclama Affonso Delellis<sup>32</sup>:

Na “revolução” de 1964 (...) só não eliminaram o Cabral porque não tiveram condição. (...) não dava para dizer que o Brasil havia sido descoberto em 1964. Tudo o que aconteceu antes de 1964, não só o movimento operário, tinha de ser esquecido. (...). E alguns intelectuais entraram nessa da reação. Descobriram uma palavra, o populismo, que até hoje eu não consegui ninguém que me explicasse. Eles jogaram muito tempo sozinhos, num período em que uns estavam na cadeia, no exílio, e outros nem na cadeia, nem no exílio. (...). Essa gente jogou sozinha e sozinha se convenceu que estava abafando. (...). Eles começam a ter dificuldades para se manter nessa linha de raciocínio. Se 1964 foi tudo isso que eles concluíram e quem passar para a nova geração, a pergunta é: porque deram o golpe? Ora, se tudo era populismo, então os generais estavam bêbados e não tinham nada para fazer. “Ah! Não temos o que fazer, vamos dar um golpe?” E deram. A conclusão tem que ser essa. Porque, se antes estava tudo dentro da linha, se não havia um conteúdo revolucionário, se não havia uma mobilização de classe, não tinha nenhum motivo para mexer no poder da classe dominante. (Cf. Escrita/Ensaio nº6 São Paulo: 1980, p.20-30 in: FREDERICO, 2010)

Nesse sentido podemos relacionar o desenvolvimento do próprio conceito de revisionismo como parte de um movimento mais amplo de disputa pela memória das lutas sociais anteriores a 1964, uma tentativa de relativizar ou mesmo “passar uma borracha” no potencial anti-sistêmico que tiveram a luta por reformas sociais naqueles anos anteriores ao golpe.

Essa ofensiva ideológica se deu também através da censura à imprensa – sobretudo a imprensa popular e operária; na constituição de uma propaganda ideológica através dos mecanismos governamentais e pela imprensa burguesa, que identificava as mobilizações populares como “badernas”, “anarquia”. Esta imprensa atribuía a toda e qualquer mobilização sindical por direitos com os termos “nacionalismo-pelego-comunista” (FREDERICO, 1978).

31 Romance de Érico Veríssimo sobre um “incidente” que tem início em 11 de dezembro de 1963, quando é decretada uma greve geral na cidade de Antares, iniciada pelos operários das indústrias da região. Publicado durante a ditadura o romance causou grande impacto por abordar um tema político em período de alta censura. Cf. VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. Rio de Janeiro: Globo, 1978.

32 Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1963-1964

Além da nova legislação trabalhista a ditadura não hesitou em, desde o início, fazer uso da repressão para desarticular o movimento, mediante centenas de perseguições e prisões às principais lideranças partidárias e dos movimentos sociais da cidade de Fortaleza. Vários militantes ou simpatizantes da militância social foram demitidos, tiveram direitos suspensos, foram presos e caçados, levando a um primeiro momento pós-golpe de acuamento, medo e desorientação por parte da esquerda perante o golpe.

Não se sabe exatamente quantos cearenses foram detidos com o golpe. O IPM instaurado pelo Exército e sob a responsabilidade do Tenente-coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, para apurar a “subversão”, contabiliza 229 detidos, trancafiados sobretudo nos quartéis do 23º Batalhão de Caçadores (23º BC), da Polícia Militar e da 10ª Região Militar (10ª RM). A relação, contudo, não está completa, conforme vários entrevistados, pois faltam nomes. Além disso, não se sabe quantos foram presos em outros quartéis de Fortaleza e no interior (FARIAS, 2007, p.55).

Estas medidas surtiram efeito, tanto que entre 1964 e 1967 (período que ficou conhecido como fase dos interventores) o movimento sindical brasileiro viveu um dos seus piores momentos. Sob contínua intervenção e perseguição do estado pouco se tinha o que fazer senão recuar. E foi nesse momento, em contrapartida a todas as dificuldades de organizar a classe, que cresceu no seio do movimento operário brasileiro uma nova lógica de tática e organização, como abordam Waldemar Rossi e William Jorge Gerab:

(...) teria chegado o momento histórico de iniciar e desenvolver um processo de organização das fábricas para romper com a estrutura sindical, agindo de baixo para cima. Sabia-se que seria um processo longo e que exigia determinação e perseverança.

Essa discussão inicial, feita em São Paulo, reúne alguns operários de outras cidades como Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre. Seus integrantes eram, principalmente, ativistas oriundos dos movimentos da Ação Católica, JOC (Juventude Operária Católica) e ACO (Ação Católica Operária), que se baseavam em experiências anteriores, particularmente na que resultou na Comissão de Fábrica da COBRASMA, conquistada em 1963 (ROSSI e GERAB, 2009).

No Ceará ocorre processo semelhante. Após o golpe foram efetuadas intervenções que limitaram ainda mais a ação das esquerdas no já diminuto movimento operário cearense. A maioria dos sindicatos ficou sob a direção dos interventores colocados pelo regime. Foi um momento difícil para a esquerda no Ceará, mas foi momento também de balanços e autocríticas, mudanças de linhas políticas, novos entendimentos sobre o regime e preparação para uma nova etapa da militância dos movimentos sociais. E mesmo diante da repressão e das limitações impostas pela ditadura essa geração experimentaria novamente um período de aprendizados e novas mobilizações de boa parte da população que estava insatisfeita com o

regime até ali. Era 1968 se aproximando e os ventos da primavera de um ano inteiro que tinha cheiro e forma de sonhos e lutas de toda uma geração de revolucionários.

Uma abordagem importante e influente nesse novo momento E que vem ampliando sobretudo as fronteiras da historiografia dos mundos do trabalho é a história global do trabalho. A busca da construção de uma história do trabalho que consiga interpretar o mundo do trabalho de forma transnacional, para além das fronteiras dos estados e nações, entendendo os processos de forma transcontinental assim como é o fluxo de mercadorias e capitais no mundo globalizado capitalista. Marcel van der Linden, um dos historiadores mais proeminentes dessa abordagem defende um contraponto ao que ele chama de nacionalismo metodológico que predominou nas análises sobre o mundo do trabalho anteriormente, gerando assim uma história baseada em limites geográficos específicos que não enxergava os diversos fluxos políticos, sociais e culturais transnacionais que baseiam os ritmos e transformações no mundo do trabalho (LINDEN, 2009). Por isso é fundamental para nós tentar conectar esses processos.

### 1.3 A PRIMAVERA DE UM ANO INTEIRO – O ANO DE 1968

“Não acreditava em sonhos e mais nada. Apenas a carne me ardia e nela eu me encontrava”  
(Paulo, o intelectual de Terra em transe)

O ano de 1968 não seria como outro qualquer. No mundo inteiro eclodiam rebeliões, insurgências e revoluções. 68 foi o ano de contestação mundial à guerra no Vietnã, o ano em que a juventude incendiou carros lutando por melhorias na educação, o ano em que as mulheres foram às ruas para garantir seus direitos. Na França, Inglaterra, Ásia, Estados Unidos, dos quatro cantos do mundo se recebia notícias de lutas populares que se insurgiram contra o sistema dominante.

Eram os “ventos da primavera francesa” que inspiravam todo o mundo, lá as tradições de revoluções ressuscitaram para desta vez questionar a lógica do capital e do imperialismo. Milhares foram às ruas para defender o vietnamitas, protestar contra a estrutura burocrática das universidades e inspiraram o mundo todo:

O Quartier Latin foi rebatizado de bairro do Vietnã Heroico. O principal auditório da Sorbonne foi rebatizado de Salão Che Guevara. Vários Líderes estudantis foram e aí a principal exigência passou a ser libertação imediata e incondicional. Em 7 de maio, ergueu-se uma faixa do Movimento 22 de Março e, atrás dela, dezenas de milhares de estudantes tomaram as ruas de Paris até o anoitecer. Nascia um novo movimento. Um panfleto do Movimento 22 de Março, intitulado “Não seremos os cães de guarda do capital”, foi distribuído às centenas de milhares nos dois dias seguintes. Anunciava que queria a mudança revolucionária da sociedade e que os

estudantes não permitiram o funcionamento normal das universidades até que seus colegas presos fossem libertados e todas as sanções, suspensas. Convocava para uma manifestação em massa na sexta-feira, 10 de maio, e pedia que todos se reunissem na praça Denfert Rochereau, sob o olhar da perplexa estátua do leão. (...) Os envolvidos não eram mais somente estudantes e operários. Os fazendeiros e os camponeses levaram tratores e esterco para as ruas; advogados e magistrados, arquitetos e astrônomos saíram pedindo mudanças. Eram apoiados pelos locutores da ORTF [Serviço de Rádio Difusão-Televisão Francesa], que se declararam cansados de oferecer “merda” à população. E, como se quisessem reforçar o caráter realmente nacional do descontentamento, as artistas que faziam *striptease* no Folies Bergère uniram-se às grandes passeatas, repetindo “De Gaulle assassino!”. A classe dominante francesa estava nervosíssima, mas, para mostrar seu sangue-frio, o primeiro-ministro Georges Pompidou fez uma visita oficial ao Afeganistão, onde foi aclamado pelos estudantes, e o general visitou a Romênia, onde foi saudado por operários que agitavam flores. Na França propriamente dita, os estudantes entregaram as bandeiras aos operários, que exigiam autogestão e controle aos trabalhadores. (ALI, 2008, p.290-293)

Várias mobilizações localizadas, por melhorias no transporte em um país, por mais democracia, em outro. Na França os estudantes bradavam o fim da velha universidade e a criação de um novo ensino com maior qualidade e mais democracia, na Inglaterra a luta dos trabalhadores por melhores direitos trabalhistas, e em todo o mundo jovens de esquerda bradavam palavras de apoio à Revolução Cubana e a Ho Chi Min na resistência vietnamita.

Parecia um vulcão em erupção que se espalhava por todo o mundo e se fazia sentir até mesmo no Leste europeu, quando os jovens inspirados pela ideia de um verdadeiro socialismo democrático resolveram radicalizar e ir às ruas de Praga para exigir controle popular e proletário para reconstruir o processo revolucionário que esbarrava na mão da burocracia orientada pelo PC da URSS.

A intelectualidade de esquerda estava empolgadíssima com o maio francês e com luta contra a guerra do Vietnã, que ganhava enormes proporções, não só nos Estados Unidos. Exemplo disso é o artigo de Eric Hobsbawm, amplamente difundido na época, que traduz muito bem o sentimento de boa parte da esquerda que insurgia naquele momento:

Sabemos – embora os políticos não o saibam – que o povo não está contente. Todos sentem que a vida não tem sentido na sociedade consumista. Sabem que, mesmo quando têm conforto (e muitos não têm), são mais impotentes do que antes, mais empurrados de um lado para o outro por organizações gigantescas para as quais eles são itens, não homens. Sabem que os mecanismos oficiais para representá-los – eleições, partidos, etc – tenderam a se tornar instituições de cerimônia que realizam rituais vazios. Não gostam disso, mas até recentemente não sabiam o que fazer e talvez se perguntassem se haveria alguma coisa a ser feita. O que a França prova é que, quando alguém mostra que o povo não é impotente, ele pode voltar a agir. Talvez mais do que isso: que somente o sentimento de impotência impede que muitos de nós ajamos como homens e não como zumbis. (HOBSBAWN, *Journal The Black Dwarf*, Londres, 1968)

Ou como apresenta, nitidamente empolgado, Tariq Ali em autobiografia<sup>33</sup> sobre aqueles dias incendiários que atingiram dimensões mundiais:

E claro que era, como descobririam Itália, Paquistão e Argentina. Foi uma característica espantosa de 1968 que a disseminação da revolta englobasse todos os continentes. A combinação entre Saigon e Paris resultara numa radicalização global sem precedentes na história do capitalismo. Em cada país, os ingredientes da receita eram diferentes, mas o padrão de mobilização não divergiu muito, com exceção dos Estados Unidos, onde o movimento contra a guerra coincidiu com a onda de revoltas negras que abalou Detroit, Chicago, Washington e Los Angeles e criou condições para o surgimento de grupos como os Panteras Negras, cujos cantos simplistas, como “*A revolução chegou, é hora de pegar em armas*”, era apenas um dos lados do debate. O outro era a palavra. *Alma no exílio*, de Eldridge Cleaver, tornou-se um *best-seller* internacional, seguido da obra-prima de George Jackson, *Soledad Brother*, uma crítica devastadora da sociedade norte-americana. (ALI, 2008, p.297)

No Brasil o ano de 1968 foi o ano mais marcante de resistência à ditadura militar. Protagonizado pelo movimento estudantil, 68 foi palco de manifestações massivas em praticamente todas as grandes cidades. Sintonizado com as demais manifestações espalhadas pelo mundo, as lutas específicas ganhavam tons de totalidade em ritos políticos de uma juventude que não se acomodava em pedir uma melhor educação, mas que lutava gritava “Abaixo a ditadura” e clamava a classe trabalhadora a construir um governo popular. Retrato desse clima quase que insurrecional é o relato detalhado de Zuenir Ventura em “*1968 – O ano que não terminou*” sobre as manifestações nos 19, 20 e 21 de junho no Rio:

(...) Na sexta-feira, principalmente, conhecida como a “sexta-feira sangrenta”, o Rio não ficou nada a dever à Paris das barricadas – e não por mimetismo, como temiam as autoridades militares. A motivação estava aqui mesmo.

Ao contrário do movimento francês, não se lutava no Brasil contra abstrações como a “sociedade da opulência” ou a “unidimensionalidade da sociedade burguesa”, contra uma ditadura de carne, osso e muita disposição para reagir. As barricadas de maio de Paris talvez não tenham causado tantos feridos quanto a “sexta-feira sangrenta” do Rio, para citar apenas um dia de uma semana que ainda teve uma quinta e uma quarta quase tão violentas. (...) Nesse dia, quando o povo – não só os estudantes – resolveu atacar a polícia, o Centro da cidade assistiu a uma sequência de batalhas campais como nunca tinha visto antes como não veria nos 20 anos seguintes. Nos seis governos militares pós-64, incluindo a junta, foi o que mais se pareceu com uma insurreição popular. (...) Durante quase dez horas, o povo lutou contra a polícia nas ruas, com paus e pedras, e do alto dos edifícios, jogando garrafas, cinzeiros, cadeiras, vasos de flores e até uma máquina de escrever. (...) O balanço de alguns hospitais – nem todos divulgaram os totais – registrou: 23 pessoas baleadas, quatro mortas, inclusive o soldado da PM Nelson de Barros, atingido por um tijolo jogado de um edifício, 35 soldados a pau e pedra, seis intoxicados e 15 espancados pela polícia.

(...) Num semestre marcado pela rotina diária de choques violentos, o que terá ocorrido de extraordinário para que a população se revoltasse com tanto ódio? Na

33 Apesar de ser publicada como uma autobiografia *O Poder das Barricadas* (2008) pode ser considerado uma obra historiográfica que realiza um balanço dos anos 1960 embalado pelas memórias de Tariq Ali.

mesma crônica em que narrou os acontecimentos, Carlinhos Oliveira explicava: “Os cariocas amanheceram hoje com as mãos trêmulas: no café da manhã jornais lhes serviram fotografias hediondas. Moças e rapazes deitados de bruços, com a cara enfiada na grama: moças forçadas a andar de quatro diante de insolentes soldados da PM; dezenas de estudantes encostados a um muro e com as mãos segurando a nuca, ou na mesma atitude, mas deitados de bruços. [se referindo ao episódio do dia anterior no Botafogo]. (...) A descrição de soldados urinando sobre os corpos indefesos ou passeando o cassete entre as pernas das moças, junto às imagens de jovens de mãos na cabeça, ajoelhados ou deitados de bruços com o rosto na grama, eram uma alegoria da profanação.

(...) A morte de Édson Luís já tinha provocado uma grande comoção, a repressão na porta da Candelária chocara e indignara, mas o que de fato levou a população a tomar partido, a se revoltar, a entrar fisicamente na guerra, foi a “sexta-feira sangrenta” (...) Graças a ela, a cidade estava quase pronta parra a Passeata dos 100 mil. (VENTURA, 1988, p. 134, 138, 140 e 142)

E o “furacão” de 1968 chegaria ao Ceará com toda força, também marcado pelo protagonismo dos estudantes, mas como uma relevante participação dos trabalhadores. Segundo José Machado Bezerra, ex-militante da ALN e do PCBR, à época estudante de Física – UFC, que nos traz um precioso relato dos protestos por aqui, ele diz que só veria algo de proporções semelhantes no final da década de 1980 e nas mobilizações que atingiram Fortaleza e o Brasil inteiro em junho de 2013:

Em 68 era muita massa, a massa muito disposta a violência, como a periferia é hoje, e eu era da periferia, morava num bairro que hoje é chamado de Jardim Iracema mas naquela época era Padre Andrade, era zona rural, tinha mata do trilho até a barra, o pessoal plantava verdura. E olhe que Fortaleza naquela época era pequena, acho que tava [nas manifestações] quase toda a cidade. Eu tenho impressão que a esquerda nunca correspondeu aos anseios de violência da massa, sempre foi: 'peraí, não é assim não!' Mas a periferia não tá nem aí, ela quer é putaria mesmo, entendeu?! (...) Em 68 quase toda semana tinha passeata, sem esse recurso de voz que tem hoje, era panfleto e megafone. A PM não tinha os equipamentos que tem hoje. Quando a construção civil começou a agir eles [a polícia] ficaram assustados. Exército e aeronáutica nunca participou de repressão ostensiva, quem fazia a repressão ostensiva era a PM. O pessoal das academias foram no DCE ensinar a gente a tomar revólver, tomar faca. Era pau a pau, mas quando a polícia atirava não tinha bala de borracha não, era bala mesmo, teve inclusive um caso que foi assim: O pessoal da direção sempre foi muito burro. Houve um confronto, a Praça José de Alencar tava lotada, a PM agiu com muita violência aí os dirigentes do movimento estudantil se esconderam na faculdade de odontologia naquele prédio ao lado do [Teatro] José de Alencar, o pessoal se refugiou, a PM cercou, nós da comissão de segurança começamos a provocar a PM pra ver se a PM abandonava o prédio porque senão ia ser todo mundo preso. Casualmente ia passando um caminhão do exército – um caminhão do exército sem soldado não é nada – aí a gente quebrou o caminhão do exército. Aí a PM correu atrás da gente até o restaurante universitário, onde hoje é o curso de história [da UFC] e nessa correria ela baleou um estudante de agronomia, que nem era militante mas topava qualquer coisa. Isso foi perto da época da morte do Edson Luís, esse rapaz não morreu não, mesmo com três tiros no fígado ele escapou. Aí teve umas passeatas de umas 30 mil pessoas, gente da Faculdade de Direito até a 13 de maio, aí a PM não reagiu, quando tem gente de mais né, a PM não é burra não. Isso foi consequência desse baleamento. Eram muitas manifestações. Uma em cima da outra, e a massa ia mesmo. (...) Outra coisa que muita gente não sabe: tinha a passeata dos calouros – “a passeata dos bichos”, pois chamávamos calouros de bicho. Eles butavam umas camisas com umas letras no pessoal, eu não sabia de nada, aí quando chegava na frente da polícia juntava o povo

e formava a frase 'abaixo a ditadura', aí tome peia! (risadas) e os calouros tudo bêbado... um tacou um pacote de café na cabeça de um oficial, foi mó putaria! (risadas). Saía da Avenida da Universidade e ia pra Praça do Ferreira. Eu só vi massa daquele jeito como no ano passado, só que a massa do ano passado era muito pacífica, como era um povo desorganizado isso era esperado, que estavam com medo. (Entrevista realizada no dia 08/07/2014 na casa de Machado e Cacau, em Fortaleza – Ceará)

Diversas abordagens sobre esse processo são possíveis. Compreendemos que as discussões trazidas no que vem se chamando de Nova História Social do Trabalho podem ajudar em muito no entendimento da história das trabalhadoras da CIONE. Por entender que o nosso trabalho melhor se situa nesse campo historiográfico vamos tratar um pouco sobre ele e suas transformações nos últimos anos.

A classe trabalhadora e o mundo do trabalho é objeto de pesquisas historiográfica desde meados de 1840. Segundo Marcel Van der Linden, predominou nas análises desse período até meados do século XX um perfil de classe trabalhadora bastante restrito: trabalhadores livres, organizados, brancos, do sexo masculino, empregados do ramo têxtil, mineiro ou de transportes. O foco das análises eram sobretudo em suas organizações e sindicatos. As relações que estes trabalhadores estabeleciam com a família, como seus salários eram utilizados, as relações que mantinham com a comunidade eram secundarizadas. Apenas “protestos de trabalhadores eram levados a sério e analisados, principalmente se tomavam a forma de greves, atividades sindicais ou político-partidárias dos movimentos de esquerda” (LINDEN, 2015, p. 15). Predominou ainda nestas análises a limitação de ver os movimentos dos trabalhadores apenas do ponto de vista nacional, sem relacioná-los com os próprios movimentos do capital, cada vez mais mundializados.

Nesse sentido o trabalho de Linden nos instiga a ver a Guerra das Castanheiras para além da fábrica, conectada a outras lutas sociais não só no país, mas fora dele, percebendo o movimento global do trabalho neste período, relacionando as demandas do trabalho, com questões políticas, sexuais, urbanas, culturais que se conectaram conjugando-se nas grandes batalhas sociais que marcaram 1968 em diversas regiões do mundo.

#### 1.4 O MOVIMENTO OPERÁRIO NÃO ASSISTIU 1968 DO SOFÁ

Muitas vezes passam despercebidos nos relatos e estudos sobre os movimentos de 1968 os levantes e transformações neles ocorridos, tendo sido decisivos, tanto para a dimensão e poder que ganharam os protestos, quanto pela influência nos anos posteriores de organização da classe. Do Brasil à França,

As ocupações de fábricas começaram e espalharam-se pela França inteira. Somente um operário em cada cinco era filiado a sindicatos, divididos segundo linhas políticas, ao contrário da Grã-Bretanha. As ocupações de fábricas uniram os trabalhadores sindicalizados aos não-sindicalizados. Aqui também foram os jovens que assumiram a liderança. “Ei, vocês!”, gritaram coletivamente para os organizadores sindicais veteranos da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e da Confederação da Força Democrática do Trabalho (CFDT). “Vocês disseram que não podíamos fazer nada. Que ainda não éramos bastante fortes. Que devíamos esperar um pouco mais. Agora veja esse estudantes. Eles lutaram nas barricadas e ganharam. Eles ganharam!” (...) Assim como o sucesso vietnamita inspirara os estudantes, agora o triunfo dos estudantes inspirava os operários. A França caiu numa solução pré-revolucionária sem que os trabalhadores que a tornaram possível percebessem que suas ações haviam começado a questionar quem governara a França. O levante varreu o país todo. Dez milhões de trabalhadores entraram em greve. Foi a maior greve geral da história do capitalismo e a escala dos acontecimento foi muito maior que a dos levantes de 1905, na Rússia czarista. (ALI, 2010, p.293)

Essa mudança de conjuntura com novos levantes espalhados pelo mundo influenciaram positivamente o movimento operário brasileiro que, nos últimos anos, estava passando por um período de refluxo, mas também de profundo acúmulo de forças com a reorganização de comitês de base e comissões de fábrica, fugindo da rigidez e burocracia da estrutura sindical que estava subordinada ao governo militar.

Numa nova conjuntura após os primeiros anos de repressão, anunciava-se a intenção do governo de promover uma relativa abertura política. Em meio a outros discursos oficiais que sinalizavam em direção à liberalização do regime, o Ministro do Trabalho do governo Costa e Silva – Jarbas Passarinho – anunciara, em 1967 seu apoio à “renovação sindical”. Nesse momento tornaram-se menos frequentes, embora não inexistentes, as degolas de dirigentes eleitos e surgiu espaço para a formação de movimentos intersindicais contrários à política salarial, sendo o mais conhecido denominado Movimento Intersindical contra o Arrocho. (MATTOS, 2009)

Tanto que em novembro de 1967, seria realizada no Rio de Janeiro, no Sindicato dos Bancários, a II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, que teria a participação de 212 dirigentes sindicais, representando 169 organizações e aprovara quatro principais reivindicações: 1. revogação das leis do arrocho salarial; 2. liberdade de firmar acordo com os empregadores; 3. reajuste de salários igual ao aumento do custo de vida; 4. Reforma Agrária capaz de atender aos problemas do homem do campo (Bancário, 31/11/1967, p. 14. BAP/Seeb-RJ. In MATTOS, 2009)

O ano de 1967 seria marcado por um processo de liberalização sindical promovido pelo Ministério do Trabalho da Ditadura que permitiu eleições em várias entidades sindicais. Três anos passados do golpe haviam focos de organização dos trabalhadores em várias cidades espalhadas pelo país, com militantes que eram pouco conhecidos da repressão e que conseguiram escapar da “limpeza” ideológica promovida pelo Ministério do Trabalho nos

sindicatos. Foram destes focos de organização que surgiram chapas que, através de uma profunda identificação com as comissões por local de trabalho algumas, inclusive, sobreviventes ao golpe, e que arremataram eleições sindicais gerando um novo retorno dos partidos de esquerda aos sindicatos.

O resultado foram algumas articulações sindicais, como o Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA) e, especialmente, greves. Poucas, mas expressivas, como as paralisações de bancários em várias capitais do país e as greves de metalúrgicos, em Contagem (no estado de Minas Gerais) e Osasco (na região metropolitana de São Paulo), em 1968. (MATTOS, In: MATTOS e VEGA, 2014, p. 182)

Assim como em outros pontos do Brasil, no Ceará a política de arrocho salarial, repressão às mobilizações, enfraquecimento das representações sindicais formais, a política de desenvolvimento da infraestrutura e uma maior centralização da economia para usufruto de uma pequena parcela da população, somada a um momento de insurgência popular, organização operária de base e revolta estudantil em vários países no mundo, demarcou um período curto que contribuiu para o desencadeamento de algumas importantes greves que conseguiram superar a lógica “aparelhista” pela qual o Estado Militar vinculava os sindicatos em 1968. Até a instauração do Ato Institucional nº 5 (MARTINS, 1979).

A presença de populares e trabalhadores mostra que embora as manifestações de 1968 fossem majoritariamente estudantis outros segmentos e categorias sociais as apoiavam, expressando seu descontentamento com o arrocho salarial imposto no início da Ditadura e, porque não, contra o autoritarismo vigente. Era no CÉU (Clube do Estudante Universitário) que normalmente aconteciam em Fortaleza as reuniões do recém criado MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho, fundado nacionalmente em 1967) e de outras organizações sociais. Os estudantes apoiaram as greves eclodidas em 1968, como as dos professores da rede pública (por aumento salarial e contra o atraso nos pagamentos dos vencimentos), das castanheiras da Fábrica Brasil Oiticica e dos bancários (ambas por aumentos salariais). (FARIAS, 2007, p.68)

Nesta passagem de *Além das Armas*, de Airton de Farias, cabe uma importante consideração. em nossas investigações não encontramos nenhuma referência a uma greve propriamente dita na Fábrica Brasil Oiticica, maior indústria do crescente ramo da castanha de caju no Ceará, dirigida por acionistas americanos e localizada na Avenida Francisco Sá. O que localizamos foram panfletagens e ações de trabalho de base que desejavam o desencadeamento de uma greve, como apontam os depoimentos José Machado Bezerra (preso durante uma das panfletagens na fábrica) e Jaime Libério (dirigente do Sindicato que representava a base de todas as trabalhadoras das indústrias de castanha de caju do Ceará). Talvez essa confusão se deva, justamente, ao fato de o próprio Sindicato do Óleo e militantes que participaram da greve na CIONE, terem realizado mais ações de mobilização na Brasil

Oiticica e em outras fábricas de beneficiamento da castanha de caju justamente para ganhar mais adesões táctica da greve como enfrentamento a péssima situação de trabalho no ramo.

De toda forma, esta parte da pesquisa de Farias endossa o que tem sido dito, várias vezes, pelos nossos entrevistados: que o ano de 1968 foi de profundas mobilizações na cidade de Fortaleza, inclusive entre trabalhadores e operários, não apenas estudantes. Como nos fala Maria do Carmo Moreira Serra Azul, a Cacau: “Teve uma outra fábrica que eu tava com a Socorrinha, que era da AP também, e a fábrica tava em greve. Ela ficava ali pras bandas do Jardim Iracema. O pessoal tava fazendo luta específica né”. (Entrevista. Maria do Carmo. 08 jul. 2014); e Cristina Carvalheira: “Eu lembro que nessa época em Fortaleza havia mobilização estudantil. Havia esse clima de mobilização na cidade. Os estudantes e os partidos distribuíam muito panfleto, não só nessa fábrica” (Entrevista. Cristina Carvalheira. 08 jul. 2014). Ambas eram militantes da AP (Ação Popular), organização que teve papel protagonista na greve da CIONE. Havia uma nítida intenção das organizações de esquerda de aproveitar o momento de mobilização de rua, protagonizado pelo movimento estudantil em todo o Brasil, para fazer entrar o “espírito revolucionário” nas fábricas e no campo.

As greves e mobilizações operárias de 1968 romperam o cerco estabelecido pela ditadura ao movimento sindical no pós 64. Até aquele momento, os jornais cearenses retratavam o movimento operário nos seus espaços culturais, esportivos e assistenciais, como podemos notar na cobertura que o Jornal Correio do Ceará, dos dias 17, 18 e 19 de novembro de 1967 deu ao campeonato metropolitano de futebol das fábricas da grande Fortaleza. A partir das primeiras mobilizações entre os operários de então a imprensa cearense começa a figurar o movimento operário em suas ações de enfrentamento, situando-os nos cadernos e até

mesmo na primeira página. Assim ocorre em *O Povo*<sup>34</sup> e no *Correio do Ceará*<sup>35</sup> quando explode a greve das chamadas castanheiras, operárias da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE – em finais de 1968, em Fortaleza.

Esse novo ascenso de levantes do movimento operário brasileiro traz várias singularidades, desde o seu nascedouro até seu desbaratamento. Foram anos de um novo trabalho de base dentro das fábricas, constituindo comissões, muitas vezes de forma clandestina e infiltrada, para fugir dos delatores e fiscais do ministério do trabalho e do DOPS (ROSSI e GERAB, 2009). A aliança com o movimento estudantil seria fundamental. O movimento operário não era o espaço privilegiado de ação da esquerda brasileira naquele momento, talvez pelo alto grau repressivo do regime no pós-golpe e pelo forte vínculo mantido pelos sindicatos com o Estado restrito brasileiro, desde a Era Vargas, integrante de uma tendência mundial de atrelamento dos sindicatos ao Estado no pós-guerra (TROTSKY, 1940).

Porém, na medida em que os efeitos da política de repressão da ditadura eram sentidos, contraditoriamente, começava-se a ter maior ímpeto a política de mobilização das esquerdas, convocando novos ativistas para as lutas. Muitas organizações como a AP, POLOP, VPR, PCdoB, POC e outras, que buscavam inserir-se nos movimentos de massa começaram a empreender ações de propaganda e organização junto ao operariado.

De toda forma, a relação com o movimento estudantil foi um impulso a mais para o desencadeamento das mobilizações operárias de 1968 como aponta o testemunho de A.R. Espinosa em *Caderno do Presente*:

34 *Jornal O Povo* é o jornal mais antigo até hoje em circulação no Ceará. Criado em 7 de janeiro de 1928 pelo jornalista e político Demócrito Rocha. *Jornal O Povo* desde então pode ser caracterizado como um dos veículos da grande mídia cearense. Em 1968 era um dos jornais de maior circulação do nordeste brasileiro, em 1964 expressou apoio golpe militar e durante o ano de 1968, sob censura, expressou posição conservadora e negativa em relação as manifestações populares que tomaram as ruas das principais cidades brasileiras. Em 1992, documento secreto da Subsecretaria de Inteligência (SSI), do Governo Federal, descrevia *O Povo* como um jornal de "linha independente" e "liberal". "Sempre concedeu espaço às esquerdas, tanto em nível de divulgação dos movimentos por esta patrocinados como mediante a concessão de empregos a militantes de organizações esquerdistas. Ao mesmo tempo, conferiu cobertura e plena divulgação a fatos de interesse dos segmentos liberal-conservadores ou até mesmo da direita radical. Dessa forma, pode conviver em harmonia com os governos do regime militar sem que isso provocasse antagonismo com os setores esquerdistas" (<http://www.coronelismoeletronico.com.br/wp-content/uploads/2015/12/74bc9908c80feecb1b4563e5f248b28d.pdf> (PDF). MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SUAS RELAÇÕES POLÍTICAS CE. consultado em 23 de abril de 2017). Em geral refletiu uma posição não tão negativa da greve da CIONE, uma das possíveis razões disso pode ter sido o caráter singular de uma greve de mulheres pobres e o impacto moral negativo que a situação de vida extremamente precária das operárias evidenciava à sociedade cearense.

35 O jornal *Correio do Ceará* foi fundado em 2 de março de 1915 por Álvaro da Cunha Mendes. O jornal deixou de circular em dezembro de 1982, e a última edição foi a de número 19.962. A linha editorial do jornal era conservadora e em 1968 era extremamente crítica a mobilizações populares e de trabalhadores.

Nos momentos de extrema desorganização, decorrentes de derrotas profundas ou da inexistência de uma consciência de classe autônoma, a passagem da classe a uma atitude combativa depende de acontecimentos exteriores que tenham reflexos imediatos junto a ela. Utilizando uma metáfora: quando adormecida, é necessário algum impulso exterior para que ela acorde, mas é ela que acorda. O sono não é sinônimo de morte, mas de uma vida sem atuação sobre o exterior. Implica, antes de mais nada, numa ação voltada para o interior, de sobrevivência. (...). A animação do movimento operário de 1967-1968 foi diretamente influenciada pelo movimento estudantil e pelas organizações políticas estudantis. Mas essa influência teve um peso diferente sobre cada setor ou parte da classe operária, variando segundo o tipo de tradição e organização local e, também, de acordo com o grau de clareza e capacidade das vanguardas locais de receberem influências externas e dirigirem suas bases. (A.R. Espinosa. Caderno do Presente, nº 2, julho de 1978 in: FREDERICO, 2010)

Jaime Libério sempre relaciona a greve da CIONE às demais grandes greves que ocorreram no Sudeste do país, notadamente a greve de Contagem-MG e, sobretudo, a greve de Osasco-SP. Mas articula-a também à greve dos canavieiros da Zona da Mata Pernambucana, com movimentos especialmente na cidade do Cabo de Santo Agostinho. Sobre esta última, importante greve de trabalhadores rurais nordestinos destacamos o trabalho Mauro Koury que nos mostra que

Com o prolongamento e aprofundamento da crise, e sem qualquer manifestação do governo federal ou estadual, na última quinzena de dezembro de 1967, o sindicato rural do Cabo cedeu a pressões dos delegados sindicais e, em assembleia geral, decidiu por uma nova greve. Essa segunda greve cumpriu os ditames exigidos pela assembleia e teve início em 15 de janeiro de 1968.

A pauta de reivindicações, além dos mesmos itens presentes na greve anterior, até então não cumpridos (pagamento dos salários atrasados e férias de 1963 a 1967), incluía novos itens: jornada de oito horas de trabalho em substituição ao regime de tarefas, assinatura da carteira profissional de todos os trabalhadores permanentes e clandestinos contratados para o corte e plantio da cana e a reforma agrária. (KOURY, In: CADERNO CRH, 2009, p. 392)<sup>36</sup>

Apontamos a greve da CIONE em Fortaleza como uma das mobilizações que romperam o muro da repressão e simbolizaram um momento de maior mobilização popular em plena ditadura militar. Portanto, para nós é fundamental conhecer melhor esses processos, relacionando-os.

As greves foram um ingrediente especial para as mobilizações de 1968. Eram elas a principal resposta a política de arrocho efetuada pela ditadura e eram extremamente valorizadas pela esquerda, que mesmo colocando como sua grande tarefa a mobilização do

36 Para um maior conhecimento sobre o sindicalismo e as greves na Zona da Mata de Pernambuco nesse período Cf: KOURY, 2010. Como também o rico material reunido pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) da Arquidiocese de São Paulo em CEDI. Cadernos do CEDI 14 - CANAVIEIROS EM GREVE: Campanhas Salariais e Sindicalismo. São Paulo: CEDI, 1985.

operariado, tinha muitas dificuldades de fazer um trabalho de organização junto aos trabalhadores. Podemos trabalhar com a interpretação de que 1967 e especialmente 1968 ocorreu no Brasil um verdadeiro ciclo grevista que levantou o movimento dos trabalhadores contra o arrocho e a política do regime militar e dos patrões. Nesse período temos greves de bancários no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Ceará, três greves de trabalhadores rurais na zona da mata pernambucana, greve de metalúrgicos em Contagem-MG e Osasco-SP, mobilizações de rua e na fábrica da CSN em Volta Redonda-RJ (com a tentativa de uma greve nacional de metalúrgicos que não chegou a se realizar!) e a greve das castanheiras da CIONE, a qual estamos nos dedicando, são alguns exemplos que demonstram esse ciclo grevista de 67/68 (ROCHA, 2013; KOURY, 2010; SANTANA, 2008; RAMOS, 2014).

Sobre as greves de Osasco e Contagem há uma razoável quantidade de bibliografia que se dedica a narrar, analisá-las e situá-las dentro do espaço de resistência operária no auge da ditadura. Assim como a greve da CIONE, Osasco e Contagem, estão inseridas dentro da luta de resistência às políticas de repressão por parte do regime, mas elas mantêm características diferenciadas entre si.

Em Contagem, Antônio Roberto Espinosa conta que uma das características fundamentais foi a capacidade do movimento de resistir as intervenções da ditadura no pós-golpe. Ao que parece pela sua narrativa os efeitos por lá foram menos profundos que em outros grandes centros industriais tanto que, antes mesmo de 1968, já despontavam algumas paralisações e a presença de organizações de esquerda realizavam trabalho de mobilização nas fábricas. A própria relação entre as esquerdas, onde nenhuma mantinha uma hegemonia no movimento operário da região, era de maior respeito e apoio mútuo, o que pode ter facilitado a permanência e crescimento para a mobilização do operariado. O trabalho mais importante era o de oposição. À direção do sindicato dos metalúrgicos de Contagem, que havia sofrido intervenção após o golpe. Foi através da oposição que se constituíram as bases da chapa que ganhou a eleição e desencadeou as duas greves em 1968 (RIDENTI, 2010).

A impugnação dos principais nomes da Chapa Verde, por um lado, não impediu a chegada da oposição à diretoria do Sindicato; por outro lado, devolveu ao trabalho de fábrica, junto às bases, as principais lideranças operárias da região. Ao fazer isso, permitiu não só uma dinamização da atividade sindical – que passou a ser regida por métodos democráticos – mas provocou também uma quase subordinação do Sindicato aos grupos de trabalho de fábrica... Durante a campanha [da Chapa Verde, de oposição sindical] evidenciou-se ainda mais a presença de organizações políticas, todas de composição basicamente estudantil. (...) De forma inicialmente espontânea, mas logo a seguir propagandeada pelas organizações de esquerda, começaram a surgir as comissões de empresas. (...) todos eram convidados a formar grupos de cinco que se coordenassem entre si para que, brevemente, partissem para a greve. (...) A greve de Contagem eclodiu 16 de abril [de 1968], na tefilaria da

Belgo Mineira (1.200 trabalhadores) [ocupada pelos operários por dois dias]. A partir do terceiro dia, começaram as adesões: SBE, Mannesmann, Belgo de João Monlevade, Acesita, até um total aproximado de 16 mil grevistas. (Cadernos do Presente, 1978, p.39-41)

A principal reivindicação em Contagem era o aumento em 25% dos salários que haviam sofrido grandes perdas com os seguidos anos de arrocho. A pressão foi tão forte que o Ministro do Trabalho do regime – formado nas bases da doutrina da ESG – Coronel Jarbas Passarinho<sup>37</sup>, foi enviado a Minas para negociar com os grevistas. Era a primeira vez depois de muito tempo que a ditadura era levada a negociar com o movimento operário organizado. O resultado foi que, no final de abril de 1968, o Presidente Costa e Silva foi obrigado a assinar um decreto de emergência, estabelecendo aumento de 10% para os trabalhadores quantia que, posteriormente, seria compensada no dissídio coletivo. Apesar do valor não ter agradado À maioria dos metalúrgicos, o resultado foi recebido como grande vitória dos operários que levantaram as bandeiras durante o 1º de maio e só voltaram a trabalhar no dia 2. (Cadernos do Presente, 1978)

As greves de Osasco, provavelmente o processo mais conhecido e analisado, “tornou-se, na feliz expressão de João Quartim, um símbolo. E o significado desse símbolo provocou uma acirrada luta ideológica que envolveu todos os agrupamentos de esquerda do país” (FREDERICO, 2010). Ela mesclou vários elementos da luta ideológica e do enfrentamento à ditadura que são um importante referencial para o entendimento dos acertos e erros da esquerda e do movimento operário.

Diferentemente da greve de Contagem, Osasco terminou em derrota. Pior ainda, a derrota com a repressão ao movimento operário na cidade levou a um grande refluxo e desorganização da esquerda, só se recuperando com a retomada nacional das lutas operárias no fim da década de 70. Mesmo assim, a greve de Osasco deve ser analisada ~~por nós~~ relacionada com o episódio da CIONE pois exerceu grande influência sobre todos os militantes da época e mais do que isso representou um símbolo de contestação política ao regime, muito além da lógica econômico corporativa.

Vários fatores influenciaram estes levantes de Osasco em assumir proporções inesperadas para uma própria greve. Dentre eles está o trabalho histórico que a esquerda já fazia bem antes ao golpe na cidade; a organização dentro das fábricas, onde a organização do

37 Que proferiu a tórrida e crua frase sobre o cerco repressivo iniciado em 1968 com o AI-5: “Sei que a Vossa Excelência [Presidente Costa e Silva] repugna, como a mim e a todos os membros desse Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece que claramente é esta que está diante de nós. [...] Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência” (Correio braziliense, n. 19369, 06/06/2016. Brasil, p. 5) <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/524967/noticia.html?sequence=1>

operariado não se dava apenas pelo sindicato, mas sobretudo através de organismos de base (comissões e grupos de trabalho) dentro da própria fábrica. A linha clara de enfrentamento com a ditadura que era abraçada pelo conjunto dos trabalhadores em luta e o nível de radicalidade que o movimento tomou, gerando a ocupação da principal fábrica, a COBRASMA – Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários<sup>38</sup> e o “sequestro” dos gerentes e engenheiros.

Tivemos acesso aos relatórios do SNI (Serviço Nacional de Informações) do governo militar, hoje sob custódia do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, que detalham o processo de construção da greve, seus principais líderes e apoiadores e a linha política das organizações. Greves destas proporções sempre foram alvo de investigação de infiltrados que eram peça fundamental para a desbaratamento do movimento com ações de repressão.

Segundo o Informe nº 25-172/68 produzido pelo informante “B2” ao DOPS e II Exército: “Consta que o movimento grevista desencadeado dia 16/JUL/68 em algumas indústrias de OSASCO/SP, foi ou está sendo orientado pela Ação Católica.” e que “Há Indícios de que os líderes do movimento tem intenção de alastrar a greve a localidades vizinhas, para o que movimentam grupos de contato com outros setores profissionais da redondeza”.

Outro informe, de nº 256/970/SNI/AC, faz alusão ao apoio e participação direta dos chamados “padres operários”, religiosos, brasileiros e estrangeiros, componentes da ação católica e missão operária que participaram diretamente das mobilizações: “O movimento grevista desencadeado pelos líderes comunistas, contou com o incentivo de inúmeros padres esquerdistas, entre eles os chamados ‘padres operários’, que obedeciam à orientação do padre operário francês Pierre Vasthier”. (Arquivo. AC\_ACE\_CNF\_18881\_70. 1970)

E mais um documento, este do Ministério da Aeronáutica, informe NC – 31VQ0-U, divulga ao SNI a prisão de Antônio Joaquim Costa Santos, um estudante, quando este distribuía panfletagens que chamavam os operários das fábricas de Guarulhos a se solidarizar com as Greves de Osasco e também empreenderem luta contra os patrões em defesa dos seus direitos, como expõe o panfleto que foi anexado ao processo: “Os patrões são contra nossa greve. Mas nossa greve pode vencer se nossa união e nossa organização for grande. Por isso é

38 Criada em 1944 a COBRASMA foi “em São Paulo a primeira fábrica para a produção de equipamentos ferroviários no Brasil, que veio a fabricar vagões de carga, carros passageiros, de subúrbios ou de longo curso, trens-unidade elétricos, carros de metrô, veículos leves sobre trilhos (VLT) e aparelhos de mudança de vias. (...) A Cobrasma, desde a sua fundação, constituiu-se em importante centro de absorção e criação de tecnologia para a indústria brasileira de bens de capital. Desde maio de 1998 a Companhia encerrou totalmente suas atividades fabris.” Disponível em <http://www.cobrasma.com.br/> acessado no dia 22/01/2018 as 02:18.

tarefa de todos estender a greve e organizar o pessoal em todas as fábricas em comitês de greve”.

Um elemento importante destes processos em Osasco foi a participação ativa de um novo sujeito: o operário estudante. Muitos dos operários das fábricas eram jovens, trabalhavam de dia e estudavam à noite. Isso gerou uma participação intensiva do movimento estudantil em todo o processo das greves, o que provavelmente ajudou na politização das pautas e no entendimento da greve como parte da oposição à ditadura. A ação por parte de estudantes na distribuição de panfletos conclamando outros trabalhadores a expandir a greve também foi largamente utilizada também durante a greve da CIONE, como veremos mais à frente.

A derrota das greves de Osasco foi forçada pela intensa repressão do Governo. Neste episódio o Ministro Jarbas Passarinho também foi à região onde ocorreu a greve, mas dessa vez se manteve distante só nas orientações e não buscou nenhuma negociação com o movimento, assistindo “de camarote” o governo de São Paulo detonar uma imensa repressão que levou a prisão de mais de 400 operários, com dezenas deles espancados pela polícia.

A repressão à greve e aos movimentos sociais de Osasco ocorreu no sentido de liquidá-los. O Sindicato dos Metalúrgicos foi rigidamente enquadrado na legislação trabalhista vigente<sup>39</sup>, isto é, como órgão de representação, virtualmente “deixa de existir”. Tampouco a Comissão de Fábrica da Cobrasma e outras iniciativas do gênero sobreviveram à repressão depois da greve. Vários operários foram suspensos, demitidos, perseguidos, aberta ou veladamente, enquanto os mais engajados viram-se obrigados a entrar para a clandestinidade, a fim de não serem presos (RIDENTI, 2010, p.185).

Após o fim da greve a maior parte das lideranças de Osasco entra na clandestinidade e abandona o trabalho de massa para aderir à tática da luta armada. Em outubro outra greve é desencadeada em Contagem, porém, dessa vez, parece que a ditadura havia “aprendido” com o caso de Osasco e a greve anterior de Contagem e envia a polícia para dissolver na “porrada” a paralisação logo no primeiro dia.

Ambas as greves se tornaram símbolos da resistência operária nacional, ganhando bastante espaço na literatura sobre o tema e influenciando diretamente a organização da greve da CIONE nos finais daquele agitado ano de 1968 em Fortaleza. O que queremos a partir desse quadro é entender como a greve da CIONE se insere nesse contexto, evidenciando os processos de conscientização dos trabalhadores envolvidos e ajudar a inscrever esse processo

<sup>39</sup> Legislação essa que teve origem ainda no Estado Novo, manteve-se em todo o período democrático, chegando até o período do regime militar, onde foi novamente largamente utilizada para intervir em sindicatos dirigidos pela esquerda.

grevista na CIONE junto às mobilizações operárias de luta por direitos e resistência a política da ditadura militar.

### 1.5 ESTADO E POLÍTICA EM MARX E GRAMSCI

Há várias questões fundamentais sobre o processo da CIONE que precisam ser explicitadas com maior nitidez. Queremos aqui analisar especificamente o papel do Estado e da Política, a partir de Marx e Gramsci para, nos próximos capítulos, compreender melhor o processo de organização política e luta das operárias a partir de conceitos como Estado, hegemonia, contra-hegemonia, classe e consciência de classe.

Tomemos como ponto de partida para nossa discussão a obra *Crítica da Filosofia do Direito em Hegel*, (*Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*), de Karl Marx, um manuscrito de 1843, publicado apenas após a morte do autor, tendo apenas sua introdução publicada nos *anais franco-alemães* em fevereiro de 1844.

Este texto é fundamental porque representa o momento da ruptura radical, uma verdadeira superação, da formulação de Marx com o pensamento do filósofo alemão Friedrich Hegel, que fora uma das principais influências na juventude do pensador nascido em *Trier*. Marx construirá uma sistemática crítica ao pensamento de Hegel, que classificou como idealista e espiritual. Para construir esta empreitada Marx foi profundamente influenciado pelo pensamento do também alemão Ludwig Feuerbach que neste momento lançava suas teses críticas ao pensamento idealista (MARX, 2010a). Porém Marx foi além trazendo para as relações sociais concretas da humanidade a crítica histórica e materialista, como ele mesmo deixa claro em sua *Carta a Ruge*: “Todo nosso objetivo consiste apenas em que, tal como na crítica da religião em Feuerbach, as questões religiosas e políticas sejam trazidas à sua forma humana autoconsciente”<sup>40</sup>.

Resultado disto é que nesta *Crítica* de 1843 Marx inverte a análise sobre a construção filosófica do Estado feita por Hegel. Este entendia que o Estado era uma expressão do espírito, uma potência superior, um fim imanente, uma necessidade exterior do espírito que desenvolvia todas as demais expressões sociais, onde os indivíduos encontravam sentido e base de toda a produção social, como ele mesmo define a relação entre sociedade e Estado: “porém, de outro lado, é o Estado seu fim *imanente* e tem sua força na unidade de seu *fim último geral* com os *interesses particulares* dos indivíduos, na medida em que tais indivíduos

<sup>40</sup> Citado por Rubens Enderle na apresentação da edição da Boitempo de *Crítica da Filosofia de Hegel* (MARX, 2010<sup>a</sup>, p.14).

têm *deveres* perante ele assim como têm direitos” (apud MARX, 2010a, p.28, grifo do autor).

Ou mesmo, como Marx traduz isso:

o que serve de mediação para a relação entre o estado, a família e a sociedade civil são as “circunstâncias, o arbítrio e a escolha própria da determinação”. A razão do Estado nada tem a ver, portanto, com a divisão da matéria do estado em família e sociedade civil. O estado provém delas de um modo inconsciente e arbitrário. Família e sociedade civil aparecem como o escuro fundo natural donde se acende a luz do estado. sob a matéria do estado estão as *funções* do estado, bem entendido, família e sociedade civil, na medida em que elas formam partes do estado, em que participam do estado como tal (MARX, 2010a, p.29, grifo do autor).

Para Hegel as leis da sociedade civil devem ser subordinadas ao Estado inclusive por que este é o desejo dela, já que a sociedade é uma expressão do Estado. Neste sentido para Hegel o próprio homem é uma expressão do Estado, o ser humano é o Estado subjetivado.

Marx entende então, que é preciso fazer uma crítica desta filosofia que põe o Estado como a essência da evolução social, uma crítica capaz de desnudar as relações sociais e a dominação estabelecida pela monarquia alemã e defendida na filosofia hegeliana. Se a filosofia de Hegel defende que “a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto.” (MARX, 2010a, p.30-31), é preciso construir uma filosofia que entenda materialmente a formação das categorias.

Marx busca a explicação nas relações sociais e concretas na sociedade, forja uma filosofia materialista que, na investigação da história, elucida os processos sociais. Para Marx

a verdadeira crítica, em vez disso, mostra a gênese interna da santíssima trindade no cérebro humano, descreve seu ato de nascimento. Com isso, a crítica verdadeiramente filosófica da atual constituição do Estado não indica somente contradições existentes; ela *esclarece* essas contradições, compreende sua gênese, sua necessidade. Ela as apreende em seu significado *específico*. Mas esse *compreender* não consiste, como pensa Hegel, em reconhecer por toda parte as determinações do Conceito lógico, mas [ao contrário] em apreender a lógica específica do objeto específico (MARX, 2010a. p.108).

Ou seja, para entender as coisas é preciso entender a *gênese* das coisas. Por isso para este autor só é possível entender o Estado a partir do entendimento da sociedade e de suas relações sociais. É preciso questionarmos o que faz o Estado se organizar assim? Quais são as relações sociais historicamente construídas que determinam uma organização deste tipo? Marx (2010a, p.30) defende que “família e sociedade civil são os pressupostos do Estado; elas são os elementos propriamente ativos”, portanto é nas relações sociais, na materialidade da produção e reprodução da vida, que entendemos a lógica de funcionamento de um Estado, sendo assim “o Estado político não pode ser sem a base natural da família e a base artificial da sociedade civil; elas são, para ele, *conditio sine qua non*”.

Isto posto, o autor abre uma enorme fronteira de interpretação sobre a constituição do Estado, sua ação e suas relações com a sociedade civil. Se é da sociedade que resulta o significado do Estado, então podemos entender que o Estado não é universal, algo dado determinante, ele é sim histórico e determinado, portanto suas formas se alteram a partir da finalidade social que este tem a cumprir. Por exemplo, em um Estado monárquico a relação é do rei para com o povo, é o rei quem consagra a constituição para o povo existir. “Na idade Média, a vida do povo e a vida política são idênticas. O homem é o princípio real do estado, mas o homem *não livre*. É, portanto, a *democracia da não-liberdade*, da alienação realizada (MARX, 2010a, p.52). Essa forma extrai seu sentido na lógica e vitalidade da produção e reprodução da vida e no sistema baseado na servidão. Numa sociedade burguesa, baseada na exploração e nas necessidades do capital, forja-se uma *democracia* adaptada, um Estado Moderno, o espaço de construção das relações políticas, de modo que essa sociedade seja mantida e administrada (MARX, 2010a).

Essa diferença não é residual. As relações sociais gestadas sobre o capitalismo forjam uma nova forma política e um novo Estado democrático, qualitativamente diferente das outras formas de governo em qualquer sociedade anterior. O diferencial da democracia é a centralidade no homem e em sua existência legal. Só na formação social burguesa as decisões se baseiam na política. Na democracia o “rei” é o homem, o cidadão, é o homem quem governa a política. Na democracia burguesa há uma unidade entre o todo e o particular. Há a representatividade. “A abstração do *Estado como tal* pertence somente aos tempos modernos porque a abstração da vida privada pertence somente aos tempos modernos. A abstração do *Estado político* é um produto moderno” (MARX, 2010a, p. 52). E essa característica se explica devido as relações específicas de produção material e da vida privada como temos, fundadas no capitalismo. É uma característica, relações sociais exclusivas do capital. “Na idade Média, a vida do povo e a vida política são idênticas. O homem é o princípio real do estado, mas o homem *não livre*. É, portanto, a *democracia da não-liberdade*, da alienação realizada. a oposição abstrata e refletida pertence somente ao mundo moderno. A Idade Média é o dualismo” (MARX,2010a, p.52, grifos do autor)

Neste sentido se estabelece uma crítica ativa do Estado e da própria política. Estes não são espíritos imanentes que forjam a sociedade humana. Estado e Política são então categorias responsáveis pela garantia das condições de produção e reprodução de uma determinada sociabilidade. No capitalismo portanto, Estado Moderno e Política seriam uma dimensão da organização social baseada no Capital, tão sólida como em uma forma

econômico-social madura, e também tão histórica e determinada como em qualquer outra formação social anterior. Portanto esta nova filosofia não apenas reflete uma nova forma de ver o mundo, mas incita a fundamentar uma nova filosofia para a ação, que combata essa política e esse estado de coisas. Marx (2010b, p.150) vê então a necessidade de praticar uma nova filosofia, transformadora, já que “erro [...] cometeu o partido teórico, oriundo da filosofia. Na presente luta, esse partido vislumbrou apenas o combate crítico da filosofia contra o mundo alemão, sem considerar que a própria filosofia até então existente pertence a esse mundo e constitui seu complemento, mesmo que ideal.”. O autor aqui parece antecipar a reflexão que construiria em 1845 e que só seria tornada pública décadas depois nas Teses sobre Feuerbach onde defende que “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*.” (MARX e ENGELS, 2007, p.539, grifos dos autores). Porém, não se faz desta reflexão uma defesa de um ativismo acrítico, ou mesmo de uma aceitação das filosofias e políticas postas, pelo contrário, “É com razão, pois, que o partido político prático na Alemanha exige a negação da filosofia seu erro consiste não em formular tal exigência, mas em limitar-se a uma exigência que ela não realiza seriamente” (MARX, 2010b, p.150).

Já se estabelece aqui uma necessidade de criar uma ação política que seja transformadora da realidade, negação da própria política e do próprio Estado. Para isso Marx entende ser preciso que esta nova filosofia tenha base material naqueles que no seu entendimento são os reais interessados na transformação desta forma de vida, no fim da dominação, na supressão do Estado, portanto, a única forma deste movimento ter força é através da união entre teoria e prática transformadora, a partir de uma intervenção real na sociedade:

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem (MARX, 2010b, p.152).

Portanto temos aqui uma teoria que entende que o Estado e a política são dimensões de sociabilidade historicamente determinadas, e que não são indissolúveis. Pelo contrário, para este autor a plena liberdade, a plena realização da humanidade só serão possíveis quando destruímos as dimensões da dominação. Para isto é necessário formar uma filosofia transformadora e construir uma base social material em sujeitos capazes de acabar com a

dominação. Para Marx esse é o papel do proletariado, pois este guarda em si as contradições radicais do desenvolvimento capitalista.

Onde se encontra, então, a possibilidade positiva de emancipação alemã? eis a nossa resposta: na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontre numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas. Uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado. O proletariado começa a se formar na Alemanha como resultado do emergente movimento industrial, pois o que constitui o proletariado não é a pobreza naturalmente existente, mas a pobreza produzida artificialmente, não a massa humana mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade, mas a massa que provém da dissolução aguda da sociedade e, acima de tudo, da dissolução da classe média, embora seja evidente que a pobreza natural e a servidão cristão germânica também engrossaram as fileiras do proletariado. [...] Assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais, e tão logo o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente nesse ingênuo solo do povo, a emancipação dos alemães em homens se completará. (MARX, 2010b, p.156)

Portanto já nesta *Crítica* de 1843, momento ainda da produção no que é chamado de *jovem Marx*, podemos destacar três questões fundamentais para a reflexão do autor e que nos servirá para esta pesquisa: a) Marx supera o idealismo hegeliano e estabelece uma análise histórica e materialista da realidade que busca nas relações sociais humanas a explicação da sociedade e suas coisas; b) ele entende que cada sociedade de classes forja suas relações de dominação, e que portanto a política e o Estado nestas sociedades estão voltados especificamente para estas sociedades; c) e que há a necessidade de se construir uma filosofia transformadora desta realidade para a realização de uma criatividade libertadora na humanidade. Para esta filosofia se tornar concreta ela precisa de uma base material, a massa, essa base material para Marx é o proletariado.

Nos escritos posteriores há uma radicalização destes entendimentos, sobretudo na medida em que Marx aprofunda seus estudos sobre a conjuntura da época e as revoluções promovidas pela burguesia como forma de adequar a organização da sociedade às relações sociais que, baseadas no capital, são cada vez mais dominantes. Em *18 de Brumário de Luís Bonaparte* ("*Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*"), escrito entre dezembro de 1851 e março de 1852, publicado pela primeira vez na revista *Die Revolution*. Partindo de uma análise concreta sobre os processos que promoveram o golpe que levou Luís Bonaparte

(Napoleão III) ao poder, o autor firma os traços fundamentais do materialismo histórico, ao mesmo tempo em que, analisando a forma como a burguesia constrói suas estruturas de poder, aperfeiçoa a crítica ao Estado e a política. Para nós, é fundamental o entendimento que Marx constrói dos processos históricos:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. (MARX, 2011c, p.25-26)

Esse era um sinal de que se desenvolvia uma concepção de História em que as relações sociais condicionam as ações individuais com base em uma lógica de sociabilidade e produção material. Cada sociedade havia construído uma estrutura social adequada a seu desenvolvimento histórico. E, especificamente no capitalismo, forjava novas formas adequadas à lógica da reprodutibilidade e expansão do capital, o que não ocorrera em formações sociais anteriores. Marx dará no seu trabalho uma dimensão expressa de que o capital transformou e intensificou a produção material e social, transformando as relações sociais. Em *Grundrisse* (MARX, 2011b) entende que é a produção de valor a especificidade maior a sociabilidade do capital, e isto faz com que se forjem relações sociais baseadas em um constrangimento cada vez maior para a produção de capital, em expansão, e o desenvolvimento de um ser social cada vez mais dominado pelas coisas.

Agora, a riqueza é, por um lado, coisa, realizada em coisas, em produtos materiais, com os quais o ser humano se defronta como sujeito; por outro lado, como valor, é simples comando sobre trabalho alheio, não para fins de dominação, mas da fruição privada etc. Em todas as formas, a riqueza aparece em sua figura objetiva, seja como coisa, seja como relação mediada pela coisa, que se situa fora e casualmente ao lado do indivíduo. Desse modo, a antiga visão, em que o ser humano aparece sempre como a finalidade da produção, por estreita que seja sua determinação nacional, religiosa ou política, mostra ser bem superior ao mundo moderno, em que a produção aparece como finalidade do ser humano e a riqueza, como finalidade da produção. [De fato, porém, se despojada da estreita forma burguesa, o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos, gerada pela troca universal? [O que é senão o] pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais, sobre as forças da assim chamada natureza, bem como sobre as forças de sua própria natureza? [O que é senão a] elaboração absoluta de seus talentos criativos, sem qualquer outro pressuposto além do desenvolvimento histórico precedente, que faz dessa totalidade do desenvolvimento um fim em si mesmo. (MARX, 2011b, 645-646)

Marx em Grundrisse, demonstra que nas sociedades anteriores ao capitalismo o capital não é uma relação estruturante. No Escravismo Antigo, Feudalismo, e tantas outras formações econômicas e sociais o trabalho existe, mas não é a relação fundamental, como o são as relações de parentesco, de servidão, de propriedade da terra, religiosas, etc, a depender de cada sociedade. Somente no capitalismo o trabalho se torna central. Pois a pedra angular fundante das relações capitalistas é a exploração da força de trabalho. Ou seja, capital é exploração do trabalho alheio em constante expansão. Nesse sentido, as relações de dominação e opressão, são estruturantes à relação de exploração da força de trabalho, como formas políticas de aumentar a extração de valor nas relações de trabalho.

Nunca encontramos entre os antigos uma investigação sobre qual forma de propriedade da terra é a mais produtiva, qual cria a maior riqueza. A riqueza não aparece como finalidade da produção, embora Catão naturalmente possa examinar qual cultivo do campo é o mais rentável, ou até Brutus possa emprestar seu dinheiro aos melhores juros. A investigação é sempre sobre qual modo da propriedade cria os melhores cidadãos. A riqueza só aparece como fim em si mesma entre os poucos povos mercantis – monopolistas do comércio de cargas – que vivem nos poros do mundo antigo, assim como os judeus na sociedade medieval. (MARX, 2011b, 645)

Com os Grundrisse Marx entende que o problema do Capital não residia na distribuição e sim na própria produção. Se, antes do Grundrisse, Marx apontava a solução dos problemas causados pelo capital no fim da propriedade privada e do Estado, aqui ele entende que o Capital tem apreensão da vida não apenas jurídica mas na própria relação social como se produz riqueza, pois tudo se submete ao uma lógica de valorização baseada no trabalho humano que aprisiona a todas e todos. A transformação quantitativa entre valor e mais valor, sempre em expansão, é uma lógica estrutural que move o capital e faz girar toda a sociedade em seu entorno. Portanto, não haverá plena liberdade comunal se não rompermos com a lógica da produção de riqueza baseada na apreensão de trabalho abstrato, valor e mais valor. Ou seja, para haver uma real emancipação humana necessariamente tem-se que romper com essa lógica de produção do capital. Para isso é preciso desenvolver uma sociedade baseada no trabalho comunal, onde as decisões da vida social sejam tomadas em comum, pelos próprios produtores (MARX, 2011b).

Então, se “O capital é, então, evidentemente, uma relação, e só pode ser uma relação de produção” (MARX, 2011b), todas as formas de dominação, todas as instituições têm sempre em última instância, o objetivo de garantir a dominação do capital sobre a humanidade. Certamente não escapa desta lógica a democracia burguesa, nem uma de suas formas, a república:

O instinto lhes ensinou [a burguesia] que a república de fato consumou o seu domínio político, mas, ao mesmo tempo, também minou a sua base social, porque passaram a ter de confrontar-se e lutar diretamente com as classes subjugadas sem mediação nenhuma, sem o refúgio da coroa, sem poder derivar o interesse nacional das suas querelas secundárias entre si e com o reinado. Foi a sensação de debilidade que os fez recuar diante das condições puras do seu próprio domínio de classe e ansiar por retornar às formas mais incompletas, mais subdesenvolvidas e, por isso mesmo, menos perigosas de tal domínio. Em contrapartida, sempre que os monarquistas coligados entram em conflito com o pretendente que os enfrenta, com Bonaparte, sempre que imaginam que a sua onipotência parlamentar é ameaçada pelo Poder Executivo, ou seja, sempre que têm de trazer à tona o título político do seu domínio, eles se apresentam como *republicanos* e não como *monarquistas*: do orleanista Thiers, que adverte a Assembleia Nacional dizendo que o que menos os separa é a república, até o legitimista Berryer, que, no dia 2 de dezembro de 1851, envolto pela echarpe tricolor, arengava, em nome da república, para o povo reunido diante do prédio da prefeitura do décimo *arrondissement* [distrito]. Todavia, o eco lhe responde zombeteiramente: Henrique V! Henrique V! (MARX, 2011c, p.62)

Por isso, sempre que tem sua hegemonia ameaçada a burguesia não pensa duas vezes em lançar mão da coerção para assegurar sua hegemonia. A democracia é conveniente à sua dominação, pois quanto mais consentimento, maior silêncio dos subalternos, e, portanto, melhores condições de reprodução do capital. Já a coerção aberta lhes expõe demais. Porém quando esta é necessária não há valor moral burguês que ouse se interpor.

Enfim. Com uma teoria do valor desenvolvida, Marx constrói uma crítica ao desenvolvimento da política da burguesia e, ao mesmo tempo, formula e aposta numa resposta revolucionária por parte do proletariado mundial. Sempre esperançoso vê nas lutas do XIX possibilidades e alternativas de construção de uma nova sociabilidade, baseada na organização dos livres produtores, o comunismo. A maior inspiração dessas expressões talvez tenha sido a Comuna de Paris, que tomou totalmente a atenção do velho alemão que, mesmo em Londres, já expulso e proibido de voltar a França, acompanhou os processos da comuna, recebeu exilados e organizou as iniciativas de solidariedade por parte da Internacional dos Trabalhadores. Sua leitura acerca dos processos da comuna foram sistematizadas em *A Guerra Civil na França (Der Bürgerkrieg in Frankreich)*, um livro escrito em 1871 para ser seu discurso ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) como forma de saudar para todo o mundo a luta heroica e exemplar dos comunistas de Paris.

Nesta obra já fica nítida a ênfase de Marx na necessidade de que a política revolucionária do proletariado devesse ser tanto em destruir a própria política do capital e o Estado, como também a sua luta fosse para criar uma forma de produção material e da vida que o levaria a deixar de existir enquanto classe, enquanto proletários:

A classe trabalhadora francesa se move, portanto, sob circunstâncias de extrema dificuldade. Qualquer tentativa de prejudicar o novo governo na presente crise, quando o inimigo está prestes a bater às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem cumprir seus deveres como cidadãos, mas, ao mesmo tempo, não se devem deixar dominar pelos *souvenirs* nacionais do Primeiro império. Eles não têm de recapitular o passado, mas sim edificar o futuro. Que eles aperfeiçoem, calma e decididamente, as oportunidades da liberdade republicana para a obra de sua própria organização de classe. Isso lhes dotará de novos poderes hercúleos para a regeneração da França e para nossa tarefa comum – **a emancipação do trabalho**. De seus esforços e sabedoria depende o destino da república. (MARX, 2011a, p.32, grifo nosso)

Libertar o trabalho é libertar-se da própria compulsão à produção de mercadorias, libertar o proletariado do próprio trabalho. A liberdade humana necessita do fim da coerção pelo trabalho para produzir a vida livremente. O proletariado em si, desapareceria.

Eis o verdadeiro segredo da comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho. (MARX, 2011a, p.59)

Aqui a crítica de Marx se radicaliza, chegando ao fundamento econômico que sustenta a lógica de exploração do homem pelo homem e das classes sociais. Entende ainda que a forma de destruir tal forma de produção da vida é a realização plena da própria comuna. Portanto a comuna cria condições reais para que se forje uma nova forma de sociedade, logo, de fazer política, reinventando o trabalho, não-alienado, o trabalho transformador do homem. É na comuna que a humanidade se plenifica, destruindo a coisificação do capital.

Mas isso é comunismo, o “irrealizável” comunismo! Mas como se explica, então, que os indivíduos das classes dominantes, que são suficientemente inteligentes para perceber a impossibilidade de manter o sistema atual – e eles são muitos –, tenham se convertido em apóstolos abstrusos e prolixos da produção cooperativa? Se a produção cooperativa é algo mais que uma fraude e um ardil, se há de substituir o sistema capitalista, se as sociedades cooperativas nidas devem regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista – o que seria isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”? (MARX, 2011a, p.60)

Aquele programa difundido pelo Manifesto Comunista se expressa aqui embebido pela radicalidade da crítica ao capital e ao trabalho alienado. A transformação da sociedade capitalista para uma sociedade comunal passa concretamente por um processo de criação de novas formas políticas e de novos instrumentos de organização da produção.

Essa crítica ao Estado, à política do capital e ao trabalho também está presente no pensamento do italiano Antonio Gramsci. Líder comunista na Itália, foi preso pelo regime fascista no final dos anos 20 e, na prisão, escreveu uma série de reflexões sobre o Estado, a

cultura, os partidos, a política, os intelectuais e as massas, que depois de seu falecimento foram publicadas com o nome de *Cadernos do Cárcere (Quaderni del Carcere)* e impactaram profundamente o pensamento crítico no mundo inteiro, até hoje.

Logo no início do Caderno 11, dedicado a uma ser uma crítica da filosofia e uma sistematização do que para Gramsci era a filosofia da práxis, o italiano nos deixa nítido que há uma compulsão pelo trabalho que domina a sociedade capitalista:

*Há uma coerção de tipo militar também para o trabalho, que pode ser aplicada também à classe dominante, e que não é “escravidão”, mas sim a expressão adequada da pedagogia moderna voltada para a educação de um elemento imaturo (que é certamente imaturo, mas é tal na proximidade de elementos mais maduros, ao passo que a escravidão é expressão orgânica de condições universalmente imaturas (GRAMSCI, 1999, p.87, grifo nosso)*

O marxista sardo então defende, assim como Marx, a construção de uma filosofia crítica *a partir dos de baixo* para enfrentar a coisificação e a miséria que o capital e as classes dominantes proporcionavam à humanidade. Para isso era necessário construir uma relação orgânica entre a filosofia e as massas de modo a extrair o que há de mais coerente nos meios populares:

*É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo o limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”. (GRAMSCI, 1999, p.92).*

Então, para este autor, não existe a impossibilidade da formação de uma filosofia transformadora junto aos meios populares, nas massas de subalternos, pelo contrário. Para se criar uma filosofia realmente criativa, viva, que tenha capacidade de fazer uma crítica radical ao Estado, a política, a dominação do capital, era necessário ir até os *simples*, e junto a estes construir uma nova consciência, uma nova filosofia, necessariamente transgressora e revolucionária. Para isso é preciso realizar uma nova crítica das concepções de mundo dominantes, realizar uma superação da filosofia existente (filosofia como conjunto de ideias de um grupo/mundo).

Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em

que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise. (GRAMSCI, 1999, p.94)

Portanto, podemos perceber que Gramsci entende que há uma filosofia comum que domina a sociedade. Essa filosofia é elaborada, organizada e beneficia a classe dominante, mas também se expressa nos setores subalternos. Por isso, num processo de organização dos interesses dos subalternos é fundamental que haja uma sistemática crítica da filosofia, das ideias e da cultura dominante na sociedade civil. Este é um trabalho fundamental para construir uma transformação social: organizar, criticar, e sobretudo difundir e divulgar novas ideias que surjam da crítica popular e coerente das concepções de mundo dominantes. A educação coletiva e difusão de novas ideias é mais transformadora do que a simples geração desta nova ideia.

O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p.94)

Gramsci além de pensador e intelectual, é um organizador, um militante político. De origem das classes populares, tendo o pai preso por peculato quando ainda era jovem, Gramsci se organizou politicamente quando ainda era estudante em Turim. Foi de uma geração de intelectuais profundamente impactada pela revolução russa de 1917. Essa origem é um aspecto importante no seu pensamento político. Gramsci acredita e defende que é nos subalternos que se pode encontrar a linha condutora que construirá uma nova Itália, que vencerá os desafios nacionais que não foram derrubados pelos setores dominantes. Defende que são as massas populares que devem agir, e nelas deve surgir o programa das organizações revolucionárias. Propõe uma união entre prática e discurso em torno de uma filosofia transformadora da realidade, como ele defende: “É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos.” (Gramsci, 1999, p.97). Para o italiano sardo toda ação é política. E toda ação política expressa uma filosofia, sendo senso comum ou bom senso, religião ou crítica da filosofia.

Gramsci entende que na vida da classe trabalhadora, do campesinato, no conjunto das classes subalternas, se originam ideias que podem ser trabalhadas em prol de novas práticas. Um conjunto de valores morais que guardam em si uma forma de viver melhor

do que a predominante. Uma cultura popular transformadora. Um bom senso como núcleo coerente do senso comum na construção de uma filosofia popular.

Essas expressões populares poderiam ser agrupadas com as expressões similares dos escritores de caráter popular (recolhidas dos grandes dicionários) nas quais entrem os termos “filosofia” e “filosoficamente”; e assim se poderá perceber que tais expressões têm um significado muito preciso, a saber, o da superação das paixões bestiais e elementares numa concepção da necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, por que não é possível a separação entre a chamada filosofia “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de idéias e de opiniões. (GRAMSCI, 1999, p.98)

Para a criação desta nova filosofia é necessária a organização deste bom senso, daquilo que há de coerente entres as pessoas simples. É por isso que Gramsci defende que cada classe tenha seus próprios intelectuais, organizadores da nova filosofia, fruto da prática singular de uma dada classe. O diferencial de uma classe é sua capacidade de levar à frente seus interesses, depende dela mesma organizá-los dentro de uma prática transformadora da realidade, esse é o papel dos intelectuais intrinsecamente vinculados à classe.

a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. (GRAMSCI, 1999, p.100)

Não se trata aqui de um perfil de intelectuais aristocráticos, uma elite permanente que se destaca da sua classe e sobre ela dirige a “nata” de seu pensamento. Pelo contrário, o verdadeiro sentido de intelectual em Gramsci é o daquele que organiza as ideias da classe à qual pertence, que a ela vincula sua própria existência intelectual, que consegue fazer avançar os melhores princípios éticos morais praticados coletivamente pela classe. O intelectual orgânico portanto é organizador da nova filosofia popular.

Um movimento filosófico só merece este nome na medida em que busca desenvolver uma cultura especializada para restritos grupos de intelectuais ou, ao contrário, merece-o na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os “simples” e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos? Só através deste contato é que uma filosofia se torna “histórica”, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em “vida”. (GRAMSCI, 1999, p.100)

Essa filosofia popular e crítica, que a partir da experiência vivida pelos subalternos consegue gerar uma ideia crítica da realidade vivida que Gramsci chama de filosofia da práxis. Ele entende que ela só pode ser desenvolvida através da polêmica direta com as filosofias tradicionais, pois o seu próprio caminho de origem se diferencia das demais. Não se trata de mais uma filosofia idealista, que a partir da elaboração de pensadores distantes da realidade popular fazem um discurso da realidade. A filosofia da práxis é uma concepção de mundo que entende a sociedade a partir da realidade concreta, por isso toma como base o bom senso popular elevando-o a uma visão de mundo mais ampla.

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente); e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser considerada como “culminâncias” de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular. [...] A relação entre filosofia “superior” e senso comum é assegurada pela “política” (GRAMSCI, 1999, p.101)

O papel da filosofia da práxis é, portanto, elevar a consciência das classes subalternas de um patamar mais específico para um olhar mais geral sobre a realidade. Esse complexo processo não se dá de forma linear, pelo contrário, é cheio de idas e vindas, resgatando elementos de filosofias do passado, porém com um sentido radicalmente diferente. Não se trata de evolução a partir do estudo. Se trata de uma nova forma de conceber o mundo, a partir de um novo modo de ser, da classe organizada, tendo como ponto de partida seus interesses particulares, realizando-os em um projeto comum, universal. Por isso os intelectuais da filosofia da práxis devem ser qualitativamente diferentes dos das demais filosofias, é necessário ir até os simples e estar orgânico entre estes, lendo com estes a realidade, e extraindo daí uma crítica concreta e real do mundo.

A posição da filosofia da práxis é antitética a esta posição católica: a filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p.103)

Esse caminho filosófico não pode ser resultado do trabalho de um pequeno grupo. A construção de uma filosofia da práxis entre os subalternos é a tarefa de construção de uma nova hegemonia, uma contra hegemonia dos simples. Ela se dá individualmente em cada sujeito, mas só quando esse sujeito integra um projeto coletivo e orgânico que junto a ele se eleva, formula uma concepção crítica da realidade a partir da consciência sobre mundo. Ele formula uma nova filosofia na medida que sua classe critica as filosofias anteriores, na medida em que se massifica conquista força e se consolida. Pois, quando um elemento dos subalternos critica o senso comum ele desenvolve ou aceita uma nova filosofia. Para ele o senso comum é o ponto de partida da filosofia da práxis na construção de uma nova política. A construção de uma nova hegemonia constitui a crítica do senso comum. Significa um progresso filosófico de um setor social que constrói essa nova hegemonia.

Quando, individualmente, um elemento da massa supera criticamente o senso comum, ele aceita, por este mesmo fato, uma filosofia nova: daí, portanto, a necessidade, numa exposição da filosofia da práxis, da polêmica com as filosofias tradicionais. Aliás, por este seu caráter tendencial de filosofia de massa, a filosofia da práxis só pode ser concebida em forma polêmica, de luta perpétua. Todavia, o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões, as quais se trata de tornar ideologicamente homogêneas. (GRAMSCI, 1999, p.116)

Com certeza uma das contribuições mais férteis deste italiano – não só para nosso trabalho, mas para todo o pensamento crítico atual – é a noção ampliada e complexa sobre o Estado e a sociedade civil. Para o autor, o Estado nem paira acima da sociedade como um ente superior às contradições de classe, nem é apenas um “escritório” da classe dominante onde esta organiza seus trabalhos sem absorver nenhuma contradição, blindado das demandas “dos de baixo”. Para Gramsci, o Estado é uma dimensão da luta política na sociedade de classes onde estão em permanente conflito os interesses dos subalternos sob a hegemonia das classes dominantes, ou, como ele mesmo defende,

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico- corporativo. (GRAMSCI, 2007, p.41-42)

Para entendermos o Estado a partir de Gramsci é preciso compreender que as relações sociais em uma determinada historicidade são construídas em blocos históricos, que são o conjunto de relações sociais de uma sociedade em um determinado período histórico. Não é simplesmente um bloco no poder, ou seja, não expressa apenas as relações das classes dominantes, mas também as relações destas com as classes subalternas, sendo então uma *unidade dos contrários*. Como fica nítido no Caderno 13, dos *Cadernos do Cárcere*:

Em que sentido se pode identificar a política e a história e, portanto, toda a vida e a política? Como, em função disso, é possível conceber todo o sistema das superestruturas como distinções da política e, portanto, como se pode justificar a introdução do conceito de distinção numa filosofia da práxis? Mas se pode falar de dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo entre os graus da superestrutura? Conceito de “bloco histórico”, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos. (GRAMSCI, 2007, p.26)

A organização de um bloco histórico está relacionado diretamente com a produção da riqueza material em uma sociedade, num determinado momento histórico e como a classe dominante atua para dominar as classes subalternas sob os seus interesses de produção e reprodução material, como também com a relação de forças estabelecida entre as classes nesse bloco histórico. Gramsci faz uma comparação entre as sociedades do “ocidente”, com um desenvolvimento capitalista avançado e as sociedades do “oriente” com um capitalismo ainda de baixo desenvolvimento, onde as estruturas políticas burguesas e o nível das tecnologias de produção material ainda estão pouco evoluídos.

Na primeira, a hegemonia dos subalternos tem uma longa batalha para produzir contra-hegemonia, para ir enfraquecendo a capacidade dos aparelhos de hegemonia da classe dominante em gerar consenso junto aos dominados. Na segunda, onde a burguesia ainda é fraca, o processo da revolução é insurrecional, a revolução é permanente. Como na revolução russa, que teve uma etapa democrático-burguesa em fevereiro e uma proletária em outubro. Ou seja, a depender da hegemonia da classe dominante, da capacidade dela criar consenso dentro do bloco histórico, a luta dos subalternos pode ser mais direta e militarizada, ou mais indireta, fluida e até mesmo prolongada, tendo em vista a formação de uma contra-hegemonia, pois nessas sociedades ocidentais

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas

situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. (GRAMSCI, 2007, p.95)

Por isso, no processo de construção de uma nova hegemonia, de uma contra hegemonia a partir do subalternos, a consciência política destes se eleva, conjugando teoria e prática. Como trata-se de um processo de elaboração de uma nova cultura isto leva tempo, construindo uma crítica ativa dos problemas sociais de um determinado tempo, resgatando elementos presentes na narrativa popular, ressignificando-os em torno de uma filosofia geral que busca construir uma nova forma de organização. Necessita de que a classe subalterna eleve-se moralmente, “reconheça em si a capacidade de transformar sua própria realidade, de não delegar ao outro os problemas do agora. A construção de uma nova hegemonia constitui a crítica do senso comum, significa um progresso filosófico de um setor social que constrói essa nova hegemonia.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1999, p.103-104)

Nos será útil aqui a compreensão que Sônia Mendonça faz da teoria gramsciana no entendimento da ampliação do Estado. Entendendo Estado Ampliado como o resultado da sociedade política e sociedade civil:

Em suma, para o pensador italiano, que tanto inovou o campo do marxismo com sua singular definição de Estado ampliado – ou Integral –, a marca peculiar ao Estado capitalista, desde sua época, reside no fato dele guardar, simultaneamente, um espaço de consenso e não apenas de violência, sendo o consenso – consentimento – obtido, segundo ele, através da ação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, assim como através da ação do próprio Estado restrito, que promove e generaliza o projeto da fração de classe hegemônica em certo contexto historicamente dado. Logo, política e Estado são inseparáveis da cultura e, mesmo instituições da sociedade política tipicamente relacionadas com a coerção – como o Exército, por exemplo – respondem pela difusão de uma cada cultura. (MENDONÇA, 2014, p.37)

Esta propõe o uso da categoria Estado ampliado como ferramenta metodológica de leitura histórica. Sendo o Estado ampliado – ou Integral – marca peculiar da sociedade capitalista é fundamental para nós historiadores compreendermos como a sociedade se amplia e como as classes lutam para se expressarem nos Estado restrito (MENDONÇA, 2014). Por isso a autora sugere uma metodologia de estudo que se fundamenta na pesquisa dos aparelhos privados de hegemonia e sua organização para dirigir moral e intelectualmente as classes em luta.

Cabe ao pesquisador verificar quem são os autores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente interrelação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar a cada momento histórico, que eixo central organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essas formas de organização da Sociedade Civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas. (MENDONÇA, 2007, p.15)

Em sua obra a autora dedicou-se a estudar como se constituíram os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes e sua articulação para construir uma hegemonia sob a sociedade e fazer se expressar seus interesses no Estado restrito. Buscaremos aqui fazer uso da metodologia proposta por Mendonça, na empreitada de que a investigação dos aparelhos privados de hegemonia ajudam a explicar como a luta de classes ocorre concretamente. Porém, no nosso trabalho, privilegamos a análise das classes subalternas e de seus aparelhos privados de hegemonia, levando em consideração que “para o filósofo italiano, a maior ocidentalização – ou seja, a complexificação da sociedade civil – longe está de equivaler ao maior protagonismo dos subalternos” (MENDONÇA, 2013, p.20) ainda mais em período de forte coerção perpetrada por um Estado ditatorial que visava diminuir ao máximo a expressão das classes populares no Estado restrito bem como destruir as organizações autônomas das classes subalternas. Buscamos entender como o episódio de resistência na CIONE rompe o cerco de ampla coerção a partir expressão da ação organizada dos subalternos identificando a ação organizada de aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora. Por isso nos é fundamental compreender como se dá o processo de organização dos “de baixo” sob a perspectiva do Estado ampliado.

Podemos entender então que tanto a produção filosófica e histórica de Marx, como a de Gramsci se traduzem numa fina crítica à dominação do capital sobre a vida humana. Ambos elaboram, a partir da realidade concreta, uma filosofia que busca ser plenamente construída nas massas populares, nas classes subalternizadas pela lógica de produção do

capital, para que, através da arma da crítica, possam fazer surgir um novo bloco histórico, uma contra hegemonia capaz de transformar a realidade. Por isso, é fundamental aplicar essa teoria aos processos de luta da classe trabalhadora e do conjunto dos subalternos para entendermos, a partir da realidade concreta, os processos de dominação do capital, e também de elaboração de novas filosofias e consciência de classe. Por isso o estudo de Marx e Engels é fundamental na nossa análise materialista e histórica da Guerra das Castanheiras, em 1968, em Fortaleza/CE.

## CAPÍTULO 2 – AS EXPERIÊNCIAS NA FÁBRICA E MEMÓRIAS DE UM CONFLITO DE CLASSES

### 2.1 ENTRANDO NA “GUERRA DAS CASTANHEIRAS DA CIONE”

O ramo da extração industrial de óleo da castanha de caju era, na década de 1960, um dos mais produtivos e figurava entre os setores que mais impulsionaram a incipiente rede industrial cearense. Várias empresas, inclusive multinacionais, instalaram em Fortaleza com o objetivo de explorar a atividade de beneficiamento da castanha de caju. O setor era um dos maiores da indústria cearense na década de 1960 e empregava milhares de trabalhadores na produção, é o que nos relata Jaime Libério<sup>41</sup>, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Óleos vegetais e Animais de Fortaleza (conhecido como Sindicato do Óleo), e na época militante do grupo Ação Popular<sup>42</sup> (AP).

Podemos localizar a existência de pelo menos 14 indústrias de beneficiamento de castanha de caju no Ceará em funcionamento em 1968, com diversas origens de capital, seja nacional ou estrangeiro como ilustra a tabela abaixo:

41 Jaime Libério, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Óleos vegetais e Animais de Fortaleza (conhecido por Sindicato do Óleo), a época militante da Ação Popular (AP), tem uma importância fundamental em nossa pesquisa, foi em despretensiosas conversas com ele, nas dependências da Associação Anistia 64-68, em Fortaleza, que despertamos o interesse pela greve da CIONE.

42 A Ação Popular era uma organização política de linha marxista-leninista, com origem nas bases da esquerda da igreja, a Ação Católica (RIDENTI, 2010). No Ceará teve grande influência no movimento estudantil e atuação nas fábricas têxteis e de beneficiamento de caju (FARIAS, 2007).

Tabela 4: Indústrias de Beneficiamento da Castanha de Caju em 1968 no Ceará

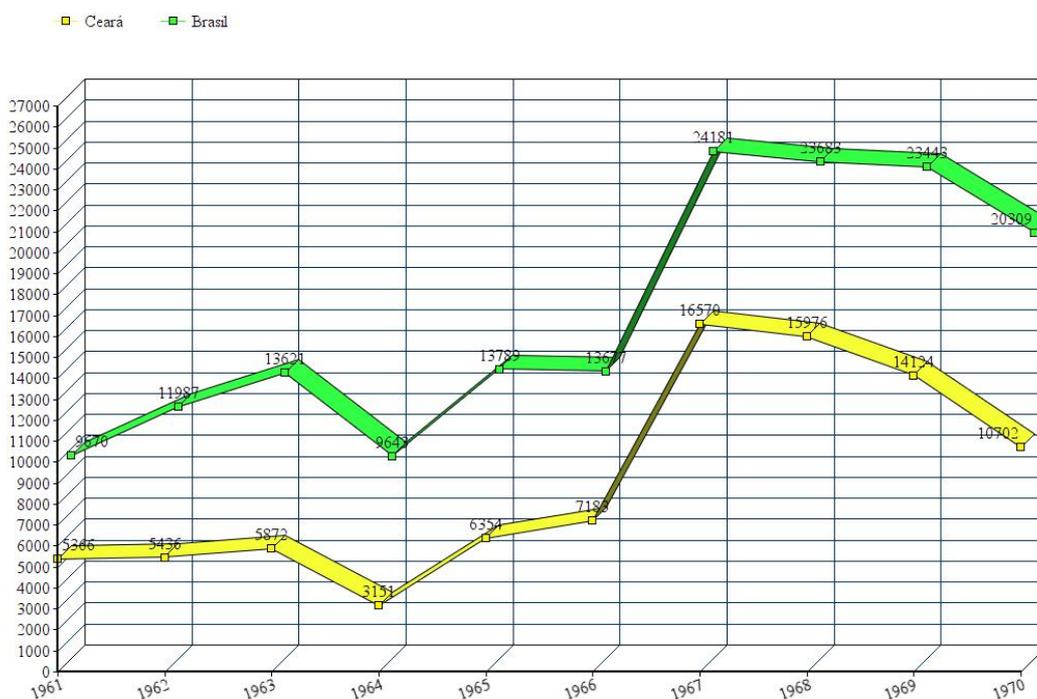
| Razão Social  | Cidade    | Fundação | Proprietários  | Origem do Capital  |
|---|-----------|----------|--|--|
| Brasil Oiticica S/A   | Fortaleza | 1934     | Heury Lawrence Marshal;<br>Antonio Rodrigues Carneiro                    | Estadunidense, Condoroil; Tintas Ipiranga.   |
| CISA - Caju Industrial S/A                                    | Pacajus   | 1958     | Vicente Coelho Barcelos;<br>Luis Campelo Gentil                          | SUDENE; Antes fabricavam doces caseiros.   |
| Casa Quirino Rodrigues S/A - Indústria Comércio e Agricultura | Sobral    | 1960     | Edmundo Rodrigues; João Rodrigues Santos                                 | Comércio em Cariré desde 1916; Comércio e beneficiamento de couro em 1948 em Sobral            |
| CAJUBRAS - Cajú do Brasil S/A - Agroindústria                 | Pacajus   | 1961     | Antonio Cláudio Gomes Figueredo; Pedro Antonio Philomeno Gomes Figueredo | Proprietários de terras; Fábrica têxtil; Beneficiamento e comércio de couro e cêra de carnaúba |
| CIONE - Companhia Industrial de Óleos do Nordeste S/A         | Fortaleza | 1962     | Jaime Thomaz de Aquino; Valdemiro Thomaz de Aquino                       | Iniciou com o comércio de caminhão e castanhas; Expansão a partir da SUDENE                    |
| Araújo e Alves - Usina Lindoya                                | Fortaleza | 1963     | José Amilcar Mendes de Araújo  | Indústria e comércio de carne; Beneficiamento de algodão                                       |
| COBICA - Cia Brasileira de Industria de Castanha de Caju      | Fortaleza | 1965     | Osny Azevedo de Castro Monteiro; Osny Monteiro Júnior                    | Fábrica de móveis hospitalares e aparelhos eletro-médicos                                      |
| IACOL - Indústria e Agricultura Castanha e Óleo S/A           | Bela Cruz | 1965     | Edmundo Rodrigues; Quirino Rodrigues Santos Neto                         | Mesma origem da Casa Quirino   |
| FAISA - Fortaleza Agro-Industrial S/A                         | Fortaleza | 1966     | Geraldo Amaral Rola  | Empresa do grupo EIT; Obras Públicas - Recife 1951   |
| OLICAL - Oliveira Cavalcante e Cia                            | Fortaleza | 1966     | Luís Cidrão Oliveira   | Exportação de couro e castanha de caju   |
| Irmãos Fontenelle S/A   | Fortaleza | 1966     | Humberto Feijó Fontenelle; Roberto Fontenelle                            | Exportação de couro, cera de carnaúba e castanha de caju                                       |
| CAJUNORTE - Castanha de Cajú do Nordeste S/A                  | Marco     | 1968     | Jaime Thomaz de Aquino; José Amilcar Mendes de Araújo                    | As mesmas do grupo CIONE e Lindoya   |
| CAISA - Caucaia Industrial S/A                                | Caucaia   | 1968     | Ernani de Queiroz Viana; Otacílio de Almeida Braga                       | SUDENE   |
| CASCAJU - Cascavel Castanha de Caju Ltda.                     | Cascavel  | 1968     | Edson Queiroz  | Comercialização de gás liquefeito  |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de FROTA, Maria Helena de Paula. A Indústria de Beneficiamento de Castanha de Caju no Ceará: uma máquina de fazer loucos. 250p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

Podemos observar a existência de indústrias de beneficiamento da castanha de caju no Ceará, a partir da fundação da Brasil Oiticica, empresa de capital estadunidense que até a

década de 1970 foi a maior indústria do ramo no Estado. Mas é na década de 1960 que o setor irá se expandir exponencialmente e se consolidar com um dos principais na economia cearense. Isso se dará especialmente na segunda metade da década de 1960 impulsionado por uma política de industrialização para o Nordeste financiado pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste (que no período incrementou em 300% seus recursos para liberação de crédito). Acrescenta-se a isto uma maior valorização do óleo (Líquido da Castanha de Caju - LCC) no mercado internacional, utilizado largamente na indústria para fabricação de lubrificantes, vernizes e isolantes. (FROTA, 1984). Neste período o Ceará já despontava no cenário nacional como maior produtor da castanha de caju, impulsionando o crescimento da produção da amêndoa no país, como podemos observar no gráfico abaixo

Figura 8: Produção de castanha de caju no Brasil e Ceará entre 1961 e 1970 (ton.)



Fonte: Formulado pelo autor a partir de IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Fundação IBGE, edições de 1964 a 1972.

Isto se deve sobretudo ao fato de que o cajueiro é uma das árvores típicas da vegetação cearense, originário da região, sendo “um dos vegetais que mais se adapta a semiaridez do nordeste, garantindo colheitas satisfatórias mesmo em períodos de estiagem” (FROTA, 1986, p. 36). O caju, fruto do cajueiro, está enraizado na cultura cearense desde muito antes da colonização europeia, onde é usado como alimento de diversas formas pelas

populações indígenas da região e também em rituais espirituais, na forma de mocororó, bebida à base do caju fermentado ao ar livre<sup>43</sup>. O caju está incorporado a cultura do sertanejo cearense nas memórias de infâncias comendo caju, nas obras de poetas, cordelistas e romancistas. Signo de fartura, o período de colheita do caju que recheia a alimentação do cearense através da castanha e da “carne” do caju marcam também o período das “chuvas do caju” que se forem acompanhadas por fortes chuvas são interpretadas pela cultura popular como garantia de uma boa quadra chuvosa no ano seguinte. Essas são marcas de um consumo doméstico e secular no estado. Já indústria do caju no Ceará se apropriou do fruto visando sobretudo ao mercado internacional, onde o interesse na castanha “deriva do beneficiamento em suas indústrias, de frituras e salgados onde preparam para reexportar. Em segundo momento voltam-se para o seu próprio mercado interno onde são consumidas como aperitivos ou ainda nas indústrias de chocolate, confeitarias e padarias” (FROTA, 1984, p. 41). Já no mercado brasileiro o consumo da castanha ainda era bastante restrito na década de 1960, representando apenas 10% do consumo do que era produzido, destinando-se sobretudo ao consumo das classes dominantes.

Podemos somar ainda como fatores que contribuíram para expansão da indústria da castanha de caju no Ceará a abundância de força de trabalho excedente, predominantemente feminina<sup>44</sup>, Gerando, por consequência, salários muito baixos, matéria prima abundante e barata, e a organização de um processo produtivo em torno do beneficiamento da castanha de base manufatureira que, se por um lado explorava sob condições extremamente precárias a força de trabalho, por outro não exigia grandes investimentos de capital. Essas são condições ideais que trouxeram investidores para acumular e reproduzir seus capitais no beneficiamento de castanha de caju.

Porém, essas condições ainda não seriam suficientes para explicar o rápido crescimento da indústria da castanha de caju se não fosse o papel do Estado como fiador da acumulação de capital. Como aponta Helena Frota:

Para o Nordeste, e particularmente para o Ceará, é o momento em que os mecanismos institucionais são acionados para subsidiar o capital nativo ou não, satisfazendo a necessidade estrutural da expansão capitalista no Brasil. Os instrumentos de veiculação desta política foram os incentivos fiscais e financeiros - o sistema de crédito 34/18 para financiar o setor privado, constituindo-se a partir daí diretrizes básicas das políticas governamentais. Medidas protecionistas do Estado, como isenção de Imposto de Renda (IR) - Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM e Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI - para todos os produtos destinados ao

43 Disponível em <http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/00001568.htm> acessado no dia 28/01/2018 as 15:19

44 Problema que iremos nos deter como maior cuidado no tópico “2.6 Quem eram as castanheiras: como e porquê estas mulheres lutaram”

mercado externo. É como diz um empresário local: “nestas condições os valores líquidos e brutos se confundem e praticamente tudo é líquido.

Esse papel exercido pelo Estado não foi uma exclusividade da economia cearense. Entendemos, assim como Mendonça (1986), que a intervenção estatal é a principal especificidade do capitalismo brasileiro: produtor direto, agenciador do capital privado e repressor da força de trabalho através do controle do seu preço, bem como dos seus instrumentos de organização. Neste sentido, o golpe de 1964 removeu os obstáculos ao projeto de acumulação capitalista então em voga, patrocinando o arrocho salarial, endividando-se no exterior, repassando recursos ao capital privado, produzindo um “milagre” sustentado na superexploração da força de trabalho com enormes ganhos de produtividade.

É nesse contexto que surge a CIONE. Segundo Francisco José, o Franzé<sup>45</sup>, a fábrica da CIONE, na década de 1960, era uma das maiores indústrias do Estado no ramo de extração do óleo da castanha do caju e empregava cerca dois mil trabalhadores somente na produção industrial, em sua maioria mulheres, chamadas de “castanheiras”<sup>46</sup>. Era uma indústria nova, fundada em 1962 – que só começou a produzir em 1965 – graças a essa política de impulso ao parque industrial do Ceará patrocinado pela SUDENE<sup>47</sup>, que dinamizou o setor no Estado, como nos conta Holanda<sup>48</sup>:

A SUDENE investia o dinheiro aqui e a CIONE fazia as melhorias estruturais, as construções, compra de equipamento. Tudo dentro de um cronograma. Os projetos obedeciam a um cronograma de execução. Na proporção que recebíamos os recursos, nós íamos aplicando. A época era um financiamento barato. A contrapartida era abrir aos acionistas. Com os incentivos da SUDENE veio a isenção fiscal de 50%. Recebemos porque estamos entre os projetos da SUDENE. (Entrevista. Holanda. 01 jul. 2014)

45 Francisco José, o Franzé, atual diretor administrativo da CIONE, começou a trabalhar na fábrica no início da década de 1970 como “garoto de recados”, passando por vários departamentos do administrativo, até chegar hoje ao cargo de chefia.

46 Entrevista de Francisco José concedida a Marcelo Ramos em 01 de julho de 2014

47 Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Criada no governo Juscelino Kubitschek para impulsionar o crescimento da região e tentar diminuir as diferenças regionais no Brasil.

48 Holanda trabalha desde 1965 até hoje na CIONE como contador, vivenciou a greve e compartilha da visão daqueles trabalhadores administrativos que estavam muito próximos a Jaime Aquino, proprietário da fábrica.

Figura 9: Vista aérea da fábrica da CIONE, às margens da avenida Mister Hull, no bairro Antônio Bezerra, Fortaleza - Ceará (1970)



Fonte: Panfleto demonstrativo da CIONE. Coletado em junho de 2014 pelo autor.

Segundo Franzé, a produção da fábrica em 1968 era de 500 “caixas”, o equivalente a 10 milhões de quilos de castanha de caju sendo processadas por algo em torno de 400 máquinas (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014). Para Franzé o fato de CIONE estar em atividade desde a década se deve sobretudo ao de a empresa ter plantio próprio, segundo ele a produção das demais indústrias de caju dependia da sazonalidade da safra do caju, que é basicamente entre o período de agosto e dezembro, por isso essas outras indústrias

trabalhavam 4, 5, 6 meses no ano, e muito vezes quando a produção voltava já era outro dono. A CIONE não, a CIONE sempre se preocupou em efetivar o seu próprio pomar. Isso desde o início da década de 60, lógico que não começou com o tamanho que tem hoje, no início com algo em torno de 100 hectares, pra chegar hoje com algo em torno de 50, 60, 70 mil hectares. Eu atribuo principalmente a isso, o fato da CIONE ter se mantido esses anos todos em nunca ter sequer dado férias coletivas, foi ininterruptamente. A CIONE tem 51 anos de existência e sempre trabalhou ininterruptamente. (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014)

O funcionário da fábrica, que nela trabalha desde inícios dos anos 1970, defende ainda que aspectos da personalidade do fundador da empresa, Jaime Thomaz de Aquino, sua capacidade de empreender, de ser “visionário”, de ser um “grande trabalhador” seriam

também elementos essenciais para compreender a importância da empresa na economia cearense e do caju.

Além disso eu posso atribuir a própria obstinação do dono né. Algumas dessas empresas são multinacionais, ninguém sabe nem quem é o dono, onde não existe aquele comprometimento pessoal, ao contrário da CIONE onde o dono sempre esteve aqui dentro, até hoje ele está aqui todos os dias o dia todo, mesmo com 90 anos<sup>49</sup>. Ele sempre acreditou muito na cultura do caju, tanto é que investiu absurdos no plantio e cultivo. O que nos dias de hoje é um péssimo negócio, porque mão-de-obra é muito difícil. Principalmente áreas extensas como a da CIONE. Até para se fazer a colheita é um problema. Por conta da cajucultura ser muito regionalizada, talvez as empresas que trabalham com o desenvolvimento de tecnologias não investiram no desenvolvimento de máquinas e equipamentos para fazer isso de forma mecânica. A laranja, cana de açúcar, café, e outras, se faz mecanicamente. A soja por exemplo, o cara planta o mundo de soja e tem meia dúzia de empregados, porque aquelas máquinas plantam, colhem, separam, faz praticamente tudo. Ao ponto que a cultura do caju não, tem que manter o contingente muito grande de empregados por quê é todo manual, pra colher castanha por castanha, uma por uma, separar o caju da amêndoa. Isso não é feito mecanicamente. (...) "E acho que uma coisa que sempre deu credibilidade ao seu Jaime foi que ele sempre foi um homem que nunca ostentou, ele sempre se comportou 'como um de nós'. Ele nunca foi aquele cara que chegou de BMW, carro importado e seguranças, aquela coisa pirotécnica. Sempre foi um homem extremamente simples. Acho que nada tem mais consistência do que o exemplo! O exemplo dele sempre falou por si só, por mais que as pessoas tentasse o denegrir." (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014)

Mas podemos perceber na pesquisa que, à revelia das características excepcionais dos proprietários da CIONE, o fato da empresa ser uma grande latifundiária na produção de caju fez com que esta se destacasse na concorrência. Além disto a empresa contou com vultosos investimentos do Estado, sobretudo através da SUDENE. Como demonstrou Helena Frota:

O Grupo CIONE, proprietário de [...] quatro projetos agrícolas de plantio de cajueiro [...] ocupando 76.000 hectares oficialmente; [...] Mantém o mesmo ainda o controle acionário de uma outra indústria de beneficiamento de castanha de caju e plantio de cajueiro, a empresa CAJUNORTE, no município de Marco (Sobral-Ce). Teve sua expansão também a partir da SUDENE através de financiamento na ordem de Cr\$ 1.533.417,00 quando seu capital era de Cr\$ 1.586.880,00. (FROTA, 1984, p. 54).

Na CIONE, situada no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza, também se aplicou uma das macropolíticas mais corriqueiras por parte da ditadura com relação aos trabalhadores em finais da década de 1960: o arrocho salarial. Esta política foi construída pelo regime militar como meio de permitir a maior exploração dos trabalhadores maximizando a acumulação de capitais para o desenvolvimento e majoração do lucro dos empresários. Fazia parte da nova

49 Jaime Aquino faleceu em abril de 2015, pouco mais de um ano após a realização desta entrevista. Quando fomos à fábrica, até hoje situada na Avenida Mister Hull, em Fortaleza, Jaime Aquino estava lá, assim como faria diariamente até seus últimos dias. Porém fomos desaconselhados a tentar uma entrevista com ele pelos responsáveis pela gerência da indústria devido ao fato, segundo eles, de Jaime Aquino já estar afetado por algumas doenças degenerativas devido à idade avançada, decidimos acatar e respeitar aquele pedido.

política econômica do regime vigente o incentivo à industrialização para retomar e acelerar o desenvolvimento econômico:

Em agosto [de 1964] foi divulgado o principal documento de estratégia econômica do governo Castelo Branco: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Este definia como principal objetivo, para o biênio 1965-66, acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país e conter progressivamente o processo inflacionário para alcançar um razoável equilíbrio de preços em 1966. O objetivo do PAEG de acelerar crescimento e simultaneamente reduzir a inflação deve ser entendido no âmbito do diagnóstico que os autores do Plano faziam da crise brasileira. (PRADO e EARP. In: FERREIRA e DELGADO, 2009)

A principal consequência para os trabalhadores foi um conjunto de mudanças na política salarial. O acordo dos patrões com o governo militar consistia em: controlar a inflação, flexibilizar direitos, reprimir o movimento operário e aumentar os investimentos na indústria e comércio. A ditadura cumpria sua promessa, abrindo espaço para uma maior exploração por parte do empresariado sobre a classe trabalhadora:

Finalmente pretendia-se criar um mecanismo de reajuste dos salários que não mais gerasse pressões inflacionárias. Isto implicaria ‘despolitizar’ as negociações salariais, aforando uma fórmula considerada neutra, baseada na recomposição das perdas com a inflação e na incorporação aos salários do aumento da produtividade da economia. Além disso, pretendia-se aumentar flexibilidade da contratação e demissão da mão de obra, substituindo-se as indenizações pagas pelo empregador pelo mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que teria como virtude adicional ser uma fonte de poupança compulsória. Para completar a reforma das relações de trabalho, foi preciso intervir nos sindicatos mais ativos para evitar a eclosão de movimentos grevistas. (PRADO e EARP. In: FERREIRA e DELGADO, 2009)

A consequência dessa política para todos os trabalhadores, inclusive os da CIONE, foi imediata e profunda. Enquanto os preços continuavam aumentando por conta da inflação, o salário não era suficiente sequer para suprir as demandas básicas das famílias que eram sustentadas com o ganho das castanheiras. O milagre econômico bradado pelo governo não era tão miraculoso para aquelas operárias<sup>50</sup>. Como nos mostra Francisco de Oliveira:

isto quer dizer, vendo por outro lado a dinâmica da distribuição, que o crescimento da renda real na economia brasileira durante o decênio — aproximadamente 70% — foi predominantemente apropriado pelos 5% mais ricos da população (...) Os dados provam, abundantemente, que não houve qualquer redistribuição para baixo, nem em termos de beneficiamento dos estratos médios, nem muito menos, como é óbvio, dos estratos baixos. (OLIVEIRA, 1972, p. 63)

Exemplo disso era o nível de pobreza em que as trabalhadoras da CIONE viviam:

As mulheres desmaiavam. Porque elas não almoçavam. Muitas dessas mulheres ganhavam tão pouco que elas não almoçavam, elas merendavam. Comiam duas

50 Cf. Francisco de Oliveira.

bananas e um pão pra tirar um dia inteiro trabalhando. E voltavam muitas vezes no outro dia com o estômago vazio, aí quando entravam na fábrica e sentiam aquela ‘nhaca’ [mau cheiro], aquela ‘catinga’ enorme [de castanha], elas desmaiavam. O dono da fábrica e a capatazia dizia que era “esterismo” delas, diziam que era falta de homem! (Entrevista. Jaime Libério. 22 de fev. 2014)

A imensa maioria das operárias da CIONE morava nos bairros da região do Antônio Bezerra e Barra do Ceará, periferia de Fortaleza. “A maioria das operárias moravam pra banda de cá, na região da barra, Jardim Iracema, Quintino Cunha (...) e lá pelo buraco da Gia, nas redondezas da fábrica, onde depois nós fomos morar” (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014).

Segundo Cristina Carvalheira, militante da AP de Recife, que foi enviada para Fortaleza para se integrar à produção da CIONE, não havia nenhum auxílio para o transporte das operárias, que tinham que acordar muito cedo, na madrugada, para ir a pé para a fábrica, pois o transporte público para a periferia era precário. “Nós ficamos hospedados na casa de uns operários que ficava perto da fábrica, a casa era perto do campo de corrida de cavalo, perto do jóquei. A gente saía de casa umas 5h30, e ia andando, levava umas meia hora pra chegar, levava alguma coisa pra comer, e também saía cedo”, e continua, descrevendo táticas que elas tomavam para tentar lidar com a situação: “A fábrica não oferecia nada, não oferecia transporte, não oferecia almoço. A gente ia andando e cada uma levava seu almoço e saía pra comer fora. Não tinha vila operária, não tinha creche. Inclusive essa moça com qual eu morava quem ficava com os filhos dela era a mãe dela.” (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014). Maria de Fátima endossa essa condição e conta como ela fazia para comer: “Na época não tinha nada disso não, de benefício, de almoço, de transporte. A maioria levava marmitta ou então os familiar ia deixar. Meu pai foi um que antes da nós morar lá ele ia deixar muito. Depois nós fomos morar em frente a fábrica” (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014)

Para piorar, a CIONE era “exemplar” no desrespeito às condições mínimas de segurança no trabalho das operárias. Em geral as fábricas em Fortaleza não davam boas condições de trabalho para seus operários, eram muitas as reclamações e muitos acidentes de trabalho, é o que narra Jaime Libério, sindicalista, que conhecia as fábricas do ramo do Caju. Para ele a CIONE era a que tinha as condições mais degradantes no momento. (Entrevista. Jaime Libério. 22 fev. 2014).

A desorganização do movimento operário permitiu que, assim como a CIONE, fossem retirados direitos e piorassem as condições de trabalho, diminuindo gastos e aumentando a acumulação de capital. (CARONE, 1984). A situação cotidiana em que se

encontravam as castanheiras às vésperas da greve é evidenciada pelo rápido depoimento da Maria de Fátima, no período anterior a eclosão da greve:

Nós entrávamos muito cedo, a maioria já entrava 6h. Porque era por produção, e todo mundo queria um dinheiro a mais. E eles eram muito exigentes, não tinha muita coisa pra facilitar pra gente mas eram muito exigentes. Se achassem um pedacinho de castanha no meio da casca... um farelinho no meio das cascas que iria pra caldeira, era derramada nos pés da gente pra gente catar. Tinha uns fiscais que eram pagos só pra encontrar os nossos erros. Usávamos essas latas de leite seca cheio de óleo de mamona, um óleo preto, que a gente tinha que tá todo tempo olhando as mãos pra não queimar. Eu tive muita sorte que nunca levei queimadura grave. Lá muitas pessoas queimavam isso aqui [mostrando os braços], sapecava na cara. Eu dei muita sorte. Eu era rápida. Tirava era 40 quilos de castanha. Eles não deixavam misturar as castanhas, queriam só as grandonas separadas. (...) Eles exigiam muito da gente. Você tinha que fazer um trabalho grande pra não ir castanha com pele ou castanha quebrada. Se tive algum problema as castanhas voltavam pra bancada pra agente limpar. Eu lembro que a gente se esforçava muito pra fazer a produção" (Entrevista. Maria de Fátima. 08 jul. 2014)

O clima na fábrica era de grande descontentamento, ainda mais com os abusos morais que as castanheiras sofriam por parte dos fiscais, que as pressionavam para produzir mais. Alguns deles inclusive roubavam as castanheiras, como conta Cristina Carvalheira: “A gente ficava muito revoltada porque éramos roubadas quando as latas iam pra balança” (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014).

Em contraste a esse relato, Franzé, atual gerente administrativo da fábrica, que em 1968 ainda não trabalhava na CIONE, mas afirma conhecer toda a história da fábrica, garante que a CIONE era uma “empresa familiar”, pois apesar de o proprietário não ter tido filhos, nem outros parentes trabalhando, a relação com os trabalhadores seria muito próxima como era típico de uma empresa familiar. Para provar ele provoca:

se você for fazer aqui uma pesquisa você vai comprovar que a grande maioria das pessoas trabalham aqui há muitos anos. O novato aqui no administrativo tem 10, 15 anos [de empresa], o restante tem 20, 30, 40 anos, mesmo aposentado continuam trabalhando. Isso não é resultado de nenhum estudo que eu tenha feito, mas eu deduzo que isso é fruto dessa relação muito próxima e de confiança, de igualdade, que ele [Jaime Aquino] sempre estabeleceu com os trabalhadores. Ele sempre fez questão de saber quem são os empregados, tratar pelo nome, então ele sabe quem é. Hoje mais não porque com 90 anos, pesa! Mas antes era muito uito comum de manhãzinha ele ficava ali, e as pessoas irem entrando e eles chamavam um ou outro: "Vem cá! Qual é o seu nome? Vem de onde? Qual é o seu interior? Passa aqui no final da tarde para eu conversar com você". Mesmo sendo um homem sem formação universitária, sem formação intelectual, mas ele conduziu a empresa dele de uma forma que aproximou muito as pessoas. Isso o que as pessoas falam muito de ter "a porta aberta", isso ele pratica há 50 anos sem ter muito estudo. E eu acho que isso gerou de uma certa forma uma confiança e segurança nas pessoas. O fato de ser uma empresa ética. Ele sempre praticou isso de uma forma até natural. Cumprir com o que diz, com os compromissos, pagar o que deve, as obrigações sociais e trabalhistas em dia, rigorosamente em dia.

Mas em investigação junto aos documentos do Tribunal Regional do Trabalho – 7ª Região, encontramos alguns acórdãos da justiça em processos onde trabalhadores da CIONE reclamavam QUE seus direitos não estavam sendo garantidos e em um deles uma funcionária denuncia que “o gerente a tratou mal, empurrando-a para fora do seu gabinete” quando fora a CIONE para negociar os seus direitos a férias e 13º que não estavam sendo cumpridos. (Arquivo. TRT 77/69 Acórdão 94/69. 28 nov. 1969).

Dona Nenê, castanheira que entrou na fábrica imediatamente após a greve e passou boa parte da vida nela trabalhando nos dá um depoimento que mostra que a relação das castanheiras com a gerência na fábrica não era tão boa, pelo menos para aquelas que se mobilizavam por seus direitos, como ela narra: “era de uma forma que eles não gostavam. Às vezes a gente tava lá reivindicando as coisas, eles ficavam olhando. Aí quando a gente terminava de fazer nosso trabalho e entrava na empresa eles olhavam. Olhava meio torto e nós também não dizia nada. Nem botava a gente suspensão nem nada. (Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017).

Durante a greve da CIONE a Delegacia Regional do Trabalho – DRT foi palco de intensa disputa institucional entre trabalhadores e sindicato de um lado e patrões de outro em torno da legalidade de suas posições. Uma demonstração da busca por ganhos institucionais desta mobilização operária.

Reunidos na Delegacia Regional do Trabalho com representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Óleos, os dirigentes da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE – comprometeram-se a cumprir tôdas as determinações trabalhistas, sobretudo as relativas ao expediente de horas, pagamento do 13º mês e de licenças para o Instituto de Previdência. Na ocasião, os dirigentes da empresa, contestaram que houvesse estas irregularidades, tal como foi denunciado pelo Sindicato da categoria operária em relatório à DRT. A Delegacia anunciou, porém, que mandará sua fiscalização para a companhia industrial, e aplicará as multas previstas em lei, caso sejam constatadas a infrações denunciadas. (Jornal O Povo. 27/11/1968. Pág. 6)

A direção da fábrica afirma que sempre cumpriu os seus compromissos trabalhistas, nunca deixando nenhum trabalhador na mão, para Franzé essa era e é uma questão de filosofia da empresa. “Nesses anos todos nunca deixou de recolher religiosamente as obrigações sociais, recolhimento de fundo de garantia, INSS, salários. Enfim, todas as obrigações. Essas relações é o que justifica a empresa estar há tantos anos no mercado e os empregados terem fidelizado tanto à empresa”. (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014).

Mas Jaime Libério, que trabalhou na CIONE por um período, orientado pelo próprio sindicato e pela Ação Popular, diz que a história era bem diferente. Que quando ele trabalhou

lá ele ficou no setor de pessoal, e era orientado pelos seus superiores a não despachar os pedidos atestados entregues e os pedidos de férias. “Eles me falavam, coloca aí na gaveta e deixa elas cansarem.” (Entrevista. Jaime Libério. 22 fev. 2014). Inclusive, Jaime Libério foi destinado pela direção do sindicato e da AP para empregar-se no setor administrativo da fábrica com o intuito de obter informações diretas sobre as relações trabalhistas e ajudar a organizar as operárias, com certeza um aspecto que colocava o movimento num patamar de informação e organização privilegiado para o desencadeamento da luta grevista.

A versão “oficial” da fábrica, que pode inclusive ser vista no site da empresa, é a de que um dos diferenciais históricos da CIONE consistia em seu relacionamento com SEUS “colaboradores”, um relacionamento diferente do que seria corriqueiro nas indústrias cearenses, posto que lá o trabalhador seria extremamente respeitado, colocado em primeiro lugar. Na CIONE não existiria essa “relação patrão x empregado”, como defende Franzé:

Por o Seu Jaime acreditar muito nessa questão, eu diria que ele é um empresário atípico. Eu não saberia comparar ele a alguém. Você vê escutar muito de empresários filantropos que doam muito a caridade e ao assistencialismo. Mas ele nunca viu a riqueza da empresa como sendo dele, para seu usufruto. Mas sim para gerar bem estar para o conjunto dos trabalhadores. As fazendas por exemplo são verdadeiras cidades! Casas todas de alvenaria com água, energia, colégio, templo evangélico e católico. Isso funcionando na empresa até ontem. E porque não hoje? Porque de um certo tempo pra cá existe movimentos aí sem-terra e outros tantos se organizando para invadir esses empreendimentos. O desfecho que esses empreendimentos vão ter é muito incerto, indefinido. E aqui mesmo na fábrica. A CIONE tem hoje 1 mil empregados, não teríamos condições de ter moradia pra todo mundo. Mas a CIONE deve ter aqui nas adjacências talvez uns 100 imóveis todos ocupados por funcionários, isso sem nenhum ônus pro trabalhador. Isso para algumas correntes [do pensamento empresarial] não é visto como uma coisa boa. Seria muita facilidade que não seria reconhecida pelos trabalhadores. Isso faz com que essas pessoas estejam aqui há tanto anos, dentre os quais eu me incluo, eu comecei aqui com 13 anos em 1975. (...) Ele sempre foi um empregador diferente dos outros. Vivia sempre das fábricas. Não tinha essa relação patrão x empregado. Recebia todo mundo. Nessa época ele vivia dentro da fábrica mesmo. (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014).

A própria investigação dos acórdãos no TRT nos mostra que, naqueles anos, várias trabalhadoras entraram com reclamações na justiça do trabalho reivindicando direitos trabalhistas não eram cumpridos, como no Processo TRT 77/69 Acórdão 94/69 onde Francisca Felix de Sousa reclama o pagamento de indenização por tempo de serviço, férias, 13º e diferença salarial no valor de NCR\$<sup>51</sup> 532,45 e aviso prévio pois teria sido demitida sem justa causa quando ficou doente. Neste caso a Justiça do Trabalho determinou o pagamento de NCR\$ 222,70. Mas nem sempre os pareceres eram favoráveis aos trabalhadores, já não

51 O cruzeiro novo (NCR\$) foi uma moeda que circulou transitoriamente no Brasil no período entre 13 de fevereiro de 1967 e 14 de maio de 1970.

bastasse o caráter conservador DA justiça brasileira na época, as intervenções dos governos militares e A relação de forças desfavorável para os trabalhadores na briga com os patrões levava a julgamentos que quase sempre beneficiavam os empresários. É o que vemos no acórdão 12/69 – processo TRT 183/68. No segundo Francisca Batista de Abreu reclama o pagamento de sessenta e oito centavos por quilo de castanha quebrada mais o pagamento de horas extra, o que é julgado improcedente, pois o TRT aceita a justificativa da CIONE de que a castanha quebrada não tem bom valor de mercado; e em ambos os casos o TRT não avalia procedente o pedido de horas extras, visto que as operárias receberiam pelo aquilo que fosse produzido. (Arquivo. Acórdão 12/69 TRT 183/68. 28 nov. 1969).

O pagamento na fábrica era feito semanalmente por aquilo que era produzido, por isso muitas funcionárias se obrigavam a chegar muito cedo e sair muito tarde para garantir uma boa produção e conseguir alcançar pelo menos o salário-mínimo. “Tinha gente que saía lá 18h, gente que entrava as 6h. Tudo pra fazer uma boa produção”. (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014).

O período anterior à greve era de enorme insatisfação dentro da fábrica, com os salários engolidos pela inflação. Todavia, as insalubres e inseguras condições de trabalho foram os principais catalisadores do movimento entre as operárias. Afinal, as condições eram péssimas, e mesmo Franzé afirmando que havia poucos casos de acidentes de trabalho, os testemunhos das operárias e do sindicalista Jaime Libério sobre o processo de extração do LCC, e o processo de corte, nos mostra não somente que havia muitos riscos no trabalho, como também que eram comuns lesões ocasionadas por operações de trabalho devido à falta de maquinário e equipamentos adequados. Como afirma Jaime Libério:

Além dessa questão de pagamento, do atestado médico, tinha também a questão do fornecimento do óleo de mamona, por que na época as mulheres que trabalhavam com castanha com a mão nua se queimavam com uma facilidade muito grande, então a fábrica tinha por obrigação de fornecer o óleo de mamona e álcool. Por que assim que o óleo da castanha batia elas lavavam e não inflamava. Então o que eles faziam: quando terminava o serviço, de tardezinha, eles pegavam aquele resto de óleo [de mamona] usado e de manhã misturavam e papocava [a pele] do mesmo jeito. Tinha que ser óleo virgem! Isso era uma tormenta! As mulheres precisavam botar umas mangas compridas de camisa pra cobrir os braços. Era complicado mesmo! (Entrevista. Jaime Libério. 22 fev. 2013)

O efeito disso era que muitas funcionárias tinham que se afastar do serviço para se recuperarem dos ferimentos ou mesmo da pressão que sofriam dos fiscais no processo produtivo, como nos conta a Maria de Fátima:

Era muito artesanal a produção. Usávamos um ferrinho, tinha um cabo de madeira e tínhamos que estar metendo a castanha, tínhamos que cortar bem no meio. Segurando aquele óleo, com aquele leite, mas com a mão oleada. Eu passei muito tempo com uma marca aqui [mostrando as mãos] de tanto segurar castanha. A gente usava aquelas pedras que pegamos no mar pra poder tá limpando e não encardir, tinha que passar limão todo dia nas mãos. Era horrível aquilo queimando! Aonde a gente pegava na castanha ficava, por mais cuidado que você tivesse. Muitas iam para o seguro, passavam 10, 15 dias, porque queimavam. Porque você ficava o tempo todo com o rosto perto da máquina. O óleo sapecava muito em cima da gente. Eu mesma depois de lá tirei 2 anos de licença no INSS por “coisa da cabeça”. (Entrevista. Maria de Fátima. 08 de jul. 2014)

Esse conflito de versões, quanto às condições de trabalho, entre sindicato e trabalhadores de um lado, e patrões de outro, também foi ilustrado em reportagem do Jornal *O Povo*:

#### SINDICATO PROVARÁ

Recebendo como desafio a contestação dos dirigentes da CIONE, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração propõe-se a provar para a fiscalização do Ministério do Trabalho tudo aquilo que denunciou em seu relatório, acrescentando, através do seu Presidente, sr. João Batista Cavalcante, que “o pessoal está aí para confirmar, inclusive moças que sofreram agressão física”. O Presidente da entidade não esconde que os funcionários da CIONE confirmarão para a Delegacia do Trabalho, tal como fizeram para o Sindicato, que assinam em fôlha um salário e recebem outro muito inferior, argumentando que “muitos dos funcionários demonstraram para o Sindicato esta disposição”.

A situação era tensa, segundo Libério “Elas reclamaram mas aí não ajeitaram. Aí elas por conta própria viraram e quebraram as bancadas e exigiram que só voltavam a trabalhar quando ajeitasse as bancadas e a questão do álcool e do óleo [de mamona]. Aí eles ajeitaram, instalaram um serviço de som, de música. Aí elas alegraram.” (Entrevista. Jaime Libério. 22 fev. 2014).

Aparentemente a revolta e a iniciativa de virar as bancadas chamou a atenção do proprietário, Jaime Aquino. Segundo Franzé ele sempre teve o costume de dirigir sua empresa ão conversando com os funcionários (Entrevista. **Francisco José**. 01 jul. 2014). Essa disposição ao “diálogo” por parte de Jaime Aquino ajudou a apaziguar os ânimos por algumas semanas. Como ilustra também reportagem de *O Povo* no dia 28 de novembro de 1968 “Empregados da CIONE retornam ao trabalho”:

Mesmo sem ter ainda assinado os acordos, acertados verbalmente na Delegacia Regional do Trabalho, os 85 operários da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE – resolveram voltar ao trabalho hoje, concordando em perder os três dias de trabalho em que estiveram ausentes da indústria.

Os acordos, por outro lado, vão ser assinados entre as duas partes na tarde de hoje na DRT. Os trabalhadores, segundo Sindicato da categoria, continuarão atentos a punição anunciada pela direção da empresa aos cinco considerados líderes do

movimento reivindicatório, prontificando-se a reivindicar na Justiça do Trabalho os direitos que porventura sejam negados a eles. (Jornal O Povo. 28/11/1968. Pág. 6)

Porém os problemas com o pagamento continuaram e logo depois o problema com óleo voltou. Parecia que aquilo não se resolveria assim, numa boa conversa, o que novamente revoltou muitas operárias. Como nos disse Jaime Libério, “Essa história aí só durou uns três meses. Aí voltou tudo ao que era, como dizem: à estaca zero! Foi aí que a coisa aconteceu com mais força. Foi quando elas chegaram pra revolver parar!” (Entrevista. **Jaime Libério**. 22 fev. 2014).

E a coisa ia esquentar mesmo! Há uma discussão importante quanto ao caráter do desencadeamento da greve que é fundamental para o entendimento do processo. A greve foi completamente espontânea, eclodindo sem a ação organizada de qualquer grupo, partido, sindicato ou a ação desses grupos foi importante para o desenrolar do movimento paredista?

Essa é uma discussão que tem um pano de fundo teórico que, há anos, ronda os círculos de debate da historiografia voltada para as questões do mundo do trabalho, bem como nos espaços da esquerda e do movimento operário em geral. Afinal, até que ponto há uma ação espontânea do proletariado para eleger e atingir seus objetivos imediatos e estratégicos e até que ponto a articulação e organização de grupos políticos de vanguarda dos trabalhadores contribuem e potencializam a luta? A nossa intenção não é aprofundá-la, mas apenas dar contornos a ela de forma que fique mais compreensível o desenvolvimento da greve.

Hoje a versão da atual gerência da fábrica busca relativizar os conflitos entre a empresa e os trabalhadores, resumindo-os a conflitos judiciais. “Nunca teve uma greve organizada”, defende Franzé “Se nós dissermos que não houve conflito nós estaríamos cometendo uma grande falha (...) Mas geralmente os questionamentos eram de ordem trabalhistas e eram resolvidas na justiça” (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014).

A CIONE, no ano de 1968, completava apenas 6 anos de existência e TRÊS de plena produção. Da mesma forma era o perfil etário das operárias, como nos diz Cristina Carvalheira, “a maioria das operárias eram jovens, tinham 18, 19 anos” (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014), portanto grande parte delas tendo na CIONE o seu primeiro emprego, sem experiência profissional.

Da oralidade dos sujeitos entrevistados não há dúvidas de que a greve contou com intenso protagonismo e espontaneidade das operárias para as ações, como ressalta Cristina Carvalheira, “elas mesmo que fizeram os piquetes, foi uma coisa muito espontânea. Teve uma

adesão muito grande das operárias” (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014). Mas os depoimentos se dividem quanto a influência da AP no desencadeamento da greve.

A AP – Ação Popular, era a única organização que tinha inserção direta dentro da fábrica da CIONE. Dirigiam o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Óleos vegetais e Animais de Fortaleza (conhecido por Sindicato do Óleo), o presidente a época, João Batista, também era da Ação Popular. A AP tinha suas origens ligadas às bases da Igreja, a AC – Ação Católica, as juventudes católicas: JUC – Juventude Universitária, JEC – Juventude Estudantil Católica, JOC – Juventude Operária Católica. E foi sobretudo desta última de onde surgiram os contatos e primeiros sujeitos da pouca militância operária da AP, que já em 1968 havia incorporado o marxismo e adotado a concepção leninista de organização. (RIDENTI, 2010)

Para Jaime Libério a explosão da greve foi totalmente espontânea com iniciativa puramente da parte delas. Para ele, foi quando elas realmente resolveram parar que o sindicato entrou, prestando assistência e orientação, dando os rumos do processo. Já para José Machado Bezerra e Maria do Carmo, a “Cacau”, esta última da AP, o processo não foi tão espontâneo assim, para eles o trabalho feito pelo sindicato e pela própria AP anteriormente a greve foi decisivo. A nossa percepção a partir do que podemos constatar nas entrevistas chegam a mesma conclusão que Jacob Gorender sobre as Greves de Osasco em 1968: “foram espontâneas como todo movimento de massas o é.” (GORENDER, 1998).

O fato da AP ter “girado<sup>52</sup>” militantes, como Maria Elódia e Cristina Carvalheira, para o processo de produção da CIONE e impulsionado a organização das operárias demonstra que havia uma ação coordenada DO processo, como o trabalho de base feito por Cristina: “Os encontros eram na fábrica, ou arredor, quando a gente comia fora”. E continua, “Nós viemos para Fortaleza por conta da CIONE, eu já tava escondida, já tinha outro nome. Eu era estudante em Recife e estava começando a ensinar, a ser professora. Eu mudei de profissão, era um encaminhamento, uma política da AP”, explicita Cristina Carvalheira (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014). Isso não exclui a espontaneidade de todo o processo, o fato de que efetivamente as operárias desencadearam o processo de greve, desde o seu início até a sua manutenção.

Acho que a greve foi algo assim mais de repente. Foi espontâneo. Claro que o trabalho que foi feito ajudou a explodir, mas acho que mesmo sem o trabalho a greve ia explodir do mesmo jeito, porque a exploração era muito grande. A AP teve alguma

52 Termo que se utilizava quando um militante era destacado para outra tarefa diferente da que ele estava cumprindo, muitas vezes em outra localidade.

influência sobre a construção da greve, mas as condições lá pareciam uma coisa da idade média, eram horríveis, não tinham proteção, nós nos queimávamos todas do pingo da castanha, queimávamos o rosto, queimávamos o braço (Entrevista. **Idem**. 15 jul. 2014).

Nos maiores e mais qualitativos movimentos da classe trabalhadora, organização política, trabalho de vanguarda e espontaneidade das massas não só não são excludentes como são realmente necessários. Como aponta Rosa Luxemburgo, “A greve de massas seria a perfeita tradução da dialética entre organização e espontaneidade, política e economia, ficando o elemento criativo do lado da espontaneidade das massas. (LOUREIRO, 2009, p. 48).

E com essa espontaneidade grande parte das castanheiras da CIONE resolveu paralisar suas atividades em finais de novembro de 1968, decretando greve e exigindo negociação imediata da pauta de reivindicações que consistia em melhoria imediata das condições de trabalho (equipamentos de segurança, óleo de mamona virgem) e aumento salarial.

No primeiro dia elas não entraram, no segundo dia também, no terceiro dia a coisa mudou. O dono da fábrica, Jaime Aquino, juntou o pessoal da capatazia pra se armar de pau e lenha pra botar as mulheres para trabalhar a força. Foi assim, apitou três vezes [a sirene da fábrica], não entrou ninguém, então eles vieram eles pegaram aquela que era considerada a liderança pra botar à força pra dentro. Aí as operárias foram pra cima! (...) E enquanto isso a menina [a liderança] se soltou e pulou o muro, que era muito alto e ela torceu o pé. Levaram ela pro hospital e as outras foram pro sindicato. Nesse dia chamavam de guerra, não chamavam de greve, era guerra! (Entrevista. **Jaime Libério**. 22 fev. 2014)

O jornal *O Povo*, em suas primeiras notícias sobre o processo, aborda o conflito não como uma greve, porém como uma “confusão” entre trabalhadoras e patronato. Como ilustra a capa do Jornal em sua edição de 26 de novembro de 1968, com o chamado em destaque “Fábrica suspende 85 operários”:

Tendo como pivô uma reivindicação salarial, 85 funcionários da CIONE foram suspensos pela empresa por tempo indeterminado, conforme denuncia o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Óleos. A direção da empresa, por seu turno, nega ter punido aqueles empregados, mas muitas queixas já foram registradas na Delegacia do Trabalho. Até mesmo escaramuças entre patrões e empregados. (*O Povo*, 26/11/1968, pág. 1)

A manchete chama o leitor para a página 06 dessa edição onde existe uma cobertura detalhada dos conflitos daquele importante dia que desencadeou o processo de paralisação das trabalhadoras, com o chamado “CIONE suspende empregados e gera crise na indústria”. *O Povo* narra que:

Oitenta e cinco funcionários da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE – estão suspensos por tempo indeterminado, e alguns foram impedidos de trabalhar desde quinta-feira última quando a gerência do estabelecimento os mandou sair da sala da direção da empresa, por ocasião de uma reivindicação salarial conjunta.

Pela versão do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos, mandada à Delegacia Regional do Trabalho em forma de relatório, o incidente de suspensão apresentou ainda escaramuças entre patrões e operários, do que resultou ferida a senhorita Júlia Freitas dos Santos, hospitalizada na Casa de Saúde São Pedro depois de haver deslocado um braço e desmaiado em plena fábrica. (O Povo, 26/11/1968, pág. 6)

Este trecho da notícia já corrobora a versão de sindicalistas de que o processo de mobilização foi recebido com violência por parte da gerência da fábrica. Violência esta que teria mobilizado mais ainda as operárias a se solidarizar com o movimento, como vemos neste trecho onde o jornal continua descrevendo “O que houve”:

Na versão do sindicato os operários da empresa pediram aos seus patrões um aumento salarial, alegando que ganhavam menos que o mínimo regional estabelecido pelo governo, embora trabalhassem diariamente doze horas. Receberam da empresa promessa de novo encontro o que não aconteceu no dia seguinte, quando 47 operários compareceram à agência para voltar a debater o assunto. De lá, foram mandados sair, em cinco minutos, e como não atenderam; foram suspensos por tempo indeterminado.

Os primeiros 47 receberam solidariedade de outros, de tal maneira que ontem o Sindicato registrava 85 suspensos, muitos dos quais já haviam apresentado queixas à Delegacia Regional do Trabalho. Entre os punidos, haviam até senhoras que só vieram tomar conhecimento da punição, como do resto do movimento encetado pelos operários, dois dias depois, porquanto anteriormente não compareciam ao trabalho por doenças de filhos seus. (O Povo, 26/11/1968, pág. 6)

E o Jornal divulga ainda a versão da fábrica, já exposta aqui, de que o tratamento dado às trabalhadoras era bom e que seus direitos não eram desrespeitados, recusando a denúncia dos sindicatos e a versão das operárias:

#### EMPRÊSA NEGA

Através do Sr. Jaime Aquino, a CIONE nega tenha suspendido aqueles empregados conforme denúncia do Sindicato, acrescentando que existem “umas quatro ou cinco mulheres mal-comportadas e mal-orientadas” que não terão acesso à fábrica, mas ao escritório da empresa, onde será julgada a gravidade de sua falta, e resolvida sua situação.

Aquêle dirigente da CIONE protesta, por outro lado, contra o que chamou de “péssima orientação” do Sindicato da categoria, sobretudo do Presidente da entidade, Sr. João Batista Cavalcante, a quem acusa de estar diariamente em frente a sua fábrica reunindo operários e insinuando os trabalhadores, quando: no seu entender, seria muito mais construtivo o Sindicato promover um debate com os industriais da castanha na sede da entidade dos trabalhadores, ou em outro local indicado, para debater o problema.

Sobre o aumento, diz o Sr. Jaime Aquino que, tal como o governo, a empresa está estudando a majoração, mas este não poderia vir de imediato, porquanto não há condições para tanto, sob pena de paralisação da indústria. (*O Povo*. 26/11/1968. Pág. 6)

No dia seguinte o Jornal divulga que seria celebrado um acordo formal entre o sindicato e a indústria na sede do DRT, demarcando a busca do sindicato de formalizar o processo de luta e pressionar institucionalmente os patrões que sequer estavam cumprindo o que haviam prometido verbalmente.

#### ACÔRDO HOJE

Às 14 horas de hoje trabalhadores da Indústria de óleo e os dirigentes da CIONE voltarão a encontrar-se na Delegacia do Trabalho, para assinar os termos acertados ontem verbalmente. Nem por isso, no entanto, a questão será encerrada, segundo o Sindicato da categoria, porque a empresa continua proclamando que punirá cinco trabalhadores considerados como os líderes do movimento reivindicatório. Em consequência, a entidade dos trabalhadores irá com o caso à Justiça do Trabalho.

Desta negociação tanto trabalhadoras como Sindicato saem satisfeitos com o impacto da mobilização e a promessa de melhorias por parte da fábrica. A prova disto é a ocorrência de um intervalo na mobilização, como é tratado na reportagem “Empregados da CIONE retornam ao trabalho” de *O Povo* de 28 de novembro 1968:

Sobretudo por ser a primeira reivindicação salarial de vulto, tanto os funcionários da CIONE quanto o próprio Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos se consideram satisfeitos com os resultados obtidos porque, ao final do movimento, conseguiram a promessa de pagamento do mínimo regional por oito horas de trabalho; pagamento do 13º mês e dos benefícios previstos em lei, além da promessa da taxa de insalubridade, depois de fiscais da Previdência Social determinarem o grau de insalubridade no ambiente de trabalho daqueles funcionários. (*Jornal O Povo*. 28/11/1968, Pág. 6)

O destaque dado pelo jornal *O Povo* à greve nos mostra o tamanho do impacto social que teve em Fortaleza esta greve de mulheres, trabalhadores precarizadas, negras e caboclas, moradoras da periferia, com pouca ou nenhuma tradição de organização. Mas não foram só nas páginas do jornal *O Povo* que notícias da greve foram circuladas. Podemos constatar em diversas entrevistas que vários panfletos, produzidos pela AP, pelo sindicato (apesar de não temos encontrado um jornal próprio do sindicato circulando no período), pelas organizações de esquerda que apoiaram a greve, ou mesmo pelas próprias operárias, circularam em Fortaleza nos dias deste levante. O sentido era disputar a narrativa da greve, informar as operárias de outras fábricas, tentar expandir a mobilização para outras empresas, ganhar a solidariedade da comunidade e da sociedade de Fortaleza. O conteúdo era muito diverso, desde caricaturas e chacotas, como o panfleto com o desenho produzido por Cristina

Carvalheira lembrando do momento em que as operárias derramavam um tambor de papel higiênico sujo de fezes em cima de Jaime aqui, ou mesmo com um conteúdo político de que buscava relacionar a exploração na fábrica a uma crítica a ditadura e a sociedade brasileira, este conteúdo tinha, sobretudo, os panfletos das organizações Ação Popular, POR-T e PCdoB.

Infelizmente não conseguimos ter acesso a nenhum destes materiais, somente a descrição deles a partir da memória dos militantes que os entregaram em suas ações políticas. A principal razão da total ausência de um exemplar destes panfletos é a própria repressão. Não havia um militante que guardasse um panfleto desse para salvar a memória do movimento, o risco que se apresentava sobre quem portasse um material como esse era de prisão e morte. Quando algum panfleto sobrava era geralmente queimado ou destruído de alguma outra forma a não deixar rastros.

Até mesmo os mimeógrafos onde esses panfletos eram produzidos eram escondidos, muitas vezes enterrados. A repressão de uma ditadura não é apenas sobre os corpos, sobre a estrutura material de organizações subalternas. Uma ditadura reprime também a memória operária, a memória da solidariedade e do fazer-se da classe, buscando impedir que essas histórias se propaguem e sirvam como elemento educativo na formação dos contingentes futuras das classes subalternas. Por isso que resgatá-las, entendê-las, transformá-las em história social é tão importante. Resgatar a memória da classe trabalhadora é fazer justiça com quem foi silenciado, fazer história social da classe trabalhadora é projetar uma sociedade que aprenda a libertar-se de qualquer forma de ditadura.

A memória das operárias Maria de Fátima (que não pertencia a nenhuma organização) e Cristina (da AP), de formas diferenciadas, ilustra as visões daqueles dias de luta, expressando em cada testemunho individual uma peça do quebra-cabeça de um conflito que expressava as contradições de um momento em que, ainda que parcialmente, o operariado de algumas cidades do Brasil se levantou e lutou por melhores direitos e, em última instância, contra a política do regime.

Maria de Fátima, que estava tendo a sua primeira – e uma das poucas – experiência de auto-organização enquanto trabalhadora ressalta as dificuldades em manter a paralisação, por conta dos desafios de lidar com o patrão, com a capatazia, com as operárias que não queriam aderir a greve, a dificuldade que era para muitas manter-se na greve tendo filhos para criar:

A gente não tinha um local pra se reunir não. Era aquele povo na frente da fábrica e aí de manhã cedo vinham aqueles homens do sindicato pra conversar com a gente. O

peçoal fazia uma barreira lá para as operárias não entrarem. Conversavam com elas assim: 'ei peçoal, não entram não, vamo se organizar pra melhorar as condições'. As que entravam acho que viam as dificuldades e tinha medo né. Teve vezes que até o Jaime [Aquino] vinha pra frente pra chamar as operárias. Agora na hora de puxar as operárias não era ele não, era os empregados, o peçoal do escritório, eram mais homens, lá não trabalhavam muita mulher. Ai eles faziam aquela presença né, aquela pressão, pras mulher trabalhar! O portão tinha seguranças pra proteger aquelas que queriam entrar. Nós lá querendo que o povo não entrasse e eles lá chamando pra trabalhar. Tinham muitas que queriam até estar com a gente no pensamento, mas não podiam ficar por conta do medo, tinham filhos pra criar, né. (Entrevista. Maria de Fátima. 08 de jul. 2014)

Para Cristina, está sempre presente em sua oralidade a articulação entre o que era pensado nos núcleos da AP e o que ocorria no desenrolar da greve. A importância das discussões políticas com as operárias e a necessidade de construir uma “conscientização” entre elas.

Eu discutia muita coisa na célula do partido. Como encaminhar a conversa com elas, como tratar as coisas. Mas era tudo assim começando, conscientizando elas, de que elas podiam fazer alguma coisa, que podiam reagir. (...) O nosso jornal falava da importância de se organizar, da importância do sindicato, da conscientização das operárias, da união, do quanto nós éramos exploradas. Esse era o jornal da própria ação popular, mas não tinha dizendo que era da ação popular, era uma folhinha só, e falava da greve mesmo. (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014)

O uso da memória foi fundamental para construir uma narrativa que conseguisse trazer à tona sujeitos que viveram diretamente o processo e que, por conta do tempo, e sobretudo em função da censura ditatorial, foram silenciados. A oralidade permite transformar fontes em sujeitos protagonistas de uma história que luta para não ser perdida, em um discurso que não encontramos nos jornais, arquivos do regime e imagens. (THOMPSON, 1992)

Estas diferentes interpretações do acontecido também trazem benefícios, pois propiciam ao historiador um corpo documental bastante qualitativo e que, mesmo contendo divergências, traz consigo informações unificadas por uma consciência coletiva que forma este grupo social e que possibilitam sua problematização para se chegar a uma compreensão do objeto de estudo. Segundo Jucá:

A busca de uma identidade coletiva, mesmo partindo de depoimentos individuais, mas não desvinculados de um espaço cultural constituído por grupos e tradições vivenciadas, estimula a preservação da memória, como uma possibilidade de garantir as sementes de um resgate profícuo à compreensão do passado. (JUCÁ, 2003, p.36)

Neste trabalho, a memória é abordada como fonte histórica por intermédio de entrevistas, enquanto recurso metodológico da História Oral. Porém, é relevante discutir

também sobre sua legitimidade como parte de um *corpus documental*. Em sua obra, Jucá mostra que a Memória é legítima para a análise histórica em decorrência de suas especificidades com relação aos documentos tradicionais. Segundo ele:

(...) a Memória é considerada, de acordo com a dimensão social que representa, uma realidade onde se mesclam o individual e o coletivo, possibilitando uma compreensão diferenciada daquela transmitida pela documentação tradicional. Além do mais, ela permite revelar aspectos ou espaços sociais outrora esquecidos ou relegados, fazendo brotar a lembrança dos que se consideravam excluídos do processo histórico. (JUCÁ, 2003, p.36)

Quando entrevistamos Jaime Libério ele estava iniciando a redação de seu livro de memórias que, entre outras coisas, conta sua vivência na greve da CIONE. Então quando da realização da entrevista, Libério tinha uma noção bem organizada cronologicamente do processo da greve. De toda forma, a posição de sindicalista, que lida com o processo no sentido mais geral, assegura-lhe uma memória mais sistematizada do ocorrido. É o que se pode entender destes trechos do seu relato, onde expõe o desenrolar da greve, o papel do sindicato, a auto-organização das operárias, as negociações e a vivência das operárias neste conflito de classes:

Quando da chegada delas no sindicato nós fizemos uma reunião. Nós tiramos comissões. Foi tirada uma comissão pra providenciar o almoço, foi tirada uma comissão pra ir no Mercado São Sebastião pedir alimento. Tiramos uma turma pra ir no CEU [Centro Estudantil Universitário da UFC] buscar apoio dos estudantes, e tiramos uma comissão pra fazer pedágio na esquina da Ibiapina com Duque de Caxias. (...). Tiravam uma comissão pra ir na delegacia do trabalho junto com o presidente do sindicato. Muitas ficaram no sindicato, umas ficavam conversando, muitas ficavam naquele desânimo por que não tinham o que fazer. O nosso trabalho era animar elas. Pegamos a caixa de som do sindicato e fizemos uma assembleia pra animar elas. Quando todo mundo chegou elas fizeram um panelão de baião de dois pra almoçarmos. (...) Duas mulheres faziam um fogo pra fazer mingau pras crianças, porque não era só uma, eram várias crianças! (...) De tarde se tirava uma comissão pra ir nas outras fábricas entregar um convite para irem a assembleia. Todo dia tinha assembleia. As reivindicações eram: aumento do salário, melhoria das condições de trabalho e nenhuma prisão [que nos transcórre foi incorporada]. (Entrevista. Jaime Libério. 22 fev. 2014)

Este levante foi uma experiência importantíssima para os movimentos de esquerda em Fortaleza no ano de 1968. Num ano de intensas mobilizações de rua protagonizadas pelos estudantes, uma greve operária no fim do ano, quando boa parte das mobilizações já havia arrefecido e cada vez mais o regime “se fechava” e aumentava a repressão, uma paralisação aparecia como a oportunidade de enfrentar as contradições da ditadura, toda a opressão aos trabalhadores e, além disso, a possibilidade de convocar mais operários a aderir à greve e engendrar forças contra o regime e por maiores direitos.

Esse era o objetivo de muitos estudantes e operários de outras fábricas que participaram da greve panfletando e se solidarizando com o movimento das trabalhadoras da fábrica. Em tese, o exemplo da CIONE poderia servir para expandir o movimento e ampliar a oposição contra a ditadura entre os trabalhadores. Buscavam construir o entendimento de que o problema da CIONE não se resolveria somente com uma reivindicação interna a fábrica, por isso era necessário o envolvimento de outros setores, alastrando a revolta para a cidade.

O arrocho salarial, somado a condições de trabalho degradantes, que iam desde a falta de equipamentos de trabalho, até abusos morais por maior produtividade, deixavam as operárias numa situação explosiva.

Portanto, este resistente episódio de revolta operária expressa, pelas ações dos sujeitos envolvidos, algum entendimento da opressão de classe que era exercida pelos patrões sobre o operariado. Evidencia-se também um momento em que a classe se organiza na fábrica e resolve paralisar as atividades, entendendo que são eles que produzem e que merecem melhores condições de trabalho.

Para ampliar a relação entre operárias e movimento estudantil, aproveitando-se da grande capacidade de mobilização deste último e, contribuindo para uma maior solidariedade de classe, elemento fundamental para fortalecimento do movimento, eram tiradas comissões de operárias para visitarem a universidade e convencerem os estudantes da importância da greve e pedir solidariedade, como conta Cacau:

O pessoal foi ajudar as castanheiras porque elas foram pro restaurante universitário pedir apoio. Elas politizaram né. Na hora do almoço. As castanheiras foram lá pra ganhar os estudantes porque o movimento dos estudantes era mais forte. No movimento estudantil a gente sabia que precisava dos operários porque não dava pra fazer revolução só com estudante. (Entrevista. Maria do Carmo. 08 jul. 2014)

Esta iniciativa de expandir as relações das trabalhadoras para além da fábrica e buscar a solidariedade para outros setores da sociedade também foi ilustrada nas páginas de *O Povo*:

Muitos dos punidos estavam ontem à tarde na sede do Sindicato da categoria, lamentando sobretudo que até agora não tenham recebido os salários que, como a empresa, perante a Delegacia do Trabalho, havia se comprometido a pagar no último sábado. Muitos estão formando comissões para conseguir recursos junto a camadas da sociedade, até que se resolva de vez o problema. (Jornal O Povo. 26/11/1968. Pág. 6)

As ações de solidariedade e todo o suporte dado por outras organizações e pelos estudantes parece ter ajudado as operárias a ganhar confiança e disposição para a greve.

Segundo Jaime Libério a greve ainda contou com amplo apoio das pessoas com que eles conseguiam conversar na rua, durante os pedágios e também dos comerciantes do mercado central, que se solidarizavam com as operárias doando alimentos para serem recolhidos no sindicato e ajudar a manter a greve concentrada na pressão e negociações. Mas, para conseguir vitórias, em meio a um momento de derrotas e repressão, era preciso muito mais.

Para melhor entender o processo de organização da greve vamos agora buscar compreender melhor os aspectos específicos, sobretudo os agentes e espaços organizativos. Por isso investigamos a história do Sindicato do Óleo e a sua importância na greve das castanheiras.

## 2.2 O SINDICATO DO ÓLEO E O MOVIMENTO SINDICAL CEARENSE

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Óleos Vegetais e Animais de Fortaleza teve sua carta sindical outorgada pelo Ministério do Trabalho em 26 de fevereiro de 1942. Durante a década de 1950 o Sindicato já têm grande importância no sindicalismo combativo cearense, em contraposição ao sindicalismo “pelego”. Para unificar o movimento sindical cearense, ainda em 1957, os trabalhadores no Sindicato do Óleo participam da organização do I Congresso de Trabalhadores do Estado do Ceará.

O Congresso esteve mesclado por diversas categorias de trabalho de Fortaleza. Dentre os 25 sindicatos, 8 eram de trabalhadores da Indústria, incluindo fábricas e oficinas (Têxteis, Gráficos, Sapateiros, Padeiros, Extração de Óleo, Marceneiros, Metalúrgicos, Alfaiates) e em torno de 3, de trabalhadores ligados a setores marítimos (Estivadores, Portuários, Arrumadores), estando os demais relacionados a transporte (Motorista), serviços (Bancários, Jornalistas, Músicos, Servidores Públicos, Enfermeiros, Carregadores) e comércio (Comerciários, Açougueiros, Hoteleiros). Ressaltamos a ausência do Sindicato dos Ferroviários, integrante de ativa participação do Pacto Sindical nos anos de 1960, em virtude do mesmo ter sido fundado apenas em 1959. (SANTOS, 2009, p.43)

Um dos principais objetivos do I CTEC era organizar no Ceará um polo alternativo à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Ceará (FTICE), hegemônica pelos Círculos Operários<sup>53</sup>, espaço de organização operária dos setores conservador da Igreja Católica, conhecidos pela relação de parceria com a “classe empresarial” cearense, taxados fortemente de “pelegos” pelos sindicatos que organizaram o I Congresso. Jaime Libério nos conta que sua trajetória começou trabalhando junto à Federação dos Círculos Operários, que, apesar de ter uma ligação profunda com os trabalhadores, era ferrenhamente anticomunista.

<sup>53</sup>Sobre os círculos operários no Ceará Cf: SANTOS, 2007.

Eu trabalhava na federação dos círculos operários que foi por onde eu comecei, já em 62 eu fui trabalhar na federação da agricultura. então o “cumpade” pontes trabalhava muito próximo da federação da indústria, ele contou que levaram eles pra assistir um filme “o doutor jivago” ta vendo isso ai era pra ser contra nós, coisa de comunista. Levaram o pessoal pra assistir o filme e faziam isso. [...] a federação dos círculos operários tinha um jornal totalmente anti-comunista, Já ouviu falar no Zé de Freitas? Ele disse eu vou dizer mas não diga a ninguém se alguém perguntar eu nego, aquele padre ai e representante dos Estados unidos, ele recebeu dinheiro pra fazer o jornal alegando que era para combater o comunismo, eles queriam que eu e o sabino (um tecelão)fosse na reunião do sindicato pra contar pra eles [...] eu não sabia inocente foi o meu primeiro trabalho de carteira assinada, la dentro do círculo tinha um monte de sacões com folhas e jornais na figura um cara trabalhando no roçado e atrás um “caba” bem forte com um chicote na mão e nas costa tinha a foice e o martelo a manchete era “comunismo puro”. Toda tarde passava um senhor comprando papel velho, eu vendia um bocado pra comprar o pão, quando foi um dia a secretaria viu: Jaime que negocio é esse? – mas ali tá cheio de lixo e rato – Mas se o padre ver você perde o emprego. Houve o golpe, ai o Sabino Chegou lá... Era o que trabalhava comigo ele era tecelão, ai saiu do emprego e a gente era assessor da escola de líderes operários, eles criaram o trabalhador unido...Para fazer frente ao Pacto Operário [Sindical] aí o Sabino disse rapaz quer dizer que o jornal vai se acabar né a Margarida que era tesoureira disse? Mas por que vai se acabar mas o jornal não é para combater o comunismo e o comunismo não acabou? (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

Um dos frutos da realização deste I CTEC seria a posterior criação do Pacto de Unidade Sindical, articulação sindical que cumpriu papel fundamental nos anos de acirramento luta no Ceará nos primeiros anos da década de 1960. É o que nos conta também Raimundo Pontes Mendes, Presidente do Sindicato do Óleo entre 1966 e 1967, “Na revolução de 64<sup>54</sup> foi criada aqui o Pacto Sindical pra fazer frente a Federação de Trabalhadores que era uma federação que eles chamavam de pelega, e de fato era pelego mesmo, o próprio presidente achava que a carta Getúlio tinha dado na mão dele era pra vida eterna. O pacto sindical era o Moura Beleza quem dirigia.” (Entrevista. Raimundo Mendes. 02 set. 2017)

Dentro do Pacto Sindical os trabalhadores organizados no Sindicato do Óleo experimentariam o aprofundamento das relações de solidariedade entre seus pares, assumindo com protagonismo as tarefas do Pacto, como fica visível nesta reunião do mesmo, realizada em 21 de maio de 1963:

consta-se em ata a contribuição dos sindicatos para a confecção dos boletins convocando os trabalhadores pela mobilização das Reformas de Base que foi a seguinte: Delegacia dos Marítimos, dois mil cruzeiros; Sindicato dos Gráficos, um mil cruzeiro; **Sindicato Óleo Vegetal**, um mil cruzeiro; Sindicato dos Estivadores, dois mil cruzeiros; Sindicato dos Enfermeiros, um mil cruzeiro; Sindicato dos Ferroviários, um mil cruzeiro; Sindicato dos Telegrafistas, um mil cruzeiro; Sindicato dos Portuários, um mil cruzeiro; Sindicato dos Empregados Empresas

54 Raimundo Pontes Mendes, mesmo se referindo ao golpe de 1964 de forma negativa, sobretudo ao seu impacto no sindicalismo, se refere a este com a palavra “revolução”, quando questionado em relação a isso ele nos diz apenas que “se acostumou” com esse termo, porque “era como se chamava na época”, isso nos ilustra a força do governo militar na imposição de termos e narrativas na disputa da memória do golpe e da ditadura militar.

Telefônicas, um mil cruzeiro; Sindicato dos Músicos, um mil cruzeiro; Sindicato dos Alfaiates, quinhentos cruzeiros; Sindicato dos Empregados Hoteleiros, dois mil cruzeiros; Sindicato dos Metalúrgicos, um mil cruzeiros.<sup>55</sup> (SANTOS, 2009, p. 82, grifo nosso)

Do Pacto Sindical participavam comunistas do PCB, setores da esquerda do trabalhismo e até a esquerda da Igreja, organizada especialmente na Ação Católica, a exemplo de Raimundo Pontes Mendes e outros operários da Indústria de Óleos. Este diz que sua aproximação da Ação Católica foi quase concomitante à aproximação com o Pacto Sindical. “Tudo que a gente tava fazendo no sindicato era em função da Ação Católica. Eu nunca procurei sindicato porque quisesse a projeção. Era uma decisão que a gente tinha ... Eu entrei em 63”. (Entrevista. Raimundo Mendes. 02 set. 2017)

Após o golpe de 1964 o Pacto Sindical foi desarticulado, Sendo suas principais lideranças perseguidas ou presas. Apenas em 1966 a geração de trabalhadores da indústria do óleo consegue se rearticular em torno de uma chapa para o Sindicato da categoria, tendo Raimundo Pontes Mendes como cabeça de chapa e João Batista como tesoureiro. Este foi um momento em que vários grupos de trabalhadores autônomos à ditadura e aos patrões reconquistaram diretorias de sindicatos, consistindo em elemento fundamental para aprofundar o processo de base que levou as greves de 1967 e 1968.

Raimundo Mendes nos conta que aquele foi um dos anos mais importantes para ele, que entendia o papel do sindicato como o de defender os direitos mínimos do trabalhador para este ter “dignidade humana”. Mendes defendia uma concepção humanista de sindicalismo, perfil alinhado com as defesas da Ação Católica para o sindicalismo. Após pouco mais de um ano ocorre nova eleição para diretoria do Sindicato do Óleo, como nos conta Raimundo Pontes Mendes:

Em 1967 eu deixei a presidência do sindicato e passei para o João Batista, porque eu já tava querendo sair devido ao tempo de sindicato e já tinha as novas lideranças também, e eu precisava me casar porque eu ainda era solteiro, e pra eu me casar eu não queria viver a custa de sindicato que eu tinha minha profissão, que eu era ajustador mecânico da Brasil Oiticica desde 51. [...] Eu sou profissional, minha profissão é ajustador mecânico, não é presidente do sindicato não. Eu vivo é as custas do meu serviço, não é do sindicato não. Só tirei esse mandato. (Entrevista. Raimundo Mendes. 02 set. 2017)

Havia uma geração de jovens operários ligados À JOC que viu espaço para fazer o sindicato aprofundar a organização dos trabalhadores da indústria de óleos vegetais por melhores condições de trabalho. Essa nova geração se articulou para formar uma chapa com

<sup>55</sup> Ata de reunião do Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes, Agricultores e Servidores Públicos do Ceará, realizada na sede provisória à rua Barão do Rio Branco, 686 Altos, 21/05/1963.

maior ímpeto de combatividade e radicalidade no enfrentamento ao patrão e ao governo.

Como mesmo reconhece Mendes

Aí João Batista assumiu, e quando ele assumiu foi empolgado. E o Jaime [Libério] deu muito apoio pro João Batista que ainda não tava maduro no serviço de sindicalismo. Ele recebeu destaque na JOC, e o Jaime [Libério] também foi da JOC. O Jaime viu que talvez perto de mim ele talvez não tivesse muita coisa, porque o lado do Jaime Libério era meio radical, nesse tempo não era meio não era todim radical. Aí ele teve uma facilidade junto com o João. E a gente tem até a impressão que foi ele que botou o João no fogo pra ir soltar esses folheto na porta da fábrica, aí tava numa época difícil... ditadura, no forte mesmo... e o Jaime Aquino que era um cara na certa prevenido não facilitava pra ninguém não, com facilidade pegou ele. (Entrevista. Raimundo Mendes. 02 set. 2017)

Mendes e outros membros mais antigos do sindicato abriram espaço para uma geração de jovens mais “destemidos”. Ele afirmou que foi o momento no qual foi se afastando da vida sindical, pois já estava há muito tempo no sindicalismo. Mas reconhece que a principal questão era que ele queria cuidar mais da sua vida particular, da sua família, sentindo que a necessidade de maior conflito entre trabalhadores e o regime e os patrões não daria para ele, que tinha um perfil de sindicalismo mais “responsável”.

Na época da greve eu já tava tomando conta do meu serviço, nem tava participando do meu sindicato. Tava na mão do João. Em todo canto tem as discrepâncias, eu conhecia sindicato de 47, em 67 já tava com uma porção de tempo, né? Agora eu admiro uma pessoa como o Jaime, ele não ia brigar, ele não ia brigar, mas também não abria. Eu abria, abria porque via as minhas responsabilidades, eu não ia me meter pra me prejudicar porque eu tinha que manter, porque eu vim casar com quase 40 anos por causa dessas arrumação. Principalmente sustentar a casa, me casei com 39 anos. Justamente em 69. Aí essas arrumação o Jaime topava, porque a história dele é interessante, ele faz justamente o que a igreja católica, quer dizer, tudo o que a bíblia pede. O que ele faz em termos de ajuda aos pobres é exatamente isso. O Joaquim era outro. (...) Eu dizia pro Joaquim, "não é assim Joaquim", antes dele morrer eu disse a ele "joaquim tu tem filhos pequenos, tu tem mocinhas, tu tem uma família, tu tem que cuidar dessas pessoas que isso é o terreno que tu tem que plantar para o futuro, tu não pode se jogar", porque o Joaquim tinha muita coisa parecida com o Jaime, logo não gostava de Igreja. [...] Como por exemplo, eu passei esse tempo todim com um processo meu, eu, o Isais Félix da Costa, e o Raimundo Alves Lima<sup>56</sup>, fomos subversivo, isso publicado aí, mas nunca ninguém... eu não ia facilitar, eu já vivia na responsabilidade de tomar conta de casa, e isso eu botava como primeira meta. O João foi preso acho que não tinha nenhum um ano de presidente do sindicato. [*Ele foi preso por causa da greve da CIONE?*] Sim, sim, sim. Foi por causa dos panfletos que foram soltar lá na CIONE.

A gestão de João Batista a frente do Sindicato do Óleo se deu entre 1967 e 1969 num momento de acirramento da luta de classes em meio à ditadura, anos em que os efeitos do arrocho salarial se conjugaram com fortes mobilizações por melhores condições de trabalho e recomposição salarial. Sua gestão buscava corresponder às expectativas de maior

enfrentamento às condições miseráveis de trabalho e salário no beneficiamento de óleos no Ceará, como ele mesmo aponta:

Sim. Mas aí começou a minha gestão, a minha gestão do sindicato. E naquele tempo, rapaz. Naquele tempo havia muito [problema], devido ao regime militar que havia mesmo, os patrões tinha tudo na mão fazia o que queriam, fazia o que queriam, agiam como eles quisessem, tinham toda a liberdade. E isso não era só lá não, em todas as fábricas, e na indústria de modo geral, não era só em fábrica de castanha. A indústria de modo geral o povo era mal tratado. A gente trabalhava quase em regime de escravo, naquele tempo. Todo o pessoal. É por isso a revolta do povo brasileiro todinho naquele, porque o trabalho da gente era trabalho forçado mesmo. E o trabalho das castanheiras no Ceará era pior ainda do que em qualquer outro lugar. Era pior. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

Em um momento ainda marcado pela intervenção da ditadura junto aos sindicatos, uma das primeiras medidas da gestão de João Batista foi aproveitar a influência da Ação Católica sobre alguns sindicatos de Fortaleza para conseguir obter melhores condições para o Sindicato do Óleo conseguir organizar seus trabalhadores, que, em sua grande maioria, era de castanheiras. Eram poucos os sindicatos que tinham autonomia ao governo militar e que tinham influência de grupos da esquerda cearense. Foram destes que o Sindicato do Óleo foi se aproximando, assim como no processo de construção do Pacto Sindical, formando um polo “anti-pelegos”.

A gente pediu apoio dos têxtil. A ajuda do têxtil foi de que abrisse a sede, porque a sede era deles [...] . Indiretamente tinha o sindicato dos bancários, o sindicato dos ferroviários, era as categorias que tinham a potência. Sindicatos que não tinham direções pelegas, safadas, eu tenho raiva de pelego até hoje. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

O Sindicato do Óleo se ligou especialmente ao Sindicato dos Têxteis, um dos maiores e mais importantes antes do golpe e que estava, novamente, com uma diretoria ligada às esquerdas, desta vez com muita influência da JOC, assim como o Sindicato do Óleo. A relação com o Sindicato dos Têxteis foi tanta que este disponibilizou sua sede para as atividades do Sindicato do Óleo, já que este não contava com sede própria. Porém observamos outra forma de solidariedade que foi fundamental para potencializar a mobilização das castanheiras: diferentemente do Sindicato do Óleo, o Sindicato dos Têxteis tinha mulheres operárias em sua diretoria, algumas delas já ligadas à Ação Popular, que influenciava ambos os sindicatos. Estas mulheres seriam fundamentais na mobilização das castanheiras da CIONE e no acirramento dos conflitos que levaram à greve. Como nos conta Maria Elódia, operária têxtil da fábrica Santa Cecília e participante ativa das atividades de greve na CIONE:

É o seguinte, o sindicato dos têxteis tinha o prédio, que ainda hoje existe, tá lá na rua [Agapito dos Santos], e o sindicato do óleo não tinha sede, então o sindicato dos têxteis cedeu um espaço lá, era os dois sindicatos juntos, sabe? Então por causa disso ficava muito fácil da gente saber quanto tava fazendo uma greve no sindicato do óleo né. É o que eu imagino... é o que foi. Bem aí um dia agente tava... e o golpe, essa ditadura, ela não começou assim do dia pra noite, ela foi se arrastando, uma prisãozinha aqui, outra ali, sabe.. e que pra mim eu acho que o marco, o que marcou, foi exatamente essa greve da CIONE. Aí mandaram.. aí precisa de gente do sindicato dos têxteis lá... a gente ia sempre dar apoio né. Aí eu fui, mas quando chegou lá, a gente chegou, era aqui na Antônio Bezerra, por ali assim, a coisa ficou preta, porque a polícia chegou, e espancou todo mundo, salve-se quem puder né. Aí eu vim embora pro sindicato nosso, na agapito dos santos, que é a sede, ainda hoje é, do nosso sindicato, sindicato dos têxteis. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Precisamos destacar duas questões sobre composição do Sindicato do Óleo que nos explicitam a situação do movimento sindical na época. A primeira, como já levantamos, é que o Sindicato do Óleo não continham em sua direção nenhuma mulher. O Sindicato do Óleo representava uma base ampla da indústria de óleos vegetais, animais, até mesmo da indústria petrolífera, que no Ceará era muito pequena. A maior parte da base de representados pelo Sindicato do Óleo trabalhava na indústria do beneficiamento de castanhas, algodão, oiticica e outros vegetais. Nessas indústrias, sobretudo a de castanhas, que era o maior setor, a ampla maioria dos trabalhadores eram mulheres, chegando a mais de 90% da composição da força de trabalho em algumas fábricas, como a CIONE. A revelia dessa superioridade no número de mulheres na força de trabalho, os sindicalistas eram todos homens, geralmente do serviço administrativo, como Jaime Libério, ou da manutenção mecânica, como Raimundo Mendes e João Batista. Aqui se reflete uma marca estruturante do sindicalismo e da esquerda brasileira neste período, notadamente masculino, e que também reproduzia o machismo e as desigualdades de gênero presentes na sociedade e potencializadas pelo ideal familiar da ditadura civil-militar.

Outra marca importante que pudemos observar é o fato de que entre os três dirigentes do sindicato do óleo que pudemos entrevistar nenhum deles era branco. Negros e/ou caboclos, estes dirigentes sindicais também eram expressão do que ocorria entre a maioria das castanheiras, como pudemos constatar nas fotos da produção na fábrica e nas entrevistas: nenhuma mulher branca e a presença massiva de mulheres negras e caboclas. Algumas das entrevistadas e dos entrevistados se reconheciam no processo de entrevista como negros e ressaltavam isso como um componente da sua luta como trabalhadores pobres, reconhecendo a sua cor e dos seus camaradas de diversas formas, como negra, “morena”, “mulata”, mestiço, mas todos significando o aspecto enegrecido desse extrato da classe trabalhadora de Fortaleza.. De todo modo entendemos que é fundamental percebermos o componente étnico-racial como elemento fundamental entre a greve, as castanheiras e os sindicalistas do Óleo,

refletem ainda um traço étnico predominante e majoritário na formação social cearense e também brasileira, e que tem decorrências diretas no processo de formação enquanto classe.

O Sindicato do Óleo, bem como sua relação com os demais sindicatos que estavam com diretorias autônomas face aos patrões e à ditadura, foram fundamentais no processo de mobilização e organização da greve, mas seria difícil entender a gestação do processo e seu desenvolvimento e desfecho se não fôssemos mais a fundo na investigação dos agentes desta história. Por isso é fundamental entender o papel das esquerdas organizadas junto ao movimento. Em nossa pesquisa encontramos grande influência da Ação Popular nos processos em torno da greve. Portanto, o próximo capítulo se dedicará a entender a própria Ação Popular, sua relação com o movimento e com os demais grupos de esquerda que tiveram alguma influência no processo.

### 2.3 A AÇÃO POPULAR E A ESQUERDA CEARENSE

A Ação Popular foi criada em 1963. Porém suas origens são mais antigas, relacionadas a Ação Católica e ao crescimento do humanismo cristão. Para a melhor compreensão da Ação Popular e de sua trajetória no Brasil e no Ceará faremos um breve histórico das origens deste grupo que teve papel fundamental na construção da greve das castanheiras da CIONE.

Hugo Villaça Duarte defende que a trajetória da Ação Popular tem suas origens inscritas desde o humanismo cristão até o marxismo maoísta. Ele remonta ao ultramontanismo, movimento interno à Igreja Católica no século XIX que, na busca de uma recristianização do mundo, defendia uma transcendentalidade cristã católica, uma humanidade criada por Deus, com resignação à salvação eterna. Duarte elenca como características do ultramontanismo: rejeição ao nacionalismo, romanização, combate ao capitalismo e ao comunismo, saudosismo da Idade Média, e, por fim, o desenvolvimento uma corrente francesa do catolicismo pela valorização da ação humana na ordem temporal em busca das necessidades básicas e dos “princípios médios” da humanidade.

Um evento importante nessas mudanças na Igreja Católica é a publicação, no início do século XX, DA *Rerum Novarum* e outras encíclicas como resposta aos problemas sociais, que buscavam ser uma alternativa ao capitalismo e comunismo. Estes textos realizavam a denúncia tanto da situação de penúria da classe trabalhadora, como de uma alternativa socialista, faziam também a defesa da conciliação de classes e o repúdio à repressão às reivindicações da classe trabalhadora, embora defendesse as repressões à greve e a defesa da

propriedade privada. Neste momento a Igreja Católica constrói uma linha de negação do fim da propriedade privada, ao passo que critica a livre concorrência, ao liberalismo econômico, a modernidade, a secularização social. Em alternativa faz a defesa da caridade como forma de combater os males do capitalismo.

Nesse período, anos 20 e 30 do século XX são lançadas as bases da Ação Católica. Eram seus objetivos: construir uma ação assistencialista para combater o comunismo e construir uma ordem social cristã, defendendo a amenização do sofrimento da classe trabalhadora com a resignação à vida eterna. Realizam a defesa de uma sociedade cristã pós-capitalista baseada no bem comum, sendo o bem comum temporal intermediário entre a realização sagrada. Defendem ainda a liquidação do capitalismo e do lucro, porém, simultaneamente, defendiam a propriedade privada como direito natural e se alinhavam ao anticomunismo.

Michel Löwy (2000) destaca que tradições religiosas de esquerda e anticapitalistas, ligadas a Igreja Católica existem, de forma ampla e extensa, apenas na América Latina e na França. Especificamente a tradição francesa mantém maior proximidade com o projeto ultramontano, na defesa da propriedade privada. Porém, para o autor existe uma distância da tradição francesa com o projeto ultramontano: para os primeiros, era necessário uma ampla transformação da realidade social no mundo temporal. (DUARTE, 2010).

O final dos anos 1950 é marcado por um período pós-projeto ultramontano, especialmente com a realização do concílio Vaticano II. O pontificado de Paulo VI (1963-1978), corresponde à época na qual a Igreja esteve ‘a serviço do mundo’, não mais empenhando seus esforços na busca pela restauração de uma suposta cristandade.” (DUARTE, 2010, p. 17). Antes mesmo, com João XXIII (1958-1963), vive-se uma era pautada pela busca do bem comum e abandono do “sonhado paraíso terrestre”.

Este é um período marcado pela defesa da democratização do acesso À propriedade privada. Entretanto, se mantêm o anticomunismo e a defesa da propriedade privada como direito natural. Nesse contexto é que se realiza a fundação da Ação Católica Brasileira (ACB) que pode ser definida com “a participação organizada do laicato do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social” (BANDEIRA, 2000, p. 107). Desta surgem as Juventudes Católicas.

Com efeito, foram criadas a Juventude Agrária Católica (JAC) para os jovens do campo; para a juventude urbana e independente das instituições de ensino teríamos a Juventude Independente Católica (JIC); entre os secundaristas, a Juventude Estudantil Católica (JEC); para os jovens operários, a Juventude Operária Católica

(JOC); e, por fim, entre universitários, a Juventude Universitária Católica (JUC). (DUARTE, 2010, p. 20)

O objetivo inicial da JUC, assim como O das demais juventudes católicas e da própria ACB era combater a influência comunista no meio universitário ou em qualquer outro, a depender da sua especialidade. Durante as décadas de 1950 e 1960 a JUC se transformaria de uma organização religiosa para um agrupamento de intervenção social dos estudantes católicos no Brasil. É um momento de mudanças nas lideranças da JUC.

Aprofunda-se a disputa de posições na JUC, Tendo a JUC de Minas Gerais liderado uma posição de intervenção reformista no mundo secular e a JUC Nordeste postulando a evangelização em detrimento da ação política. Com a candidatura de Betinho, em 1960, se explicita a aproximação de um setor da JUC com o Marxismo. O estopim se dá com a expulsão de Aldo Arantes da JUC, resultando na criação da AP em 1963 e o desligamento da JUC da Igreja Católica em 1966. Em 1968 a JUC dissolve-se. Mas ainda é destas raízes da juventude estudantil e católica que se “recruta” a maioria dos membros da Ação Popular, a exemplo de Iracema Serra Azul:

em 67 nós [ela e Cacau, que são irmãs] éramos do Colégio da Imaculada Conceição, um colégio de freiras, começou despertar político em 67, mais ligado a juventude estudantil católica, aí a gente resolveu sair de um colégio elitista e ir a um colégio público. Aí em 68 a gente começou a militar mais, e aí participamos das greves, das passeatas, da luta com a ditadura, a gente entrou na Ação Popular em 67, criança, 14, 15 anos. Agora 68 foi o auge, em 69 começou as repressões maiores. (Entrevista. Iracema Serra Azul. 02 out. 2017)

Processo semelhante viveu Manoel Fonseca:

Eu estudei no Seminário da Prainha, no Seminário dos Franciscanos em Canindé, e o Seminário da Prainha foi uma mudança que houve nos chamados Padres Lazaristas para os Padres Seculares. Na época houve uma renovação. Alguns padres eram padres progressistas, principalmente Zê Maria e Padre Moacir. Então eles levantavam discussões sobre o trabalho com o povo, com o povo pobre. Aí eu saí logo do Seminário e fui pra faculdade de medicina, e lá encontramos um grupo que reunia para discutir o Marxismo, que era forte, que era próximo a AP. Além de se envolver no movimento estudantil. Constituindo um núcleo universitário de AP. Tinha uma pessoa que era da Faculdade de Filosofia, Faculdade de Educação. Após o congresso de Ibiúna nós ficamos responsáveis pela reorganização de AP aqui. Nós tínhamos ligação com os operários, o Diretório Regional era os universitários mais os operários. Mas nós não tínhamos vinculação direta, a célula operária era isolada, nessas reuniões inclusive se usava nomes diferenciados. (Entrevista. Manoel Fonseca. 02 out. 2017)

Assim como Oswald Barroso:

Soubemos que ia ter uma reunião do pessoal da Igreja do Rosário, pessoal de ACO, que não era bem o que a gente esperava, mas lá tinha operários e o negócio da gente era encontrar os operários. E eu participei desse grupo de reflexão e debate que se

reunia no alto da Igreja do Rosário em 67. O líder era o pároco, que era o Padre Tarcísio Santiago, e tinha mais a Maria Amélia, a Luiza Teodoro, André Haguette, tinha operários com o Joaquim do sindicato dos sapateiros, e tinha outros operários, tinham líderes de bairros, como tinha um líder de bairro do Morro do Teixeira, no Mucuripe. Inclusive eu fui dar aula de Paulo Freire lá. (...) Fui fazer um curso de Paulo Freire com dado pela Ruth Cavalcante no teatro universitário, e fui me ligando as bases do movimento operário mais ligado a Igreja, e fui dar aula no Mucuripe, no Morro do Teixeira. Passei 6 meses indo toda noite lá pra alfabetizar esse pessoal e conscientizar, era mais pra conscientizar. E aí comecei a me ligar mais ao movimento estudantil e frequentar essas reuniões. A partir dessas reuniões que eu tive contato com alguns líderes operários. Quando eu entrei em Ação Popular, foi no começo de 68, que eu entrei na universidade, eu fui recrutado, em Ciências Sociais, o pessoal já sabia, eu tinha um colega que era de Ação Popular. Entrei numa base estudantil mas meu interesse sempre era a base operária. Era tanto que logo eu ascendi, fui ser da direção em 69 e me liguei e fiquei dando assistência ao movimento estudantil e ao movimento operário. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Em 1963 a União Nacional de Estudantes, que estava sob forte influência da JUC, promove a UNE-volante, uma espécie de caravana nacional para difundir a defesa por reformas populares através da arte e da cultura. A UNE-volante tem papel fundamental na articulação nacional para criação da AP. O *Documento-Base* da AP, lançado em 1963, tem como marcas uma concepção realista da consciência e a defesa de uma política de preparação revolucionária. O *Documento Base* consolida a AP como uma organização em prol do socialismo. Para Oswald Barroso entender a AP é preciso compreender suas raízes no cristianismo, em um catolicismo de esquerda e, especialmente no Ceará, em um catolicismo popular, ao passo que esta mesma organização empreende esforços para se afastar destas origens, investigar as permanências desta influência é fundamental para compreender a Ação Popular.

O primeiro movimento que tinha mais influência nos meios operários era a Ação Católica Operária. Tinha uma pastoral operária. Esse pessoal, a partir da igreja, dos párocos, tinha uma influência muito forte. Só que esse pessoal foi trabalhado pelos marxistas né. Muitos se tornaram marxistas. (a questão principal era a religião?). A questão principal era uma religião de esquerda, uma religião libertadora. Nesse tempo tinha a teoria da libertação. Que no fundo era influência do marxismo sobre o cristianismo. [...] O catolicismo popular também tinha uma influência grande, porque uma das referências desse pessoal eram os líderes católicos populares, como o Antônio Conselheiro, como o Beato José Lourenço. Lá no Recife também tinha uma influência também das ligas camponesas, que tinha uma influência da Igreja muito grande. O Julião no início era uma pessoa ligada a Igreja. Esse pessoal tinha uma formação, o marxismo é um estudo e uma formação posterior de discussões e debates, então era uma coisa misturada, a gente queria puxar pra uma coisa marxista, ateu, mas o grosso das pessoas não foi completamente assim. Eu mesmo depois que eu fiz a primeira viagem ao juazeiro descobri que o buraco era mais embaixo. Que o problema da humanidade é muito... que o marxismo não chega nem perto de perceber... que o problema é o antropocentrismo, e o marxismo é antropocêntrico. O homem no centro do universo, botar o planeta a seu serviço, de um racionalismo positivista, científico. Eu vi que num era a religião na modernidade, o problema era a modernidade. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Especificamente sobre o Ceará é importante destacarmos como se deu o processo da Ação Católica, pois o caminho que ela percorreu junto ao movimento operário, sobretudo através da JOC, é fundamental para a formação das bases da Ação Popular entre o operariado de Fortaleza. Raimundo Pontes Mendes narra o surgimento da Ação Católica – ACO – no Ceará:

Haviam três criaturas que se destacavam. A primeira delas era Dolores Borges, morava na 24 de maio, 796. A Dolores Borges ela foi convocada na Ação Católica na década de 50, ainda na época através da internacional que vinha da Holanda, principalmente Bélgica, do Gardeni, que criou a juventude operária católica. E depois também com o apoio do pessoal da França. [...] Participávamos do Pacto Sindical quando descobrimos a Ação Católica através da Maria Amélia, que era uma que frequentava o pacto sindical. Ela era da Ação Católica Operária - ACO, e tinha a JOC - Juventude Operária Católica. Participava do Pacto Sindical pra ver a posição. E lá ela nos arrastou pra casa da Dolores e participamos da Ação Católica. [...] ela preparava as pessoas para esclarecer. Recebia os conhecimento. Para o operário se desenvolver e agir. Com isso que a gente começou a agir no sindicato com o trabalho de conhecimento que elas iam passando pra gente (Entrevista. Raimundo Mendes. 02 set. 2017).

Mendes nos ajuda ainda a compreender o alcance da atuação sindical da Ação Católica, que seria posteriormente a base a partir da qual a militância da Ação Popular trabalharia para conquistar espaço junto ao movimento operário cearense. É importante também investigar as fronteiras e limites da atuação destes grupos vinculados à Igreja no movimento operário. Uma vez que, como bem lembra Mendes, a Ação Católica não era o único grupo de católicos junto ao movimento operário, eles seriam representariam um setor progressista e democrático entre os católicos no movimento operário, mas também existiam, e com muita força, os Círculos Operários, cumprindo o papel da direita entre os católicos envolvidos com o movimento operário.

Da Ação Católica tinha eu no sindicato do óleo, Sindicato do Fumo tinha Vicente Mesquita, Joaquim Almeida, Sindicato do Gesso. Era 5 sindicatos. Que inclusive era marcado pela federação como persona non grata. Porque nós eramos de Ação Católica, nós éramos de esquerda pra eles, mas ninguém era comunista. Eu sabia a história dos comunista através de um tio do João Batista que era vizinho meu quando eu tinha 15 anos. Eu sabia ler e ele não sabia ler, ele trazia os livro dele pra mim ler, que ele era comunista dos correios e telégrafos. Eu passava o domingo lendo pra ele. [...] Eu tinha problema assim, eu como presidente do sindicato ia pra justiça, na justiça se lutava pra conseguir. A gente tinha até um advogado, que era do círculo operário católico, já que a gente não podia pagar um advogado bom, e ele, por aderir às esquerdas da igreja, a ação católica não foi toda a esquerda da igreja, tinha muitas esquerda na igreja sem aceitar a ação católica. [...] Os círculos operários já era mais agregado à federação, já era mais a pelegada. Porque eles tinham sido formado dos sindicatos, e os círculos operários era como uma graduação que apoiava pra política os vereadores daquele tempo, muitos tinham saído dos círculos operários católicos. [...] A ação católica não botava o sujeito pra fora, mas se reservava, porque já sabia da participação que ele tinha. A Ação Popular já era muito misturada com os comunista. (Entrevista. Raimundo Mendes. 02 set. 2017).

Percebemos na pesquisa que a constituição da base da AP enraizada no movimento operário vem fundamentalmente de dois esforços: a) integração E produção de quadros do movimento estudantil e b) “recrutamento” de militantes da JOC para AP. Entre os militantes da AP que entrevistamos, dotados de origem operária, ou seja, que não foram integrados À produção pois já pertenciam ao operariado, todos estes foram da JOC antes de entrar na AP. É o caso de João Batista<sup>57</sup> que descreve abaixo sua passagem pela JOC até a AP

Eu fui da JOC - Juventude Operária Católica. É porque nós trabalhávamos junto, eu e Raimundo Pontes Mendes, nós trabalhávamos no mesmo setor da fábrica. A JOC era uma questão mais religiosa do que outra coisa. A JOC defendia mais a questão de Jesus Cristo e não sei o quê. A JOC nunca se meteu na luta operária não. Não era contra o regime. Nunca foi. Ali era outra, era religiosa. A Ação Popular foi uma coisa nacional, né. Surgiu no Brasil inteiro. Pra mim surgiu depois da CIONE. Foi quando eles se amostraram pra mim. Até então eu não conhecia. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

Luzimar, castanheira da Brasil Oiticica, que também participava das mobilizações da categoria, também narra sua experiência com a Juventude Operária Católica: “Eu também fui da JOC. Era [para] a pessoa ser mais humana, ajudar uns aos outros. Ela ajudava a você ser mais humana, buscar seus direitos, nesse sentido assim sabe. De ajudar uns aos outros. (Entrevista. Luzimar. 07 dez. 2017).

Após o golpe, e sob grande influência do socialismo cubano, é publicada a *Resolução Política* que buscou consolidar a AP como uma organização em prol da revolução política para construir o socialismo. Esse é um período também de aproximações da AP com o pensamento do filósofo francês Louis Althusser, que tinha como características a defesa da cientificidade do marxismo, cartesianismo e a negação da história, negação do caráter processual da história, interpretação das superestruturas como simples substratos da infraestrutura, inserindo-se dentro do estruturalismo, muito forte nos anos 1960, especialmente na França. (DOSSE, 2007).

Para Thompson o Althusserianismo é, do ponto de vista teórico, o estado mais acabado do estalinismo, sobretudo por estabelecer uma oposição entre ciência e ideologia, seguindo uma lógica mecanicista e reducionista do pensamento de Marx. (THOMPSON, 1978). Althusser entende O humanismo como ideologia pequeno-burguesa. Hugo Duarte constrói uma crítica a esta concepção althusseriana defendendo que o marxismo humanista funda-se no reconhecimento da práxis transformadora do ser social, “na compreensão da

<sup>57</sup> João Batista e Luzimar se conheceram na Brasil Oiticica e nas reuniões da JOC, se casaram e vivem juntos até hoje.

especificidade ontológica do mundo dos homens, isto é, no reconhecimento da práxis transformadora do ser social a partir do conhecimento racional e científico da realidade objetiva” (DUARTE, 2010, p. 77).

A influência de Althusser na AP se dá, sobretudo, na busca por um método científico visando suprir as necessidades práticas e teóricas da organização. Mais que isso, Althusser serve à AP como um instrumento teórico de ruptura com o humanismo cristão. Porém o althusserianismo não foi hegemônico na AP, como fica nítido na disputa entre as correntes no processo de disputa interna que se esgarçou em 1968. Para além do althusserianismo, podemos destacar as influências exercidas sobre a AP pelas revoluções chinesa e cubana como alternativas à linha do PCB e da III Internacional. Tais influências vão dar base para as disputas em torno do processo que vai de 1966 a 1973, período de revisão das posições políticas da AP. Cacau nos conta que neste período a AP se considerava uma organização transitória.

Nós nos considerávamos uma organização fundamentalmente de estudantes. É tanto que a gente não se intitulava nem Partido Político. A gente chamava mais como fosse uma organização revolucionária. Então a gente tentava muito vê se havia uma penetração no movimento operário e camponês pra puder a organização crescer e ter condição de mais de se fazer o que se queria, o socialismo. (Entrevista. Maria do Carmo. 22 set. 2017).

No Ceará, Manoel Fonseca nos conta que a AP tinha uma estrutura baseada em Diretório Regional e células de base. Entre as células de base havia uma secundarista, algumas células universitárias e uma operária. “Fonseca: Tinha um na Faculdade de Medicina, um núcleo forte, tinha uma na faculdade de educação, tinha na agronomia, que era o Raimundão. Tinha no movimento operário, principalmente nos Têxteis e tinha no sindicato dos óleos. Tinha no Serviço Social. A maioria era de estudantes”. (Entrevista. Manoel Fonseca. 02 out. 2017).

Iracema conta que a AP “tinha as OPP's organizações para-partidárias. Eu e ela [apontando para Cacau] fizemos parte. Era antes de entrar na organização”. E Cacau confirma: “Era as áreas de influência que tinha”. Iracema continua: “O tempo para entrar dependia do envolvimento, tem gente que passava muito tempo e não entrava”. (Entrevista. Iracema Serra Azul. 02 out. 2017). Conta ainda que o contato entre os núcleos era muito pequeno. “O Fonseca sabia quem era os estudantes e quem era direção dos operários sabia quem era os operários”. Segundo ela, quem tinha conhecimento E informações dos vários núcleos era apenas a direção. Fonseca endossa: “Tinha uma coordenação estadual. Nem a direção estadual sabia ao certo quantos militantes tinham. Sabia que tinha uma célula nos

têxteis... Tinha aquele menino operário, o Eusébio. E o menino... O Jaime, teve um período que ele foi da direção. O Eusébio era dos Têxteis.” (Entrevista. Manoel Fonseca. 02 out. 2017). Cacau afirma que “Aqui não tinha ninguém da direção nacional. Tinha da direção regional que acho que era o esposo da Cristina [Carvalho], Rodrigo, que tinha vindo de Pernambuco. (Entrevista. Maria do Carmo. 02 out. 2017). Fonseca descreve ainda a trajetória da organização:

A AP surgiu de uma visão (fazendo gestos de longe...), ela era Maoísta... primeiro ela era Cristã. Ela veio de Ação Católica, da JEC e da JUC. (...) Ela veio da Ação Católica né, e da Teologia da Libertação... que tava por trás. E depois evoluiu para começar o maoísmo. Porque a visão de AP de que a revolução seria urbana, e não rural, né. Seria no sentido de acumulação de forças. Nos movimentos sociais. E a partir daí que iria se chegar o poder. Apesar de que, no maoísmo tinha a questão do campo pra cidade, aliança operária-camponesa, que a gente chamava. E a gente começou a tentar fazer algum trabalho no interior também, no campo, mas se concentrou mais na capital, em Fortaleza, e mais no movimento operário e no estudantil. Essa era a visão do ponto de vista teórica. Uma seria ação de acumulação de forças e de um movimento na cidade poderia-se chegar ao poder. Aí tinha uma tendência deveria se deslocar para o campo, para trabalhar no campo. Então o Chico e a Helena foram deslocados para o interior de Pernambuco, na zona da mata de Pernambuco, para trabalhar no campo... Foram presos lá. Tinha uma ideia também que também deveria ser feito o trabalho no campo para que a aliança operária-camponesa chegar ao poder. (...) Tinha uma ligação com o MEB - Movimento de Educação de Base, para que a partir do método de educação do Paulo Freire pudesse fazer um despertar de consciência nas pessoas. Normalmente a gente imaginava se houvesse uma movimentação no país seria possível chegar ao poder. Imaginação nossa. Depois evoluiu de girar o trabalho para o campo. Tinha o Manoel da Conceição que era um líder camponês. (Entrevista. Manoel Fonseca. 02 out. 2017).

O biênio 1967-1968 é também caracterizado pelo relativo afastamento das ideias cubanas e pela aproximação direta com o maoísmo e as ideias chinesas. A aproximação da AP do modelo chinês se dá no contexto da revolução cultural chinesa que tinha como objetivos: ampliar a cultura igualitarista na China, integrar o PCCh à classe trabalhadora, ganhar a juventude que não viveu a revolução de 1949. Daí se desenvolve a política da AP de integração à produção, buscando transformar ideologicamente os quadros pequeno-burgueses da organização. Na Ação Popular a política de integração à produção tem o objetivo de proletarizar a organização, que em sua maioria era constituída por estudantes oriundos de extratos de renda média da população. O entendimento era de que as classes camponesa e operária seriam os sujeitos protagonistas de uma revolução socialista, e que a organização na busca para se tornar uma verdadeira organização socialista precisaria formar proletários e ganhar contingentes de trabalhadores nos seus movimentos. Portanto o processo de integração à produção representou na Ação Popular um giro estratégico para os movimentos da classe trabalhadora, buscando não só reeducar a militância estudantil numa formação proletária,

como também crescer nos movimentos de trabalhadores. Como defende o próprio documento *Profissionalização dos quadros: uma necessidade urgente*:

Estudantes e intelectuais são deslocados de suas áreas habituais de atividade para áreas operárias e camponesas. Neste caso, os quadros de estudantes e intelectuais não tem conhecimento suficiente do meio, contatos, a ambientação necessária. Por isso defendemos como primeiro passo do trabalho, a sua integração, pelo menos num período inicial, no trabalho produtivo na fábrica ou no campo. Isto é também muito proveitoso e importante também do ponto de vista da formação pessoal dos militantes. Mas o objetivo principal da profissionalização e da integração na produção é a criação de condições para o desenvolvimento de um trabalho revolucionário, deve-se tomar cuidado para que a integração na produção não impeça o trabalho político do militante, trabalho que exige disponibilidade de tempo e mobilidade. Deve-se encontrar, em cada caso concreto, um equilíbrio entre as necessidades da integração na produção e as exigências do trabalho político.

Todos esses princípios se aplicam também ao caso de operários e camponeses que sejam transferidos de sua região para outra e tenham, por isso, necessidade de integração inicial no trabalho produtivo para o estabelecimento de contatos e identificação com as massas". (AÇÃO POPULAR, 1966, p. 10)

Uma expressão da política de integração À produção no Ceará foi a experiência de Oswald Barroso junto as castanheiras. Como ele nos narra em entrevista concedida em sua casa:

Acompanhei a greve da CIONE como um dos membros da direção de Ação Popular. Eu era da agitação e propaganda. O dirigente principal era o José dos Santos, chamado Eusébio, e o segundo dirigente era o Fonseca né, que era de organização. E como dirigente eu tinha acesso as bases operárias também. As operárias de Ação Popular tinha mais no Pirambu e tinha essa base de mulheres castanheiras, tinha o pessoal dos têxteis, que era um pessoal mais antigo, tinha outros que eram avulsos, como os padeiros, e tinha essa base de mulheres castanheiras. Fui em algumas reuniões que eu conheci elas, uma dessas era pessoas que tinha vindo se integrar na produção com essa Cláudia. E vieram pra... a Ação Popular tinha essa política de integração na produção. Pegar os estudantes pra se tornar operário pra fazer suas bases no movimento popular, a integração mais avançada, os mais danado, era ir para o Araguaia... como eu tive vários amigos que foram. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Oswald narra ainda muitas dificuldades do processo de integração À produção não apenas do ponto de vista material. Para ele sua entrada como um estudante de classe média na vida de trabalhadores pobres foi marcada pelo abismo na educação e na forma completamente diferente como as pessoas com quem conviveu na integração À produção viam o mundo:

Pra você ter uma ideia eu passei seis meses indo no Morro do Teixeira toda noite pra alfabetizar os pescadores, com o método Paulo Freire. Começava com a palavra tijolo. Só que no morro do Teixeira não existia casa de tijolo, era casa de palha, ou no máximo de taipa (risadas). E a vida deles era uma vida muito mais de imaginação do quê de problemas sociais. Quando eles tavam na terra eram tomando cachaça e conversando potoca, e no mar o que eles viam eram peixes toadores, sereias, toninhas. Entende? Eram demarcações... O mundo deles era outro, não era o mundo material propriamente. Era um mundo invisível. No fim eles aprenderam a escrever

realmente. Quando a gente foi fazer a avaliação eles agradeceram muito a mim porque eu parecia São Francisco [...] e eu achei horrível porque eu queria era revolucionar... (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Não há um levantamento mais preciso do alcance do processo de integração à produção vivido pelos militantes da AP em fins da década de 1960. O mais próximo disto é a sistematização feita por Aldo Arantes e Haroldo Lima em “História da Ação Popular”. Segundo eles foram “23 frentes de trabalho entre pequenas e grandes, importantes e secundárias” que alcançaram “oito áreas geográficas que a AP definia como ‘regiões’: Pará, Maranhão, Nordeste, Bahia e Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás”. Eles identificaram 120 pessoas que participaram da integração à produção. O número parece ser bem maior. “Das 120 pessoas referidas, 90 se dirigiram ao campo, ‘integrando-se’ na produção agrícola como assalariados rurais ou camponeses, 30 dirigiram-se à produção fabril”. Arantes e Lima descrevem ainda que “das 23 frentes de trabalho que receberam esse contingente”, porém a maioria “16 situavam-se no campo e sete em áreas de operariado urbano.” Dentre as áreas atingidas pela integração a produção Arantes e Lima afirmam que AP atingiu “o ABC, o de São Paulo, o de Contagem, o do Vale do Pindaré, no Maranhão, o de Água Branca, em Alagoas, o da Zona da Mata de Pernambuco, o da Zona do Cacau da Bahia, ou trabalhos menores, para onde eram mandadas duas, três duplas de pioneiros [...]”. (LIMA, H.; ARANTES, 1984, p. 111). Neste processo a AP fortaleceu o trabalho que já tinha no movimento sindical e operário (inclusive o trabalho junto aos trabalhadores da indústria de beneficiamento de óleos vegetais de Fortaleza), que Arantes e Lima descrevem como

alguns significativos trabalhos de base, integrou diretorias de sindicatos importantes, chegou a ter influência em federações estaduais e a participar de muitas greves, passeatas, comícios, etc. Seus maiores êxitos estiveram, nessa fase, na Bahia, em atividade junto aos petroleiros; em Minas Gerais, com os trabalhadores das minas de Nova Lima e com os metalúrgicos; em Fortaleza, com os operários de óleos vegetais. (LIMA, H.; ARANTES, 1984, p. 98-99)

Duarte (2010) defende ainda que, mesmo sob forte pressão das políticas de controle e perseguição ao sindicalismo combativo nos anos 1966-1968 surgiram fortes movimentos de questionamento da política de ataques à classe trabalhadora por parte do regime militar, tais como o Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA). Duarte afirma ainda que a AP teve participação fundamental nas principais greves do período:

Antes do AI-5, os trabalhadores conseguiram ainda deflagrar as duas maiores greves do período: as dos metalúrgicos de Osasco e de Contagem. Estas greves contaram com a participação de militantes da Ação Popular, mobilizando os trabalhadores em torno das suas reivindicações, principalmente através do trabalho de panfletagem e da organização das “comissões de fábrica”. (DUARTE, 2010, p. 85)

A greve da CIONE é outra importante expressão desse contexto, onde a política de integração a produção foi aplicada. Esta foi a experiência de Cristina Carvalheira, destacada de Recife-PE para se integrar à produção na CIONE e catalisar a mobilização das castanheiras. “Na minha célula tinha operários, e pessoas que foram deslocados para atuar nas fábricas. Nas células do partido nós discutíamos e fazíamos a luta contra a ditadura, no campo era a mesma coisa”. (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014). Sobre a integração de Cristina na CIONE Cacau lembra que “No início eles ficaram num bairro operário. A menina ficava com uma tremenda cara de classe média, linda, a esposa dele. E ficava todo mundo comentando na fábrica. O estilo dela era totalmente diferente” (Entrevista. Maria do Carmo. 02 out. 2017).

Para além de problemas com a integração à produção, a atuação da AP junto à organização das castanheiras e À greve da CIONE também foi marcada por divergências na condução do processo grevista E de quais seriam os caminhos a serem traçados para a construção da AP neste meio. Como narra Jaime Libério, descrevendo a organização da AP na greve:

José Eusébio é o nome frio que a gente dá para o pessoal não descobrir o nome verdadeiro. Pronto foi ele. A gente formou uma célula, era eu ele a Ana o João e tinha mais outras duas pessoas e depois foi que chegou mais gente mas no início era só nós mesmos. Esse órgão já existia aí quando teve o comunicado da greve e como eu trabalhava no sindicato e o pessoal trabalhava na Cione e eu era a pessoa mais indicada para poder organizar isso aí. A nossa atuação foi mais no durante a greve... Até uma vez eu falando com machado que eu acho que eu falei isso para você o Machado chegou para mim rapaz o pessoal te matou historicamente aí eu “por quê?” e porquê colocaram outra pessoa no seu lugar se eu fui o coordenador da greve? [...] Eu acho que foi o próprio Eusébio e quando eu soube dessa notícia eu já estava praticamente desligado dá A.P, as coisas se acirraram e eu tava passando por um problema muito sério, eu fui indicado pelo regional para ir para Recife para assumir lá o regional, agora eu tinha um problema é a minha filha, ela era pequena tinha uns dois anos na provavelmente eu não tô lembrado ao certo, aí eles queriam que eu entregasse a minha filha para minha sogra, aí a gente já tinha tido a discussão anterior quando eu queria realmente deixar a menina, aí eu comando levantou essa questão, inclusive o pessoal do Regional de Recife, isso gerou uma polêmica grande porque lembraram do Stálin o caso da filha dele e que a filha dele foi para os Estados Unidos Ser criada por uma tia e a C.I.A usou a filha dele para fazer propaganda negativa do próprio Stálin em pelo mundo... Então pessoal ligou isso para não entregar minha filha para minha sogra e com o acirramento da luta com esse negócio chegaram à conclusão que, eu devo assumir, Levantei nessa questão sobre a minha filha, aí eles não então agora você vai deixar seu filho Aí eu disse não não vou deixar e isso eu renunciei ao cargo e conseqüentemente ao partido. Eu era do comando Regional aqui em Fortaleza, e que tem representação estadual aqui. Eu acabei saindo, Porém depois de um tempo eles me contataram novamente, Com aquela alegação que eu era de vanguarda... Em meu lugar era na Vanguarda. [...] Agora eu já tava decidido eu tava no momento muito delicado da minha vida minha esposa tinha falecido, e eu não tava com a cabeça legal até me indicar um psiquiatra justamente nesse momento difícil, aí eu lembro que o médico disse rapaz eu quero pegar tudo no mundo menos um comunista doido, aí Por conta desses problemas eu deixei mesmo a questão, porque havia Muita contradição e não estava bem naquele

momento, aí eu Eusébio levantou a questão para mim dizendo que eu estava quebrando o centralismo, e se decidem que você vai você tem que ir... E alegaram que eu era líder de massa e que eu já sabia como era que funcionava tudo e também como saber lidar com os setores da que estavam fazendo greve. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2017)

Já João Batista, presidente do Sindicato do Óleo durante a greve, só entrou pra valer na AP após a greve, quando a repressão apertou e ele percebeu a necessidade de se organizar em um partido não só para poder intervir de forma mais qualificada no movimento, mas também para se proteger. Alguns dias após a greve foi promulgado o AI-5 e a esquerda e o movimento operário foram jogados na clandestinidade. Era impossível se manter ativo politicamente na clandestinidade exceto através de uma organização política.

Entrei na AP depois que fui preso. Aí foi quando o pessoal começou a chegar perto de mim. Aí começou a me conquistar. Eu não tô lembrado se foi o Jaime que me aproximou da AP. [...] A AP tinha atuação no sindicato dos têxteis também. Até eu ser preso eu não sabia. Tanto é que quando a gente tava na clandestinidade a gente não usa o nome da gente, usa o codinome. E pessoalmente eu não conheci ninguém do sindicato têxtil. Eu conheci outras pessoas, estudantes que foram daqui pra lá. Tenho vaga lembrança. Eu não sabia se o nível do pessoal que ia pra lá se era nível universitário. Parece que era, pela maneira de falar, pela maneira de se expressar dava pra gente perceber, né? Era mais ou menos seu nível assim de conversar. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

Apesar do balanço oficial da AP ser bastante positivo quanto à integração na produção, há alguns relatos e avaliações negativas que precisam ser apontadas, como lembra Oswald Barroso: “diz o Fonseca que achou traumático, porque era muito pesado né, ele foi trabalhar com têxtil, e foi pro Recife trabalhar lá, e passou fome, passou dificuldade. Eles tinham filhos né. Uma coisa é você ir só, outra coisa é ir com família e filhos né. É pesado.” (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018). Ele narra que sua experiência de integração à produção não se restringiu à integração as castanheiras após a greve da CIONE, com o apertar da repressão ele diz que foi enviado a Pernambuco para estar junto ao trabalho operário na região de Recife e também para ajudar a dirigir regionalmente a Ação Popular:

morar em bairros operários também, me integrando a produção, dirigindo... viajava pelo nordeste. Aí já tinha se integrado ao PC do B. Quando eu cheguei no Recife era pra dirigir o PC do B, essa estrutura antiga da AP que tinha se transformado no PC do B. O dirigente lá era o Luciano Siqueira e o Alani Cardoso, que até hoje são do PC do B. Dirigentes, lá no Recife. Eu formava a direção com eles, eu cheguei a ser o dirigente principal. Que era o mais firme ideologicamente (rindo), quem vacilava a negava botava... eu topava tudo.. loucamente né... (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Maria Elódia destaca que a diversidade de frentes de atuação da AP, sobretudo a partir da sua priorização ao campo, propiciava a organização um melhor dinamismo na distribuição dos militantes no período de clandestinidade.

Eu além de ser do sindicato, eu era da Ação Popular. Ação Popular fez muita coisa, era um partido forte, né. Tinha uma estrutura, assim, de esconder as pessoas, muito boa. Não só aqui, mas no Brasil todo. Eles tinham muita coisa, assim, não sei se desmantelou tudo, se acabou tudo, a ditadura foi muito forte, muito mesmo. Aí já viu né, acabou com a gente. [...] A AP não se preocupava muito, até começou a ser meio criticada pela Igreja Católica, e ela dizia assim, que a revolução da gente tinha que vir do campo pra cidade, e não da cidade pro campo, porquê isso? Porque era no campo onde o inimigo tava fraco, que era a ditadura. Aqui na cidade tinha quartel pra tudo que era canto. Então enquanto obedecia, acreditava-se nisso, a AP cresceu muito. Ela fez um trabalho lindíssimo no Maranhão... tem até aquele livro do Josué de Castro, sete palmos de terra e um caixão. Ele conta que a única coisa que os operários queria era enterrar seus mortos. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Para Gorender (1987) as bases da linha de integração à produção da AP se relacionam com as raízes cristãs e com a proposta da revolução cultural chinesa. Já Franklin Oliveira (2000) defende a existência de uma ética "APista", uma linha de condução da política da organização em toda a sua história. O sociólogo Marcelo Ridenti busca entender a AP dentro de um espectro do que ele chama de "romantismo revolucionário". Entretanto, Duarte (2010) entende que, traçar uma linearidade DESDE o humanismo cristão até o maoísmo, simplifica as disputas e as próprias influências da AP.

A complexidade das disputas na AP é visível no embate entre a corrente 1 e a corrente 2, que foram agrupamentos internos formados entre 1967 e 1968 para organizar o debate sobre os rumos da Ação Popular e disputar a maioria da direção da organização. O documento *Esquema de Seis Pontos* da corrente 1 – que na realidade eram sete – defendeu: a) caracterização dos partidos de esquerda no Brasil; b) integração com as massas; c) defesa do maoísmo como nova síntese do marxismo-leninismo; d) caracterização do desenvolvimento capitalista no Brasil com ênfase no campesinato como principal sujeito revolucionário; e) defesa da luta armada); f) defesa de um giro para o campo; g) caracterização internacional: URSS e CUBA são o campo reformista e China, Coréia, Vietnã e Albânia são do campo socialista. A partir da leitura deste documento podemos observar fortes influências da análise cepalina sobre a corrente 1. Já o documento da Corrente 2 tecia ~~uma~~ forte crítica ao processo de integração à produção proposto pela corrente 1, tida como uma busca da "santificação" da condição operária.

A corrente 1 fazia um balanço de que os primeiros anos da AP foram marcados por reformismo e teciam ainda críticas ao althusserianismo. A corrente 2 fazia um balanço dos primeiros anos da AP como pautados por uma linha pequeno-burguesa. Duarte (2010) entende que o althusserianismo foi fundamental para a corrente 2 romper com a linha humanista. Porém o althusserianismo não fez a corrente 2 fazer uma análise esquemática da realidade brasileira, assim como fez a corrente 1. Duarte (2010) defende ainda que a corrente 1 não deu

importância À questão do humanismo e, ao ser fortemente influenciada pela linha chinesa, transplantou-a para o Brasil repetindo a análise consagrada pelo PCB de uma suposta contradição entre a burguesia nacional e o imperialismo. Este processo de disputaS culminou com a expulsão da corrente 2 em setembro de 1968 quando da realização da I Reunião Ampliada da Direção Nacional da AP, sintetizado na resolução divulgada pela corrente 2 para esta reunião:

Os companheiros integrantes do grupo oportunista e provocador só deverão ser expulsos imediatamente em caso de se negarem a reconhecer as diretrizes atuais do Partido, a disciplina partidária e o centralismo democrático, e passarem a boicotar a luta de massas e a fazer uma articulação divisionista e liquidacionista. Neste caso, mesmo após a expulsão, deve-se continuar a mobilização intensa de todas bases até a eliminação completa da pernicioso influência política e ideológica deste grupo”. (AÇÃO POPULAR, 1968, p. 33)

A partir de 1969 a AP caminhou para uma adesão ao PCdoB. Em março de 71, realiza-SE a III Reunião de Articulação da Direção Nacional - RADN e se dá a mudança de nome para APML. Duarte (2010) entende que neste período se dá a consolidação do maoísmo como linha mestra da APML. AÍ também se consolida a posição de aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo norte-americano e o atraso semifeudal nacional, afirmando-se uma visão etapista da revolução nacional. Por consequência surgem divergências entre a maioria e a minoria na III RADN. A minoria negava o caráter semifeudal, o caráter burguês da revolução e a incorporação ao PCdoB. Em 1972 a minoria é expulsa da APML e, no ano seguinte, é consumada a fusão da maioria com o PCdoB. Em 1976 reorganiza-se a APML a partir daquela minoria do III RADN que irá se integrar ao processo de criação do PT.

O processo no Ceará também não ocorreu sem conflitos. Iracema conta que no Ceará “pro PCdoB foi uma parte...”. Fonseca afirma que o processo começou a se aprofundar a partir da influência de Mao Tsé Tung, quando “começou a estudar o marxismo também. Tinha que ler o livro vermelho, tinha que saber todas as fábulas contadas pelo Mao (risos). Todo mundo sabia decorado.” (Entrevista. Manoel Fonseca. 02 out. 2017). A partir de “então houve uma aproximação com o PCdoB, seria o Marxismo Leninista. Seria a AP Marxista Leninista, Ação Popular Marxista Lenista”.

Cacau, com um ar de frustração diz: “Eu saí. Eu pedi desligamento quando se aproximou do PCdoB, e aí saiu todo mundo do movimento secundarista aqui”. E é acompanhada por Iracema: “Eu também saí porque foi uma decisão nacional e algumas bases não aceitaram.”. Cacau continua: “Porque ninguém concordava com essa política. Boa parte

dos universitários saíram”. Fonseca complementa: “Coincidiu com as prisões”. Cacau então explica porquê não concordava com a fusão:

Eu não fui [para um encontro da AP] porque fizeram uma de decisão que eu não deveria ir. Aí quando foi lá decidiram que poderiam juntar as estruturas. E eu era contra até juntar as estruturas, porque eu achava que a frente tinha que ser na luta, não em estrutura. Porque se você tinha o mesmo objetivo... a gente fazia pixamento, panfletava junto. Então fazia um bocado de coisa. Agora eu não via necessidade de juntar a estrutura. [...] No Ceará a maioria era contra [juntar com o PCdoB]. Foi tipo centralismo... Tinha muita diferença em relação a prática, eu achava contraditório o que eles diziam e o que eles faziam. Por exemplo, ela [Iracema] sempre teve problema de dor de cabeça, de até desmaiar, a Amélia que outra de AP tava com um problema sério de AP, que tinha sangramento até hemorragia, e a Mirtes que tinha acabado de chegar do confronto lá da Maria Ontem tava com as pernas todas queimadas de ácido sulfúrico. Então quando a gente chegou lá, nessa época já tava a junção das estruturas, isso aí já devia ser 69 pra 70. A infraestrutura do encontro era deles. As meninas do PCdoB com lençol rede e travesseiro, e as meninas no chão, uma com secreção. Aí eu falei "se vocês não conseguem ser solidário nem com companheiro, como é que vocês vão ser solitários com a população?" Aí eu peguei e fui mimbora! (Entrevista. Maria do Carmo. 02 out. 2017)

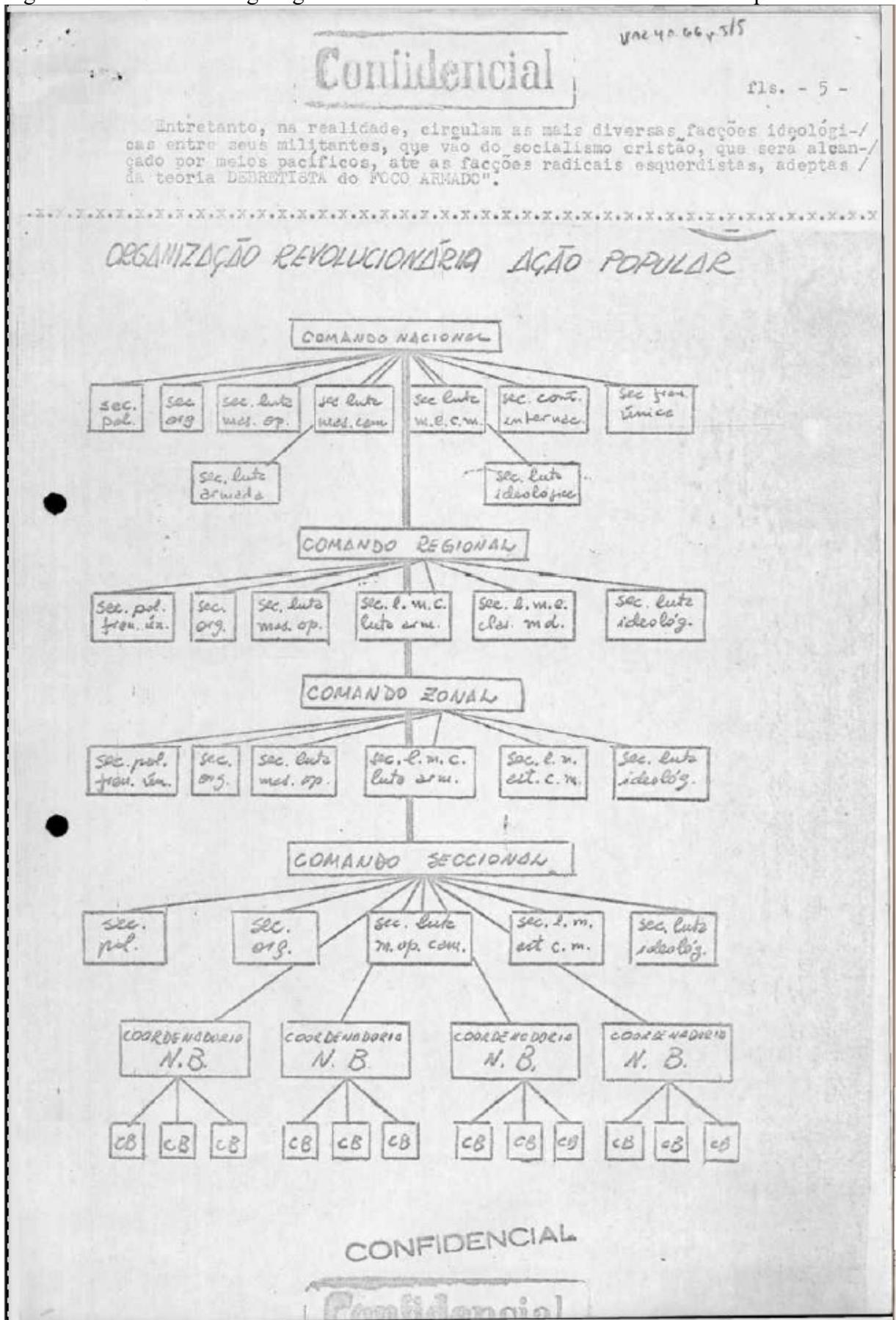
Fonseca defende que havia diferenças. Para ele o PCdoB era um partido que tinha uma cobrança mais dura com a questão da disciplina, uma aplicação muito autoritária do centralismo democrático. Já a AP para ele “era muito mais aberta. Do ponto de vista filosófico se aproximava. AP foi se construindo com essa visão diferenciada, uma visão mais solidária, do ponto de vista do cristianismo, como se fosse humanista. A AP era mais humanista que marxista.” Cacau concorda afirmando: “A gente dividia tudo, a gente acreditava do socialismo.” Fonseca lembra ainda que “quando começou essa fusão foi quando, coincidentemente, começou algumas prisões e foi caindo a estrutura da AP todinha no nordeste.” (Entrevista. Manoel Fonseca. 02 out. 2017). Fonseca detalhando quais seriam para eles os problemas do processo de adesão da AP ao PC do B:

Ela [AP] tinha uma visão da luta armada. Do ponto de vista da teoria do Mao a luta viria do campo para a cidade. E a AP se concentrava na cidade. Começou um movimento de deslocamento de quadros para o campo, mas esse foi um movimento muito inicial, porque não teve tempo. A AP não teve tempo de crescer. Porque houve esse corte de se incorporar ao PCdoB. Estávamos no auge de conhecer o Marxismo, quando resolveu se integrar "já tem um partido comunista, que se diz marxista, já estudou, vamo entrar nele!". Mas achávamos que tínhamos uma posição muito crítica ao Stalin, nós não éramos stalinistas.. Mas isso era nós entre nós. A direção nacional resolveu assumir o PCdoB todo. [...] A direção nacional ficava em São Paulo, quem decidiu [ir para o PCdoB] foi São Paulo e Rio de Janeiro. O nordeste foi a resistência. Tenho a impressão de que a direção nacional decidiu seguir o caminho do campo, do Araguaia, junto com o PCdoB. Mas tinha uma coisa que a base da AP não gostava e fez não entrar no PCdoB. Eu tenho a impressão que o que nos diferenciava era o humanismo, a opção pelos pobres, essa questão da teologia da libertação foi assumida pela AP.

Oswald Barroso ressalta que o processo consistiu numa adesão “ao inverso” pois “quando a Ação Popular quando foi pro PC do B, na verdade foi a Ação Popular que assimilou o PC do B, porque a Ação Popular tinha uma base muito maior e ficaram duas estruturas, uma de Ação Popular e outra de PC do B.” Para ele essa adesão foi decisiva para a história da futura organização, Barroso não relativiza o impacto gerado pela entrada da AP no PC do B “tanto que a direção, hoje em dia, do PC do B é toda da antiga Ação Popular. Porque tinha uma inserção no movimento estudantil muito maior, o presidente da UNE era de Ação Popular.” (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018).

Por fim Duarte (2010) conclui que o humanismo constituiu um elemento central na AP, mesmo com sua negação (linha althuseriana) ou mesmo quando se deu seu esquecimento. O autor defende que ela estava na base do pensamento de práxis criadora e transformadora do ser social que a AP impulsionava. Algo que talvez servisse para grande parte das organizações da esquerda, mas podemos concordar que, na AP, até mesmo pelas raízes cristãs, este é um elemento decisivo.

Figura 10: Organograma da AP desenhado pelo SNI



Fonte: fotografia de documento do SNI guardado no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Fotografado por Marcelo Ramos em Outubro de 2014.

## 2.4 O PROCESSO DE PRODUÇÃO NA FÁBRICA

Neste tópico vamos descrever e analisar o processo do beneficiamento industrial da castanha de caju no Ceará em fins da década de 1960, especialmente o processo ao qual as castanheiras da CIONE eram submetidas. Para isso faremos uso de bibliografia especializada no processo de produção da castanha de caju, contrastando com a memória de castanheiras e demais pessoas envolvidas com a greve da CIONE de 1968. Analisaremos ainda alguns processos trabalhistas por nós encontrados no Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho 7ª região, mormente processos de trabalhadores contra a CIONE, além de arquivos do Ministério do Trabalho. Buscamos por fim entender o processo de produção na CIONE inserido dentro do processo de produção capitalista e sua relação com a força de trabalho das castanheiras.

Neste tópico faremos largo uso da dissertação de mestrado de Helena Frota, defendida em 1984, focada na análise do processo produtivo da indústria de beneficiamento da castanha de caju, fazendo um resgate das formas e condições de produção desde a década de 1960 quando o setor viveu grande expansão, até o início dos anos 1980. Para nós será útil entender essas primeiras formas de produção e beneficiamento industrial da castanha de caju.

Como se trata de um processo de produção dividido em várias etapas em que buscaremos esmiuçar em seus diversos aspectos, prezamos por seguir uma classificação numérica para facilitar a compreensão setores da produção e do uso da força de trabalho.

### 2.4.1 O Processo produtivo

Segundo Frota (1984) no Ceará, na primeira fase da indústria de beneficiamento da castanha de caju predominou o sistema semi-mecanizado “Stutervant”, que também foi aplicado na CIONE. Faremos aqui sua descrição e mais adiante as razões de seu uso. Vale ainda destacar os números da produção da CIONE, como afirma Franzé:

em 1968 tínhamos cerca 2 mil empregados trabalhando somente na fábrica. Começamos na época produzindo 500 caixas, 10 milhões de kilos de castanha de caju processadas na produção. Produzindo em 400 máquinas. (...) O óleo, LCC, é um subproduto, faz parte do processo. Ninguém processa a castanha só pra tirar o óleo. No processo de industrialização o LCC é um subproduto. (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014)

#### 2.4.1.1 Recepção, pesagem e seleção da matéria prima

A primeira etapa do processo de beneficiamento industrial da castanha é a recepção, pesagem e seleção da castanha de caju bruta. Num grande galpão elas são recebidas e pesadas.

Em algumas fábricas mais modernizadas isto era feito através de grandes máquinas rotativas. Na CIONE no período destaca o processo era feito manualmente, aqui é um dos poucos setores da produção onde a força-de-trabalho é masculina. (FROTA, 1984)

Mas o trabalho de seleção primária da matéria-prima bruta, que visava retirar os detritos, já era executado pelas castanheiras, como descreve Maria de Fátima:

Chegava, batia o cartão e cada uma ia pro seu setor. Quando eu comecei, eu comecei no lado das castanha já todas pra ir separar. Não era na parte de pegar elas assada, com aquele óleo não. Eu comecei nessa parte, depois eu vi que ganhava muito pouco lá. Que pouco já era né. Aí me disseram pra trabalhar no óleo, ganhava mais”. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

#### 2.4.1.2 Estocagem

A segunda etapa é a estocagem. Como afirmamos a cultura do caju é sazonal, com produção agrícola marcada por uma safra no segundo semestre do ano. A CIONE, além da fábrica de beneficiamento, era proprietária de fazendas de produção do vegetal. A estocagem e armazenagem correta garantia que a grande produção do fruto não fosse perdida e alimentasse a produção industrial durante todo o ano.

#### 2.4.1.3 Aquecimento

Para iniciar o beneficiamento as castanhas eram aquecidas em um dispositivo chamado autoclave durante 15 minutos a temperaturas que variam entre 86° e 90° C. O processo objetiva tanto desinfetar as amêndoas, quanto dilatar as fibras rígidas da castanha e facilitar o corte do fruto. Aqui o uso da força de trabalho é também é masculina, em média apenas dois homens trabalhavam no setor. Dona Luzimar assim descreve o processo “Primeiro a castanha, eles levavam pro forno, pra amolecer, pra soltar mais o óleo, pra matar mais, pra ficar mais flexível pra gente cortar. Ele trabalhava nas máquinas [apontando para João Batista]” (Entrevista. Luzimar. 07 dez. 2017). Maria de Fátima complementa: “Aí justamente no óleo vinha as castanha já assada. Os rapazes vinha com um camburão, colocava numa máquina lá, tipo assim, de madeira, numa máquina assim de girar, assando a castanha”. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

#### 2.4.1.4 Resfriamento

Em seguida a castanha segue para a etapa de resfriamento que CONSISTIA EM deixá-las em área apropriada para permanecerem durante 48 horas perdendo calor naturalmente. Esse processo visava facilitar o desprendimento da casca da castanha de caju e assim simplificar o processo seguinte, o corte. (FROTA, 1984)

#### 2.4.1.5 Corte semi-mecanizado (cortadeira e tiradeira)

O corte aparece como o processo mais importante do beneficiamento. É aquele que exige maior emprego de força de trabalho e geralmente o mais severo do ponto de vista das condições de trabalho, onde ocorrem mais acidentes e onde se verificam as maiores reclamações por parte das trabalhadoras. O corte é um setor onde trabalham apenas mulheres, divididas entre cortadeiras e tiradeiras. Durante a pesquisa tivemos diversos relatos sobre o processo de trabalho no setor pois todas as castanheiras acabam trabalhando neste setor e ele também aquele que acumula maior número de acidentes de trabalho. É um processo delicado de produção, Luzimar explica como se inicia, ressaltando a exclusividade do uso de força de trabalho de mulheres neste setor:

No corte de castanha era só mulher, agora o homem as vezes era só pra butar a castanha dentro pra abastecer os balcão, sabe? Tinha um negóciozinho assim, uma caixa aqui desse lado, pra agente pegar daqui, tinha outro aqui e outro aqui [...] aí botava assim num caixão, a gente melava as mãos tudo sujo do óleo, óleo preto, chega quando a gente chegava de manhã [faz uma cara de asco] chega agente inguiava. Porque, pra não queimar né, o óleo da castanha. E agente ainda botava umas luvas [apontando do ombro ao punho, dando dimensão do tamanho da luva], que agente fazia, nera eles que davam.. davam um avental, a gente tinha um avental. Mas a gente fazia umas luva porque onde aquele pingo do óleo da castanha batesse feria. [...] E era com o pé assim [pisando], quando no fim do dia a gente tava com a perna que não aguentava. [Se levanta] trabalhava aqui em pé né, aí botava a castanha aqui e tá! [pixando] e tá! Aí a gente sofria muito, principalmente a gente mulher, daquele jeito tinha que aguentar porque a gente precisava né. Num tinha um refeitório pra gente, não tinha nada. (Entrevista. Luzimar. 07 dez. 2017).

Maria Elódia que, apesar de ser operária têxtil, também trabalhou por diversas vezes na indústria da castanha de caju, não apenas no período da greve, complementa:

A coisa [navalha], abria assim, aí você botava a castanha, aí a máquina fazia automaticamente. A máquina fazia, você tirava. Tinha que ser entre o pé e a mão tinha que ter uma... as vezes não tinha, cortava o dedo... era muito ruim tá, muito sofrido. A máquina era numa tábua assim. Aí você ficava em pé assim. E aqui tinha um negócio que abria e fechava. Aí você botava castanha.. tinha um buraco aqui.. e quando você fazia assim, você botava a castanha dentro, que ela abria assim, ela fechava, quando você fazia aqui no pé, ela abria, ela caía lá dentro de um buraco que tinha uma lata. Aí tinha uma pessoa do lado de lá pra tirar a castanha quando a lata enchesse. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Percebemos uma dependência do ritmo da máquina sobre o corpo da operária, onde esta última dita a velocidade da produção e é sobrecarregada de esforço no processo de corte da amêndoa. Franzé, atual gerente administrativo da fábrica, mas que trabalhava na fábrica desde inícios dos anos 1970. Endossa que no fim dos anos 1960 este era o procedimento de corte castanha:

O descascamento que hoje é mecânico, na época [1968] era manual. Existia uma máquina, onde se trabalhava em duplas, normalmente mulheres, que a gente chamava de cortadeira e tiradeira. Elas pegavam uma por uma, pegavam a castanha, prendiam na navalha, e com o pé - pá! - abriam a castanha. Na mesa a cortadora cortava. Imagine uma mesa com duas pessoas, quando a castanha caía a outra banda ficava aí vinha uma pessoa com uma espátula, a chamada tiradeira, arracava o outro pedaço." (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014)

O depoimento de Maria de Fátima nos conta sobre o setor do corte – quando questionada se este era o setor onde mais havia acidentes de trabalho – e ela confirma: “Era. Os outros podiam acontecer acidente, mas nem tanto”. Especialmente cortes nas mãos e queimaduras devido a acidez do LCC e, conseqüentemente, quando questionada se era este o setor onde se via mais insatisfação e revolta em relação às terríveis condições de trabalho das castanheiras ela confirma e descreve as razões:

Era. Era. Eu lembro que era. Tinha dos outros, mas que do óleo era mais. Por mais gente que a gente tivesse cuidado, era um trabalho muito... [fazendo uma cara de sofrimento]. Porque você ficava, só com o cheiro da castanha você ficava né [cara de asco]... Era pra gente ter as blusa. Luva não porque não podia botar luva, por que você tinha que tá molhando. Mas tinha que ter uma coisa assim mais confortável. A gente tinha que usar um avental. Porque se você ficar aqui [apontando uma possível proximidade entre a barriga e a bancada] e se descuidar, você pegava queimadura até na barriga. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

Dona Nenê que trabalhava no período da greve na Cia Brasileira de Indústria de Castanha de Caju – COBICA mas que logo após se somou à produção da CIONE mostra que pouco ou nada mudou tanto na produção, quanto nas condições de trabalho do corte após a greve.

era manual. você usava as duas pernas, sabe? Assim, por exemplo: uma ficava e uma funcionava, só a direita, por exemplo. Aí quando a perna direita tava cansada, aí você colocava a esquerda, era "entrançada". mas os braços, eram os dois braços. Esse era pra colocar as amêndoas e o outro era pra descascar, descascando elas. Aí no caso você passava o dia todinho fazendo esse movimento. Tanto mexia com o corpo como mexia com as mãos, com os braços como mexia com a cabeça também. (Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017)

As condições do lugar onde era realizado o corte traduziam as condições de trabalho: as paredes e pisos eram escuras como o óleo das castanhas, as máquinas manchadas do líquido obtinham também a mesma coloração. A temperatura é bastante quente no interior do galpão, apesar de ventiladores fixos e do seu enorme tamanho para abrigar as 400 máquinas manuais de corte que a CIONE tinha em 1968. (FROTA, 1984)

Figura 11: Maquete retrata como era feito do corte manual da castanha de caju



Fonte: Fotografado pelo autor na fábrica da CIONE em junho de 2014

Esta imagem é de uma maquete encontrada na fábrica da CIONE e retrata a mesa de trabalho do corte da castanha, demonstrando como a cortadeira e a tiradeira ficavam dispostas uma de frente para a outra, para execução de uma colaboração no processo produtivo. Aqui

podemos perceber mais nitidamente como a exploração iguala as exploradas, possibilitando que solidariedades surgissem no processo, potencializadas pela cooperação estabelecida já no próprio processo produtivo da mercadoria. Compreendendo, a partir de Marx, que “a maquinaria (...) funciona apenas com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho se converte agora, portanto, numa necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho” (MARX, 2013, p. 566).

#### 2.4.1.6) Secagem

Após o corte a castanha segue para secagem em grandes bandejas de cerca 2 x 1,50 m, numa temperatura controlada variando entre 70 E 80° C, em estufas. As bandejas geralmente ficavam sobrepostas em 11 prateleiras com capacidade de armazenamento de 11 kg cada. (FROTA, 1984).

#### 2.4.1.7) Umidificação

Após a secagem as castanhas voltam a ser umedecidas em câmaras para facilitar o desprendimento da película que as envolvem. Na CIONE, nessa ocasião, a secagem e a umidificação funcionavam no mesmo local.

#### 2.4.1.8) Despeliculagem

O processo de retirada da película que envolve a amêndoa já era feito mecanicamente na CIONE em fins dos anos 1960 “através do despeliculador – uma máquina de tipo centrífuga que, através de um processo de exaustão, provoca o afrouxamento da película. Neste processo são liberadas apenas 75% da mesma, ficando 25% para serem feitas manualmente por mulheres – as peliqueiras.” (FROTA, 1984, p. 84)

#### 2.4.1.9) Seleção

O setor de seleção também era integrado apenas por mulheres que eram dispostas em bancadas onde ficavam as amêndoas ou em esteiras, após passar por uma rápida seleção eletrônica. Como demonstra a descrição sistematizada por Helena Frota e pelas imagens abaixo:

A seleção das castanhas (separadas por cor, tamanho e peso) na CIONE, no período, era semi mecanizada, sendo boa parte do processo sendo realizada manualmente, função também desempenhada totalmente por mulheres, as castanheiras selecionadoras que executam tarefas de retirar de uma esteira pneumática, corrediça, elétrica, as amêndoas que vão passando à sua frente. Estas amêndoas que vão passando à sua frente. Estas amêndoas são postas em grande quantidades num depósito de cabeceira da esteira, cuja vazão é controlado por um aparelho regulado que, de acordo com a extensão da capacidade da força de trabalho, vai sendo

graduado o volume de liberação das amêndoas a serem selecionadas. As mulheres [...] em pé vão colhendo rapidamente com as duas mãos as amêndoas de acordo com critérios estabelecidos pela supervisora da seção, quais sejam: tamanho, cor, pedaços, inteiras, deterioradas, com películas e pedaços. (FROTA, 1984, p. 85)

Figura 12: Catação eletrônica e seleção em esteira



Fonte: Panfleto demonstrativo da CIONE. Coletado pelo autor em junho de 2014

Figura 13: Seleção manual em bancadas para separação por especificações



Fonte: Panfleto demonstrativo da CIONE. Coletado por Marcelo Ramos em junho de 2014.

#### 2.4.1.10) Embalagem

Por fim, após a seleção, as amêndoas seguem para embalagem onde são acondicionadas em latas de 12 quilogramas, como podemos visualizar na imagem abaixo. Das latas é retirado o oxigênio e injetado gás carbônico, para evitar a proliferação de bactérias. logo após são fechadas a vácuo e encaminhadas para depósitos para serem condicionadas em caixas de papel aguardando a distribuição.

Figura 14: Enlatamento da amêndoa da castanha de caju - ACC



Fonte: Panfleto demonstrativo da CIONE. Coletado por Marcelo Ramos em junho de 2014

#### 2.4.1.11) Extração do óleo (LCC)

Como outro substrato do processo de beneficiamento se dá a extração do óleo da castanha de caju. Após o corte as cascas são encaminhadas para grandes prensas e caldeiras onde são esmagadas e desidratadas para ser extraído o LCC. O resíduo deste processo serve ainda como combustível das caldeiras. Por fim, o LCC é filtrado e acondicionado em latas, assim o produto pode ser embalado e condicionado em depósito para espera da distribuição.

#### 2.4.2) Uma produção de mulheres

Na CIONE, assim como nas demais indústrias do ramo, era comum se empregar um contingente de até 90% de mulheres do total da força de trabalho da produção. Franzé discorre sobre este dado:

A maioria das operárias é mulheres. Não existe nenhum estudo que defina isso, mas o que se sabe é que empresas do nosso segmento fazem isso. No processo de seleção só tem mulheres selecionando. É uma esteira onde a amêndoa corre e elas vão selecionando por tamanho e por tipo. Antes elas separavam por cor também. Por alguma razão que eu sinceramente não sei justificar as mulheres se adaptam melhor a esse trabalho, talvez por ter mais paciência, ela é mais resignada, ela passa o dia inteiro selecionando. O homem não. E especulo, se tem fundamento ou não os estudiosos que comprovem, mas acho que isso tem uma carga de machismo. Tanto que outras empresas, como a Iracema e a Cascaju, tentaram empregar homens não lograram êxito. De repente o cara pensa que aquilo é coisa de mulher, não é serviço pra macho o cara ficar ali o dia inteiro catando castanha. (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014)

Apesar de o processo de beneficiamento industrial da castanha de caju ser predominantemente executado por mulheres, a produção doméstica da castanha de caju – que remonta a relações pré-coloniais entre comunidades indígenas que já povoavam a região e se perpetuaram na população cearense – era executada por todos os membros da comunidade e da família. O processo de especialização da mulher no trabalho com a castanha se dá no contexto da produção industrial de mercadorias. Entendemos que tal processo está relacionado com os mecanismos de desigualdade de gênero aos quais a mulher é historicamente submetida, constituindo-se como fundamento do capitalismo industrial a naturalização das habilidades das mulheres em torno ao trabalho doméstico e que, no processo de transição desta para o trabalho industrial, a submete a uma estrita divisão do trabalho em função de uma política de desigualdade de gênero.<sup>58</sup>

#### 2.4.3) Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho na fábrica chegava a 12 ou 13 horas DIÁRIAS. Como afirma a ex-castanheira da CIONE Maria de Fátima: “Tinha gente que saía lá 18h, 18h30, gente que entrava às 6h. Tudo pra fazer uma boa produção. (Entrevista. **Maria de Fátima**. 10 jul. 2014).

Oswald, que se integrou à produção pela Ação Popular e viveu junto com uma castanheira chamada Hélia<sup>59</sup> entre 1968 e 1969 descreve a jornada e o estado físico e mental das castanheiras ao fim do dia:

Elas geralmente iam a pé, normalmente não tinham dinheiro nem pro onibus. Acordavam de madrugada pra chegar antes das 6h, ia a pé, e voltava 7 horas da noite, 8 horas da noite, exausta, morta e só fazia [gesto de se deitar]. Quando a gente

58 Ao final deste capítulo retomaremos essa discussão à luz da relação entre gênero, trabalho, classe e raça

59 Hélia também foi da AP, assim como seu irmão, de nome Pedro. Fizemos um enorme esforço para encontrar os dois, visto não só a importância de Hélia para contar a história da greve, como também o fato de que a casa de Hélia e Pedro se tornou uma espécie de aparelho da AP para receber Cristina Carvalheira e Oswald Barroso no processo de integração a produção. Porém não conseguimos nenhuma pista deles atualmente. Após 50 anos poucos são os vínculos que ainda restam entre os depoentes, muitos destes vínculos pessoas foram quebrados durante a larga repressão após o AI-5 e não foram mais reestabelecidos.

namorava era no fim de semana. Só fazia cair. Ela tinha muita sorte porque tinha a mãe pra cuidar dos filhos delas. E as que não tinha? Deixava o filho (gesto de largado) ... Então eram as condições do começo da revolução industrial... fábricas artesanais. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

#### 2.4.4) Acidentes

Os acidentes de trabalho eram extremamente comuns, especialmente no setor de corte. Segundo depoimentos que coletamos existia até um preconceito difundido na sociedade cearense quanto às operárias castanheiras pois era comum que estas fossem mutiladas pelas lâminas do corte e pelo ácido da castanha de caju. Foram produzidos diversos depoimentos sobre estes acidentes de trabalho e o curioso é que, diante de tantos casos, a opinião da atual gerência e do pessoal do setor administrativo da fábrica relativiza ou mesmo nega a existência deste volume de casos, como podemos ver na entrevista de Franzé: “Não haviam muitos acidentes de trabalhos. Porque é um processo que não oferece muito perigo. Havia assim uns cortezinhos, furinhos, arranhõeszinhos. Coisa que se curavam com 'band-aid'. (...) Mas mutilação não havia não” (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014) e mesmo de Holanda: “É porque elas trabalhavam com imunização. Elas pegavam o óleo de mamona e imunizava as mãos pra evitar que o leite da castanha queimasse a pele. Isso era uma proteção, porque não se podia usar luva.” (Entrevista. Holanda. 01 jul. 2014).

Porém os depoimentos de trabalhadores que passaram pela produção industrial da castanha são categóricos quanto à quantidade e gravidade dos ferimentos e acidentes no processo de beneficiamento da castanha ao qual especialmente as castanheiras eram submetidas:

Muita gente acidentado. As vezes a castanha não estava bem no ponto de sair lá do fogo. Sabe que a castanha tem um óleo né. Aí aquele batia no olho da gente e a pessoa gritando: "colírio, colírio!". As vezes o colírio tava lá na ponta... daqui que viesse... era só os grito.. Gritando pra botar colírio... você sabe que o óleo da castanha é horrível né. Nos tempos que eu trabalhei lá, que eu fiquei lá... eu me lembro que foi ela [uma amiga, mãe de sua nora] quem me levou pra lá... "Lá tão precisando de cortadeira, vamo?!" aí eu ia porque eu... Tinha que ser de duas (eu e a mãe dela) uma era a cortadeira e outra era a tiradeira. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Maria de Fátima descreve a produção no corte e as formas utilizadas pelas castanheiras para tentar evitar ou diminuir os acidentes com o óleo da castanha, levando em consideração a ausência quase absoluta de material de segurança no trabalho:

Aí aqui em cima, como você que tá olhando pra mim, ficava a moça que cortava a castanha. E eu ficava aqui encostada na, tipo a mesa, já recebendo as castanhas, tirando a casca. E pra fazer esse serviço eu tinha que tá todo tempo molhando minha mão num óleo (cara de asco). Óleo de mamona. Aquele óleo de mamona, tinha que

tá todo tempo [fazendo gesto de esfregar óleo nas mãos], quando você sentisse a mão seca... [faz gesto de enfiar a mão] na latinha lá de novo. Porquê queimava, a gente ficava com os dedos tudo encardido. Mesmo assim passando óleo, fiquei com muito tempo com marca no dedo. Ficou um pouco aqui mas ainda tem [mostrando as marcas nas mãos]. Que era aonde a gente passava, segurava a castanha, né. Ficava ainda mais branco, a gente tinha que passar limão e uma pedrazinha pra limpar depois. Então se tinha aquele cuidado pra não ficar queimado e ainda ficava, salpicava na gente, salpicava o leite da castanha e você ficava com aquelas pintinha [apontando para a o rosto]. Aí depois com o tempo ia saindo ao normal né. Você usava uma manga, tipo uma manga de vestir, não era própria, a gente que inventava. Mandava botar um elástico aqui [apontando para os braços], aí vestia. Como as pessoas usavam pro sol, aquelas mangas, aquelas blusas. Era as operárias que faziam, ninguém recebia isso não. [...] Na minha época era só pra botar as castanha, pra assar as castanha, pra tirar os surrão, era num surrão de palha. As casca que já iam pra lá que eles iam aproveitar essas cascas pra fazer óleo. Tinha um surrão aqui [fazendo gesto de perto do corpo]. Tinha um surrão aqui, e a gente tinha o cuidado pra não queimar as perna nas casca. Que onde salpicasse a casca de castanha era uma queimadura. [...] Ah, tinha gente lá que aqui [fazendo gesto alisando o punho]... Graças a Deus que eu nunca queimei não. O punho né... Só vivia no seguro. Aquelas queimadura, sabe, tinha gente que se queimava muito. [...] Queimadura na mão era uma. Cortar o dedo era outra. Porque você pegava a castanha nessa posição... deixa eu ver se eu me lembro... nessa posição aqui [juntando os dedos polegar e indicador], a castanha. Aí passava isso aqui [fazendo gesto como se fechasse uma máquina de corte manual]. Aí tudo que você fazia isso aqui podia pegar o dedo. Muita gente cortava o dedo. Isso no óleo né. Nessa seção que tem o bruto né. Do jeito que vinha da caldeira pra gente trabalhar com a castanha. [...] Lá tinha um problema na caldeira que as mulher tudo corria, parecia até que ela ia explodir.<sup>60</sup> (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Cristina Carvalheira nos fala sobre como as castanheiras buscavam tratar as queimaduras de ácido da castanha “Cada uma tinha que levar limão para passar no rosto, para passar nos braços, para não ficar cheio de queimadura” (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014). Entre os que não trabalharam na fábrica mas contribuíram com a organização da greve e conheceram a situação de vida das castanheiras, também é comum a riqueza de detalhes quanto à descrição dos acidentes e das condições degradantes de trabalho. Oswald Barroso conta como era comum haver um rápido envelhecimento da aparência das castanheiras devido a essas condições: “Tinha muito acidente. Elas cortavam o dedo. Essa menina chegava sempre cortada. Chegava toda queimada em casa, do óleo. E é porque ela tinha 17 anos. Com 20 e tantos já era velha, aí jogava fora e contratava as botava gente mais novas. Trabalhava de menor né. Muito jovens. Essa Cláudia tinha 34 anos e já era velha, velha. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018). Cacau afirma que conheceu muitas operárias ajudando elas a se livrarem das queimaduras ácidas:

Então no caso da greve da CIONE o que é que acontecia... na época elas tinham uma condição sub-humana. Elas se queimavam, não tinham nenhum tipo de proteção.

60 Essa possibilidade de explosão da caldeira que aterrorizava as castanheiras da CIONE se efetivou alguns anos depois em outra fábrica, do Grupo Lindoya, em 1985, onde morreram 10 operários. Disponível em [https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opovoehistoria/2015/03/06/noticiasjornalopovoehistoria,3402977/explo\\_sao-de-caldeira.shtml](https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opovoehistoria/2015/03/06/noticiasjornalopovoehistoria,3402977/explo_sao-de-caldeira.shtml) acessado no dia 29/01/2017 as 02:07

Realmente elas mesmo que usavam limão. Inclusive na casa da minha sogra, na mãe do Machado, ela tinha um pé de limão, elas iam muito lá atrás de limão, porque ali no Jardim Iracema tinha muita operárias, as castanheiras, como chamavam. (Entrevista. **Maria do Carmo**. 08 jul. 2014)

#### 2.4.5) Alimentação

Não havia alimentação fornecida pela empresa, nem sequer lugar onde comer, o que obrigava as castanheiras a se alimentar no chão da rua, nas calçadas, em qualquer canto fora da fábrica. Uma prática comum não só na CIONE mas em toda A indústria do caju, como nos conta Luzimar: “Era uma hora e meia pra almoço, eles não dava almoço. A gente quiser que se lascasse para comprar e pra trazer de casa, comer aquelas boia-fria.” (Entrevista. Luzimar. 07 dez. 2017). E Maria de Fátima corrobora: “Naquela época nem refeitório tinha, todo mundo comia debaixo de um pé de mangueira. Todo mundo comia lá na calçada de casa. Meu tio tinha até um botequim lá.” (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017). Cristina Carvalheira conta que o resultado da alimentação insuficiente era que muitas castanheiras tornavam-se muito magras e sempre estavam cansadas “Normalmente as operárias comiam muito pouco e tinham um trabalho muito pesado” (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014).

#### 2.4.6) Disciplina, fiscalização e controle

Em uma situação extremamente precária de trabalho a fábrica tinha uma estratégia de produção que buscava através do controle, da fiscalização e da exigência de disciplina, assegurar uma produção de mercadorias adequada as necessidades de acumulação da empresa. Para isso havia uma equipe de mulheres destacada, exclusivamente, para fiscalizar as demais operárias. Se estimulava a agilidade, a eficiência, a produtividade no processo produtivo, incutindo uma concorrência entre as operárias.

Se tinha cortadeira que chegasse primeiro que eu ela já tava cortando, já tava no trabalho dela já. Quando vai secando as castanha vem um rapaz botando de novo. Então aqui eu tenho que separar a casca, tirar as inteira, botar ali noutra cantim, os pedaço em outro e as banda noutra. Não podia misturar. Na hora do peso, se encontrasse as castanha inteira com pedaço ela era emborcada pra gente catar de novo pra gente passar no peso. A gente tinha aquele cuidado pra que a minha lata de castanha vá completa, não encontre nada, porque não passava. Não passava lá na produção. Não passava no peso. Tinha que ter tudo direitinho. [...] Quem fazia a fiscalização era outras pessoas escolhida. Vinha a fila de gente né, terminou-se o trabalho que ia pra fila pra pesar aí já tinha outra lá. A gente chamava as chefes da seção. Mulheres (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Para as trabalhadoras que não obedecessem à rígida disciplina de trabalho decretada, era comum haver sanções, multas e suspensões, como afirma Luzimar: “E ainda tinha vezes

que eles suspendiam, tinham dois ou três dias de suspensão”. Até o uso do banheiro era regulado, levando ao extremo o controle da mente e do corpo das castanheiras: “Se você fosse mais de três vezes no banheiro eles já vinham perguntar o que tava acontecendo. Elas [fiscais] ficavam olhando pra ver se a gente tava demorando, pra coibir.” (Entrevista. Maria de Fátima. 08 jul. 2014)

#### 2.4.9) Metas e Produtividade

Outra forma de controlar e disciplinar as castanheiras no sentido de maximizar a produtividade do trabalho era o estabelecimento de metas para se receber um determinado mínimo de salário. Isso se incorporava não só a uma estipulada quantidade de castanhas a ser produzida no dia, mas também a uma qualidade das castanhas a serem beneficiadas, cobrando-se para não haver quebras ou danos na amêndoa trabalhada.

Aí a gente melava as mão, cortava a castanha numa máquina e tinha tantos quilo pra gente produzir, se não produzisse as vezes até a gente pegava suspensão, porque tem que produzir aquele tanto, e outra, era pra tirar tantos quilos a castanha inteira, aqueles pedaço, as bandas, eles não contavam, só contavam as que saia inteira, aqueles pedaço... as vezes a castanha era boa, castanha graúda. As vezes a máquina ajudava, mas as vezes a máquina num prestava, as vezes a castanha vinha mal cozida, era pequenininha. As vezes a gente produzia só banda, a gente era chamada atenção por isso. (Entrevista. Luzimar. 07 dez. 2017).

E a quantidade de castanha a ser produzida, fixada nas metas, não era pequena, tanto que muitas operárias que não as atingissem eram comumente punidas com suspensões e ~~em~~ pagamentos de salários inferiores ao mínimo, gerando grande revolta entre as castanheiras: “Aquela lata era muito.. Daqui que você enchesse uma lata... Pensa bem, encher uma lata... Era por produção... quantas latas você enchesse... quantos quilo?.. E foi isso que levou as pessoas a fazer essa greve”. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013). Se estimulava a “parceria” entre as melhores castanheiras para que servissem de exemplo para que todas batessem a meta e ser beneficiadas: “O trabalho do óleo tem que ser de par, tem que ser a cortadeira e a tiradeira, aí eu fui direto pro óleo, aí eu não tinha cortadeira. Eu fiz o serviço numa semana, eu cortava e eu tirava, só que eu cortando eu fazia 20 quilo, 25. Eu não tinha muito... lá é de 40 pra cima. No óleo. São boas cortadeira, cortar 40 quilo, 45, de castanha. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 de set. 2017). A meta era difícil de ser alcançada e o fato de não alcançar a meta e, com isto, não se obter o mesmo o salário-mínimo era tão degradante na vida das castanheiras que esta configurou-se numa das principais razões para o desencadeamento da revolta das castanheiras, desdobrada em greve naquele final de novembro de 1968:

Então elas tinham na época... eles estipulavam metas. Então essas metas pouquíssimas operárias conseguia atingir essa meta de castanha quebrada e produzida. Então a maioria absoluta delas não conseguiam nem tipo assim o mínimo de subsistência. Então a greve delas foi mais por melhores condições e a meta, que atrapalhava muito. Eu me lembro assim, na época falavam uma ou duas, pouquíssimas conseguiam atingir essa meta que eles estipulavam para poder ganhar o mínimo. Então elas não ganhavam nem o salário-mínimo. (Entrevista. Maria do Carmo. 22 set. 2017)

#### 2.4.10) Pagamento e Salários

O pagamento dos salários era realizado semanalmente, aos sábados, e apesar de existir um mínimo estabelecido, muitas vezes ele, na prática, não era respeitado, devido principalmente às operárias que não cumpriam a meta exigida pela empresa. O problema do pagamento foi uma das principais questões que levou ao desencadeamento da greve. Os valores e a forma de cálculo prejudicavam muito os salários das castanheiras, como podemos ver no relatório do Sindicato do Óleo enviado à Delegacia Regional do Trabalho e exposto no Jornal *O Povo* durante o período da greve.

Segundo o relatório do Sindicato à DRT, os empregados da CIONE, no caso das cortadeiras de castanha, trabalham de 6 às 11, e 11,45 às 18 horas, e em alguns casos até mais. Recebem, como remuneração, taxas semanais pagas por tarefas, atribuindo-se a sua produção um valor maior ou menor de acôrdo com seu volume. Em consequência, quem cortar mais de 25 quilos de castanha, receberá 11 centavos por cada quilo (2 cruzeiros novos e 75 ao todo): a produção entre 20 e 24 quilos recebem apenas 8 centavos por quilo: e de 14 a 19 quilos, apenas 6 centavos, totalizando, no caso mais baixo, 1 cruzeiro e 14 centavos. Com base nestes salários reivindicaram aumento salarial tendo uma delas afirmado [ilegível] garapa de banana como se resolve de vez o problema, pão porque não tem condições de melhor alimentação. (*O Povo*. 26 nov. 1968)

Em pesquisa realizada na sede do Ministério do Trabalho encontramos uma folha de pagamento datada de 22 de junho de 1966 onde se registra o pagamento de dezenas de trabalhadores com o valor mensal de Cr\$ 51.000. Vejamos abaixo:

Figura 15: Folha de pagamento da CIONE em 22 de junho de 1966

EMPREGADOS EXISTENTES A 23 DE ABRIL

| N.º de Emp. | NOME                       | REGIONAL (1) | SEXO (2) | Data de Nascimento (3) | Data de Admissão (4) | Data de Registro Profissional (5) | REGISTRO PROFISSIONAL |            |               |             | SALARIO      |              | TOTAL MENSAL |              | TOTAL ANUAL  |  |
|-------------|----------------------------|--------------|----------|------------------------|----------------------|-----------------------------------|-----------------------|------------|---------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|
|             |                            |              |          |                        |                      |                                   | Classe (6)            | Grupos (7) | Subgrupos (8) | Salário (9) | Salário (10) | Salário (11) | Salário (12) | Salário (13) | Salário (14) |  |
| 125         | João Batista Siqueira      | Bras.        | m        | 1939                   |                      |                                   | 47.227                | 161        | 06.12.65      | 696         | d            | 1.700        | 51.000       |              |              |  |
| 126         | João Moreira da Silva      | "            | "        | 1926                   |                      |                                   | 81.732                | 111        | 06.12.65      | 646         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 127         | João Rodrigues Damásio     | "            | "        | 1946                   |                      |                                   | 47.207                | 161        | 11.01.66      | 700         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 128         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1947                   |                      |                                   | -                     | -          | 30.05.65      | 419         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 129         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1937                   |                      |                                   | 49.212                | 163        | 09.01.66      | 735         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 130         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1944                   |                      |                                   | 3.411                 | 49         | 10.09.65      | 465         | m            | 51.000       | "            |              |              |  |
| 131         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1930                   |                      |                                   | 33.859                | 163        | 27.01.65      | 379         | d            | 1.700        | "            |              |              |  |
| 132         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1928                   |                      |                                   | 33.759                | 1          | 12.04.66      | 1036        | "            | "            | "            |              |              |  |
| 133         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1944                   |                      |                                   | 83.236                | 111        | 01.10.63      | 67          | "            | "            | "            |              |              |  |
| 134         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1944                   |                      |                                   | 57.690                | 49         | 01.04.65      | 340         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 135         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1937                   |                      |                                   | 33.435                | 1          | 26.01.66      | 876         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 136         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 10.222                | 161        | 11.01.66      | 692         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 137         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 38.890                | 111        | 01.07.65      | 438         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 138         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 83.403                | 49         | 02.08.65      | 482         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 139         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 36.810                | 1          | 07.05.66      | 893         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 140         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 36.753                | 1          | 07.03.66      | 900         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 141         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 34.918                | 1          | 03.01.66      | 682         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 142         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 43.200                | 161        | 01.12.65      | 628         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 143         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 51.421                | 161        | 01.02.66      | 864         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 144         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 14.526                | 111        | 01.10.63      | 66          | "            | "            | "            |              |              |  |
| 145         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1945                   |                      |                                   | 35.225                | 1          | 01.12.65      | 918         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 146         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1946                   |                      |                                   | 84.197                | 49         | 10.05.65      | 423         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 147         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1938                   |                      |                                   | 86.222                | 111        | 01.12.63      | 164         | "            | "            | "            |              |              |  |
| 148         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1943                   |                      |                                   | 24.226                | 49         | 01.09.65      | 578         | "            | "            | 20.000       |              |              |  |
| 149         | João Ailton Feres Fonteles | "            | "        | 1943                   |                      |                                   | 1.774                 | 111        | 01.09.65      | 311         | "            | "            | 7.700        | 51.000       |              |  |

APPROVADO PELA PORTARIA MINISTERIAL N. 70 DE 18 DE JUNHO DE 1966.

NOTA—Esta relação deve ser acompanhada de referência a...

OBSERVAÇÕES

Fonte: imagem de folha de pagamento fotografado pelo autor nas dependências do Ministério do Trabalho - Ceará em 7 de dezembro de 2017.

Cr\$ 51.000,00 era exatamente o valor do salário-mínimo estipulado para a região do Ceará no ano de 1966 (IBGE, 1966). Mas Maria de Fátima relata que era muito comum ser anotado um valor, quer na carteira, quer na folha de pagamento e o recebido ser diferente, pois o salário dependia da produção e era comum vir menos que o mínimo:

Salário mínimo né, na carteira... Mas era de acordo com sua produção ali. Era semanal que recebia. Tinha gente que recebia só o mínimo. Eu não sei se a gente chegava a ter conhecimento se a gente tava atingindo o que eles queria né, porque paga salário mínimo né. Mas eles não dizia pra gente. Tinha que ser tanto. Era pagando pelo que você fazia. [...] Eles tinham um caderno, aí botava né, a sua produção semanal. Fulano de tal [fazendo gesto de escrita]... Por número, acho que era por número do crachá... Tinha o número e o nome da pessoa. Era homens que pesava. Eles ficava lá no birô. Aí as mulher olhava lá as coisas e dizia. [...] Era por semana [o pagamento]. Vamo supor que na época fosse 100 reais, que era cruzeiro né. Tô aqui dando um exemplo, que eu nem me lembro mais o total. Aí eu tinha que ter aquilo que eu recebia na semana, se tivesse desconto tinha que descontar. Falta né. Falta tinha que descontar. Se trabalhasse dois dias você só ia receber aquilo que você pesou ali, aqueles dias que cê trabalhou. Se você faltasse você só ia receber o que você fez. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Tivemos também muitos relatos em nossas entrevistas sobre problemas com a pesagem, evidenciando testemunhos comuns – À época da greve – de adulteração na pesagem

da castanha beneficiada: “Acho que a gente nem se preocupava disso, porque se eu tivesse três latas eu queria pesar lá. Eu não sei se ele botava mesmo né, mas não tinha... Botava porque a gente recebia alguma coisa, (risadas). Não sabia”. Relata ainda que muitas castanheiras reclamavam disto, esse era uma razão constante de conflito dentro da fábrica “Sempre tinha pessoas que entende seu direito né. Tinha pessoas que não ficavam caladas não. O pessoal mais antigo, eles tinha aquele cuidado de ter os direito assim mais certo” (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

#### 2.4.11) Direitos

A nova legislação trabalhista piorou, em muito, a situação de vida da classe trabalhadora, penalizada sobretudo pelo arrocho salarial e pela perda de estabilidade no emprego. Muitas vezes os patrões simplesmente ignoravam a legislação trabalhista, aproveitando-se do enfraquecimento do movimento e conseguindo que decisões favoráveis aos trabalhadores na justiça do trabalho fossem muito raras. O não cumprimento do estabelecido em lei era um problema comum que enfrentava o Sindicato do Óleo no fim da década de 1960, segundo o ex-presidente da entidade, João Batista, que compara aquela situação de trabalho da castanha com o trabalho escravo:

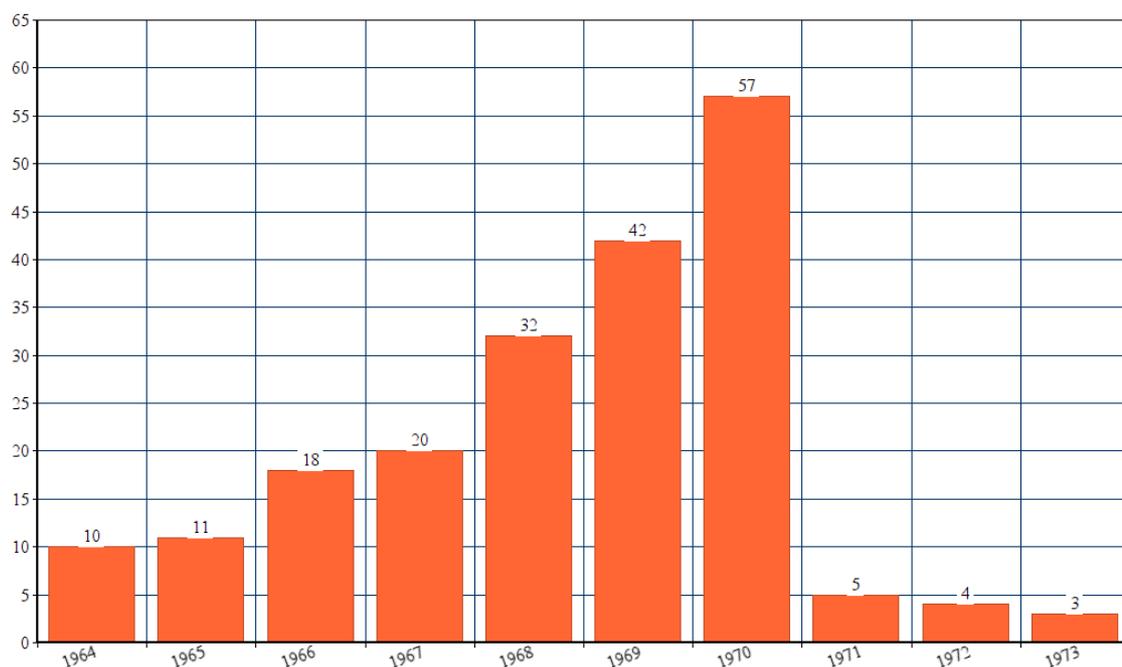
A questão salarial, a questão salarial, a questão de horário de trabalho, sabe? O pessoal vivia num regime escravo. E [os direitos] eles não queriam dar de jeito nenhum: os direitos da gente, que eram tomado, cara. Os direito da castanha, do pessoal que trabalhava na indústria da castanha eram tomado. Era as hora trabalhava, as horas normais trabalhada, o regime, o sistema de trabalho, o sistema de trabalho era muito grosseiro, muito sujo. [...] Era por melhores condições de trabalho, por melhores condições de salário. Né. Condições de trabalho, condições de salário. Coisa que foi conquistado depois, depois, aí na proporção que foi trocando de governo no Brasil as coisas foi modificando. Eu não sei se agora o regime de, das castanheiras, que cortam castanha agora... por que depois automatizaram. Automatizaram com máquina automática, não sei como é agora. Mas naquele tempo era umas máquina manual. Cada castanheira tinha sua máquina manual pra trabalhar. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

O desrespeito à legislação trabalhista também pode ser verificado nos processos da Justiça do Trabalho, como no acórdão 41/49 – processo TRT 57/69 onde Cecy Gaspar da Costa entrou com reclamação contra a CIONE pleiteando anotação NA carteira de trabalho, DO aviso prévio, 13º salário, férias proporcionais, horas extras e diferença salarial. Neste caso a justiça julgou improcedente a reclamação por não achar suficiente os elementos expostos pelas testemunhas da reclamante e os laudos periciais realizados. (Arquivo. acórdão 41/49 TRT 57/69. 28 nov 1969).

#### 2.4.12) Processos trabalhistas

Encontramos em pesquisa no arquivo do TRT um volume de 202 processos individuais de castanheiras contra a CIONE entre 1964 e 1973. As reclamações quase sempre eram em torno do não cumprimento de direitos básicos, tais como pagamento de hora extra, pagamento de férias, 13º salário e cumprimento do salário-mínimo. Vejamos no gráfico abaixo a distribuição por ano da quantidade de processos de trabalhadoras contra a CIONE:

Figura 16: Processos individuais de trabalhadores contra a CIONE entre 1964 e 1973



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir de pesquisa nos processos individuais contra a CIONE guardados no Setor de Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região, Fortaleza – Ceará, em Dezembro de 2017.

Podemos perceber que já a partir da fundação da fábrica são registradas os primeiros processos contra a empresa, que se intensifica durante a década de 1960 na medida em que o número de empregados e o ritmo da produção se intensifica. Observamos também que dois anos após a implementação do AI-5 o número de processos cai vertiginosamente, demonstrando os efeitos do ato institucional na Justiça do Trabalho, bloqueando mais ainda essa via de luta para as trabalhadoras da CIONE contra o patrão. Para efeito de contextualização e comparação, vejamos abaixo números gerais da justiça do trabalho na década de 1960.

Tabela 5: Justiça do Trabalho no Ceará entre 1962 e 1970

| Ano   | Processos solucionados |              |            |                        |            |                          |           |               |           |                             |            |          |
|-------|------------------------|--------------|------------|------------------------|------------|--------------------------|-----------|---------------|-----------|-----------------------------|------------|----------|
|       | Total (nº)             | Conciliações |            | Decisões Proferidas    |            |                          |           |               |           |                             |            | Outras** |
|       |                        | Nº           | Valor*     | Reclamações            |            |                          |           |               |           |                             |            |          |
|       |                        |              |            | Totalmente procedentes |            | Parcialmente procedentes |           | Improcedentes |           | Não conhecidas e arquivadas |            |          |
|       |                        |              |            | Nº                     | Valor*     | Nº                       | Valor*    | Nº            | Valor*    | Nº                          | Valor*     |          |
| 1962* | 2012                   | 288          | 5.401,00   | 202                    | 6.734,00   | 79                       | 2.172,00  | 221           | 7.486,00  | 528                         | 19.032,00  | 694      |
| 1963* | 3025                   | 410          | 14.549,00  | 208                    | 5.442,00   | 85                       | 2.316,00  | 510           | 8.025,00  | 637                         | 38.278,00  | 1175     |
| 1964* | 3575                   | 536          | 16.424,00  | 407                    | 25.577,00  | 107                      | 14.335,00 | 216           | 16.580,00 | 537                         | 53.994,00  | 1772     |
| 1965* | 3742                   | 561          | 48.381,00  | 221                    | 39.345,00  | 131                      | 20.809,00 | 151           | 21.019,00 | 590                         | 84.331,00  | 2088     |
| 1966* | 2926                   | 567          | 63.041,00  | 273                    | 228.267,00 | 109                      | 32.951,00 | 131           | 31.295,00 | 628                         | 150.576,00 | 1218     |
| 1967  | 4821                   | 503          | 76.816,00  | 227                    | 97.587,00  | 934                      | 40.961,00 | 229           | 96.642,00 | 630                         | 205.333,00 | 2298     |
| 1968  | 4950                   | 387          | 84.269,00  | 426                    | 128.306,00 | 86                       | 40.115,00 | 128           | 74.060,00 | 496                         | 288.036,00 | 3427     |
| 1969  | 9950                   | 415          | 124.963,00 | 199                    | 105.573,00 | 101                      | 75.034,00 | 85            | 49.568,00 | 741                         | 473.140,00 | 8409     |
| 1970  | 11184                  | 568          | 233.338,00 | 128                    | 82.574,00  | 51                       | 32.572,00 | 45            | 23.322,00 | 779                         | 487.211,00 | 9613     |

\* Entre 1962 a 1966 a moeda corrente no Brasil foi a moeda do Brasil era o Cr\$ e o valor na tabela equivale a 1.000. Já entre 1967 e 1970 a moeda foi o NCr\$ CRUZEIROS NOVOS (de 13/02/1967 a 14/05/1970). O Decreto-lei nº 1, de 13.11.1965, regulamentado pelo Decreto nº 60.190, de 08.02.1967, instituiu o CRUZEIRO NOVO como unidade monetária transitória, equivalente a um mil cruzeiros antigos, restabelecendo o centavo. Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=10> acessado em 27/01/2018 às 15:17

\*\* Inclusive Inquéritos Administrativos

Fonte: formulado pelo autor a partir de IBGE. Anuário Estatístico Brasil. Fundação IBGE. Edições de 1963 a 1971.

Portanto podemos observar que após 1968 os números de processos trabalhistas solucionados no Ceará continuam crescendo enquanto os da CIONE tem uma queda vertiginosa (levar em consideração que muitos dos processos solucionados em 1970 – ano que ainda há grande número de processos contra a CIONE – foram abertos em 1968, antes mesmo da greve). Também é possível construir uma interpretação destes dados a partir do impacto da greve sobre as relações de trabalho na fábrica. Pois, apesar de a greve ter conquistado pequenas vitórias imediatas às trabalhadoras, o que se segue após a greve é um processo

aberto de perseguição às castanheiras e aos sindicalistas que se mobilizaram, com prisões, demissões, intervenção sobre o sindicato, tudo no contexto do avanço da repressão sobre aos movimentos sociais e de oposição, repressão essa fundamentado no AI-5.

Os depoimentos de Dona Nenê (Valdenice Monteiro), que serão apresentados mais a frente, vão no sentido de reafirmar essa interpretação quando demonstram que após a greve se construiu uma visão contraditória daquele movimento entre as trabalhadoras da fábrica, por um lado um movimento que se impôs e enfrentou o patrão, por outro um movimento visto como “baderneiro”. Outro aspecto que demonstra o impacto da greve e da sua posterior repressão são as táticas que Dona Nenê narra como as mais comuns nos anos 1970 na fábrica: paralizações rápidas e diminuição do ritmo da produção, táticas essas que não foram usadas só na CIONE, mas que caracterizam a luta de classes nos locais de trabalho no Brasil do início os anos 1970, principalmente quando a repressão estava mais forte e sanguinária, especialmente no Governo Médice.

#### 2.4.13) Operário-padrão / crescer na empresa

Formulava-se ainda um discurso de operário padrão, que veste a camisa da empresa, que cresce junto com a produção, para fazer trabalhadoras e trabalhadores da fábrica consensuarem com as relações impostas pelo patrão na fábrica. Para isso se fazia uso de exemplos de boa relação entre “colaborares” e a empresa que, até hoje, são dignificados como exemplos de uma “história diferenciada” para os trabalhadores que ali se empregavam. Vários eram os discursos: "José Neto de Almeida Chaves, ex-gerente geral que começou como motorista. Manoel Alexandre de Souza ‘Seu Nel’, foi gerente de produção e começou como operário." (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014). Se buscava ilustrar um trabalhador comprometido, especial, que deveria ser seguido por todos:

"Eu comecei na CIONE na portaria, depois fui entrando pra dentro da fábrica, como operário. Primeiro fui encarregado de prensa, depois fui encarregado de auto-clave. Hoje eu trabalho recebendo matéria-prima e na balança. Um encarregado de serviços gerais. Aqui como o Franzé acabou de falar, o Seu Aquino gostava muito das pessoas que tinham capacidade de tocar o setor, ter comprometimento, não precisava de curso não, naquele tempo não tinha isso não. (Entrevista. Malveira. 01 jul. 2014)

O próprio Franzé dá seu depoimento individual como um exemplo de como o patrão Jaime Aquino valorizava trabalhadores comprometidos com a “missão” da empresa:

Eu comecei aqui, como popularmente é chamado de "menino de recados" dentro da empresa. Não só eu como vários colegas tiveram ascensão profissional na CIONE. Tem vários casos de ascensão também entre os operários. Ele [Jaime] valoriza muito isso. Como ele não veio de um ambiente acadêmico ele valorizava o fazer, a prática.

Se o peão fosse comprometido, que veste a camisa. A gente teve aqui até bem pouco tempo atrás, o braço direito dele, que era gerente geral, começou como motorista. O gerente de produção até pouco tempo começou como operário na fábrica. Ele já faleceu, mas se aposentou aqui. (...) Até hoje a empresa tem a política de valorizar a prata da casa (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014).

Luzimar nos conta que uma ascensão a cargos mais altos era muito difícil, especialmente para as castanheiras. O mais comum era um trânsito das operárias entre os diversos setores da fábrica. E “a ascensão” se daria, sobretudo, no trânsito para setores onde o trabalho fosse mais leve.

Fui cortadeira mais ou menos um ano e meio, depois eles me botaram pra embalagem, aí melhorou mais, eu trabalhei na embalagem, depois trabalhei no negócio de soldar as latas, as latinhas. Depois melhorei muito sabe, trabalhei no embarque. Eu aprontava as caixa pra numerar, pra embarcar, eu entregava pros embarque, o patrão gostava muito de mim. (Entrevista. Luzimar. 07 dez. 2017).

#### 2.4.14) Automatização, corte de custos e demissões

Por fim, anos após a greve, a estratégia da CIONE para maximizar a exploração da força de trabalho e, por consequência, aumentar sua possibilidade de maiores lucros foi realizar o processo de mecanização e automatização da produção. Dona Nenê, que ainda trabalhava na fábrica na época, lembra que o processo foi marcado pelo corte de muitas trabalhadoras, jogando no desemprego a maioria.

No setor de corte manual. Depois surgiu uma máquina que substitui muito, mais de mil operários, né? Aí quando surgiu essa máquina foi uma das piores épocas pra nós porque muita mãe de família perdeu o emprego nessa época. Porque foi quase todo mundo pra fora. Eu, graças a Deus, fui escolhida. Mentira. Me mudaram de setor, pro setor de embalagem na época. [...] Ficou eu e poucas, poucas ficaram (Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017).

Holanda afirma que "Mecanizar foi necessário para cortar custos" (Entrevista. Holanda. 01 jul. 2014). Franzé diz ainda que a maioria das castanheiras não se reinseriu no mercado, caindo na informalidade "A CIONE foi a última a se mecanizar, pois na prática isso significou a dispensa de mil pessoas. Sem medo de errar, cerca 70% não voltaram ao mercado de trabalho. Porque elas não tinha escolaridade, ou elas estão nos 'bolsas' da vida, ou no mercado informal, vivendo de bicos.". E termina defendendo as vantagens do processo de mecanização da produção pelo qual a CIONE passou anos após a greve: “Hoje os números são inversamente proporcionais, produzimos o dobro, 20 milhões de quilos, com metade dos empregados, graças ao processo de modernização". (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014)

#### 2.4.15) Uma manufatura capitalista

A partir da observação do processo produtivo da CIONE em 1968 podemos entendê-lo como um processo manufatureiro de produção de mercadorias. Entendendo a divisão manufatureira de trabalho como específica do modo de produção capitalista, em que se verifica um processo de concentração dos meios na mão do capitalista, as trabalhadoras são condenadas a executar tarefas parciais e completamente subordinadas ao burguês. Sozinhas as trabalhadoras não produzem nenhuma mercadoria, seus trabalhos parciais se realizam na venda de trabalho ao capitalista e são aplicados no processo produtivo. Que, por fim, culmina na produção de uma mercadoria pelo trabalhador coletivo em estrita obediência a autoridade do capital, através de uma rigorosa política de controle da força de trabalho (MARX, 2013).

O sentido da produção manufatureira na indústria de beneficiamento de caju no Ceará, em plena segunda metade do século XX quando a industrialização capitalista já tinha consolidado o fordismo como forma de organização produtiva predominante mundialmente, se explica a partir de uma inserção desigual e combinada do capital cearense na economia nacional e internacional. Diante da necessidade de aprofundar a acumulação capitalista em curso no país os empresários da indústria de beneficiamento da castanha de caju no Ceará Elaboraram estratégias de produção visando a ampliação de suas taxas de lucro, levando em consideração uma abundante oferta de força de trabalho, predominantemente feminina, a ausência de vultuosas somas de capitais que pudessem mecanizar o processo produtivo, O baixo custo da matéria-prima e grande demanda do produto no mercado internacional. Neste sentido a superexploração da força de trabalho das mulheres castanheiras foi a fonte da acumulação de capital por parte dos capitalistas da indústria do caju. Como observa Helena Frota

A superexploração da força de trabalho feminina consubstanciada em mais valia absoluta e relativa responde a este “mistério” [da acumulação capitalista]. O uso e abuso de pernas, braços, mãos, pés, dedo, músculos, peles, olhos, sistema nervoso, veias, coração, rins, energias físicas, enfim vidas que são transformadas em força motriz e em máquina num determinado momento, para depois serem abandonados, quando já não serve mais a acumulação (FROTA, 1984, p. 85)

#### 2.5 O ADOECIMENTO

Este tópico aborda um problema específico que surgiu durante a pesquisa: os sistemáticos relatos de adoecimentos devido ao trabalho no beneficiamento da castanha de caju. Sentimos que não temos o necessário aprofundamento no tema da relação entre saúde e trabalho, porém deixar de dedicar algum esforço para entender como isso se fez presente no

contexto da greve e junto a ela influiu, seria muito prejudicial para nossa compreensão do processo. Nossa inquietação surgiu a partir de repetidos e enfáticos relatos sobre problemas psíquicos, “da cabeça”, “do nervoso”, “de depressão”, relatado tanto por castanheiras, como por outras pessoas que participaram da greve e testemunharam esses problemas entre as trabalhadoras da castanha. Essa inquietação ganhou maior dimensão quando nos deparamos com o título da dissertação de Helena Frota de 1984 “A indústria de beneficiamento da castanha de caju no Ceará: uma máquina de fazer loucos”. E apesar de a ênfase do título estar na loucura gerada pelo processo industrial nas trabalhadoras do setor, a dissertação pouco explora essa questão da saúde mental.

Porém encontramos trabalhos de Jackson Sampaio publicados ainda no final dos anos 1970 que se dedicaram à pesquisa sobre o adoecimento mental de trabalhadoras do ramo da castanha de caju no Ceará. Cruzaremos aqui alguns dos resultados desta com relatos obtidos nas entrevistas.

Maria de Fátima nos afirma que, logo após a greve, sofreu uma grave crise “da cabeça” e foi obrigada a pedir licença do INSS para realizar tratamento. A castanheira entende e nos relata que tanto o trabalho na fábrica quanto o acirramento do conflito com a greve influenciou em sua crise, tanto que esta teve que se afastar do trabalho por um tempo:

Porque também eu tive um período lá que eu peguei até uma licença do INSS. Talvez isso também contribuiu né? Eu tive um auxílio-doença lá. Sistema nervoso. Aí eu fui no médico e me deram a licença. Não sei se foi por isso ou pela greve. Talvez pelas duas coisas. Ocorria alguma coisa eu ficava nervosa” A castanheira relata que depois de algumas semanas voltou ao trabalho, mas que não ficou muito mais tempo na fábrica e precisou se afastar por anos do trabalho. Depois de lá eu tirei 2 anos de licença no INSS por coisa da cabeça. (Entrevista. Maria de Fátima. 08 de jul. 2014).

Reclama ainda que a fábrica não oferecia assistência nenhuma, além de recomendar que procurasse o INSS, “A CIONE era muito fraca, não tinha médico lá não, talvez tinha um ambulatório. O pessoal ia mais era pro seguro, pro INSS.” (Entrevista. Maria de Fátima. 26 de jul. 2014). Sua irmã, Margarida Marques, afirma ainda que a castanheira “ficou nesse tempo internada com métodos que hoje são condenados, como o choque elétrico.” (Entrevista. Margarida Marques. 26 de jul. 2014). Maria de Fátima afirma ainda que a violência do trabalho na CIONE lhe impactou muito, era muito jovem e não estava preparada para aquelas condições de trabalho. “Eu não era preparada pra aquilo. Era o meu primeiro emprego, quando eu assinei a carteira. Tanto que quando eu fui para os outros empregos eu já conhecia como era.” (Entrevista. Maria de Fátima. 08 de jul. 2014)

Oswald Barroso relata que a castanheira com quem morou durante o período em que esteve integrado à produção e acompanhando a organização das castanheiras viveu um adoecimento mental relacionado à extenuante rotina de trabalho e miserável condição de vida. Relata ainda que a castanheira buscou resolver o problema através da religião:

É... uma mãe de santo. Pois é. Porque além dos problemas físicos de desmaio no trabalho, no caminho, em casa, o cansaço extremo e pouca comida, ela tinha problema de depressão. E a gente... eu fui com ela uma vez para um terreiro de umbanda, de uma mãe de santo que tinha lá próximo, onde ela disse que, o diagnóstico era que ela tinha um encosto do ex-namorado ciumento, porque viu que ela tava namorando... E ela fez esse tratamento espiritual e melhorou. Eu morei bastante tempo com eles até que chegou a uma situação tão difícil, mais de repressão, que eu tive que ir mimbora de Fortaleza, pra ir morar no Recife. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Jackson Sampaio, médico psiquiatra, relaciona as degradantes condições de trabalho e de superexploração com o adoecimento psíquico grassando entre as castanheiras em estudo realizado em hospitais mentais de Fortaleza, meados dos anos 1970.

Operária de Castanha — Nas quebradeiras atenção e agilidade extremas, posição constantemente sobre a perna esquerda pois a direita pedala a esteira de afastar castanha, a mão esquerda coloca a castanha na máquina e a direita aciona a alavanca de quebrar, o ganho é miserável e por produtividade, fumaça, zoadas intensas das máquinas, regimes de contrato de serviço, o fantasma do desemprego sempre pairando. Encontrei, numa amostragem de 500 atendimentos em ambulatório de hospital psiquiátrico previdenciário, 22% de Castanheiras e entre elas 80% apresentavam quadro compatível com neurose histérica. Varia a profissão, varia a resposta individual, mas não varia a realidade da doença mental (SAMPAIO, 1976, p.4).

Jaime Libério, que além de diretor do Sindicato do Óleo, trabalhou no administrativo da fábrica na CIONE, alega que também sofreu adoecimento psíquico após a greve, porém dá ênfase à rotina estafante de trabalho e à militância de esquerda em meio ao endurecimento da repressão da ditadura militar aos quais atribui os danos em sua saúde mental. Ele nos descreve como as situações por que passou e como se sentia:

Sim né porque era muita pressão você não dormia era perseguido direto e isso mexe com a gente deixo com a família mexer com todo mundo, Uma vez eu tava tão tenso que eu cheguei a desmaiar no meio da Praça José de Alencar, Pois eu não vivo no meu elemento tava direito era aquela coisa tensa mesmo, porque veja bem menos que você fosse dormir numa casa diferente mas você ficava naquilo para não ser pegue e sempre escapar e isso lhe sobra carregava você não tinha uma vida fácil, e junto a situação da minha filha da minha esposa fez eu passar por esse tipo de situação... eu lembro que quando eu acordei eu tava rodeado de pessoas e me levaram para o hospital um companheiro nosso que me acompanhou até lá Que ficava de plantão. [...] nome dele era Júnior Então ele falou com o médico e mandou aplicar uma glicose na veia para mim reanimar, depois disso eu saí de lá um pouco melhor... Teve outra situação parecida Quando eu encontrar outros companheiros com os advogados no edifício Jangada, foi quando eu desmaiei chegando na sala do

prédio, e eu falo nesse no livro que eu escrevi que chegou o momento que eu pensei que ia perder a razão porque eu andava muito desnorreado. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

Para além do adoecimento psíquico também podemos registrar sequelas físicas decorrentes do trabalho na fábrica. Como é o caso de Dona Nenê, que entende que só não continuou na luta social por mais tempo pelo fato de ter sua saúde degradada devido ao trabalho a que foi submetida na CIONE durante anos:

Eu sei que foi muita luta. Agora, hoje, eu sinceramente eu não tenho muita saúde para sair para lutar assim para ir junto com os meninos não. Se bem que eu tinha muita vontade de ter essa Saúde, porque eu tenho problema nas minhas pernas. Por conta do trabalho. Hoje pelo menos eu estou atacada dessa minha perna aqui porque na época eu trabalhei mais dos nove meses grávida. Aí quebrou essas minhas veias aqui da perna. Com o tempo né? Trabalhando, aí com o tempo ela apareceu. Aí tem dias que ela dói. Eu estou até na lista de espera para o doutor avaliar o que vai fazer. É porque a gente gestante, pesada, em pé o dia todinho, trabalhando. A tendência é ficar com a perna prejudicada. Cria varizes, as veias ficam assim quebradas. Mas tá dando para mim andar ainda um pouquinho. (Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017)

Buscamos entender o processo de adoecimento sob uma perspectiva não biologizante, Porém agregando os fatores sociais de produção e de trabalho tal como o defende Laurell (1982), que discute o paradigma dominante da doença que aponta para concepções biológicas individuais. Conforme a autora, no fim da década de 1960, em um contexto de crescente crise política, econômica e social, origina-se uma explicação para além dos limites do biológico, pautada nas características das formações sociais em dado momento histórico. Na mesma direção, questionando o conceito de doença centrado em alterações fisiológicas individuais, Breilh (2011) indica que neste histórico, a determinação social da saúde passa a ser um dos terrenos de oposição da saúde coletiva, questionando os modelos que desconsideravam fatores fundacionais da estrutura social para compreender o processo da saúde-doença. O autor reflete sobre as implicações do modelo causalista: “(...) atuar sobre os fatores e não sobre as trocas de processos estruturais, invisibilizando as implícitas relações de dominação” (Breilh, 2011, p. 33).

Por fim entendemos que o processo de adoecimento ao qual Algumas das castanheiras da CIONE foram submetidas, serve no mínimo como demonstrativo de quão corrosiva eram as condições de trabalho e de vida dessas mulheres. A da saúde destas operárias era colocada À prova diariamente. Interpretamos que isso terá reflexos decisivos nas relações de vida destas castanheiras, acumulando para a mobilização de uma ação direta por parte das castanheiras a fim de mudar a situação grave a qual estavam submetidas.

## 2.6 QUEM ERAM AS CASTANHEIRAS

Buscaremos neste tópico fazer um resgate das memórias dos sujeitos entrevistados para esboçar, assim, um perfil das castanheiras que protagonizaram a greve da CIONE em 1968, possibilitando para os próximos tópicos uma maior compreensão das trajetórias, condições materiais, bem como dos elementos culturais e sociais que permeavam a vida destas trabalhadoras.

### 2.6.1) Idade

Eu entrei na fábrica aos 17 anos. Na fábrica pra ser tecelã, pra ser fiandeira, pra ser têxtil, com 17 anos. Por isso que tô viva. Mas a maioria já morreu. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Tinham muitas operárias que eram mães, mas a maioria das operárias eram jovens, tinham 18, 19 anos.. Mas tinham algumas que eram mais velhas [...] "Eu tinha uns 18 anos na época. Eu tenho que ver isso direito porque eu tirei um documento falso. A gente mesmo ia no cartório e dizia a idade e eles botavam. As outras operárias tinham essa faixa de idade." (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014)

Tinha. Então é interessante que a CIONE, assim, é uma empresa que recebia até meninos adolescentes. Porque naquela época aceitava empregar os menores de idade. No caso meu: quando eue entrei, meu primeiro emprego, eu tinha 13 anos. e tinha menino lá de 12 anos. E eu acho tão interessante o menor, o adolescente, trabalhar. Porque naquele tempo que nós menores de idade trabalhava, você via que era diferente, os meninos tudo era ocupado. E agora, né.. [...] Carteira assinada. Interessante que do tanto que um maior de idade recebia, eu também recebia. O que eu achava muito bom era isso aí. (Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017)

Tinha gente lá de 40 anos, muitas senhoras. Teve mãe ali que criou os filhos ali. A maioria era jovens mesmo (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set 2017).

### 2.6.2) Porquê e como foram trabalhar na CIONE

Primeiro eu vim. A minha vó tava aqui com as minhas tias. Aí elas botaram na cabeça da mamãe "Não, ela tem que ir, pra ela ir trabalhar, que ela é a mais velha. E aqui é difícil, lá a gente procura trabalho pra ela". Primeiro eu vim, já tinha um irmão trabalhando aqui de mecânico. Que é o que morreu agora tá com dois meses. Aí eu vim, cheguei aqui tirei minha carteira no Ministério. Aí fui logo pra essa CIONE logo. Foi meu primeiro emprego. 16 anos. Sou de 1952. Me lembro quando eu cheguei aqui, que eu fui tirar minha carteira lá no ministério do trabalho, era lá barão do rio branco. Tinha uma pessoa que era amiga da gente. Uma moça que trabalhava na CIONE. Ela me deu toda força. "não, você vai ficar logo empregada". Aí eu fui, e realmente fiquei, eu empreguei logo. Quem arrumou o emprego foi essa moça, ela morava perto da gente, aqui. Lá em Sobral eu não trabalhava não, era só ajudando na casa. [...] Morei com a minha Vó aqui no mesmo bairro, Jardim Iracema. Aí morei aqui com ela 2 anos, na casa delas. Sempre que vinha um neto tinha que passar pela casa da minha vó. A gente não tem um parente da parte da minha mãe que não tenha morado na casa da minha vó. Eles acolhia a gente, ficava com a gente. Aí cada uma foi procurando seu trabalho. [...] Quando eu cheguei as vizinhas da gente, da minha vó, trabalhavam lá, daí foram a primeira coisa que elas me indicaram. Nós não tínhamos muita opção. (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014)

Minha vó que eu morei com ela acolheu todo mundo que veio do interior. Ela veio pra trabalhar aqui, nas casa de família. De pessoas indicada, casa de médico, casa de político.. [...] Era engraçado quando eu ia atrás de emprego, eu saía daqui do Jardim Iracema, ia pela Francisco Sá, ia até aquele Liceu, onde tinha fábrica eu parava. Ficava nas porta. Era dia de segunda-feira que o pessoal procurava mais emprego. Funcionava assim, ficava na porta da fábrica... Eu ia e vinha e não me cansava, a pé, não pegava ônibus não. Já pra aproveitar aquela viagem e ficar descendo aqui e acolá não. Eu ia direto. "Precisa-se de operária", eu ali já paro. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set 2017).

### 2.6.3) Bairros e local de moradia

Era por ali mesmo... a fábrica era na Antonio Bezerra, moravam por ali no Antonio Bezerra. Nas favela.. eram pessoas muito pobre. Pra trabalhar ali só muito pobre. Todo mundo. A fábrica não era muuuito grande não. A maior era a Brasil Oitica. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Figura 17: Redondezas do Antônio Bezerra em 1960 (atual panamericano)



Fonte: Blog Fortaleza em Fotos Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2014/02/panamericano-um-bairro-nascido-no-pos.html> acessado em 12/12/2017

Não é difícil ter uma lembrando disso. Não tinha cômodos, geralmente era um cômodo só. De taipa as vezes tinha uma, era rara de taipa. Geralmente eram aberta. Eram esteios, forquilhas, sustentavam cobertas. Elas dormiam no chão. No Antônio Bezerra. Situação das piores que poderia existir. Pra chegar lá a gente pisava em algumas tábuas que elas botavam na lama. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

E lembro também, que não tem nada haver mas tem haver com as minhas lembranças, do buraco da gia, que era uma favela imensa, imensa, imensa, nem sabia também que tinha o conceito de favela na época, que eu era bem criança mesmo. Mas eu lembro que era muito estranho aquele buraco gigantesco e que morava pessoas lá, que eu achava que eram pessoas diferentes, inclusive, nas minhas fantasias. E quando eu tinha que atravessar entre a minha rua e sair pra vir lá pra ali na Mister Hull, pra visitar os parentes, tinha uma passagem muito estreitinha que era colada no muro da fábrica. E aí era por onde eu passava, eu passava bem colado no muro com medo de cair no buraco da gia, e havia, inclusive, muitas lendas sobre. (Entrevista. Margarida Marques. 27 dez. 2017)

Tinha o Buraco da Gia, a gente ia lá. Só que lá era bem precário. Você tinha que descer e parecia mesmo um buraco. A situação das casas eram decadente, né. Ficavam assim como se fosse uma caverna. Era muito precária, as vilazinhas operárias ainda eram melhor porque as vezes eram umas casinhas. Mas lá era bem precário. (Entrevista. Mário Albuquerque. 20 set. 2017)

Não sei direito, as cabeças [ do movimento] eram várias irmãs... e elas moravam no buraco da gia.(Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

A maioria das operárias moravam pra banda de cá, na região da barra, jardim iracema, quintino cunha. [...] muitas mulheres que trabalhavam na cione moravam no buraco da gia"(entrevista. maria de fátima. 10 jul. 2014)

Engraçado a casa que eu morei lá, quando eu trabalhava lá, depois que eu saí da minha vó, hoje é deles. Tudo é deles. Morei de frente da CIONE, que era do meu primo, do meu tio, era uma serraria. Tinha outras castanheira que era do Buraco da Gia. Lá tinha muitas. O buraco da Gia tinha muitas. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Figura 18: Bairro do Pirambu na década de 1960, onde muitas das castanheiras moravam

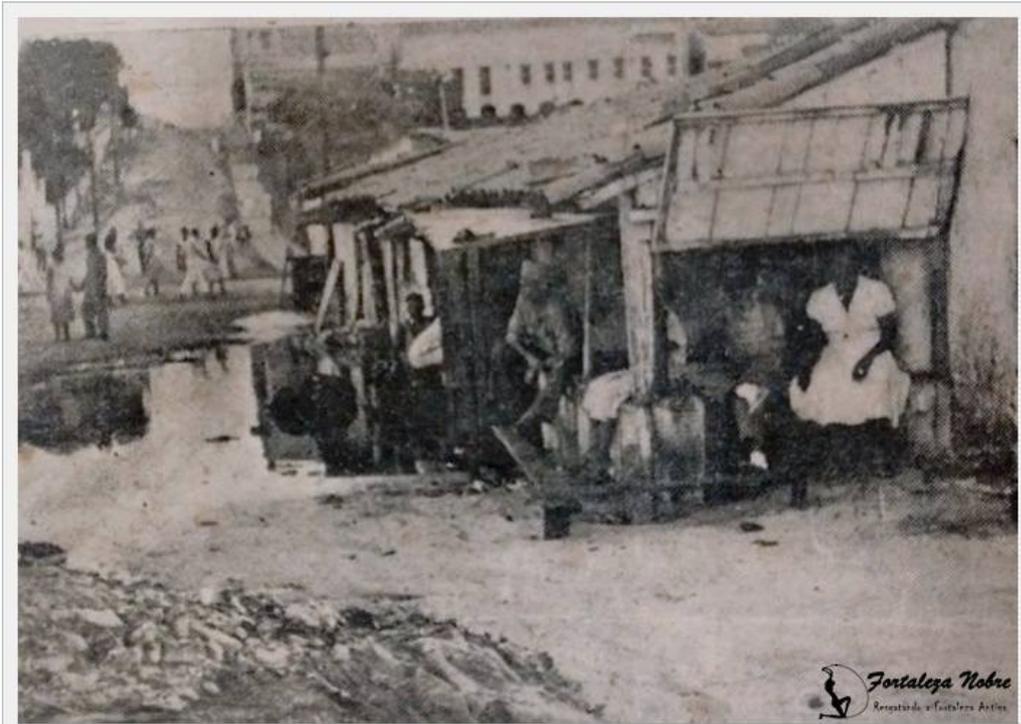


Fonte: Blog Fortaleza Nobre (do acervo do Jornal O Povo) disponível em <http://www.fortalezanobre.com.br/2012/07/o-povoamento-do-pirambu.html?m=0> acessado em 12/12/2017.

O bairro [Jardim Iracema] era um bairro calmo. Parecia aquelas coisas assim de beira de praia. As casinhas simples, coqueiro, muita bananeira, cada casa tinha seu jardinzim na frente, bem simpleszinho. Na areia branca mesmo, aquela areia de praia, aqui é perto da barra né. Custou passar calçamento. Quando eu comecei a trabalhar não tinha calçamento não, ainda era areial mesmo, pesado. A gente tinha que pegar a pista, que é a Mozart Lucena agora, pra chegar até ao Antônio Bezerra, que é a CIONE. Agora é tudo diferente, é tudo comércio. Muita gente da CIONE morava por aqui. Não dava nem medo. Saía tão cedo, só que eram muitas mulheres passando. Saía umas 5h30, pra tá chegando as 6h. Muita gente queria bater o cartão 15 pras 6h, até 6h30 ainda batia. Mas era muito movimentado de gente desses bairro por aqui perto da CIONE. Eu acho que poucas pessoas pegavam onibus. Quando saía você vinha as pessoas que vinha das outras divisão, não existia terminal [de ônibus]. Parecia as procissão de mulheres. Trabalhava lá muito mais de mil [castanheira]. Hoje tá tudo mais simples. No nosso tempo era pesado mesmo. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Eu conheci o movimento das castanheiras através de uma pessoa chamada Raimundo Aragão, que era do PORT. Ele me disse o que tava acontecendo lá na CIONE. E nós começamos a visitar as castanheiras lá na habitação delas, que era no Antônio Bezerra, ali depois da ponte. Eu não sei hoje é Jurema, depois do viaduto, lado de esquerda de quem vai pela Mister Hull. E nós íamos pra ali, nós íamos andando a pé, saindo do SESC, que ficava na Major Facundo, Eu e o Aragão íamos até a casa delas. Eu lembro até que o nome de uma delas era Alzira, era castanheira. Era uma pessoa que estava desdentada, ela tinha as unhas quebradas, as mãos manchadas, os braços manchados pela castanha, e a gente via, pegava na mão delas que elas não tinham digitais, isso era a olhos vistos. A roupa dela era maltrapilha, como se ela morasse na rua, não tinha uma roupa que fosse composta, rasteira japonesa, com grampo de cabelo pra segurar o cabresto, chinela quebrada. Era uma pessoa desnutrida, não tinha nenhum trato, era como se fosse uma moradora de rua. Era uma pessoa que queria sobreviver. Ela não tinha almoço e jantar, ela tinha alguma coisa pra comer. Ela não tinha como casar e sustentar filho, era uma pessoa solteira lá no meio daquela favela. E uma coisa que mais me chamou foi chegar um dia de madrugada, e ir numa casa com uma amiga dela pra gente conversar, andando dentro da lama e encontrar lá uma casa sem os esteios, com uma cobertura, um barro batido e uma menina estava sentada no barro, nua, chorando, o catarro escorrendo pelo nariz e uma porca deitada ao lado, e a porca defecando. Foi a imagem mais esdrúxula que eu vi na época, e nunca esqueci aquela situação. (Entrevista. Honório. 02 jan. 2018)

Figura 19: Mocambo (Ocupação de Terra) em Fortaleza, em 1958, semelhante ao Buraco da Gia



Fonte: Blog Fortaleza Nobre, disponível em <http://www.fortalezanobre.com.br/2012/07/o-povoamento-do-pirambu.html?m=0> acessado em 12/12/2017

#### 2.6.4) Origens e relações familiares

Nasci aqui na César Cals [Hospital]. Aí com 3 anos... meu pai era militar né... Aí a gente foi pra Sobral, porque lá tava a família todinha. Ficamo morando até 15 anos. E com 15 anos a gente veio embora. Eu vim primeiro pra poder trabalhar. [...] Morava na cidade mesmo, numa casa alugada. Eu tinha muita lembrança de lá, das coisas de lá. A gente passava por tudo aquilo, mas pra mim era como se fosse um divertimento.[...] Eu tinha umas primas que elas tinha estudo. Eu já me sentia complexada. Elas frequentava os colégio bom. Minhas tia pagava. Já eu como a filha mais velha dos irmãos do meu pai. Nós sempre fomos mais humilde. A gente morava em casa alugada. Na cidade perto da estação do trem, no alto do cristo, hoje não é mais como era na época, hoje são casas, antes era mato e muita pedra. [...] Eu me emocionei a quatro anos atrás quando fui lá ver a casa onde a gente morou. Não tinha nem banheiro a casa. A gente tinha que tomar banho... fechava a porta do quintal e tomava banho por trás da porta. Todo mundo sabia que ali era uma pessoa tomando banho. Depois fez um quartinho com uma toalha, mas não tinha banheiro. Casinha até boa, mas não tinha banheiro. Meu pai era da polícia militar. Ele trabalhou na cavalaria. [...] Então ele pegou AVC. Na época não chamava AVC, era trombose. Ele ficou com um lado... ficou muito tempo sem falar, em tratamento. Então nessa época a gente ficou ainda mais difícil. Era uma coisa difícil mas era mais bonito. Não que a gente achava que aquilo fosse certo né, porque era as condições da gente. Mas era uma coisa assim mais na paz. Tinha preocupação, tinha, porque não tinha condições mesmo de ser melhor. Minha mãe cuidava da gente. Minha mãe foi uma mulher muito simples, muito tímida. As outras irmãs tinham mais coragem de trabalhar, trabalhar na casa dos patrão, que a gente chama né. Elas tudo trabalharam em casa de família. A minha mãe não. Minha mãe ficou em casa. Eu gostava muito de ir pro rio lavar roupa. Pra mim era um divertimento sair com aquela trouxa na cabeça. [...] Atravessava a rua, as praça, pra ir pro rio. Rio Acaraú, um rio muito bonito, hoje já não é mais. [...] Eu pegava água, lata d'água na cabeça. Porque na nossa casa não tinha casa. Tinha umas cacimba lá num alto e agente pegava lá também. E era muito bom. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Quase todas eram mães, mães solteiras. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Eu estudava a noite. Eu trabalhava o dia todinho e quando era à noite eu estudava. Era perto. Mas eu estudei até o dia que a minha mãe descobriu que eu tinha rranjado um namoradinho e me tirou do colégio. Aí não estudei mais, parei na quarta série. Nessa faixa aí, de quase 15 anos. (Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017)

Nessa época eu era solteira. Era pra minhas irmã, era pra minha casa, ajudar em casa. Era 5 pessoas que moravam aqui, 6 comigo. O meu pai ganhava muito pouco na época. Tava aqui. Depois vieram, um ano deu trabalhando aqui eles vieram. Aí a gente até ganhou uma casa de graça, dum primo nosso. Lá era uma serraria, aí a gente morava na frente de uma serraria. Aí gente já num pagava aluguel. [...] De manhã eu tinha que ir pra buodega. A filha mais velha tinha que ter "direito" a tudo. As vezes eu dizia assim "puxa só eu quem faço isso", claro as menina era muito pequeninha. Mas tinha uma irmão, perto de mim dois irmão. **Vixe maria, era muito machismo**, eu que tomava mais a frente de resolver as coisas. Eles fazia alguma coisa mais assim de botar agua, de vender alguma coisa na estação, eles vendiam aguas com as quartinha. E eles estudava também, eles iam ficava num colégio que era o dia todim as vezes. Aí eu ia pra buodega comprava aquele tempero, comprava o pão de manhã. Eu não lembro de leite, de tomar leite. Era só mesmo aquele... (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017, grifos nossos).

São 6 irmãos vivos e morreram 3, nove irmãos. (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014)

Aí a irmã dele, a Hélia, era castanheira da CIONE, entrou na CIONE com 16 anos, ela devia ter uns 17 nesse tempo. Ela participou da greve, devia ter uns 17 anos. E a gente ficou ligado ao movimento operário, fazia reunião com os operários, e eu fiquei morando lá. Acompanhava o dia-a-dia dela indo pra CIONE, ela ia do Jardim Iracema a pé pra CIONE, todo dia. A gente namorou, tal, ela tinha dois filhos, era separada com esses dois filhos. A mãe dela, que era mulher de um ferroviário de Camocim, que participou de várias greves comunista lá, entendia desses movimentos todos, pessoa muito boa. Era de uma família que tinha vivência militância operária e comunista. A mãe era mulher de um ferroviário de Camocim que já tinha morrido, o irmão era de AP, padeiro. E ela era operária da CIONE. Mas ela era a que tinha menos consciência, era jovenzinha, uma moça, bonita, muito bonita (risadas). Mas ela, já muito sofrida, muito sofrimento. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

### 2.6.5) Etnia, raça e religiosidade

As operárias eram muito mestiças, a maioria com cara de cabloca, tipo a menina que morava comigo era bem cabloca. (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014)

As castanheiras eram mais pra morenas. As castanheiras da CIONE eram mais morenas. (Entrevista. Maria do Carmo. 02 out. 2017)

Eram jovens envelhecidas. Isso foi outra coisa que me marcou muito eram mulheres jovens envelhecidas, acabadas, já sem ânimo, como escravas... que não vê saída. Pessoas sem instrução de ensino praticamente nenhuma. Geralmente vinda do interior, vindo da roça, para compor essa mão-de-obra barata da periferia, que fornecia para essas empresas, que não tinham tecnologia nenhuma, era um trabalho braçal mesmo, e submetidas a sistema de superexploração. Eram mais caboclas, indígenas, cearenses. (Entrevista. Mário Albuquerque. 20 set. 2017)

Era, elas eram das religiões populares... tinha uma visão do mundo popular, da magia, do encantamento, do animismo. Entende? Dos mitos... elas tinha essa visão.. não só as castanheiras.. aquele povo que morava lá tudo. A gente era que queria passar o marxismo.. [...] Isso vinha de uma origem mestiça. Tinha entidade.. tinha o Sete-Flecha, tinha a Índia Tapuia, tinha o Zé Pilintra, o malandro né, como tinha os orixás também. [...] Existia porque a leitura que uma pessoa dessa faz, de uma situação dessa de exploração, é uma leitura dentro desse universo. Porque tinha um patrão que era de uma energia pesada, dura, de uma entidade do mal, que queria destruir, e que elas tinham que enfrentar, no conflito... que só a persuasão não dava, não tinha mais diálogo... elas tentavam conversar com o cara, mas o cara não entendia. Então ia a loucura né... a loucura era muito alta. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

### 2.6.6) Relações Comunitárias

E tem uma última imagem ainda dessa época, muito forte, essa era uma imagem muito colorida porque tinha uma grande feira livre em frente a fábrica, que ia de uma ponta a outra, aos sábados. E essa feira tinha de tudo né, uma feira principalmente voltada para as trabalhadoras, mas elas envolvia todo mundo ali da rua, do bairro. Era uma feira bem grande, e tinha tudo, alimentação, roupa, calçado, e havia um grupo que me chamava muita atenção que era um grupo de anões, uma família de anões que trabalhava na feira. As memórias vão vindo. (Entrevista. Margarida Marques. 27 dez. 2017)

Lá [em Sobral] quando era 3 horas da tarde eu tinha que ir nessa bodega com a caderneta comprar alguma coisa pra gente merendar. Lá lá se vinha um pãozim de novo, ou então rapadura, tinha que ter o café. Aqui [em Fortaleza] a gente ainda

comprou também. Lá era interessante porque o pessoal sabia que o ganho do meu pai era certo né, que ele era militar. Aí a gente tinha aquele crédito naquela bodega. [...] Aqui quando o salário vinha era pra pagar essas despesas. Justamente pra bodega. Natal que alguém se lembrava de comprar alguma coisa. Sempre foi pouco, não tinha fartura não. Agora tudo é mais fácil né. Se agente mudasse de canto já era outra bodega, e era eu quem comprova. Eu já tinha até decorado o que tinha que comprar: o café, a farinha, o feijão, o açúcar, um pedacim de tempero. Aqui eu ajudava no sustento dos meus irmãos. [...] Aos sábados eu ia pra uma feira que tinha no Antônio Bezerra. Ainda existe essa feira. Que tem no cemitério. Eu ia no sábado a tarde, assim que eu recebia eu ia. No final do mês eu tirava pra comprar calcinha, calção, pras duas [irmãs]. Mas na outra semana a metade era pra ajudar em casa, porque só o do pai não dava. E aquilo ali pra mim era muito. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

Depois de alguns anos, quase com dois anos, fomos morar em frente a CIONE. Antes morávamos na Barra, aí ia todo dia pra lá. Fomos pra lá depois que a mãe veio com as meninas de Sobral. A mãe queria acompanhar a gente. Eu também tinha um irmão que trabalhava como gráfico (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014)

### 2.6.7) Desejos, sonhos, perspectivas de futuro

Nós éramos estudantes de 18 anos de idade. Era um sonho, um aventura, que a gente enfrentou aquilo como um sonho. Não existia cômodos, eram todos no mesmo local, no mesmo quarto. Com animais vivendo da mesmo. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Só que é assim, a minha primeira carteira de menor de idade, eu joguei fora. Pra que eu quero isso? Nunca vou me aposentar mesmo. Não vou precisar disso. [...] É porque era muito tempo até a pessoa se aposentar, eu joguei fora. Só que quando chegou na época que chegou pra eu me aposentar, eu precisava das primeiras assinaturas. Aí eu soube, né, onde tinha as primeiras assinaturas. Aí eu procurei um escritório lá na beira-mar, Praia de Iracema, por ali assim. Aí consegui. Aí o pessoal lá passaram as assinaturas né, na carteira. E a outra eu consegui na CIONE mesmo. Aí foi quando eu consegui completar os meus 25 anos. (Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017)

## 2.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE CLASSE, RAÇA E GÊNERO

Podemos entender a História Global do Trabalho como uma perspectiva historiográfica que tem como características: a) romper com o Eurocentrismo na análise da classe trabalhadora em seus diversos aspectos, desde o aspecto de entender os polos de produção de trabalho para além da Europa, relacionando periferia (América Latina, Ásia e África) E centro (Europa, Japão e EUA), entendendo seus fluxos migratórios e de mercadorias, como também reconhecendo sujeitos diferentes neste mundo do trabalho, para além do homem, branco, heterossexual, pai de família, colocando no lugar questões como raça, etnia, gênero, sexualidade, como determinantes no entendimento das classes trabalhadoras; b) alargar para uma leitura transnacional, rompendo assim com a ideia do estado-nação na análise das classes trabalhadoras; c) ampliar a ideia de classe trabalhadora, para além dos trabalhadores livres assalariados. Linden critica o que ele vê como uma

generalização marxista de sempre entender o trabalho como trabalho assalariado, sem enxergar outras formas diversas de trabalho, como o compulsório, baseado na “parceria”, etc. Como ele mesmo defende no início do segundo capítulo de *Trabalhadores do Mundo*: “Não existe uma boa razão teórica para tratar um desses modos de exploração como a forma ‘verdadeiramente’ capitalista, e a outra como nada mais que uma variação anômala (embora talvez historicamente necessária)” (LINDEN, 2013).

Na construção da história global do trabalho destacamos algumas influências de Marcel van der Linden: um diálogo com a teoria crítica do valor (Kurtz e Postone), com uma noção de que o capitalismo definhará pelas suas próprias contradições; o fato de entender que a classe trabalhadora faz parte das próprias engrenagens do capitalismo; o fato de criticar Marx por sua “fé” de que a classe trabalhadora iria destruir o capitalismo, por fim, sua referência ao maximalismo individualista, ou seja, a perspectiva de que os trabalhadores se utilizam das máximas possibilidades possíveis a seu alcance, visando melhorar suas condições de vida cotidianas. Além dessa referência à teoria crítica do valor, Linden também dá grande importância à abordagem de *classes subalternas* dialogando com a historiografia do trabalho indiana, que interpreta o conceito de classes subalternas em Gramsci. Porém, o autor não aprofunda esta análise, buscando entender como se desenvolvem as consciências da classe trabalhadora, assim como Mézáros (2009) Thompson (1987) e o próprio Marx (2010b) fizeram.

Entendemos que em Marx o trabalho assalariado é uma tendência a se generalizar sob o capitalismo, o que tem se comprovado historicamente. Porém a perspectiva de Linden buscando ampliar as possibilidades de estudo do trabalho para outras formas jurídicas é bastante útil para compreendermos a formação da classe trabalhadora em países onde se desenvolveram empresas coloniais com uso do trabalho escravo, como no Brasil.

Essa abordagem historiográfica traz diversas possibilidades de utilização no tocante ao caso do Brasil, que tem dimensões continentais e onde o estudo da história do trabalho ainda está muito restrito a alguns estados das regiões Sul-Sudeste. Nessa situação pouco nacionalizada, portanto, ainda há muito a ser estudado e produzido sobre uma História da Classe Trabalhadora Brasileira. Isso não é contraditório com as contribuições da História Global do Trabalho, sobretudo numa análise que imbrique processos nacionais e regionais com os processos internacionais e transnacionais. Por exemplo: para entender o escravismo no Brasil entre os séculos XVIII e XIX é muito importante entender a dinâmica transatlântica do tráfico internacional de escravos, e mesmo analisar os processos de apreensão de negros e

negras na África para serem transportados à força para o Brasil, como podemos ver em trabalhos de Rafael de Bivar Marquese e Tâmis Peixoto Parron (2011), apreendendo assim como as bagagens e experiências que esses escravizados trouxeram para o Brasil influenciaram na formação da classe trabalhadora no Brasil.

Porém os estudos sobre a classe trabalhadora não dependem apenas dos debates teóricos e historiográficos. Assim como todas as tendências historiográficas, as transformações na história do trabalho são permeadas pelas Influências das mudanças em curso na sociedade, sobretudo aquelas diretamente relacionadas com os movimentos da classe trabalhadora. Assim como as revoluções de trabalhadores durante o século XX potencializaram os estudos sobre os mundos do trabalho, como a derrota da revolução e a consolidação do stalinismo fez vencer em meados do século XX abordagens mais mecanicistas e reducionistas sobre a classe, a própria derrocada do bloco do socialismo real no leste europeu contribuiu muito para uma decadência de todo esse campo de estudo, empurrado até mesmo por análises catastrofistas que defendiam o fim da classe trabalhadora, como foram muito bem criticados por Michel Pialoux e Stéphane Beaud (1999).

Para Cláudio Batalha, os anos de 1990 conjugaram um momento de crise na História do Trabalho, Alimentado pela crise generalizada nos movimentos de esquerda, sobretudo em decorrência da queda do muro de Berlim e de todo bloco soviético, bem como da reestruturação produtiva que se expandia por todo o mundo, desestruturando polos industriais inteiros, injetando tecnologia robotizada e aumentando o desemprego no setor fabril (BATALHA, 2001). Batalha afirma em um dos artigos mais importantes sobre a história do trabalho naquele período que, a partir de então, surge uma nova onda de trabalhos que buscam não só retomar a importância para a área, mas também renovar abordagens e ampliar fronteiras de pesquisa (BATALHA, 2006).

Vários são os aspectos dessa renovação da história social do trabalho. Há uma grande influência de E. P. Thompson sobre os novos trabalhos, sobretudo na perspectiva de alargar os espaços do mundo do trabalho além da fábrica, investigando os aspectos territoriais, religiosos, costumes e culturas das classes trabalhadoras, para entender seus processos de organização e luta. Uma história vista de baixo não apenas das relações de trabalho entre patrão e empregado, mas também das migrações, dos bairros, de trabalhadores de outros setores do mercado de trabalho.

### 2.7.1 Gênero e Classe

Começamos pelas relações de classe e gênero. Lise Vogel em *Marxism and oppression of woman* desenvolve ampla leitura das contribuições do marxismo às questões de gênero e como isso nos dá condições teóricas para compreender as relações entre gênero e classe.

Neste livro Vogel prioriza trazer o que Marx e Engels realmente escreveram sobre as relações sociais que envolviam a opressão e exploração da mulher, mormente quando Marx afirma, em *O Capital*, que o trabalho reprodutivo é fundamental para a produção de capital e que este é ocupado prioritariamente pela mulher. Vogel defende que uma das consequências desta ideia é que, para além da exploração econômica, existe uma relação de exploração e opressão específica e muito antiga, que são as relações do patriarcado. Para ela, em *O Capital*<sup>61</sup>, Marx supera a visão esboçada na *Ideologia Alemã*<sup>62</sup>, compreendendo o papel do trabalho reprodutivo na produção, porém ainda não avança para entender a lógica estrutural do patriarcado com uma relação sistemática de opressão e exploração (VOGEL, 2013).

Marx e Engels entendiam que havia uma tendência à diluição da família tradicional, devido à necessidade da entrada da mulher - e mesmo das crianças - na produção, relacionando a um acelerado crescimento industrial e a tendência de expansão da força de trabalho feminino, assim como a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, no processo produtivo. Engels, em *A origem da propriedade privada e da família* atribui a origem da subordinação da mulher ao próprio surgimento da propriedade privada, onde esta se torna uma propriedade privada do homem (chefe da família) assim como os filhos. Para Engels, o casamento burguês é uma negociata. Porém ele defende que com o proletariado é possível relações conjugais baseadas efetivamente nos sentimentos<sup>63</sup>.

Para Lise Vogel, Engels secundariza as relações de opressão do patriarcado, porque entende que tais relações serão superadas pelo processo revolucionário no rumo de uma sociedade sem classes. Segundo ele as relações sociais que submetem e oprimem a mulher serão suprimidas. Há inclusive um discurso moral de Engels em relação à entrada da mulher nas relações de produção, mesmo que posteriormente reconheça que com a industrialização e

61 KARL, Marx. *Capital Volume 1*, Moscow: Progress Publishers [1867]. *apud* VOGEL, Lise. *Marxism and oppression of woman: Toward a Unitary Theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

62 MARX, Karl and ENGELS, Frederick. Lost 'German Ideology' manuscript later found, Volume 36. VOGEL, Lise. *Marxism and oppression of woman: Toward a Unitary Theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

63 ENGELS, Frederick. *The Condition of the Working Class in England*, translated and edited by W. O. Henderson and W. H. Chaloner, Stanford, CA: Stanford University Press [1844]. *apud* VOGEL, Lise. *Marxism and oppression of woman: Toward a Unitary Theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, abre-se uma real possibilidade do rompimento com a família monogâmica. Na mesma obra, Engels afirma que o casamento monogâmico significa o aprisionamento da mulher, ao mesmo tempo em que assegura a liberdade do homem, com a responsabilização da mulher pelo trabalho reprodutivo.

Dentre as contribuições e limitações destes autores é preciso reconhecer o tempo histórico em que se inseriam, Como compreendemos a partir da própria Vogel, é preciso entender as limitações de Marx e Engels, como homens de sua época. Criticando-os, conquanto absorvendo suas contribuições para a análise das relações de trabalho, classe e gênero<sup>64</sup>.

Comparando com outras formulações no movimento de trabalhadores à época podemos perceber como este ainda era permeado por uma concepção dominadora da mulher. A abordagem de Marx é qualitativamente diferente da de Fourier<sup>65</sup>, por exemplo. Para Marx a emancipação da mulher é uma evidência da evolução social. Para Fourier esta mesma emancipação é uma evolução social em si. Na Associação Internacional dos Trabalhadores Marx e Engels criticam os prodhounianos<sup>66</sup> por defenderem quer a retirada das mulheres das fábricas, quer o seu retorno para a casa, de modo a garantir a elevação dos salários dos homens. Essa crítica também é feita às propostas de Lassale e ao Programa de Gotha (2012b), onde tal lógica também se coloca. Para Engels e Marx há uma inevitabilidade da entrada da mulher na produção, devido à própria característica de permanente expansão da exploração da força de trabalho sob o capitalismo (VOGEL, 2013).

Por mais que Marx e Engels compreendam que o trabalho reprodutivo exercido pela mulher seja fundamental para garantir a produção pois ele assegura a saúde e as condições mínimas da reprodução e manutenção da força de trabalho eles não conseguem compreender que o próprio salário médio dos trabalhadores não é suficiente para estimular a reprodução da força de trabalho e que é o trabalho reprodutivo da mulher, o trabalho doméstico, a segunda

64 Para isso, é interessante levar em consideração a biografia da família de Marx. GABRIEL, Mary. Amor e Capital: A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013. Marx sempre manteve uma postura e moralidade mais “distante” da classe trabalhadora de sua época, mesmo vivendo no Soho, bairro operário em Londres. Quando esteve na miséria, quase não tendo dinheiro para comer, contando apenas com a ajuda do Engels, mesmo nesse período mantinha a governanta de sua família, com quem teve um filho, o qual foi assumido por Engels. Já Engels mantinha uma relação mais próxima do proletariado, menos “distante”, casa com uma operária, e constrói uma observação etnográfica do proletariado inglês, o que o leva a escrever *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Para nós não cabe fazer um julgamento moral, mas sim localizar essas trajetórias individuais dentro de suas produções intelectuais, contextualizando historicamente.

65 Ver FOURIER, C. (1973). *Le nouveau monde industriel et sociétaire*. Paris: Flammarion.

66 Adeptos das formulações de Pierre-Joseph Prodhoun. Ver: PROUDHON, Pierre-Joseph. Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria (Tradução e notas de José Carlos Orsi Morel). São Paulo, Ícone Editora, Tomo I, 2003. 438 pp.

jornada de trabalho não pago que efetiva essa suplementação. Essa é a conclusão a que chegam diversas marxistas feministas, como a própria Lise Vogel (2013) e outras, como Cinzia Arruza (2010).

Em decorrência de o Capital estabelecer para a mulher o lugar social do trabalho doméstico, há uma série de relações que precisam ser levadas em consideração pelos historiadores do trabalho quando estas ocupam o espaço do trabalho fora do lar. De um lado, o fato de que, geralmente, as mulheres não deixam de cumprir seu turno de trabalho doméstico, o qual é executado antes e após a jornada de trabalho externa. À casa, configurando, assim, uma dupla jornada de trabalho. De outro, o próprio processo de entrada das mulheres num mercado de trabalho tradicionalmente reservado aos homens, interfere nas relações de gênero no trabalho e mesmo dentro dos núcleos familiares. Como demonstra Chitra Joshi ao estudar o trabalho feminino na Índia em meados do século XX:

As experiências dos trabalhadores na atual fase da industrialização são também mediadas pelas equações de gênero dentro da família e da casta de origem [no caso da Índia]. Em um mercado de trabalho em que os trabalhos para homens estão diminuindo, os ganhos das mulheres estão se tornando crescentemente importantes como estratégia de sobrevivência. Ainda assim, o trabalho das mulheres é uma ameaça para as estruturas patriarcais consolidadas, e há uma resistência contínua a ele. Mas as estratégias de negociação variam em diferentes tipos de famílias trabalhadoras. (JOSHI, 2009, 167)

Um importante trabalho sobre a situação da mulher na realidade na produção fabril brasileira é o de Elizabeth Souza Lobo, uma das primeiras intelectuais marxistas a problematizar as relações de gênero no trabalho no Brasil. Em *Experiências de mulheres – Destinos de gênero*<sup>67</sup> a autora resume sua pesquisa com trabalhadoras de fábricas metalúrgicas em São Paulo (SP) no início da década de 1980. Ela toma a história de vida de três operárias (Luzia, Nair e Belisa) de uma indústria de autopeças, para observar historicamente como se dão as múltiplas relações entre trabalho, gênero e migração (as operárias migraram para São Paulo para trabalhar) na situação de trabalho e vida destas trabalhadoras. Um aspecto fundamental para Souza Lobo é a relação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado na vida das três operárias:

A relação de trabalho não é apenas permanente, mas determinante na organização de sua vida. A análise destas práticas sugere a distinção de dois tempos: o tempo de

67 SOUZA LOBO, Elizabeth. *Experiências de mulheres – Destinos de gênero*, In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP* – Vol. 1. São Paulo, 1989. “Este texto é o resultado de uma pesquisa realizada entre março e julho de 1986 em São Paulo, juntamente com Robert Cabanes (ORSTOM) e Marie Agnès Chauvel. Foi apresentado na mesa-redonda internacional sobre ‘Rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologiques, champs d’analyse’ organizado pelo Atelier Production-Reproduction (APRE)/IRESCO/CNRS em Paris, novembro de 1987”.

trabalho ligado à sobrevivência, no campo ou em casa, no cotidiano, e, o tempo de trabalho assalariado, que remete a um emprego e que produz a separação entre trabalho doméstico e emprego em termos de espaços e relações. Por outro lado, as diferentes práticas de trabalho se articulam, se superpõem e se impõem na vida destas mulheres sem lugar para qualquer escolha. O trabalho doméstico faz parte da condição de *mulher*, o emprego faz parte da condição de *mulher pobre*. [grifos da autora] (SOUZA LOBO, 1989, p. 171)

Para Souza Lobo é fundamental compreender a importância do trabalho doméstico na vida da mulher pois ele condiciona seu papel enquanto trabalhadoras. No caso das trabalhadoras estudadas pela autora o trabalho doméstico está na origem de suas migrações: elas foram para São Paulo, a princípio, para “ajudar” no trabalho doméstico de parentes e, quando conseguiram algum trabalho assalariado, chamaram irmãs, mães, primas, para desempenhar funções domésticas. Neste processo o trabalho assalariado tampouco pode ser escolhido, elas se empregam no que aparece, através de indicações de amigos ou parentes. A carreira, quando há desenvolvimento, é determinada pelas oportunidades geradas no próprio mercado (SOUZA LOBO, 1989).

Às relações de exploração na fábrica, ao salário rebaixado, às péssimas condições de trabalho ruins, se soma o trabalho extenuante dentro de casa. Essa situação de vida é por elas percebida, permeada por um olhar de possibilidades a serem seguidas, ou seja, no patamar de consciência e do que elas entendem como possível na condição de mulheres migrantes, pobres, trabalhadoras em uma grande cidade brasileira.

Todas elas também identificam as práticas e os hábitos cotidianos de *pobres e ricos*, dos que *trabalham* face aos que *controlam*. Os destinos de uns, as decisões de outros, Luzia descreve detalhadamente os defeitos do apartamento que com sacrifício, comprou em um conjunto da COHAB: “tão pequenino, uma tristeza” ... “eles deveriam ter feito a área de serviço, né” Ela tem ideias sobre o que seria uma melhor disposição das peças, mas avalia suas possibilidades e conclui: “Pobre é aquela dureza. *Tem que ir aonde o rico quer, né?*” Também Belisa observa que *trabalha mas não sabe*, que quem faz as peças não as conhece, nem sabe para que servem: “Mas deveria saber né? Mas a firma funciona dessa maneira, *a gente não pode mudar, né?*” [grifos da autora] (SOUZA LOBO, 1989, p.189)

Em sua experiência concreta, suas vivências e trajetórias, as trabalhadoras reconhecem diferenças e exclusões no mundo do trabalho e na vida social. Souza Lobo se utiliza do conceito de experiência em E. P. Thompson para compreender que, a partir das relações concretas de trabalho e condições de vida, os trabalhadores forjam visões de mundo, consciência sobre os processos que tendem a se conjugar coletivamente, incorporando-se como uma cultura de classe. Inclusive por isso, Lobo percebe que a vida de uma mulher trabalhadora, que presta dupla jornada de trabalho E tem suas capacidades menosprezadas pelo simples fato de serem mulheres, além do restringido acesso à educação e por vezes

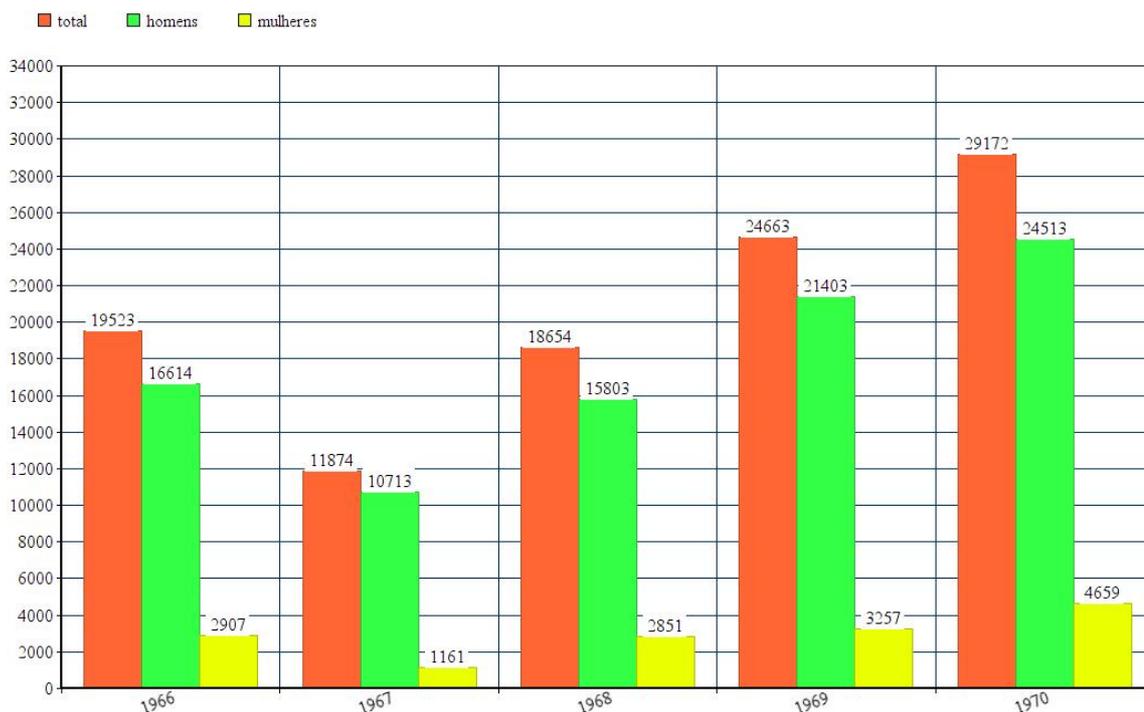
cumpra uma mesma função que o homem, porém com pagamento menor, todas essas condições, geram uma experiência diferenciada dos demais trabalhadores do gênero masculino e que, portanto, precisam ser analisadas a partir da imbricação entre os conceitos de classe e gênero para melhor entendimento das suas contradições e das consciências elaboradas.

O trabalho de Chitra Joshi corrobora essa maior complexidade na análise dos segmentos femininos da classe trabalhadora. Quando, em sua pesquisa sobre o emprego de força de trabalho feminino em indústrias indianas, percebe que, quando da inserção da mulher nas fábricas em um momento de crise, há também o desemprego de grandes contingentes de força de trabalho masculina. É um processo sociocultural de estranhamento contra a mulher, que envida luta contra as estruturas patriarcais para garantir seu direito ao emprego, à autonomia financeira e ao protagonismo no sustento familiar. (JOSHI, 2009)

Essas reflexões acerca das relações específicas sofridas por mulheres no mundo do trabalho tardaram a chegar à academia e à História Social do Trabalho. Sem dúvida a invisibilidade que o trabalho feminino sofreu por muitas décadas não decorre da falta de fontes mas, sim, do olhar do historiador que, comumente, não privilegia o estudo das mulheres. Uma explicação óbvia é que o patriarcado e o machismo são relações orgânicas que se “colam” à dominação de classe, permeando todas as relações sociais sob o capitalismo, inclusive (ou, sobretudo) nas fileiras acadêmicas.

Porém, toda mudança social influencia a produção intelectual, portanto, as pressões dos movimentos de mulheres por visibilidade e direitos impactaram na construção de uma nova história social preocupada com as relações sociais vividas por mulheres nos mundos do trabalho.

Figura 20: Trabalhadores associados a sindicatos no Ceará (por sexo) entre 1966 e 1970



Fonte: Formulado pelo autor a partir IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Fundação IBGE, edições de 1966 a 1972.

O gráfico acima demonstra como o sindicalismo cearense era ainda um espaço predominantemente masculino. Com um número muito pequeno de mulheres associadas a sindicatos seria muito difícil verificar-se o reconhecimento de lideranças mulheres no movimento sindical, mesmo em greves onde, praticamente, apenas as mulheres se mobilizaram, como no caso da CIONE.

Ao menos no Brasil, mesmo em comparação com as questões étnicas e raciais, o estudo da mulher no mundo do trabalho encontrou mais resistência na História Social do Trabalho, visto que as lutas pelos direitos das mulheres ganharam força no mesmo período do movimento negro, porém ainda são recentes os trabalhos que relacionam as lutas das mulheres com o mundo do trabalho, e mesmo a participação das mulheres nos espaços de direção política são restritos.

### 2.7.1 Raça e Classe

Vários outros ótimos trabalhos buscam entender as relações entre as questões étnico-raciais, o racismo e as classes sociais no capitalismo contemporâneo. Alex Callinicos propõe que podemos dizer que existe racismo

onde um grupo de pessoas é discriminado com base em características que lhe seriam inerentes enquanto grupo. O racismo é frequentemente associado a uma diferença na cor da pele dos opressores e oprimidos, mas isso não é de nenhum modo uma condição necessária para existir o racismo (CALLINICOS, 1993).

Neste texto o autor traça uma defesa de que o racismo é um fenômeno moderno, é uma relação social decorrente do uso de mão de obra escrava, trabalho predominante no desenvolvimento das empresas coloniais no “Novo Mundo”. Portanto, este autor defende que o racismo contemporâneo é uma relação social fruto do próprio desenvolvimento capitalista. Com isto, debate (e se enfrenta) diretamente com as teorias que fundamentam o nacionalismo negro que afirma o oposto, que o racismo é uma relação anterior ao capitalismo e que pouco tem a ver com ele, logo, podendo ser superado à revelia do capitalismo. Callinicos defende que as diferenças raciais são inventadas como forma de justificar uma opressão específica, que neste caso é a opressão de classe. Sendo que a peculiaridade histórica do racismo é que as características justificadoras Dessa opressão são inerentes a um determinado grupo social, como a cor da pele. De modo que uma pessoa de pele negra não pode deixar de ser negra. O autor distingue, ainda, as diferenças raciais modernas das culturas de estranhamento ao estrangeiro, às religiosidades diversas presentes nas relações de trabalho forçado da antiguidade.

devemos ter em mente um dos traços básicos das sociedades de classe pré-capitalistas, notadamente a dependência do que Marx chamou de “força extraeconômica”. Tanto o escravismo antigo quanto o feudalismo medieval se apoiavam na exploração de trabalho cativo. O escravo era reduzido ao status de um bem, um instrumento falante (*instrumentum vocale*), como diziam os romanos. Como tal, o escravo estava totalmente sujeito à força física do senhor, que podia espancar, violentar sexualmente, torturar e até matar. Essa extrema subordinação de um grupo de pessoas a um outro pressupunha o poder militar das cidades-Estado gregas e do império romano (CALLINICOS, 1993).

A sociedade capitalista é qualitativamente diferente, há uma relação de dominação abstrata, não-direta e aberta.

o modo de produção capitalista se baseia na exploração do trabalho assalariado livre. O trabalhador assalariado é, afirma Marx, “livre em um duplo sentido, livre das velhas relações de (...) escravidão e servidão, e, em segundo lugar, livre de todos os pertences e posses e (...) livre de toda a propriedade”. Não é a subordinação legal e política ao explorador, mas a sua separação dos meios de produção e a compulsão

econômica resultante para vender o seu único recurso produtivo, a força de trabalho, que é a base da exploração capitalista. Trabalhador e capitalista confrontam-se no mercado de trabalho como legalmente iguais. Os trabalhadores são perfeitamente livres para não venderem a sua força de trabalho: é somente o fato de que a alternativa é a fome ou a fila dos desempregados que os leva à sua venda (CALLINICOS, 1993)

Em decorrência disto se forja um discurso moral universal de que no capitalismo os cidadãos são plenos de liberdade. O racismo é, portanto, uma criatura, um discurso para justificar a opressão do trabalho escravo nas colônias. Assim os negros podiam ser escravizados, pois eles não eram gente, eram coisas, de pele escura, “marcados por Deus”, não-cidadãos, por isso podiam ser privados dos direitos universais de liberdade que o capitalismo levava a todas as sociedades. Neste debate estabelecido por Callinicos sobre racismo e capitalismo, talvez o mais importante não seja entender se o racismo se estabelece anteriormente ao capitalismo ou posteriormente ao seu advento, mas sim que este estabelece plenamente no capitalismo pois é incorporado na relação social do capital. Nesse sentido podemos interpretar que os elementos constitutivos do racismo no capitalismo, como o horror ao diferente e o preconceito religioso já existiam, porém é apenas no capital que eles dão um salto qualitativo para se transformarem numa relação social específica, tornada uma justificativa moral e até “científica” (ex: darwinismo social), ao explicar o fato de porque um enorme setor social pode ser explorado, coisificado, escravizado, garantindo assim o barateamento do custo da força de trabalho para assim diminuir o custo da produção e maximizar o acúmulo de capital. Ou seja, é no capitalismo que essas relações de horror à diferença étnica, se tornam dominantes ganhando um aspecto estrutural nas relações produtivas, constituindo uma relação social racista.

A partir de Abigail Bakan podemos complexificar a compreensão desta relação entre raça e classe no capitalismo na medida em que a autora busca dar nitidez à própria discussão aberta por Marx sobre as relações de exploração, alienação e opressão da classe trabalhadora. Em *Theorizing anti-racism* (2008) Bakan busca entender as políticas das diferenças sob o viés marxista. Para tanto parte da pergunta: como a sociedade capitalista realmente produz as suas relações de diferenças? E como estas relações estão social, política e economicamente estruturadas?

Dialogando com autores marxistas, não marxistas e com o próprio Marx, Bakan postula que, para o entender as relações de classe, não basta apenas compreender os processos de produção material do excedente. É preciso também estudar os processos de distribuição da produção excedente, bem como isso molda as relações de classe. A autora defende que

historiadores das relações de classe precisam, não apenas dar atenção ao livro I de *O capital* (MARX, 2013), onde o autor explica os processos de produção de capital, mas também aprofundar-se no estudo dos volumes II e III da obra, onde Marx desenvolve as determinações dos processos de reprodução das relações sociais capitalistas. Pois, para Bakan, Marx entende que a exploração não é uma relação específica do capitalismo, mas sim uma característica de todas as sociedades onde exista dominação de classes. O diferencial da sociedade capitalista então está na “força motivadora”, no impulso para a produção de mercadorias, no cerne da produção capital, o que Marx categoriza como a produção de valor. Essa força motivadora empurra tudo e todos no capitalismo para o empenho em expandir a produção de mercadorias e, portanto, para serem cada vez mais competitivos na produção de mais valor.

A autora destaca que Marx entende que, no capitalismo, os processos de alienação, existentes previamente à a sociedade capitalista, se generalizam pois estão na base constitutiva da própria produção material.

Marx considerou que a alienação tinha raízes materiais em condições históricas concretas. As contradições tão fortemente visíveis na sociedade capitalista – a imensa lacuna entre potencial e realidade – indicam a extensão da alienação humana. Para Marx, alienação emerge de quatro fontes: a distância da humanidade dos produtos do trabalho humano; do processo de trabalho propriamente dito; de outros seres humanos, onde o antagonismo entre as classes e, importantemente, entre as classes é endêmico; e daquilo que faz os seres humanos únicos, ou o que Marx chamou de “ser de espécie”. Isso pode ser entendido através da lente de uma política da diferença. Para Marx, a alienação está enraizada na construção de diversos níveis de contradição, ou “diferença”: entre humanidade e natureza; entre humanidade como realidade vivida em condições históricas específicas e humanidade como potencial; e entre alguns humanos e outros artificialmente separados e opostos uns contra os outros no interesse dos interesses materiais estreitos de uma classe minoritária de elite (BAKAN, 2014).

A alienação, uma radical política de diferença, não é entendida aqui como contrária à exploração. Ao contrário, são partes dialeticamente constitutivas do processo de produção material capitalista. Nessa perspectiva, o racismo é uma expressão da alienação presente na sociedade capitalista. A partir de Balibar a autora defende que o racismo age no capitalismo contemporâneo como um “fator agravante” que incide no interior das relações de classe para dividir internamente.

O racismo divide os seres humanos de outros seres humanos de uma maneira que é, como Miles corretamente enfatiza, completamente infundada cientificamente e, na verdade, aleatória, mas que parece, ou “dá impressão”, de não ser aleatória, mas significativa. Nos termos de Gramsci (1971), o racismo é integrado no processo da hegemonia capitalista para parecer senso comum (BAKAN, 2014).

Para provar isso, segundo a autora, podemos observar historicamente que o racismo serviu perfeitamente ao capitalismo como um mecanismo para o progresso do capital industrial. Na medida em que o próprio capitalismo se desenvolvia, o racismo também ia se transformando, deixando de estar relacionado diretamente ao trabalho compulsório, porém mantendo-se como marca para controle das populações pobres, da imigração em massa e dos processos de contestação à ordem vigente. Bakan então oferece para nosso entendimento uma complexa compreensão das relações abstratas de dominação do capital sobre o trabalho, envolvendo exploração, opressão e alienação. A autora define que

A exploração se refere a relações sociais que se desenvolvem e são reproduzidas no processo de extração econômica de excedente. A alienação se refere ao distanciamento geral dos seres humanos daquilo que faz deles de fato humanos. A opressão pode ser vista operando em duas formas distintas, como uma opressão de classe e como uma opressão específica. A opressão é variável e contingente; é, contudo, necessária para a reprodução das relações sociais do capitalismo (BAKAN, 2014).

E conclui que

Categorias específicas sugeridas aqui nessa estrutura de análise são o racismo como uma codificação de alienação, onde a alienação é articulada como hegemonia branca; o racismo como opressão específica; e o privilégio racial como uma categoria historicamente concreta que precisa ser localizada em contextos vividos específicos. Essa abordagem é sugerida como uma contribuição para um diálogo entre perspectivas antirracistas informadas pelas políticas da diferença e o marxismo (BAKAN, 2014).

É a partir destas considerações, não só sobre as relações de raça, como também sobre as relações de gênero em conexão com as relações de classe, que entendemos a história de luta das trabalhadoras da CIONE.

## CAPÍTULO 3 – A GUERRA DA CIONE: PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CLASSE E CONTRA-HEGEMONIA NA DITADURA BRASILEIRA

### 3.1 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DE BASE NA FÁBRICA

Este tópico será dedicado a analisar o processo de construção da paralisação, da greve em si, e das suas consequências para o processo de organização das castanheiras da CIONE. Após termos nos dedicado no capítulo dois a levantar questões em torno da greve, como os agentes políticos, as ferramentas organizativas, as relações de produção e o problema colocado em torno das relações de gênero e raça/etnia no processo de formação de classe aqui esmiuçamos o processo de radicalização do conflito de classes na CIONE na forma da greve. Para isso faremos uma subdivisão didática do processo tentando dar ênfase de análise nos problemas mais inquietantes encontrados na pesquisa em fontes primárias, sobretudo nos depoimentos orais coletados através de entrevistas realizadas com a metodologia da história oral.

#### 3.1.2 O processo de gestação da greve

No capítulo anterior abordamos a situação de trabalho na fábrica, e os problemas que atingiam as operárias na fábrica e na vida fora dela. Mas quais são os fatores que fizeram explodir aquela greve especificamente ali na CIONE em novembro de 1968? Com certeza a resposta a essa pergunta não está em apenas um fator, o melhor é entender a especificidade desse conflito dentre um conjunto de fatores diretos e indiretos, podemos destacar entre eles: a) um momento de grande arrocho salarial; b) piora na qualidade de vida classe trabalhadora em geral; c) uma conjuntura de mobilizações populares em 1968; d) um ciclo de greves e mobilizações de trabalhadores entre 1967 e 1968; e) a situação de trabalho extremamente precárias da CIONE, mesmo se comparada a outras indústrias no Ceará no mesmo período; f) a retomada de uma linha de combatividade e enfrentamento no Sindicato do Óleo; g) a ação organizada da Ação Popular para mobilizar as castanheiras. São fatores múltiplos, alguns mais fortes que outros que somados ajudam a contextualizar e compreendermos melhor o processo para além de uma simplificação da vontade dos sujeitos. Percebemos também que um sentimento de indignação das trabalhadoras da fábrica foi se acumulando e crescendo. Como abordamos no tópico 2.1 cerca de três meses antes da greve as trabalhadoras resolveram virar as bancadas de trabalho no setor do corte devido as péssimas condições de trabalho, foi uma ação imediata e direta de quem não suportava mais tanta precarização. A fábrica respondeu pondo música no setor e “conversando” com as trabalhadoras. Maria de Fátima relata também

outras formas que a fábrica tinha de lidar com as reclamações, mas que essas iniciativas eram efetivas para melhoria das condições de trabalho, ao passo que a exigência com a produtividade aumentava:

Assim, por exemplo, tinha que ter... na época acho que já tinha bebedouro. Mas não era assim umas coisas né, mais assim, mais humana. Quando eu trabalhei nas outras era diferente, era mais diferente. E era muita exigência. Era muita coisa pra gente cuidar. Não tinha a pessoa de pegar só a casca da castanha, de juntar o óleo. Tinha que ficar tirando aqueles surrão de casca, pra esvaziar pra botar outro. Outro pra colocar a as castanha pra gente cortar. O resto ficava tudo por a gente. Quando a máquina dava o prego tinha que chamar o mecânico pra ajeitar. E eles vinham, que era interesse da firma né. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Jaime Libério enfatiza a CIONE ter as piores condições de trabalho, especialmente o fato de a fábrica mandar reutilizar óleo de mamona e álcool que serviam como proteção das castanheiras do corte para evitar a queima dos braços e mãos com o LCC, o que gerava uma revolta muito grande das trabalhadoras do corte, que era um dos setores da fábrica que mais empregava trabalhadoras:

aí é uma questão que por conta do sindicato tinha o domínio das informações, parece que era umas seis fábricas na época com exceção da Brasil Oiticica que eram um pouco melhor...eles recebiam o óleo da castanha que queima né? aí como proteção elas tinham que receber o óleo de mamona que elas chamavam de carrapato e recebiam álcool, agora todas as duas coisas tinham que ser virgem mas o que é que eles faziam eles pegavam as sobras e misturava para distribuir para elas então quando elas iam pegar nesse óleo vinham queimando, e tinha a questão dos salários, havia uma revolta grande no pessoal do óleo, chamado corte, então isso em todas as fábricas existia (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

E apesar de repetidamente os depoimentos dos sujeitos que estiveram atuando diretamente no processo da greve afirmarem que a greve foi espontânea e até surpreendente destacamos uma ação organizada do sindicato e da Ação Popular para chamarem as castanheiras a se organizar para resolver ela seus problemas. Podemos perceber isso na política que a AP teve já anterior a greve de realizar a integração à produção de militantes do movimento estudantil junto a CIONE . Cristina Carvalheira nos afirma que quando da sua chegada em Fortaleza, vindo de Recife, em agosto de 1968, foi direcionada junto com o marido, Elimar Nascimento, para morar na casa da operária Hélia, que trabalhava na CIONE e tinha um irmão padeiro chamado Pedro que também era AP. Juntando-se a Hélia ela conseguiu um emprego na CIONE “Quando eu ía pra fábrica eu ia com a companheira com quem estava morando”, na fábrica argumentou que era filha de agricultores de pernambuco, para justificar o sotaque diferente. Afirma ainda que logo foi bem recebida pelas demais operárias que lhe ensinaram como lidar com o trabalho do corte da castanha (Entrevista.

Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014). Hélia e Pedro mais tarde receberam também Oswald Barroso que assim os descreve “Essa menina tava começando, o irmão dela era do partido, mas não trabalhava na CIONE, e ela tava começando [na AP]. A mãe dela era bastante consciente, inclusive receberam a gente né na casa deles. Era uma família de operários.” (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018). Cristina destaca que quando ela veio de Recife veio também uma outra estudante chamada Marisa<sup>68</sup>, que também se incorporou a produção em outra fábrica do ramo, e que o fato de essa sua chegada articulada pela AP se deu de forma clandestina, sem chamar a atenção nem mesmo dos demais membros da organização:

Nunca chegaram a descobrir que era da AP, de jeito nenhum. Só a menina com quem eu morava sabia que eu era da AP. Inclusive os próprios estudantes que eram da AP e iam pra porta da fábrica distribuir material não sabiam direito. Um dos companheiros que foram distribuir panfleto na fábrica ficou falando pros outros que as operárias eram muito conscientes, muito politizadas, e na realidade ele tinha conversado comigo. A maioria sabiam muito pouco sobre mim, para não dar bandeira. [...] O principal objetivo nosso era o aumento salarial, as melhores condições salariais, discutir como tava esse lance do pagamento pela lata de óleo...  
Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014)

Maria de Fátima destaca ainda a ação de panfletagens que ocorria em frente as fábrica chamando as castanheiras para se mobilizarem “Tinha panfleto.. do sindicato... Eu não sei se na época o sindicato tinha outras fábrica nesse período fazendo alguma coisa.” (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

### 3.1.2 As reuniões de mobilização das castanheiras

Podemos perceber que as formas de reunião e mobilização das castanheiras para organizar a greve foram de forma discreta, sem chamados amplos e plenárias a vista. Podemos perceber um processo semi-clandestino de organização que passava pelas casas das operárias que moravam próximo ou mesmo os intervalos de trabalho. Como nos relata Cristina Carvalheira “Não haviam muitas reuniões, era tudo muito inicial. [...] Nós discutimos muito na porta da fábrica, nos corredores.” (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014), e Maria de Fátima endossa “fazíamos as reuniões tudo lá, na frente da fábrica mesmo no horário que elas tavam lá, que era pra chamar a atenção das operárias. (Entrevista. Maria de Fátima. 08 jul. 2014)

Destaca-se ainda os horários de alimentação, na merenda e, sobretudo, na hora do almoço. Numa fábrica onde o ritmo de trabalho era intenso e as condições eram massacrantes o momento da alimentação se constitui um templo de descanso, um alívio da fuga do trabalho

68 Durante esta nossa pesquisa não encontramos pistas de onde estaria Marisa atualmente.

duro, a hora do prazer de se alimentar. Isso pode ficar visível nos depoimentos das próprias trabalhadoras:

A hora do almoço tinha que comprar o almoço. Outra coisa que eu não me esqueço era dos almoço. Era bom demais. Farofa de carne de porco cozida. Comprava lá os prato de comida. Depois de um tempo, quando eu morava lá eu almoçava lá. Aí pensa a nossa mesa: a esteira de palha no chão, tipo um tapete. Esteirona que a gente trouxe do interior... abria, aí comia ali, aí mandava minhas amigas "entra aí, vem comer aqui também". Aí muitas ficava lá na sala lá de casa. [...] Tinha família que ia deixar almoço pras filha. Aquela pista [Av. Mister Hulll] era muito perigosa. Ave maria. [...] O que eu achava bonito era na merenda de 9 horas. Toda castanheira com a latinha de leite ninho, seca né... machucando a banana com o pauzinho, tipo pilão de bater, machucando sua banana. Aí jogava água dentro, ninguém sabia se era gelada, se tinha gelo não... aí mexia ali, aí era sua bananada com meio pão. Ô ômi, eu gostava demais. Aí eu olhava assim pra tudim né. O pessoal fazendo sua merenda. Era o lanche. A gente levava a merenda, ou comprava ali mesmo no botequim. [...] Comia tudo ali nas calçada, perto do muro da fábrica. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

A operária ressaltando ainda que esse era o momento de conversas sobre a situação do trabalho, somando-se em revolta coletivas, e dali se gestou a iniciativa de agir. Em meios aquelas conversas animadas por comidas populares da cultura alimentar cearense as mulheres perceberam que se elas não tomasse uma iniciativa a situação não mudaria, ali elas começaram o movimento:

Lá hoje é muito bom né, tem restaurante. Naquela época era todo mundo comendo nas calçada, correndo pra um botequim. Comia no meio de homem, no meio de mulher, se reunia um bocadão aculá, as que não ia pro botequim. Tinha até um botequim na casa do meu tio. Era aqui, quando conversava né... as vezes se eu via duas ou três conversando eu ia ali e ficava do lado e dizia meu pensamento. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

Margarida Marques, irmã de Maria de Fátima, que era uma criança à época da greve, nos relata o uso da sua casa pelas castanheiras para se alimentar, conversar sobre a vida, sobre o trabalho e sobre agirem quanto as condições miseráveis em que estavam:

Eu era muito criança na época, quando a gente chegou de Sobral nós fomos morar em frente a CIONE, numa casa que foi emprestada por um primo do meu pai, um primo de segundo grau nosso, uma pessoa bacana, muito importante pra nós. E as minhas memórias em relação a fábrica se dão a partir desse lugar, que era uma casa mais na ponta da rua, de um lado da rua, mas bem em frente a fábrica. E eu guardo algumas coisas importantes, uma delas é que as operárias elas almoçavam na nossa sala, um grupo de operárias né. Elas se reuniam, a gente não tinha móveis na casa, mas tinha uma esteira grande de palha que era onde elas reuniam para comer a marmitta, no meio dia. Isso é uma das lembranças que já me chegam. (Entrevista. Margarida Marques. 27 dez. 2017)

Maria de Fátima lembra ainda que outro espaço de encontro e que serviu de espaço de confluência, de conversas para organizar a paralisação era a feira que ocorria aos sábados

em frente a fábrica: “Eu lembro que todo dia de sábado tinha uma feira muito animada na frente. Porque o pessoal ia passando pra receber dinheiro. Era uma feira enorme.” (Entrevista. Maria de Fátima. 08 jul. 2014).

### 3.1.3 A guerra: paralisação e os piquetes

Após de muitas promessas de melhorias sendo rigorosamente descumpridas as castanheiras rumaram para a paralisação. O processo foi se acumulando em meses de organização subterrânea das castanheiras no cotidiano da fábrica. Nos dias anteriores os preparativos foram ficando mais concretos, havia pouca experiência, a maioria teve ali sua primeira experiência de greve, mas havia muita disposição, e um ódio de classe que se alimentava e explodiu na segunda quinzena de novembro. Maria de Fátima narra com detalhes o evento, o papel protagonista das castanheiras mais antigas na fábrica, o diálogo com as companheiras de trabalho:

Na época a maioria era mais antiga, umas antigas. Aí quando começaram a fazer aquela... como se diz.. a gente não chama de confusão não né? A gente não se reunia muito assim... era passando uma pra outra... "olha, tal, vai ser assim, assim, assim". Mas não era assim uma coisa bem... E foi né. Porque ainda aconteceu, né. [...] Aí a gente ficava combinando pra ficar tudo na frente da fábrica de manhã pra pedir pra elas não entrarem, as outras. As mais velhas, as que tinham mais tempo... com umas mais nova também. [...] Então, o que que aconteceu... a gente ficou ao lado do muro... Porque a porta lá, os próprios guarda não permitia que a gente ficasse muito perto, que era pra eles dar coberto para as que queriam entrar. E a gente fazendo... conversando, e dizendo. Gente que queria trabalhar subia o muro, e eles ajudava. Teve gente lá que subiu o muro, pra passar, teve gente também que foi puxada. [...] A gente convidava, dizendo, explicava pra elas que a gente tinha que melhorar, que era muito pouco, a situação lá dentro também. As coisas ser mais bom pra gente né. Como trabalhar... A gente não falava só também do salário, que ali tinha muita coisa né. [...] Acho que a gente não se recuava muito não. Falava ali pro povo no caminho mesmo pra entrar, a gente tinha papel né. Não ficava no confronto também né. (MF) Durante a greve. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Devido a uma total ausência de documentação que delimite o início da greve, nem mesmo o Sindicato do Óleo tem hoje qualquer documentação do período, não sabemos com precisão quando foi o início da paralisação. Mas há um dia decisivo na greve, que mudará muito a forma como todos as envolvidas enxergavam aquele conflito. No dia 25 de novembro de 1968 os proprietários da fábrica ordenaram que a capatazia “garantisse” a entrada das castanheiras para trabalhar e acabasse com a efetividade dos piquetes que estavam sendo levantados. Há vários depoimentos que relatam esse momento da greve, começamos com o da castanheira Maria de Fátima:

Eles empurravam as pessoas pra entrar! Empurravam a gente! Uma lá quebrou a perna, uma bem altona. Acho que de puxarem e empurrarem ela, talvez de uma

queda. [...] Até o dono na época foi pro meio, o velho Jaime. Como que dissesse assim: “tô no meio elas vem e vão ficar contra as que não querem trabalhar”. Ele e aquele pessoal que ficava no escritório. [...] E eles puxavam a gente pra dentro, na violência. E aí eu resolvi ficar do lado delas. Mal nesse momento eu não participava do confronto, eu tava no meio, mas não tinha coragem. Tinha mulher lá que pulava até o muro. (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014)

Observamos que Maria de Fátima narra que aquele dia foi decisivo para ela aderir de vez a greve, e assim foram com tantas outras castanheiras que se solidarizam com a violência aberta e direta que as que estavam a frente da greve sofreram. Margarida Marques, irmã de Maria de Fátima, que morava na frente da fábrica na época da greve, nos dá a visão de quem era uma criança durante a explosão daquele conflito:

Lembro desse dia específico, algumas imagens ficaram gravadas na minha memória que eu sequer tinha noção do que era, e só tempos depois eu fui construir com outras informações do que se tratava né. Eu lembro das mulheres correndo do portão da fábrica, se espalhando pela rua. Eu lembro de algumas mulheres tentando pular o muro da fábrica. Eu lembro de uma história de que uma das mulheres havia apanhado dos seguranças da fábrica. Eu não lembro de polícia. Eu lembro que havia alguns homens que eram quem perseguiu elas. Depois eu fiquei sabendo que eram seguranças da fábrica. Desse dia específico a imagem que eu guardei foi essa. É uma imagem cortada, é uma imagem que ela chega muito rápida, ela não tem muita firmeza porque eu era realmente muito pequena. Eu só fui entender que aquele corre-corre depois era uma greve, que elas haviam sido reprimidas, foi uma greve que foi usada muita violência contra elas. Foi uma greve muito difícil nesse sentido, da violência, mas isso eu só fui construir com minhas imagens tempos depois. (Margarida Marques. 27 dez. 2017)

Descobrimos em pesquisa em edição do jornal O Povo de 26 de novembro de 1968 que a castanheira e liderança da greve que foi agredida naquele dia se chamava Júlia Freitas dos Santos. Ela foi levada para a Casa de Saúde São Pedro com um braço deslocado, a castanheira teria ainda desmaiado após as agressões na fábrica (Jornal O Povo. 26/11/1968. Pág. 6). Aqui João Batista, presidente do sindicato no período, relata o agravamento do conflito:

Não queriam pagar hora extra pro pessoal. Levamos para a assembleia e assembleia não aceitou e a greve continuou. Aí veio aquela reação que já foi comentada pelo jornal naquele tempo. De que uma operária foi agredida lá dentro. A coisa que eu mais lamento é que essa moça ao tentar sair de dentro da fábrica pulando o muro levou um murro nas costas de um vigilante que deslocou o braço dela. E não deu nada pra ele. Não deu nada. [fazendo gesto de tanto faz]. Tentou sair pra se juntar ao pessoal que tava lá fora. Já foi no decorrer da greve. Não foi logo no início não. Foi no decorrer da greve. De forma que depois a greve por si.. a fraqueza do povo, a fome, o pessoal saía de lá da sede do sindicato e ia pedir ajuda ao pessoal do mercado São Sebastião pra fazer comida lá dentro do sindicato, pra cozinhar, pra elas comerem, pra se alimentarem lá, enquanto continuava o processo da greve. Ajudava, o pessoal do mercado ajudava. Elas iam pedir carne, iam pedir verdura, iam né, essas coisas assim. E cozinham lá dentro mesmo, e se alimentavam. Mas foi um período difícil. Período difícil. Nunca vi coisa tão, tão dramática sabe? Nunca vi coisa tão dramática, numa situação de greve. Porque geralmente greve é greve. Greve é.. já começa com G de guerra. É uma regime de guerra. Greve é um regime

de guerra. É a luta do operário contra a injustiça do patrão, né? Então é um período de guerra mesmo, o pessoal não tem medo de enfrentar. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

É interessante notarmos que a repressão aqui não surge nem da polícia nem de nenhum órgão oficial responsável pela coerção do Estado. São os próprios proprietários da empresa que ordenam a capatazia da fábrica a dissolver os piquetes. Podemos observar que este momento de maior recrudescimento do Estado em seu braço coercitivo se alastra pela sociedade ao ponto de a própria burguesia aprofundar sua política de coerção direta ao trabalho na fábrica. Aqui Jaime Libério, também diretor do Sindicato do Óleo, e aquele momento ex-trabalhador da CIONE, nos relata que as castanheiras não ficaram passíveis com aquela violência, a reação foi imediata e direta:

então elas pegaram pedaços de madeira e sentaram lá de frente à fábrica e não entrarão aí tentar uma duas três vezes por colocar elas a força para dentro da fábrica mas não conseguiram então o Jaime [Aquino] chamou a capatazia para colocar elas para dentro a força, então pegaram uma que era mais influente e conseguiu levar ela para dentro da fábrica mas aí ela se soltou e pulou o muro e acabou se acidentando. E aí nos fomos levar ela para o hospital aí o tempo fechou porque que as mulheres foram para cima mesmo aí nessa hora pegar o Jaime [Aquino] e despejar um tambor de papel higiênico... e até uma companheira fez um desenho sobre essa situação nome dela era Nina<sup>69</sup>, nome frio dela, ela desenhou um homem deitado e as mulheres despejando tambor de papel como uma forma de protesto. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

Porém a repressão estatal também entraria em jogo, apesar de haver memórias distintas e vagas quanto a repressão policial nos piquetes podemos destacar a prisão de João Batista pela DOPS no mesmo dia onde houve esse conflito violento na fábrica partindo da agressão da capatazia à operária Júlia Freitas. A prisão do presidente do sindicato foi noticiada no jornal O Povo de 26 de novembro de 1968

A “PRISÃO” DA DOPS Envolvida no caso, em razão da “prisão” que teria havido com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Sr. João Batista Cavalcante, **a Delegacia de Ordem Política e Social contesta o fato, afirmando que o que fez foi dar plenas garantias para que aquele líder trabalhador pudesse inteirar-se da situação e prestar esclarecimentos sobre a situação de seus companheiros.** Segundo o titular da DOPS, Dr. Luís Coelho, o próprio delegado do Trabalho pediu garantias para o Presidente do Sindicato depois de ouvir na própria Delegacia, de alguns funcionários da CIONE, relatório verbal sobre as lesões corporais sentidas nas dependências da empresa. O próprio Presidente afirma que, depois de ter sido levado de frente a CIONE para a Delegacia em uma rádio-patrolha, apontado pelo vigia Manoel, daquela indústria, esteve no térreo da Central de Polícia, após o que foi levado à DOPS, onde prestou esclarecimentos ao titular da Delegacia e do titular do Trabalho no Ceará.

DIFICULDADES

69 Nina era o codinome de Cristina Carvalheira

Muitos dos punidos estavam ontem a tarde na sede do Sindicato da categoria, lamentando sobretudo que até agora não tenham recebido os salários que, como a empresa, perante a Delegacia do Trabalho, havia se comprometido a pagar no último sábado. Muitos estão formando comissões para conseguir recursos junto a camadas da sociedade, até que se resolva de vez o problema. (Jornal O Povo. nº 12672. 26 Nov. 1968, p. 6, grifo nosso)

Uma coisa que nos chamou atenção na pesquisa, de tal forma que está ilustrado no título deste trabalho, é o fato de pôr diversas vezes os participantes da greve terem chamado a greve de guerra nas entrevistas. Também nas sondagens nas comunidades que visitamos pessoas que tinham ouvido falar da greve a chamavam de guerra, “Ah, a guerra das castanheiras, né?”. Jaime Libério aborda a questão:

Tinham umas que também chamavam... a guerra! [...] acho que é devido ao termo: confusão... barulho.. aquele negócio, não era de cunho político... confusão mesmo! [...] Aí a mãe<sup>70</sup> dela chamava o movimento de revolução... é mas elas chamavam... a mãe delas chamava a revolução, devido que não tinha sossego, era uma coisa, que o pessoal era preso, perseguido [...] A mãe quem chamava de revolução, agora as meninas que trabalhavam na fábrica era quem chamavam de guerra! porque era briga mesmo, uma guerra nesse sentido! Porque de fato foi mesmo uma guerra, foram agredidas e reagiram. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

Isto para nós reflete a intensidade do conflito, a revolta das operárias, a gravidade da violência física a qual as trabalhadoras foram impostas, não só no momento da greve, mas durante todo o trabalho na produção. Outro fator é a inviabilidade do diálogo nesse momento, após o fracasso em negociações anteriores, agravadas pela repressão da greve, se instala uma greve, em que o ódio de classe se faz presente, com o ódio das castanheiras direcionado especialmente para o proprietário da indústria, ao ponto de algumas jogarem um tambor de papel higiênico sujo de fezes do banheiro da fábrica em Jaime Aquino. Oswald Barroso se refere a revolta das operárias como um dos elementos centrais da greve, comparando aquele ímpeto pela ação direta, aquela disposição para a luta como um ato de “loucura”: “Eram pessoas revoltadas, tinha uma revolta espontânea, visceral contra aquela forma destruidora de trabalho que as deixava loucas... muitas loucas mesmo, conheci umas que eram semi-loucas, elas faziam qualquer coisa. Morrer por morrer não tinham medo não, enfrentava qualquer batalha.” (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018). “A gente ia consciente de que era greve.”, afirma João Batista, “Mas a forma que a gente era tratado e tratava também eles, a forma, essa reciprocidade de agressão era de guerra mesmo, não era outra coisa não.” e finaliza “Não havia possibilidade de entrosamento, não havia possibilidade”. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017).

70 Mãe de uma das castanheiras que estava a frente do movimento. Muitos dos depoentes se referem a castanheiras que estavam a frente das ações na greve, mas não conseguiram se lembrar de seus nomes ou qualquer outra informação sobre elas.

Quanto a dimensão da adesão das castanheiras ao movimento paredista há diversas abordagens nos depoimentos, verificamos que a maioria enfatiza uma grande adesão das castanheiras a greve, muitos deles falando de paralisação total da fábrica, como narra Maria Elódia:

Eu lembro, todos os operários não entraram pra trabalhar. A greve era por aumento de salário, por melhora de condição de serviços, todas aquelas coisas que eles conseguiram ver que daquele dia em diante não podia mais continuar assim. O método de trabalhar ainda era pegando assim a castanha. A castanha espirrava o leite no olho, sabe, essas coisas... (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

O depoimento de João Batista endossa a visão de uma paralisação com grande adesão e justifica ainda que o protagonismo das mulheres teria sido decisivo para isso já que o setor do corte da castanha era empregado apenas por mulheres e este é o setor fundamental da produção, sem eles o resto para:

Rapaz eu acho que pararam a totalidade. Toda a fábrica. Foi uma greve de peso. Parou a fábrica toda. Porque quando pára o corte pára todo o resto, não tem como andar. Quando elas pararam as outras aderiram. Foi uma greve de mulheres. Os homens que trabalhavam aderiram, tinham que aderir, porque eles não produziram nada sem elas. O protagonismo foi das mulheres e os homens que trabalhavam tiveram que aderir, aliás eram muito poucos. A grande maioria eram mulheres. [...] O pessoal do administrativo fica que nem bosta n'água né. Pra onde a coisa vai... (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017).

Mas há outros depoimentos que afirmam que a adesão foi muito grande, mas que algumas castanheiras ainda mantiveram a fábrica funcionando. É o caso do depoimento de Maria de Fátima, que além de afirmar que haviam castanheiras que continuaram trabalho adiciona que em sua opinião estas castanheiras que não aderiram a greve por medo de serem demitidas:

Tinha gente trabalhando. A cabeça das pessoas né? Tinha gente que entrava num horário muito mais cedo pras outras não vê... Tinha gente que entrava escondido. Tinha medo de perder o emprego. Era... com medo de participar. Muita mesmo... por necessidade todas tinha né. Que a gente tava ali nessa luta mas não sabia nem se realmente ia... né. Porque eles eram duro demais. Principalmente o dono... Jaime. Era a lei deles. Eles botavam aquele moralzão deles lá. Muita gente não foi por isso também. Porque eles iam lá pra porta também. Até o dono também. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

Em outra entrevista, realizada em 2014, Maria de Fátima já tinha abordado a questão, explicando que o ato de convencimento para aderir a paralisação era diário, explicando que após os piquetes as operárias que aderiram a greve e seguiam pro sindicato: “Aí depois que as mulheres que queriam entrar entravam nós íamos pro sindicato, fortalecer a luta né. Não era tão pouquinha. Lá era mulher demais. Se tivesse parado todo mundo nem cabia no sindicato.”

(Entrevista. Maria de Fátima. 08 de jul. 2014). Em sua tese de doutorado “Las Castañeras” sobre o trabalho feminino na indústria da castanha Helena Frota registra que esta greve de 1968 teria atingido cerca de 5000 operárias, paralisado 3 fábricas na capital e durado 3 dias<sup>71</sup>.

Porém, o que encontramos em nossa pesquisa foi uma grande adesão a greve, beirando a totalidade das trabalhadoras, apenas na fábrica da CIONE, que tinha cerca de 2 mil trabalhadores, sendo 90% mulheres. Encontramos também iniciativas de solidariedade e tentativas de expandir a greve para outras fábricas do ramo, como iremos expor mais a frente, porém sem se expressar em greves em outras fábricas. Segundo João Batista, durante as plenárias e assembleias que ocorreram no Sindicato do Óleo durante a greve registrava-se a presença de muitas operárias de outras fábricas. É o que evidencia também Jaime Libério quando questionamos se a greve se alguma outra fábrica também chegou a ter greve naqueles dias: “Não, nenhuma chegou a paralisar, mas iam para as assembleias do sindicato.” (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018).

Quanto a duração da greve não há uma evidência precisa da quantidade exata de dias de greve na CIONE. Mas há diversos testemunhos de a greve ter durado mais de uma semana, chegando até duas semanas. Encontramos ainda nas páginas do jornal O Povo de 11 de dezembro de 1968 que após a fábrica não vir respeitando o acordo estabelecido junto à DRT dias antes o sindicato estavam respondendo com o retorno das mobilizações. Hoje, uma visão mais próxima da “versão oficial” da empresa é passada por Franzé, relativizando o movimento de 1968 e enfatizando que a fábrica nunca parou completamente e que a maioria das trabalhadoras não aderiam aos movimentos e queriam mesmo era trabalhar, isso devido ao fato de Jaime Aquino era um empresário diferenciado, presente no cotidiano da fábrica:

Deve ter acontecido viu. Na época eu era criança. Mas de estudar e da literatura mesmo o que agente escuta é que foi uma coisa bem tumultuada. Mas da minha época pra cá, de 1976 pra cá.. (...) A gente via muitas manifestações. Eles vinham pra porta da CIONE assim como vinham para as outras fábricas. Mas 99,9% das pessoas queriam entrar pra trabalhar e eles [sindicalistas] que faziam aquelas barreiras para as pessoas, tentavam segurar uma, outra pessoa. Mas que fosse um movimento espontâneo de insatisfação do conjunto dos trabalhadores, eu não vivi essa fase. (...) Eu até admito que tenha atingido a CIONE. Pois o que acontecia numa fábrica chegava na outra. Mas acho que até a presença do dono, de lidar diretamente com as pessoas, existia uma relação de confiança. Acho que isso dificultava esse movimentos. É diferente. Por exemplo a Iracema [antiga Brasil Oitica], uma multinacional. Quem era o dono da Iracema? Talvez se você perguntar ao gerente nem ele saiba. São acionistas, moram aonde? Não sei, talvez na Inglaterra, nos Emirados. Então é diferente a forma de você tratar. A solução chega muito mais rápido. Eu imagino que esse tipo de realidade da CIONE dificultava esses movimentos paredistas. Mas te dizer que desde que eu comecei a trabalhar aqui que eu lembro que não teve expediente? Por conta de uma paralização assim?

71 Cf. FROTA, 1999.

Eles faziam barulho né.. dificultavam as pessoas entrarem, colocarem aquelas faixas na porta. Puxava um, puxava outro. Mas realmente que tenha parado por conta de uma greve, isso não ocorreu. (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014).

Já Malveira, um operário que trabalha até hoje na produção da fábrica, relata a inexistência de movimento antes de 1968. “Eu lembro de movimento em 1975 puxado pelo sindicato. Antes disso eu não tenho notícia não.” (Entrevista. Malveira. 01 jul. 2014). É importante destacar que o depoimento foi pego com Malveira na presença da gerência da fábrica. Infelizmente não tivemos condições de realizar entrevistas com trabalhadores atuais que já trabalhavam na fábrica na época da greve fora da fábrica, em uma situação em que estes se sentissem menos pressionados pelo regime da fábrica, essa foi uma debilidade de nosso trabalho que não conseguimos superar. Após constituir um relato primário, a instituição CIONE nunca mais nos respondeu e fechou as portas para a pesquisa, inviabilizando acesso a qualquer tipo de evidências solicitados por nós oficialmente.

#### 3.1.4 O papel do sindicato

O caráter espontâneo e explosivo da greve fica mais visível quando percebemos como se deu a ligação do sindicato com a paralisação. Sindicalistas como João Batista e Jaime Libério nos afirmam que eles próprios só ficaram sabendo da greve quando as próprias castanheiras da CIONE já estavam paralisadas, havia uma expectativa quanto a um movimento na fábrica, havia um acompanhamento do sindicato, mas não estava planejado se instalar uma greve naquele momento, como conta João Batista:

Tanto é que um dia eu estava trabalhando no meu emprego na Brasil Oiticica e soube que tinha estourado uma greve numa das fábricas do sindicato que era a CIONE. Estourado a greve da CIONE! Quando eu soube disso aí bati meu cartão e saí pra me certificar do que estava acontecendo... Quando cheguei no sindicato já encontrei gente lá no sindicato. Aí qual era a minha atitude? Era apoiar o pessoal, era apoiar. Da melhor maneira que eu pudesse. E a gente, eu junto com a diretoria apoiamos o pessoal, junto com o sindicato de tecelagem. O nosso sindicato funcionava no sindicato dos tecelões. Na sede do sindicato dos tecelões. E a ajuda do sindicato pra apoiar a gente e demos o apoio, o pessoal se reunia, a gente fazia as nossas assembleias lá no sindicato, a sede ficava cheia de gente, lotada de gente, de castanheira, que trabalhava na indústria da castanha. [...] A sede não era muito grande não, mas tinha mais ou menos umas 200 pessoas. Fora as que ficavam pelo lado de fora né, as que ficaram dentro. Porque num movimento assim não precisa todo mundo concentrado né, fica a maioria dentro mas fica umas por fora. E nós demos apoio. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

É importante ressaltar que João Batista neste momento ainda não era militante da AP e não tinha conhecimento da política de integração a produção e trabalho clandestino que estava sendo feito pela organização na CIONE através de Cristina e Marisa. Porém, mesmo Jaime Libério que além de já ser da AP na época também era o responsável do sindicato por

acompanhar a fábrica afirma da surpresa quanto a greve e que eles só chegaram para coordenar o movimento depois que este já estava estabelecido.

Então o tempo fechou na fábrica, tanto que tinha um vereador que morava de frente à fábrica Levou essas Operárias até o sindicato umas foram no carro outros foram a pé aí aonde eu fui avisado que elas estavam se mobilizando para ir ao sindicato, Aí sim depois disso que nós fomos coordenar todo movimento saber como é que foi o como é que tinha acontecido saber de tudo... (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018).

Como discutimos no capítulo anterior, uma característica muito emblemática da desigualdade de gênero presente no sindicalismo cearense e brasileiro no período era o fato de que o Sindicato do Óleo, uma entidade que representa e organiza uma base composta em 90% por mulheres, em 1967-1968, um dos períodos de maior mobilização na história da categoria, não tinha sequer uma mulher na sua diretoria! Isso nos ajuda a compreender porquê mesmo com uma ação organizada do sindicato de acompanhamento do cotidiano das fábricas, com uma disposição real por parte da direção sindical de construir mobilização com as trabalhadoras nas fábricas, havia um abismo entre direção sindical e base de trabalhadoras ao ponto de o sindicato só tomar conhecimento de uma greve numa das principais fábricas do ramo apenas quando ela já está ocorrendo. Isso vai muito além da personalidade dos sindicalistas e outros sujeitos envolvidos, mas reflete uma enorme desigualdade de gênero onde as mulheres eram maioria e a base do sindicato, e os homens, minoria na base, eram os dirigentes. Reflete um momento em que o sindicalismo brasileiro não tinha preocupação com as questões de gênero, mesmo que conectadas a organização de classe. Portanto, não é surpresa existir relatos como o de Maria de Fátima, operária que não havia vivido alguma outra experiência de organização política antes da fábrica:

Eles [do sindicato] se mostravam estar muito do nosso lado, dando apoio, e mesmo assim eu ainda achava fraco. Até dizer os direito que você tem né. No seu trabalho tudim, lá não tinham essas coisas de tá lhe informando, dizendo seus direito. Era muito assim... uma coisa muito... Num cativava a gente como operária. Eu não achava não. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Não tinha muito de se encontrar nas casas não. Era na fábrica mesmo, e depois íamos no sindicato, que era na Agapito dos Santos. E eu já achava o povo do sindicato fraco, tipo assim, eles ajudavam né, mas eu acho que tinha que ser mais, dar mais apoio. Se fosse agora talvez eu fosse até uma líder. Porque na época eu tinha medo de falar, de debater, de ir pro confronto. Agora não, com a experiência eu aproveitava muito mais. (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014)

A falta de identidade das mulheres com o sindicato não se dava ainda por falta de lideranças autênticas entre as mulheres, é o que nos evidencia ainda outro relato de Jaime Libério, que destaca a liderança de operárias como Júlia Freitas, que foi atacada pela

capatazia da CIONE, “devido a força que ela tinha... havia uma moreninha também que ela liderava lá... no sindicato ela não falava nada mas lá na fábrica ela chamava em voz alta: companheiras! se dirigindo as operárias”. Quando questionado porque então não haviam castanheiras na diretoria do sindicato justifica: “porque elas não se uniam aos demais e também os que falavam lá eram ‘profissionais’ então ela nem falava... Eu conhecia uma Luiza... era uma senhora que trabalhava na fábrica da Faísa e eu trabalhava lá e ela tinha coragem de falar lá no sindicato.” (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018).

Mesmo sem ocupar um espaço formal de liderança as castanheiras não deixaram de serem de fato as protagonistas do processo da greve, elas quem sustentavam as atividades no sindicato, elas quem buscavam a solidariedade de outros setores da sociedade, elas quem buscavam o sustento da greve realizando “pedágios” junto a comerciantes, constituíam as comissões de funcionamento da greve, de agitação, de negociação, ainda que sob a liderança dos homens.

E a partir disso articulações para se fortalecer e foi feito várias ações pedágio para fazer o movimento ficar mais forte ainda era um trabalho sério. à noite a gente fazer a assembleia sobre as decisões que deveriam ser tomadas...Eu conversei com o João que era para o João falar para tirar uma comissão que acompanhava ele para ir nas delegacias do trabalho. Elas iam fazer uma comissão aí e as que ficava a gente ficava animando ela, só botava música para elas dançarem desopilar porque de manhã cedo elas acordavam desanimadas... tinha que fazer um mingau pros meninos [filhos e filhas das castanheiras] para passar o dia e aí a gente tentava reanimar elas e aí em ti animava elas para até a chegada da comissão política para discutir os fatos. Nesse período a gente tirava comissão para ir nas outras fábricas conversar com outras operárias, Então todo dia a gente vive nesse ritmo foi por mais de uma semana de mobilização. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018).

João Batista ressalta a dinâmica intensa da greve e o acompanhamento enquanto sindicato. O sindicato era o centro político da greve, na medida que o sindicato entrou no processo sua sede foi intensamente utilizada para assembleias, para planejar os piquetes, para alimentar as castanheiras, para onde as pessoas que queriam se solidarizar iam. “Todo dia tinha piquete. Enquanto durou a greve teve piquete. A adesão foi muito grande. O pessoal se reunia lá e de lá ia pro sindicato. Todo dia assembleia. Não podia passar um dia sem assembleia não, senão esfriava o movimento. Se você não vai pra lá hoje, amanhã você não quer ir também.” (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017). E enquanto isso, Luzimar, sua companheira, que era castanheira da Brasil Oiticica, maior fábrica do ramo, ficava em casa, cuidando da filha pequena “Eu ficava em casa chorando porque ele passava a noite no sindicato e eu ficava em casa com a menina. As vezes eles dormiam lá.” (Entrevista. Luzimar. 07 dez. 2017). Podemos ver aqui a intensidade da divisão social do trabalho e da militância

entre os gêneros, às mulheres, que trabalhavam na produção, eram destacados os serviços domésticos de cuidado com as crianças e com a alimentação, seja na sede do sindicato, ou nas casas, e aos homens eram reservados os espaços da política, estes mesmos militantes sociais engajados em projetos igualitários, reproduziam a lógica do machismo em casa e na entidade de classe. Este não era uma característica pessoal deste sindicato, ou destes sindicalistas, mas era o que predominava no sindicalismo do período, e que em grande parte ainda se repete no sindicalismo e entre nós que nos homens que nos engajamos na militância social de hoje.

Além de todas as outras atividades dentro e fora do sindicato, Maria Elódia ressaltava que o mais importante na greve era garantir a paralisação das atividades, para “pesar no bolso do patrão” e fortalecer o poder das trabalhadoras na negociação. “Tinha plenária, assembleia, tinha. Agora elas ficava, o povo do óleo, ficava sentado nas cadeira. Porque o importante deles era não ir trabalhar. A greve tava demonstrada, não apresentação deles na fábrica. Aonde eles tavam não tinha importância... era tudo no sindicato dos textéis porque eles não tinham sede.” (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013). E João Batista lembra que naqueles momentos de grande perseguição aos movimentos combativos de trabalhadores, a repressão estava instalada dentro mesmo da greve, dentro do sindicato, quando conta sobre o episódio em que encontraram policiais infiltrados dentro do sindicato: “Tinha no sindicato durante a greve [policiais] infiltrados lá dentro. Lá na polícia me disseram [quando foi preso]. Me disseram que sabia que eu tinha dito ‘não venha me dizer não que você não disse que vocês tinham salário de fome’”. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017). Jaime Libério nos dá mais detalhes sobre o ocorrido:

daí a polícia chegou e uma operária avisou: Olha companheiro aquele rapaz ele tá na Assembleia com rádio, então eu avisei olha avisa para quem tiver na fila com ele sai devagarzinho para ficar só aí quando ele sentiu que estava só ele saiu aí as mulheres correram atrás dele e ele foi até a direção de um carro para escapar, ou seja eles estavam gravando tudo que era dito lá no carro da polícia, aí no outro dia nós fizemos uma fiscalização só entrava quem tivesse a carteirinha do sindicato para não haver traidores. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

### 3.1.5 A negociação

Após uma semana de conflitos aberto, uma grande repercussão em um dos maiores jornais do Estado, mesmo num período de censura aberta da imprensa, não se abriam canais de resolução dos problemas que levaram as castanheiras a paralisação, após o conflito físico na fábrica em um dos piquetes abrir um canal de negociação entre trabalhadores e patrão ficou ainda mais difícil. João Batista relata que sua postura de momento era não abrir margem para apaziguamento do conflito:

Eu vou ser sincero com você, eu nunca me propus a ser pelego. Nunca. E tenho raiva de pelego. Nunca me propus. Então, as oportunidades de ir lá, eu não tive, ele não me chamou, e se ele me chamasse eu não ia conversar com ele. Pro meu lugar de conversar com ele era a delegacia regional do trabalho, não era lá no ambiente dele, se ele quisesse conversar comigo fosse no sindicato, mas ele nunca foi... Né... (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

É então que entra em cena a Delegacia Regional do Trabalho. Sindicato e empresa são levados a uma negociação trabalhista na sede da DRT a fim de “resolver o conflito”. Em plena ditadura militar a DRT representava o Estado na “mediação” de um conflito entre capital e trabalho.

Passou o primeiro dia de greve, o segundo dia de greve, num lembro quantos dias passaram até que... que houve a reunião na, na delegacia regional do trabalho. Eu tinha ido falar com o doutor Vicente Cândido Neto, aquele tempo que era o delegado regional do trabalho. Ele tinha sido meu diretor na escola onde eu estudei no SENAI. Tinha diretor da escola, eu tinha um certo conhecimento com ele e eu fui falar com ele sobre essa questão e ele convocou a reunião pra a gente. Juntamos uma comissão e fomos pra delegacia regional do trabalho, discutir junto com o patrão lá, com os patrões lá da CIONE, seu Jaime Aquino, não lembro se ele estava presente, mas com certeza os representante dele estava lá (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017).

A legislação trabalhista mesmo dilacerada pelo golpe militar ainda orientava a uma ação de ajustamento da conduta da CIONE em relação às condições de trabalho e salário. A própria orientação da DRT parece ter sido esta, pelo que localizamos nas notícias de O Povo daquele de 27 de novembro de 1968. Porém o que se viu depois parece ter sido uma omissão na fiscalização da fábrica, no cumprimento do acordo que se acertou de melhorar as condições de trabalho e o pagamento na fábrica.

É preciso entender que toda a estrutura do Ministério do Trabalho, da alta cúpula até suas delegacias estavam sobre controle restrito da política de ataque aos trabalhadores da ditadura. Fernando Teixeira da Silva (2016) nos demonstra em extenso estudo sobre os conflitos na justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe que até o golpe os primeiros anos da década de 1960 foram marcadas por importantes vitórias dos trabalhadores na Justiça do Trabalho. Inclusive, podemos entender a partir do que o autor aponta, que essa infiltração das demandas dos subalternos no estado restrito é um dos problemas que as classes dominantes se colocaram a resolver com o golpe militar, intervindo diretamente na justiça do trabalho e no ministério do trabalho para evitar, senão dificultar muito, qualquer vitória de trabalhadores e seus sindicatos naquelas instâncias. O trabalho de Bárbara Santos sobre o Pacto Sindical no Ceará corrobora com esse cenário de disputa da justiça do trabalho e do próprio ministério no período anterior ao golpe quando retrata a política do Pacto Sindical de

defender o nome do simpatizante do PCB Amadeu Arrais para a Superintendência do Ministério do Trabalho no Ceará durante o governo de Jango, aposta essa que se concretizou:

Amadeu Arrais, no principal posto do Ministério do Trabalho no Estado do Ceará, produziu práticas propagandísticas de caráter organizativo e reivindicativo. Com o intuito de conquistar a adesão de trabalhadores ao seu programa, a DRT, representada por seu delegado, passou a adotar medidas de educação e propaganda sindical com a promoção de eventos em todas as regiões do Estado. (SANTOS, 2009)

Logo após o golpe de 1964 Arrais foi destituído, assim como a Justiça do Trabalho, no Ceará e em todo Brasil, sofreu profundas mudanças a fim de reequilibrar as posições das decisões judiciais em torno de posições favoráveis aos patrões nas disputas trabalhistas. É o que se efetiva, por exemplo, na imensa maioria dos acórdãos de processos individuais de trabalhadoras contra a CIONE entre 1964 a 1970. Quanto a própria decisão da DRT na negociação da greve da CIONE o que temos acesso é através da oralidade dos sindicalistas e das notícias do jornal O Povo, visto que mesmo após vários dias de pesquisa no Ministério do Trabalho – Ceará não encontramos nem pista de qualquer ata que registrasse aquela negociação trabalhista<sup>72</sup>. Em notícias do Jornal O Povo de 28 de novembro de 1968 foi relatado um acordo entre o Sindicato e a CIONE que consistia basicamente da empresa corrigir as condições mínimas de trabalho e realizar os pagamentos e efetivação de direitos assim como mandava a CLT, sem efetuar nenhuma demissão, enquanto que as castanheiras deveriam voltar ao trabalho e que 85 das castanheiras que haviam sido suspensas perderiam 3 dias de salários. Porém, sob estas condições, segundo João Batista as castanheiras em assembleia não tiveram acordo com essa proposta: “Aí ficou decidido [‘na negociação’] que o pessoal ia parar a greve por imposição deles e da delegacia regional do trabalho. Convenceram a gente a aceitar. Quando nós chegamos no sindicato pra dar a notícia o pessoal não aceitou. As condições que eles quiseram, eles impuseram a gente o pessoal não aceitou.” (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017).

De todo modo, no dia 11 de dezembro de 1968 a mobilização das castanheiras da CIONE volta a ser notícia no jornal O Povo apresentando nova denúncia do Sindicato do Óleo quanto ao não cumprimento de nenhuma melhoria nas condições de trabalho da fábrica por

<sup>72</sup> Vale ressaltar que não encontramos esta documentação mesmo trabalhando com quase 18 mil páginas de documentos do Ministério do Trabalho e Emprego – Ceará que infelizmente, por não ter nenhuma política arquivística, ou ao menos de resguardo documental, estava em situação de desmanche. Infelizmente essa é mais uma situação lamentável em que se encontra parte fundamental de evidências documentais da história da classe trabalhadora no Brasil. Especificamente sobre a ata destas reuniões entre DRT, Sindicato do Óleo e CIONE, segundo os próprios funcionários do MTE Ceará, devem ter sido destruídos, ou por ação consciente de gestões do ministério, ou por omissão, desleixo e ação do tempo.

parte da CIONE, mantendo ainda a lógica de pagamento pelo que fosse produzido. Como podemos observar na transcrição de parte da notícia:

#### CIONE NÃO CUMPRE ACORDO E RECLAMAÇÕES RECOMEÇAM

Contrariando tudo que havia acertado na Delegacia Regional do Trabalho, com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos, a Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE – ainda exige de seus operários o expediente de doze horas diárias de trabalho, sem pagar nem ao menos o salário-mínimo regional.

A denúncia formulada pelo sindicato da categoria, dá conta ainda de que, se operário exigir o cumprimento da jornada normal de oito horas, fica privado do “aumento” prometido, que, segundo o Sindicato, não é outro senão o referente ao aumento de produção, porquanto a empresa continua pagando por tarefas.

#### VAI A JUSTIÇA

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Óleo está se articulando para ir à Justiça do Trabalho reivindicar todos os direitos preteridos pela CIONE, e tratar ainda da demissão de quatro funcionários, considerados pela empresa como “cabeças” do movimento reivindicatório do último mês. Para os empresários da CIONE, toda a luta reivindicatória não serviu senão “para sujar o nome”, conforme denuncia o Sindicato ter sido anunciada pela Indústria a uma das operárias, surpresa com o recebimento de salário inferior ao mínimo.

O Sindicato, aliás, nem ao menos pode precisar se a fiscalização do Ministério do Trabalho esteve na empresa conforme ficou solenemente prometido pelo titular da Delegacia Regional, porquanto à entidade foi vedado o acesso à fábrica. (Jornal O Povo. nº 12685. 11 Dez 1968, pág. 6)

### 3.1.6 A tentativa de expandir a greve

A greve que se estabeleceu na CIONE se dava por condições que em maior ou menor medida se repetiam na maioria das 14 fábricas do ramo do beneficiamento da castanha de caju até aquele ano de 1968. Quando a greve explodiu a repercussão nas demais fábricas foi muito grande e se começou a cogitar a possibilidade de expandir a greve para estas demais fábricas. A principal delas era a Brasil Oiticica, a maior e mais antiga fábrica do ramo no Ceará, houve uma intenção da AP e do sindicato para fazer a greve chegar até a fábrica que ficava em um pólo industrial da cidade na época, a avenida Francisco Sá, era lá que João Batista trabalhava e também o ex-presidente do Sindicato do Óleo, Raimundo Mendes que justifica aqui porque para ele não houve condições de realizar uma greve naquela fábrica:

O pessoal queria que a gente fechasse a Brasil Oiticica, mas lá, mesmo sendo do capital americano, a assistência de proteção do trabalhador ela dava melhor do que as outras tinham, podia não dar aquilo que devia dar, que era isso que a gente lutava, que era pra ter o melhor, mas tinha castanheira se fosse bem aplicada ela ganhava melhor que o mecânico de lá. Então pegar e fechar uma fábrica num sindicato que não tinha dinheiro nem pra pagar o aluguel, como é que a gente ia dar cobertura a

ruma de fábrica que tinha sem ter condição? E o meu caso, se eu entrasse na greve como é que eu parava? Aí tenha paciência, isso eu não ia fazer. Mas o Jaime [Libério] achava que tinha, agora ele fazia, podia e fez né. Mas eu não ia fazer de jeito nenhum. (Entrevista. Raimundo Mendes. 02 set. 2017)

Observamos ainda que esse esforço de expandir a greve da CIONE para a Brasil Oiticica se efetivou através de panfletagens de estudantes, que cumpriam a tarefa de fazer atividades que chamavam muita atenção da polícia, como panfletagens e pichações. Essas atividades esbarraram na repressão aberta da polícia que inclusive prendeu estudantes a fim de evitar o alastramento da greve, como é o caso de José Machado, na época estudante de física da Universidade Federal do Ceará.<sup>73</sup>

O fato de uma greve operária naquele momento e a possibilidade de expandir ela para outras fábricas e outros setores da classe trabalhadora fez militantes da esquerda que trabalhavam em outras fábricas de outros ramos da indústria ensaiar mobilizações em seus locais de trabalho, porém nesses casos a barreira era a fraca mobilização dos trabalhadores, muito prejudicada pelo papel conciliador e subserviente dos sindicatos que estavam sob intervenção ou com diretorias alinhadas aos interesses do Ministério do Trabalho do governo militar. Como podemos ver a partir do depoimento de Raimundo Guerreiro quando questionado sobre o esforço de expandir a greve para outras fábricas: “Isso existiu. Mas o movimento operário, as direções sindicais eram muito acomodadas. Pra isso o imposto sindical servia para manter essa pelegada ali. Nós lutamos muito contra isso. (Entrevista. Raimundo Guerreiro. 23 set. 2017).

### 3.1.7 Fim da greve

Na análise das fontes encontramos duas versões quanto momento de fim da greve, como expomos nos capítulo 2, no dia 28 de novembro de 1968 é publicado no jornal O Povo uma notícia de título “Empregados da CIONE retornam ao trabalho” onde se anuncia que trabalhadoras e patrões entraram num acordo para o fim da greve, mas como expomos algumas páginas atrás João Batista em entrevista concedida a nós recentemente garante que esta negociação feita a DRT foi levada a assembleia com as trabalhadoras na sede do sindicato do óleo, onde estas rejeitaram a proposta que contava com a perda de três dias trabalhados de 85 trabalhadoras que haviam sido suspensas no episódio que levou a agressão física da capatazia da fábrica a operária Júlia Freitas. Somado a isto todas as castanheiras, sindicalistas e militantes partidários nos narram que a greve durou mais de uma semana.

<sup>73</sup> Sobre a panfletagem na Brasil Oiticica e a prisão de José Machado Bezerra, ver o próximo tópico 3.2 “Foi a solidariedade de classe que me fez conhecer a CIONE”.

De qualquer modo o que percebemos um processo de fim da greve marcado pelas dificuldades materiais de subsistência das trabalhadoras. Como abordamos o pagamento era realizado semanalmente pelo que se era produzido, se as castanheiras não trabalhassem elas não recebiam, isso somado a um salário e uma situação de vida miserável pesou muito, sobretudo as famílias das castanheiras que dependiam daquele salário para poder comer. Os últimos dias da greve foram marcados pelo intenso sofrimento da fome, do medo de perder o emprego, de as castanheiras que eram mães não terem a certeza se poderiam alimentar seus filhos, e apesar das ações de pedágio, das solidariedades, a fome e a miséria de não ter um emprego para poder colocar nem um prato de comida na mesa pesavam muito na consciência daquelas trabalhadoras. João Batista relembra aqueles momentos de aflição:

Imagina você, você vive trabalhando numa fábrica, onde você não ganha um salário nem o mínimo, tem filho pra cuidar, tem família, muitas eram pai e mãe, não tinham marido, muitas delas, eram as únicas. Aí aparece uma greve dessa. Ela já tá em casa sem alimento pros filhos. A greve dura cinco dias. Tu acha que esse pessoal tem espírito para enfrentar continuar uma greve dessa sem promessa, sem nada? A gente tem que entender que a situação obrigou elas a voltarem, num foi por livre e espontânea vontade, foram obrigadas a voltar por necessidade. Foram obrigadas a voltar porque não tinha jeito. [...] A greve acabou por falta de resistência. Falta de resistência do povo. Elas não tinham condições de se manter. Financeiramente elas tavam acabada. Tinha que abrir mão. Aí continuar trabalhando pra ganhar mais um pouquinho, trabalhando mais de 12 horas pra poder dar a produção que eles queriam. Senão não era nem um salário mínimo. Salário de fome miserável. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

Jaime Libério também narra esses momentos ressaltando o debate ocorrido na AP sobre o fim da greve, marcado por divergências quanto a condução do processo, especialmente na coordenação da AP:

Eu fui muito criticado pelo comando Por conta disso... você viu aquelas pessoas chorando, para dar de comer, não tem outra fonte, aí na greve vai perder o emprego? Então para você levantar a auto-estima dessas pessoas... não é todo mundo que vai aderir à greve, aí quando foi para terminar a greve já vinha e sentia que o grupo estava diminuindo, elas diziam que fulano e sicrano tava conversando porque a família estava precisando do dinheiro e não podia ficar sem renda, então a gente conseguiu ainda segurar por uma semana, e quando eu levantei essa situação pro comando os principais ficaram questionando “mas era para ter ficado até o fim não era para ter cedido...” e eu dizia “você não estava lá para ver a situação, para sentir a pressão, para ver o que elas estavam passando com a greve...” da manhã até chegar a negociação de como irá se tratar com o patrão. E aí as exigências do patrão era a gente aceitar voltar, porém as cabeças serão demitidas, [...] então elas resolveram ficar e decidiram colaborar[...] aí a gente passava um dia para outro mas não podia forçar muito porque ela já estavam cansados e querendo desistir. Era um negócio muito sério porque mexe com famílias mexiam com criança. [...] o problema sério de manutenção de filhos. Não vou chegar lá e fazer um pronunciamento contra. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

Vemos ainda o cerco de repressão da ditadura se fechando ainda mais, percebemos que ainda a continuidade da mobilização na fábrica, pela própria notícia do jornal O Povo de 11 de dezembro de 1968 percebemos a intenção de retomar a mobilização, inclusive se recorrendo a justiça, após o não cumprimento do prometido pela empresa. Porém, dois dias depois, no dia 13 de Dezembro de 1968 o governo militar aprofunda o fechamento da ditadura decretando o Ato Institucional número 5, fechando o congresso nacional, aumentando a censura, repressão e perseguição sobre as esquerdas e os movimentos de subalternos, jogando milhares de militantes sociais na clandestinidade.

### 3.1.8 Vitórias?

Ao final da greve foram feitas muitas promessas por parte da fábrica, o que pudemos observar nas notícias do jornal O Povo já expostas aqui. Porém, o que de fato foi cumprido? As repercussões de uma greve na relação de forças entre trabalhadores e empregados podem se dar em curto, médio e longo prazo. Já em longo prazo Jaime Libério lembra que houve sim vitórias imediatas entre aquilo que foi reivindicado desde o início da mobilização: “O preço [pago pelo quilo de castanha produzido], a questão do óleo [de mamona] e do álcool [que serviam para evitar as queimaduras] [...]”. Lembra ainda que “uma das reivindicações, por exemplo, era o pagamento que terminava 10 horas da noite e as mulheres eram assaltadas” isso, segundo o sindicalista também teria sido melhorado, com pagamentos sendo realizados mais cedo nos sábados.

Porém, uma das principais reivindicações tomadas pelas castanheiras no transcorrer da greve e ao final acordada na DRT não foi cumprida. Após a greve iniciou-se na fábrica uma “caça às bruxas” que teriam liderado o movimento grevista.

### 3.19 Demissões

Após a greve, quando as castanheiras voltaram ao trabalho, instalou-se na fábrica um processo de identificação e perseguição das “ervas daninhas” que teriam “feito a cabeça” das demais para realizar a greve. Isto é comum após toda paralisação, mas num momento em que há censura por todos os lados, e a justiça do trabalho, parlamento e órgão de “proteção” ao trabalho estão sob intervenção, a possibilidade das trabalhadoras se protegerem da perseguição do patrão era praticamente nula. Mesmo entre as operárias que não lideraram mas que participaram da greve houve retaliação e paulatinamente se ampliaram as demissões. Maria de Fátima narra aqueles momentos de constrangimento e perseguição: “A gente sentia que era vista como aquela que participava, era marcada, via assim: 'você vai voltar pra

trabalhar, mas você faz parte daquelas'. Eu sentia que passavam na cara. Eles filtraram”, completa ainda simulando o que os proprietários pensavam sobre as demissões: “Se ficar muita gente que foi cabeça do movimento, vai fazer a cabeça do restante, foi tipo uma lição. [...] corre perigo pra eles, né? (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014). E narra o momento em que foi demitida quando questionada sobre as castanheiras demitidas após a greve:

Eu acho que eu fui uma. Porque eu não lembro de pedir as contas. Porque eu voltei de novo depois pra trabalhar. Quando a gente pede eles não botar mais né, é difícil. Acho que foi, com pouco tempo eu saí. É tanto que os mesmos direitos eu tive que receber nesse mesmo sindicato, quando eu cheguei lá eu me lembrei. Quando a gente tava indo pra lá. Assinei um bocado de papel lá. Recebi meus direito foi lá, não foi no ministério do trabalho não. [...] Não logo, logo lá não. Mas fizeram assim tipo uma... foram chamando uma por uma. Aí na cabeça da gente era né. "Vá simhora" [...] Quando eu fiquei desempregada de lá eu fui trabalhar em outros canto..(Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

Maria de Fátima mudou de ramo, depois de passar um tempo com licença do INSS e passando por tratamento psiquiátrico, como abordamos no capítulo anterior, ela voltou a ser operária trabalhando em outras fábricas do ramo têxtil. Jaime Libério, falando sobre como o sindicato e outras operárias lidaram com as demissões conta que uma fábrica em específico foi responsável por contratar boa parte das operárias demitidas:

aí nós ainda tivemos uma coisa boa porque esse pessoal era considerado profissional, no corte da castanha, aí na FAISA eles diziam “pode mandar para cá que a gente manda buscar e deixar em casa” [...] aí a outra fábrica assinando com essa possibilidade de pegar as funcionárias e deixar em casa ela é mais seguro, e isso favoreceu a nossa posição... se do sindicato a gente sabia que a outra fábrica tava interessada... Lógico que as operárias da fábrica também saberiam... E aí isso fez algumas mudanças (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

### 3.1.10 Repressão após a greve

Após a greve e com a implantação do AI-5 a repressão desceu fortemente contra aqueles que se mobilizaram, especialmente contra quem estava organizado na AP e à frente do sindicato. O AI-5 veio para apertar a coerção sobre os organismos da classe trabalhadora, para acabar com o ciclo de lutas dos movimentos sociais de 1968, para diluir as possibilidades de construção de uma contra-hegemonia. Os que estiveram na greve da CIONE viveram isso diretamente.

O sindicato do óleo sofreu intervenção, a diretoria eleita foi novamente deposta à força pelos aparatos repressivos da ditadura e em seu lugar colocaram sindicalistas “biônicos” que aceitaram obedecer a linha da ditadura e dos patrões para os sindicatos, eram inclusive conhecidos de outras diretorias:

A diferença de tratamento era grande. O Jaime dizia que eu era instrumento da Brasil Oitica. Os gerente da Brasil Oitica reclamava de mim, e foram os mesmo a apoiar o substituto do João Batista, pelego. Fez festa da federação. Era meu secretário. O Nobre. O sindicato recebia um dinheiro pros filhos dos operários estudar, como se fosse 100 reais por mês. Quando dei fê o Nobre tava recebendo o dinheiro do pessoal... (Entrevista. Raimundo Mendes. 02 set. 2017)

Houve ainda um esforço de continuar a mobilização, de seguir organizando as castanheiras, mas se apertou a caça pelos sindicalistas. Emblemático dessa política de dissolução foi a perseguição e segunda prisão que sofreu João Batista após a greve e que este ilustra aqui com detalhes:

Aí um dia eu fui fazer esse trabalho que me chamaram, a menina, as operária me chamaram lá, e eu fui de manhã. Quando foi a tarde eu fui trabalhar lá no meu emprego, que eu era empregado né. Eu era empregado, eu não ganhava do sindicato, eu tinha meu emprego. Aí eu estava trabalhando quando eu soube que uns homens estavam lá no portão me chamando. Aí eu saí da oficina e fui lá. Todo sujo, do jeito que eu estava trabalhando, aí quando eu cheguei. "Você é João Batista? - Sou! - Entre aí no Jipe!". Era polícia. Era polícia civil. "Entra! - Pra onde? - Entra aí rapaz, entra!", no grito... aí eu entendi que era polícia, pelo jeito que eles me trataram. Eles não estavam fardados, era polícia civil. Aí entrei, quer dizer, eu não sei se era polícia civil ou federal. O carro não tinha identificação não. Aí me levaram pra polícia federal. Chegaram lá me botaram lá pertinho de um birô, me deixaram lá sentado, quando foi meia-noite eu estava dormindo em cima do birô. Tava dormindo em cima do birô, aí me acordaram pra me entrevistar. "A gente soube aqui que você disse lá no sindicato que vocês tinham salário de fome. - E você acha que aquele, o salário daquele pessoal, é salário pra sobreviver? É salário de fome mesmo.". Ele me fez umas perguntas besta lá, aí veio me dizer "num minta pra mim não viu, que a gente tá sabendo de tudo". E eu olhei na cara dele mermo. "E tu acha que eu vim pra aqui pra mentir é? Vim pra falar a verdade pra vocês rapaz.". Nessa hora alguém chamou ele levantou-se, me deixou lá, depois me levaram pro quartel da polícia militar. Quartel general da polícia militar. A acusação foi esta. Panfletagem [na CIONE]. Quando eu nem levei papel. Foi um vigia que foi dizer a eles que ele tava jogando panfleto lá. A fábrica pegou o vigia. Não foi o vigia que foi por conta própria. Foi a fábrica, o Jaime Aquino, que obrigou o vigia a dizer que eu tava lá soltando panfleto. Tanto é que ele disse lá na Polícia Federal, na audiência, ele confirmou que eu tinha soltado panfleto. 9 meses depois, quando foi o julgamento, chamaram de novo o mesmo vigia, e o vigia disse que eu não tinha soltado. Fui processado. Um processo de 10 meses. Passei 22 dias preso. Respondi um processo de 10 meses. Foi em 69. Já tinha acontecido o AI-5. Fui absolvido do processo. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

Segundo o processo de João Batista na Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, essa segunda prisão ocorreu no dia 17 de Janeiro de 1969, um mais de um mês após o fim da greve e a decretação do AI-5. Em anexo ao processo de anistia está um documento da Auditoria da 10ª Região Militar certificando o processo em que João Batista foi réu, acusado pela “transgressão do art. 38, inciso II, do Decreto Lei 314/67”, pela distribuição de panfletos de conteúdo que tinha a intenção de “fazer propaganda contra o regime e o governo estabelecido na nação”. Segundo o processo da 10ª RM o panfleto distribuído teria como seu conteúdo:

Ditadura é um governo contra os trabalhadores. O governo do Brasil é contra os trabalhadores. É contra o povo. O governo proíbe fazer greve porque tem medo da força dos trabalhadores. Ele sabe que não [ilegível] contra a união de todos os trabalhadores [ilegível] ele proíbe aumentar o salário para a gente passar fome e para aumentar o lucro dos patrões. (Processo João Batista Cavalcante. nº 04269932-0. Comissão de Anistia Wanda Sidou)

O próprio processo da 10ª RM reconhece ainda que este “teve nascedouro em virtude de queixa apresentada junto a DOPS, por Jaime de tal, Diretor da Fábrica CIONE, segundo o qual o acusado aproveitando-se de horário de almoço daquela indústria fêz-se distribuir entre as operárias panfletos de cunho subversivo”.

João Batista nos conta ainda que tentou voltar ao trabalho na Brasil Oiticica, mas que após essa segunda prisão ele começou a ser perseguido também nesta empresa onde trabalhava: “Me deram uma suspensão que eu não aceitei eu não assinei. Me prometeram outra suspensão”. Após esta situação, com o cerco fechando, sendo perseguido pela polícia e pelos gerentes da empresa onde trabalhava decidiu entrar de vez na clandestinidade, para isso entrou na Ação Popular:

Aí eu entrei na clandestinidade. Eu não participava de partido. Até eu presidente do sindicato eu não participava de partido. Até eu ser presidente. Até eu ser preso. Até eu ser preso eu não participava de partido político nenhum. Na época da greve da CIONE eu não era da AP. Eu era só presidente do sindicato. Me condenaram injustamente, me acusaram injustamente, que eu tava soltando panfleto. Como é que eu poderia soltar panfleto se eu não participava de nenhuma atividade política [abrindo os braços]. Era só o sindical mesmo. Aí quando eu entrei na clandestinidade mesmo. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

Jaime Libério lembra do processo após da greve, da AP tentando denunciar o fechamento do regime com o AI-5 ao mesmo tempo que tentava canalizar a mobilização da greve para organizar castanheiras e consolidar uma célula do partido entre as operárias. Foi um momento também em que este aprofundou diferenças com a organização, ao mesmo tempo em que estava numa situação de vida cada vez mais difícil, fugindo da repressão, com uma filha sozinha para criar. Acabou rompendo com a organização.

Com o fechamento toda a esquerda aproveitou para fazer manifestação. Fizemos panfletos e na hora da saída ficava aguardando para entrar e conversar. Eu viajei mas a minha equipe ficou fazendo esse trabalho se eu tivesse aqui o João, o Presidente não teria ido fazer isso na porta da fábrica. [...] Sim, pra mim isso foi uma precipitação. Ele foi preso ne? Pra mim foi por conta disso, é aquela história quando você nunca comeu mel, melado quando come se lambuze, então: dirigiu a greve as portas se abriram pra gente e não e assim. Quando eu voltei eu soube da prisão. Rapaz a gente tinha um mimeógrafo que era quase do tamanho dessa mesa, era da UFC, a gente tinha um aparelho ali onde era o Sitio Ipanema, que a gente fazia o jornal. Ali por tras dos matos não me lembro quem alugou mas nós alugamos e o “aparelho” estava la, é tanto que quando eu soube da prisão e do aviso que eu não

podia ir pra casa, eu fui pra lá, quando eu cheguei tudo fechado, depois eu vim saber que os caras enterraram tudo, máquinas de datilografia as coisas. Tinha estudantes e operários de Pernambuco. Então nós aproveitamos o resultado depois da greve para estreitar e ter uma base operária normalmente. [...] ai eu já não me lembro por que depois disso dai eu já saí, porque acirrou as coisas e depois da greve eu rompi. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

### 3.1.11 O pós-greve e o legado da greve de 1968 na fábrica da CIONE

A memória desta greve de 1968 repercutiu fortemente no cotidiano de trabalho da fábrica, mesmo entre as operárias que entraram depois da greve. Dona Nenê [Valdenice Monteiro], que fundaria anos depois o sindicato do alimentação<sup>74</sup>, entrou na CIONE alguns meses após a greve de 1968 e lembra que ouviu falar muito da paralisação. Ouvia muitos relatos da greve como uma “grande confusão”, em que as operárias teriam se “revoltado” contra o proprietário Jaime Aquino, diferenciando do que para ela seria uma forma correta de reivindicar, um perfil diferente de confronto:

Eu ouvi falar que pegaram o dono da empresa e jogaram no camburão do lixo e foi baixaria, mesmo, né. Mas nós do do sindicato dos alimentos não não fazia... era mobilização. Eu quando, assim, eu queria reivindicar uma coisa eu ia só mesmo, chegava lá e batia "tá acontecendo assim, assim, assim..". A gente nunca foi "vambora quebrar..", não. Com certeza. Agora o nosso propósito no sindicato não era prejudicar o empresário, né? Nem a gente né. Nós fazia só umas paralisações... Não era tanto greve. Porque essa greve que aconteceu em 68, eu não tinha. Eu tinha mais ou menos uns 11 anos. eu já trabalhava, mas era num outro serviço que eu trabalhava. E nessa época eu lembro que teve essa greve (Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017).

Dona Nenê formaria a geração de lideranças entre as trabalhadoras da fábrica que estariam na fábrica nos anos após a greve e que se mobilizaram para garantir as mudanças e melhorias nas condições de trabalho. Ela lembra também que a repressão as operárias que se mobilizaram na greve continuou sendo a aplicada a todas que se mobilizavam, como quando começaram a persegui-la:

eu dizia "tá de uma forma rapaz que eu vou cuidar de sair daqui". No dia que aparecer o morto lá vou no enterro e vão dizer que eu matei. Mas muitas coisas que eu ia atrás eu conseguia. Porque eu sabia falar, eu não chegava lá com baixaria, com ignorância. E aí eu conseguia. E os trabalhadores tinham muita confiança em mim. Quando chegava assim " Dona Nenê tá acontecendo assim, assim, assim", eu digo "gente, eu não vou garantir para vocês não, mas se depender de mim vai ser resolvido". E eu ia lá e muitas vezes era resolvido. Aí foi na época que eu me candidatei na CIPA. Eu me candidatei só de gaiata mesmo não queria ser Eleita não.

74 O sindicato da alimentação foi organizado no processo de reaquecimento das mobilizações sindicais no Brasil no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Este sindicato tomou a representação das trabalhadoras do ramo da castanha de caju do sindicato do óleo, seu na registro na DRT-CE é de 25 de agosto de 1981 como consta em “certificado de registro de associação profissional” assinado pelo então delegado regional do trabalho, Sr. Ademar Neiva de Sousa. Documentação cedida pelo próprio Sindicato da Alimentação.

Fui Eleita como titular. Fui bem votada. aí pronto. Esse trabalho foi bem feito. Porque o que precisava dentro da empresa, o que tava no meu alcance eu corri atrás. E muitas vezes eu conseguia. Por que? porque eu sabia conversar. (Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017)

Dona Nenê nos chama a atenção para o surgimento nas fábricas de outro perfil de sindicalismo, com formas diferentes e mais sutis de mobilização, com novas formas de confronto que foram muito utilizadas durante os anos 1970, como quando nos conta sobre uma das mobilizações que participou no período:

Quando eu não era ainda do sindicato. Aí essa daí, praticamente... foi uma paralisação que todo mundo parou. Não ficou ninguém trabalhando. Eu cheguei... eu tava com uma semana que tava lá só. Uma semana. Chegou a hora do pessoal assinar, aí um assinava um tanto, o outro assinava outra. Um assinava era trinta cruzeiros, outro assinava quarenta cruzeiros, cinquenta cruzeiros. E nessa época o salário era setenta e um cruzeiros. Aí eu cheguei pro pessoal, aí digo assim: "ei, pessoal, se eu fosse vocês não assinava isso aí não. Porque se vocês assinarem, vocês vão ficar recebendo isso aí mesmo". É bom que ninguém assine". "ai mas umas pessoas assim mais carentes diziam "mas senhora, se a gente não receber o dinheiro nós vamos passar o final de semana com fome. Nós tem que pagar a buodega". Eu disse "não, mas não importa dê um jeito mas não assine". Aí todo mundo foi embora e não assinou. Aí quando foi segunda-feira que eu cheguei estava todo mundo trabalhando. Aí eu disse "aí rapaz, como é que é? Vocês vão querer aquele dinheiro mesmo? aquela mixaria de dinheiro?", "e se botar em a gente para fora?". "rapaz, não importa, ele não vai botar todo mundo pra fora não, eu vou amparar todo mundo. Todo mundo parado!". Aí quando a fiscal viu, a chefe do setor viu que tava todo mundo parado disse assim "eu vou avisar lá ao homem que tá todo mundo parado". Aí eu digo "vai lá mulher, avisa lá". Aí começou a falar lá, tinha uma fala meio estranha que a gente não entendia mas a gente vê que ele tava dizendo que ia resolver. Aí eu dizia, "então pronto. Então vamo todo mundo trabalhar". Eu sei que quando foi depois do almoço, veio as folhas bem direitinho. Todo mundo recebeu o salário na semana, então pronto. Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017)

Mesmo sem o conflito aberto, direto, sem greves e paralisações Valdenice conta que isso não impediu de a fábrica acionar por repetidas vezes a polícia para vir tratar com os movimentos que as trabalhadoras faziam na fábrica. Era como se os proprietários tivessem “aprendido” sua lição na greve de 1968:

Teve uma época que chamaram até a polícia pra nós. Quando a gente deu pé, a polícia tava lá e eu tava lá dentro, né? Descansando um pouquinho, aí vieram "Dona Nenê, Dona Nenê, tem polícia aí!". Aí eu saí. Naquele momento eu fiquei tão assim... eu fiquei um pouco nervosa, pronto. Aí eu digo "me dê esse microfone aí!". aí eu peguei e comecei a falar pros policial porque não tinha necessidade deles estar ali não. Porque ali era só trabalhador. Pai de família, mãe de família. Não tinha nenhum vagabundo ali não. Nós trabalhando e reivindicando nosso direito. Se nós fosse lá pra esquinas, porque lá tinha um bocado de gente errada, fazendo coisa errada. E nós, não. Aí teve uma hora "Vixe, a Dona Nenê vai é presa". aí o policial chamou o nosso presidente na época, "é o que menina?" "nós estamos reivindicando assim, assim, assim" "ah, é por isso? Vamo simhora, pessoal". Aí foram embora. Aí pronto, acalmou tudo, né? Entrevista. Valdenice Monteiro. 27 nov. 2017)

Com a greve de 1968 a CIONE também começou a construir uma política de tentar evitar mobilizações entre suas trabalhadoras. Além de reprimir as que se mobilizavam criou vários programas assistenciais para mudar a “visão ruim” que se tinha criado da empresa com aquelas mobilizações. Margarida, que viveu perto da fábrica durante boa parte de sua infância nos lembra como foi sendo construída uma nova “estética” da fábrica em relação as questões sociais:

Esse homem hoje é um dos bam-bam-bam da responsabilidade social. Até a carne de caju agora eles criaram. E eles participam de alguns eventos. A CIONE aparece como se tivesse uma outra visão humana, coisa que na época humana. A CIONE era uma das que tinham na época as condições mais sub-humanas (Entrevista. Margarida Marques. 27 dez. 2017).

Percebemos que a greve impactou muito diretamente na organização das trabalhadoras na fábrica, na relação com seu sindicato, onde novas diretorias tiveram a participação marcante de mulheres, bem como na postura da própria administração da fábrica, que sem lançar mão da exploração da sua força de trabalho, criou políticas sociais de “responsabilidade social” para a empresa buscando disputar a ideia de “humanização” das condições de trabalho. O legado e o impacto da greve nos anos posteriores merecem um estudo mais específico e apurado que não nos cabe no recorte temporal desta pesquisa.

Dedicaremos as próximas páginas deste último capítulo para aprofundar uma reflexão sobre as relações de solidariedade e de formação da consciência de classe que permearam a greve da CIONE, inserindo a greve dentro do ciclo de lutas sociais e contra-hegemônicas do ano de 1968.

### 3.2 “FOI A SOLIDARIEDADE DE CLASSE QUE ME FEZ CONHECER A CIONE”

Neste tópico abordaremos as ações de solidariedades desencadeadas em torno da greve da CIONE por diversos grupos estudantis, partidários, sindicais e de trabalhadores, buscando compreender o sentido das solidariedades e o papel desta na formação da classe trabalhadora. Localizando, por fim, a amplitude a que ganhou o processo da greve da CIONE para além da fábrica e da vida das próprias castanheiras, envolvendo diversos setores organizados das classes subalternas em Fortaleza.

#### 3.2.1 Impacto na sociedade

Em nossa pesquisa buscamos perceber o impacto da greve da CIONE na cidade de Fortaleza naqueles finais de 1968. Logo conseguimos ver que a greve se tornou um evento

ímpar em 1968 pelo fato de ter furado a censura imposta aos jornais cearenses da época e ter sido noticiada em, pelo menos, quatro edições, inclusive nas manchetes, do jornal O Povo (dias 26, 27 e 28/11/1968 e 11/12/1968), jornal este que era o de maior circulação no período. Levando em consideração que o jornal impresso figurava junto com o rádio e a TV como os maiores meios de difusão de notícias na cidade no fim da década de 1960 podemos facilmente concluir uma grande parcela da população cearense, pois o Jornal O Povo já tinha circulação estadual no período, tomou conhecimento do movimento grevista das castanheiras.

Além da repercussão nos jornais, podemos constatar através das memórias dos nossos entrevistados uma grande repercussão na cidade. De modo a marcar o ano de 1968 como a greve mais emblemática e singular do período no Ceará. Para boa parte dos entrevistados a greve da CIONE teve uma grande e positiva repercussão na cidade sobretudo pela singularidade de serem mulheres a se mobilizar e ao fato de que as condições de trabalho na fábrica serem profundamente desumanas, ganhando a greve uma grande legitimidade entre a sociedade cearense, ao contrário do que ocorreu em outras greves, como a dos bancários, em 1967. É o que nos aponta Luciano Montezuma, quando questionamos se na opinião dele a greve ganhou simpatia da opinião pública:

Sim. Por baixo dos panos sim... os jornais, todos os jornais esculhambaram os comunistas do sindicato dos bancários. Foram apurar lá, é porque eram mulheres... da CIONE... eram mulheres humildes, que até os direitistas tinham vergonha de defenestrá-las, de dizer que eram comunistas, diabo a quatro. Mas como o sindicato dos bancários eram muitos deles do banco do Brasil, banco do Nordeste, a chapa tinha muita gente dos bancários. Então a imprensa todinha mandava o cacete na gente. Eu lembro muito bem do jornal O Povo, aqui-reacionário. (Entrevista. Luciano Montezuma. 26 set. 2017)

Em relação a repercussão dentro a própria esquerda, a dimensão da greve se agiganta, pois entre a esquerda da época havia um grande ânimo pela possibilidade de os setores operários aderirem a radicalização e massificação que as manifestações estudantis vinham experimentando em 1968, e diante da possibilidade de haver um alastramento de greves de trabalhadores as principais organizações de esquerda do período não só repercutiram bastante a greve como organizaram-se para participar de algum modo desta, assim como nos conta Paulo Verlaine, militante do PCdoB, à época:

[...] Para nós que éramos de esquerda essa greve teve um impacto muito grande, principalmente para essas três organizações que atuavam no movimento estudantil, PC do B, AP e os trotskistas. Essas três sabiam da greve, que nos representavam, e que era uma coisa muito boa, um movimento de mulheres, era um setor mais ainda que não tinha tanta relevância no movimento operário, e a greve das castanheiras foi muito boa porque exatamente aconteceu no movimento operário e com participação

de mulheres. Pra gente foi muito bom em termos de experiência, ir lá se solidarizar com o pessoal do óleo. (Entrevista. Paulo Verlaine. 02 jan. 2018)

### 3.2.2 Formas de solidariedade

Diante desta grande repercussão, sobretudo entre a esquerda, as castanheiras da CIONE experimentaram a solidariedade de diversos grupos sociais e setores sociais organizados na sociedade civil. As formas destas solidariedades foram amplas, iam desde a realização de panfletagens em outras fábricas, reforço dos piquetes e presença nas assembleias para expressar apoio as castanheiras em greve, até mesmo a arrecadação de alimentos, disponibilização de recursos financeiros e realização de pichamentos em apoio a greve. Como exemplifica Mário Albuquerque, na época estudante e militante do PORT: “A greve ela se reduziu a paralisação, o pessoal não ia a fábrica, e surgiu a questão da sustentabilidade desse pessoal, manter esse pessoal, alimentos né. Então a nossa participação era de arrecadar fundos, donativos para a greve. Me lembro que a gente fazia muito pedágio. E pichamentos, panfletagens.” (Entrevista. Mário Albuquerque. 20 set. 2017)

### 3.2.3 As esquerdas

A repercussão e importância que tomou a greve da CIONE naquele contexto fez com que não só a Ação Popular dedicasse esforços para fortalecer o movimento paredista, mas também militantes de outras organizações, ou mesmo que não eram ligados a nenhum partido mas identificavam-se com a esquerda, fizeram panfletagens em apoio à greve. Como é o caso de José Machado, que inclusive foi preso durante uma destas ações de solidariedade que realizou junto a outros colegas do curso de Física da UFC:

Tava havendo a greve e pediram pra gente distribuir panfleto, eram mais ou menos umas seis pessoas. Era eu, o Telmo – Gilberto Telmo (que era da ALN), Francisco Horácio Frota, e o Dantas – que era funcionário da física. Nós não éramos de partido nenhum a época. O panfleto era da AP – Ação Popular. O Título do panfleto era Luta do Povo. Como já tava perto do AI-5, muita gente já sabia mas eu não sabia, aí uma pessoa ficou responsável de levar as armas que era o Telmo, ele fez foi não comparecer, nós fomos desarmados. Chegando lá aconteceu um fenômeno esquisito, normalmente os operários recebiam os panfletos dobravam e botavam no bolso. Aí quando nós chegamos os operários correram pra cima de nós, como se houvesse uma batida que corre todo mundo pra ver. Os caras ficavam assim olhando, eles sabiam que tinham policiais fantasiados com macacão de operário, era o Major Gomes do Corpo de Bombeiros e o Inspetor Dino que era da antiga guarda civil e tava na polícia civil. Eu fiquei na minha distribuindo os panfletos, eles ficaram ao redor, eu achei esquisito mas fui distribuir. Esse Major Gomes era um cara um pouquinho maior do que eu, moreno, aí ele pegou o panfleto, folheou o panfleto e quando ele concluiu que o panfleto era subversivo ele veio por trás e me deu uma chave de braço. Nessa época eu lutava karatê e o professor de karatê disse que não tinha saída pra essa chave de braço e disse: “ó, se um cara der uma chave de braço assim você diz que não vai reagir e pode soltar, se ele soltar meta o murro na cara dele!” Foi exatamente o que eu fiz. E ele caiu cheio de sangue no chão. Aí botaram

vários revólveres em cima de mim, eram vários policiais. Nessa confusão o Dantas correu, os operários correram atrás, ele se escondeu numa borracharia e os operários foram lá arrancaram ele trouxeram ele pra polícia. (...) Aí quando eles me prenderam o guarda militar veio e disse: “Rapaz, você tá se metendo com esses caras, eles correram atrás do seu colega e pegaram”, *mangando* [ridicularizando]! Aí me levaram pra DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social (Entrevista. José Machado. 08 jul. 2014)

Além de nos demonstrar como, efetivamente, se davam as panfletagens, este depoimento de José Machado Bezerra ilustra também como agia a polícia política para dissolver as ações de construção do movimento operário nas vésperas do AI-5.

Entre as organizações de esquerda que existiam na época podemos constatar na pesquisa a participação de militantes organizados no PORT e no PCdoB, nas ações de solidariedade, além dos militantes da própria Ação Popular. Mário Albuquerque, que pertencia ao PORT, nos descreve abaixo como foi sua participação e a linha política defendida pelo PORT nas atividades de solidariedade às castanheiras:

Minha participação foi de membro de uma organização política. A greve... o Partido Operário Revolucionário Trotskista tinha como sua bandeira, palavra-de-ordem, isso nos distinguia inclusive dos demais, principalmente no movimento estudantil, era a aliança operária-estudantil-camponesa. Então logicamente que toda greve, toda reivindicação operária nós ou estávamos no meio ou participávamos de apoio. [...] eu não tenho informação se nós tínhamos algum trabalho lá, eu me lembro que eu mesmo, eu e a minha companheira, a Vera, nós dávamos assistência a um grupo de operárias castanheiras. Não me lembro se essas operárias tinha alguma participação sindical, mas que tinha uma base, uma célula do Partido Trotskista nas castanheiras, porque o partido trotskista aqui... se tinha um partido de esquerda que tinha uma certa base operária era o partido trotskista. Do partido trotskista por exemplo pertencia o José Ferreira Lima, que foi um líder sindical muito conhecido. Foi do pacto sindical. Foi presidente do Sindicato dos Têxteis. Preso com o golpe de 64. Ele, naqueles rachas que teve no Partido Comunista Brasileiro ele ingressou no partido trotskista. Tinha também vários outros operários, muito combativos, que organizavam greves aqui. (Entrevista. Mário Albuquerque. 20 set. 2017)

Mário descreve ainda como se dava o processo de aproximação do PORT com as castanheiras, realizado nos bairros operários, o contato com as castanheiras visava uma educação política de combatividade e luta por direitos, em que se desejava ao fim a incorporação destas trabalhadoras ao PORT, processo esse que foi interrompido sob o impacto do AI-5 na organização.

O trabalho que a gente fazia não era diretamente na fábrica, mas no bairro onde elas morava... Buraco da Gia. Iamos a noite, ou no final de semana. A gente procurava levar a consciência de classe né, nelas né. A questão do Estado. A necessidade da organização, as questões mais elementares, a necessidade da organização. Tinha na época uma frase que era muito usada "a união faz a força", uma coisa bem elementar... que elas tinham que unir, que mudança dependia delas, não dependia do patrão. A conversa era bem elementar, que eram pessoas que vinham do campo, sem nenhuma formação ainda. [...] Aqui no campo no Ceará as organizações permitidas eram associações mortuárias, para enterrar o morto, era o grau de organização

associativista que o patronato permitia. A partir daí, mesmo a lei garantindo, se alguém se metesse a fazer isso era assassinado, ou então expulso da terra. Então elas vinham desse campo sem experiência de organização nenhuma. [...] Esse processo de organização foi anterior a greve. Nós fazíamos esse trabalho, Eu e a Vera. O nome era partido operário. Toda a energia era voltada para a classe operária. Havia uma corrida entre os grupos. A própria AP destacou vários estudantes para trabalhar nas fábricas. Nós não tínhamos isso... os companheiros da AP não vão gostar disso... mas os operários trotskistas eram operários mesmo, não eram falsos-operários. (Entrevista. Mário Albuquerque. 20 set. 2017)

Ao final Mário Albuquerque parece super-valorizar a incidência do PORT no movimento operário de Fortaleza e desvaloriza a presença da Ação Popular. O que percebemos é que de fato o PORT tinha militantes operários atuantes em suas categorias, porém a maioria dos militantes eram de estudantes, assim como a Ação Popular, que apesar de ser uma organização majoritariamente de estudantes, também tinham operários organizados e atuantes, como as trabalhadoras e trabalhadores que se envolveram diretamente no processo da greve da CIONE. Essas disputas da memória são comuns em depoimentos marcados pelas disputas políticas entre as esquerdas do passado e do presente, cabe a historiografia levá-los em consideração contrastando com outras fontes ou mesmo outros depoimentos orais. Ainda no que tange à atuação do PORT junto as castanheiras Honório Silva relata que o processo de solidariedade iniciado pelo PORT partia de um nível “humanitário”, devido a degradação das condições de vida e trabalho das castanheiras, fala ainda sobre os limites de uma politização dessa solidariedade e localiza o limite que o aprofundamento da repressão impôs na tentativa do PORT de organizar as castanheiras.

Não tinha exatamente uma situação política. Era uma situação de ajuda humanitária, inclusive dos partidos políticos. Mesmo na ditadura a gente ajudava como pudesse. A gente tinha quase nada. A gente conversava com elas sobre as reivindicações delas. Mas politicamente não conseguia conversar nada. A gente até tentou conversar, mas pra mim não foi absorvido nada. A gente conversava era que a situação delas como castanheiras pudesse melhorar na fábrica. Só isso. (Esse diálogo político não avançou porquê?) Porque nós não tínhamos penetração no local e elas também não tinha nenhuma noção do que fosse isso. Como a situação era de imediato a gente não tinha como preparar elas politicamente para trabalhar na greve. Era só a greve mesmo, melhoria de situação de vida. Política não houve, eu não considero assim.. [...] logo depois eu tive que fugir. Então não sei qual foi o resultado. Eu tive que fugir. Perseguição da ditadura. Eu fui preso em 69, no AI-5. Depois fui preso em 70 e tive que cuidar da minha vida, de fuga, e nao lembro mais das castanheira. (Entrevista. Honório Silva. 02 jan. 2018)

Além do PORT pudemos encontrar a presença do PCdoB na realização de atividades de solidariedade e contato com as castanheiras. De forma mais pontual, a presença do PCdoB, que era uma das principais organizações do movimento estudantil cearense, mas também de pouca presença no movimento de trabalhadores, se deu sobretudo através de panfletagens de material específico ou mesmo de seu jornal “A Luta” nas fábricas do ramo de castanha de

caju, estimulando as demais castanheiras a se somarem ao processo de greve instalado pelas trabalhadoras da CIONE, como narra Paulo Verlaine, naquele momento estudante da UFC e militante do PCdoB:

Esse evento foi tão importante que essas três forças (AP, PCdoB e PORT) não perderam a oportunidade de estarem presentes, de aprender, de ajudar, de dar apoio. Foi um evento que nós não estávamos esperando. Foi um evento natural que aconteceu lá na CIONE. Quando aconteceu, que explodiu lá, todos nós fomos apoiar as castanheiras. É um assunto que rendeu ensinamento para nós, para as castanheiras, e um evento político, que ninguém esperava que isso acontecesse. [...] As vezes que eu fui me encontrar com as castanheiras foi em panfletagens do PC do B. Uma ou duas vezes. E o contato com elas era quando elas vinham receber os panfletos. O PC do B tinha um jornal que não era assinado, "A Luta". Não tinha o nome do PC do B. Era pro povo mesmo. E um jornal interno chamado "Classe Operária". Esse aí só para os militantes. E tinha um que era distribuído pra massa que era "A Luta". Esse aí era distribuído pro povo... ônibus... e um dos locais em que nos mandaram foi aí onde estava acontecendo com as castanheiras. Na saída da fábrica, a gente esperou a hora de saída aí a gente entregava. E a receptividade delas foi boa, elas achavam muito bom. nós dizíamos "apoiamos a luta de vocês", eram palavras rápidas mas a gente davam o recado. Eram estudantes que panfletavam. (Entrevista. Paulo Verlaine. 02 jan. 2018)

Quanto a Ação Popular, organização que tinha militantes na fábrica, sejam estas de origem operária ou mesmo aquelas chegadas na fábrica através do processo de integração na produção, e entre dirigentes do sindicato do óleo, construiu-se uma política de fomentar solidariedade em diversos setores e espaços onde a AP tinha atuação, movimentos estudantis, sindicatos, bairros, etc, como também incentivou-se as próprias castanheiras a buscar solidariedades e apoios diretamente em mercados, ruas e praças, para isso usou-se largamente de “pedágios” onde ao mesmo que se comunicava o sentido da greve, a situação de trabalho, e se trabalhava para convencer a população da importância e legitimidade da greve, também se levantava fundos para financiar materialmente a greve. De todo modo a AP dedicou diversos militantes que não eram inseridos na produção da castanha e entre as castanheiras para atividades que dessem repercussão a greve, entre estes se destacam estudantes, como Iracema, que na época era militante secundarista e participou de algumas atividades planejadas pela AP para dar suporte a greve da CIONE. Iracema nos relata como essas atividades foram organizadas e as dificuldades enfrentadas, inclusive com os órgãos de repressão policial, de modo que a AP colocou os estudantes para correr o risco que as operárias não podiam correr naquele momento:

A AP tinha uma célula lá nas castanheiras, ela dirigia lá. A gente ficava na periferia, só que a gente, por exemplo, ajudava as castanheiras, panfleto elas não podiam distribuir, então quem ia eram a gente. Pra divulgar a greve. "Tal hora, todo mundo ficar na porta" [...] inclusive teve um dia que a gente foi cercado... parou um carro... ainda bem que a gente era bem novinha né... aí tinha um cara que queria até

paquerer né... "você quer carona?... e polícia vindo né.. aí a gente disse "queremos!"... e todo mundo entrou no carro. (rindo muito). Isso foi lá na CIONE, na frente da CIONE. Quando a gente tinha terminado a panfletagem. Aí a polícia veio. [...] Agora a gente nem queria saber quem era a direção lá não. Não podia saber. A gente só sabia da Nina [Cristina Carvalheira] porque tinha uma ligação pessoal. Por questão de segurança. (Entrevista. Iracema Serra Azul. 02 out. 2017)

Cristina, que era integrada a produção da CIONE, endossa essa perspectiva de como a AP dispôs os estudantes ligados à organização, aproveitando-se de sua ampla base, para dar suporte a atividades fundamentais para o fortalecimento da greve: “Eu lembro que nessa época em Fortaleza havia mobilização estudantil. Havia esse clima de mobilização na cidade. Os estudantes e os partidos distribuem muito panfleto, não só nessa fábrica.” (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014).

### 3.2.4 Trabalhadores e sindicatos

Como mencionamos a greve da CIONE repercutiu fortemente em outros setores sociais mobilizados contra as políticas da ditadura militar e da classe dominante no ano de 1968. Tanto os partidos de esquerda, quanto direções sindicais, vinculadas a estes partidos, ou não, perceberam na greve na CIONE como uma oportunidade de difundir a ideia da greve, da mobilização popular, como ferramenta de luta para melhoria da situação de vida da classe trabalhadora em Fortaleza. Aqui abordaremos as relações e ações de solidariedade, diretas e indiretas, empreendidas por trabalhadores de outras categorias para com a greve das castanheiras da CIONE.

Maria Elódia, militante da AP, participou da greve da CIONE a partir da orientação da organização. Mas neste caso ela já era operária, no caso da Fábrica Santa Cecília, indústria têxtil, e foi deslocada para incorporar-se ao processo produtivo da CIONE semanas antes da greve para contribuir com a mobilização devido a seu perfil e origem operária. Como podemos ver não foi só inserindo pessoas no processo produtivo que a AP mobilizou seus esforços para a greve da CIONE. A entrevista da operária Maria Elódia, nos demonstra como a greve da CIONE foi importante para o processo de formação de uma consciência de classe entre as trabalhadoras envolvidas: “Foi a solidariedade de classe que me fez conhecer a CIONE” (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013).

Durante o processo de mobilização e durante a paralisação das trabalhadoras boa parte de seus quadros estudantis ajudaram na logística e agitação política para garantir e expandir a greve entre os setores da classe trabalhadora de Fortaleza. “Os estudantes ligados ao partido fizeram panfletagens, alguns ajudavam a desenhar e escrever o jornal do partido,

eles me ajudavam a me deslocar, levavam o jornal para a porta da fábrica”, conta Cristina Carvalheira. Cacau, que era estudante secundarista, diz que também participou das panfletagens em apoio à greve da CIONE:

Fizemos panfletagem sobre a greve da CIONE na Santa Cecília. E as operárias chegaram contando que a polícia tava procurando quem estava panfletando, aí nós saímos fora. Outra vez eu tava com a Mirtes na Brasil Oiticica e na hora que disseram que tinha polícia nós saímos. O panfleto era um panfleto específico pra greve. (...) Esses panfletos sempre tinham uma linha de crítica a ditadura! (Entrevista. Maria do Carmo. 08 jul. 2014)

Maria do Carmo conta ainda do risco que os estudantes corriam de serem presos ao realizar essas panfletagens para propagar a greve, remetendo-se À Brasil Oiticica, onde José Machado, que viria a se tornar seu esposo, foi preso:

Quando ele foi preso eu tava noutra panfletagem, no mesmo horário. A gente saia distribuindo as equipes. Só que a Brasil Oiticica sempre foi uma das mais perigosas de se distribuir. Num sei se tinha dedoduro, o quê que tinha, porque ficava ali na Francisco Sá, que tinha muito movimento. Eu já tinha ido fazer lá e tivemos que sair correndo porque chegou a repressão. Era muito visado, a Brasil Oiticica. E também era um corredor de Fábrica, tinha muita fábrica ali na Francisco Sá (Entrevista. Maria do Carmo. 02 out. 2017).

Maria do Carmo relata ainda que nestas panfletagens havia grande simpatia por parte das trabalhadoras e trabalhadores para com a ideia da greve. Ela descreve minuciosamente como se davam as panfletagens, o contato com os trabalhadores, o diálogo, levando em consideração que muitos não sabiam sequer ler, bem como faziam para manter o contato com algum trabalhador mais interessado.

Nessa época tinha ditadura, o que o pessoal fazia? Quando a gente achava que eles tavam concordando, o que que eles faziam: eles pegavam o panfleto e rapidamente eles colocavam no bolso. Porque não tinha como naquela época você sair debatendo porque tinha que fazer bem rápido. Quando terminava a gente tentava ver quando é que tava terminando o horário de serviço deles. Aí fazia isso muito rapidamente. Aí depois a gente retornava pra tentar as vezes quando tinha algum contato, que eu me lembro que era no Jardim Iracema que tinha, a gente tentava juntar pra discutir os panfletos. Sem dizer que tinha sido a gente, e depois tentava retornar. Porque o pessoal era analfabeto, muitos. Então ia numa casa de um operário que a gente ia, que quem lia era uma filha dele que devia ter uns 12-13 anos. Porque ele, apesar de ser adulto, não sabia ler. (Entrevista. Maria do Carmo. 02 out. 2017)

Podemos ver ainda através do depoimento de Maria Elódia, como as redes de solidariedade se estabeleciam e fortaleciam entre trabalhadores de outras categorias, com vivências diferentes do processo de produção, através do trânsito de trabalhadores entre diversos setores da indústria cearense, como é o caso da própria Maria Elódia, que trabalhou no ramo têxtil, mas também no ramo do beneficiamento do óleo o que contribuía nas relações

de identificação com as dificuldades e com a luta de operárias que naquele momento específico vivia momentos que ela já tinha experimentado na produção anteriormente.

Todas as fábricas era assim. A fábrica, dizem, não sei, melhor de se trabalhar na indústria do óleo era a Brasil Oiticica, a Brasil Oiticica era mais moderna sabe. Todo mundo quando a gente dizia "onde você trabalha? Na Brasil Oiticica?" aí a pessoa ficava animada... "ah, ela trabalha na Brasil Oiticica". Entendeu? Não tem essas coisas? Pra ser sincera eu nunca entrei na CIONE, eu fui lá no dia da greve pra parar, pra dar um apoio político né, animar. "Vamo. Nós tamo certo". Agora eu sei de tudo isso do óleo porque as vezes a gente se desempregava. Toda vez que havia um movimento desse muita gente ficava desempregada. E aí a gente ia. Um dia eu entrei numa fábrica, lá na praia. Então por isso eu sei. Minha profissão era os textil. As vezes eles colocavam "precisamos de fiandeira", "precisamos de tecelã", aí a gente saía e ia. Mas mesmo assim como eu não podia ficar sem trabalhar eu pegava qualquer coisa. Por isso eu sei. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Luciano Montezuma, naquela época bancário e militante do PCdoB, resgata sua lembrança da greve e a percepção de como ele, assim como muitos da sua categoria, se expressaram em relação ao movimento das castanheiras da CIONE, situando seu grande significado num momento de repressão dos movimentos de trabalhadores, como viveram os bancários em Fortaleza.

Eu lembro que... eu sei que a polícia invadiu lá... foi, houve polícia, pobre das castanheiras sofreram como o diabo, foram demitidas, certo... teve muita demissão. Algumas coitadas foram obrigadas a voltar ao emprego, mesmo a contragosto, para não serem demitidas. Aquilo foi a greve do sofrimento, fizeram uma greve por ser quase escravos, passavam o dia todim quebrando castanhas, passavam o dia todim em pé. Mulheres esqueléticas. Ganhando salário mínimo. A greve dos bancários foi greve de consciência. A gente era contra o regime militar. [...] A greve das castanheiras... isso aí saiu, saiu em todos os jornais, era um pessoal que ganhava uma mincharia pra ficar quebrando castanha o dia todim em pé. A CIONE era uma das fábricas aqui. E eram pessoas altamente exploradas, castanha é um negócio caríssimo no mercado internacional, ainda é, mas era muito mais e a pessoa passava o dia todim quebrando castanha, as mãos daquela mulheres eram (fazendo gestos de horror)... eu lembro disso, saía nos jornais, alguns jornais de esquerda, as mãos todas queimadas. E apareceu uma liderança lá que resolveu levar o pessoal pra greve. E graças a deus eu acho que as greves que houve depois muitas miraram-se na greve dos bancários de 1967. Porque os bancários era o grupo mais consciente que tinha aqui, forjado exatamente pela liderança do José de Moura Beleza. [...] Ora, todos nós demos apoio, ficamos vibrando com a greve da CIONE, como a greve dos sapateiros (Entrevista. Luciano Montezuma. 26 set. 2017).

Raimundo Guerreiro, metalúrgico, naquela época militante do PORT, também nos conta sua participação em ações de solidariedade para com as castanheiras, destacando o fato de que a solidariedade entre trabalhadores que viviam situações semelhantes de vida e trabalho em fábricas cearenses, ajudavam as castanheiras a se identificar com os discursos de apoio realizados.

Rapaz, é aquilo que o trabalhador, quando se aproxima do outro encoraja né: "vamo nos manter na luta, vamo conquistar essa melhoria de salário, vamo conquistar melhores condições de trabalho. Nós também somos irmãos. Eu pertenco ao setor têxtil, la também tem muitas companheiras exploradas, do jeito que vocês estão sendo aqui. Então nós temos que dobrar essa burguesia, para que eles reconheçam que é necessário que nos dê condições de salário melhor". E é assim mais ou menos nesses termos o apoio que a gente dava, encorajando as companheiras pra levar adiante a luta, né. Isso é que é a solidariedade da classe operária. [...] Eu fui dar um apoio. "Rapaz, as castanheiras tão fazendo uma greve, vamo saber... vamo dar um estímulo aquelas companheiras". Eu fui exatamente pra isso. Disseram "vamo levar o Guerreirinho que o Guerreirinho é bom de conversa, de papo, de discurso". Na verdade eu era um bom agitador. [...] O meu discurso sempre foi contra o capitalismo, eu falava isso pra elas. O poder da burguesia, o poder dominante. Eu já tinha aprendido isso através das reuniões. Com os comunistas. E eu dizia "vou dizer pra elas aqui". Pra essas meninas se entusiasmar. E elas aplaudiam. Quer dizer aquilo era um estímulo para elas. Companheiras tavam em luta, precisava de outro operário pra chegar e dar um apoio assim, sincero. Isso era um reforço né. E nós fizemos muito isso. [...] O fato de ser operário elas escutavam mais. Tinha aqui um advogado muito famoso, ele era muito bem recebido, era o Tarcísio Leitão, ele tinha uma senhora oratória, e era um comunista que participava da luta. Ele não deixava de dar o apoio dele. [...] Porque o patrão teve que ceder. Então o impacto era esse. Os operários se sentiam fortalecido. Com pequenas conquistas, mas se sentiam fortalecidos. Porque a questão da hora extra o patrão não respeitava, aquele percentual estipulado por lei. A burguesia se baseia na exploração mesmo. Ele quer é acumular fortuna. (Entrevista. Raimundo Guerreiro. 23 set. 2017)

### 3.2.5 A solidariedade estudantil

O movimento estudantil de Fortaleza, um dos setores sociais mais dinâmicos, que organizou manifestações com dezenas de milhares de pessoas naquele ano de 1968 teve papel importante nas ações de solidariedade À greve das castanheiras da CIONE. Para Manoel Fonseca, na época estudante de medicina da UFC e militante da AP, “o movimento estudantil servia como um apoio indireto. No sentido de fazer as coisas que ficava ruim deles ... deles mesmo distribuírem panfletos” (Entrevista. Manoel Fonseca. 02 out. 2017). Cacau conta que esse apoio não se deu a partir apenas da vontade de uma ou mais organizações de esquerda, ela foi levada a voto e aprovada Em ampla assembleia estudantil na UFC, sendo também referendada pelos estudantes secundaristas organizados na CESC:

Quando houve a greve elas foram pedir. Elas foram na universidade. Foram na UFC. Eu também era da diretoria do CESC, que seria a entidade secundarista, e quando tinha movimento universitário também a gente ia pra se solidarizar, pra fazer uma frente de luta. E no dia que elas foram pedir um apoio... acho que foi no restaurante universitário, a gente tava lá, foram pedir apoio pra luta delas. O que a gente podia fazer? O que a gente se proôs foi as panfletagens e pixamentos. Só que no caso eu participei das panfletagens. Quando ele tava lá na Brasil Oiticica [Se referindo ao Machado], eu tinha ida pra Santa Cecília. A gente tentava envolver [gente de ampliar]. E também a gente fazia a distribuição das panfletagens nos bairros operários. A gente botava, ia de madrugada, fazia panfleto e botava debaixo das portas. Eu ia muito no Jardim Iracema. As vezes pegava também onde tinha muitas vilas operárias ali pelo lado da Barra [do Ceará]. E também tinha vila operária ali na Parangaba, ali na Santa Cecília. (Entrevista. Maria do Carmo. 22 set. 2017).

Honório Silva relata ainda o impacto e importância da greve para o movimento estudantil, explicando porque os estudantes resolveram acompanhar e se solidarizar com a greve da CIONE. Pontua, ainda, que por mais que diversos grupos tivessem acompanhando o processo de mobilização das castanheiras, nenhuma das organizações sabia ao certo qual a relação estabelecida por cada uma delas, devido aos protocolos de clandestinidade dentro das organizações de esquerda:

Honório Nós não estávamos preparados para nada disso. Nós estávamos protestando contra o capitalismo. Estávamos reivindicando os nossos direitos de estudante, de democracia. Isso dentro da escola, querendo melhores condições de ensino de currículo, e claro de democracia e de derrubar os militares. De repente surge uma revolta operária e de mulheres dentro de uma fábrica, coisa que foi totalmente inesperada. [...] Mas não dá pra afirmar com convicção por que na época nós não tínhamos essa comunicação. Todos nós estávamos clandestinos. Nós sabíamos que havia outros grupos com contatos com as castanheiras. Tanto que quando elas chegaram no CEU nós sabíamos que outros companheiros haviam levado aquele grupo de castanheiras lá pra conversar no R.U. na hora do almoço, que foi uma apoteose levar as castanheiras pra conversar com os estudantes. Isso foi uma coisa muito linda, que nos satisfez muito de saber que podia ser feito uma aliança com as operárias. Que na nossa revolta, nossa revolução nós podíamos contar com as trabalhadoras. (Entrevista. Honório Silva. 02 jan. 2018).

### 3.2.6 A disputa pelo apoio estudantil: o episódio da plenária no R.U. do CEU-UFC

Em decorrência do sucesso das castanheiras em obter a solidariedade do movimento estudantil para com sua greve, desenrolou-se outro episódio muito emblemático desse movimento. Tomamos conhecimento que Jaime Aquino, ao ser informado de que as castanheiras da CIONE tiveram o apoio à greve aprovado em assembleia de estudantes da UFC, resolveu ir até os estudantes universitários, no dia seguinte, para solicitar que fosse ouvido e defender sua posição de empresário junto aos estudantes da universidade. Temos vários relatos deste momento e exporemos abaixo, pois ajudam bastante a explicitar este episódio *sui generis*:

Quando chegando aqui, logo depois estoura a greve das castanheiras. E nós que já tínhamos esse trabalho com uma célula nas castanheiras participamos ativamente com pedágios e principalmente participando das assembleias estudantis, porque essa questão foi levada a nível de assembleia estudantil, no CEU [Centro Estudantil Universitário da UFC], se o movimento estudantil iria ou não se solidarizar com a greve das castanheiras. Eu me lembro que foi uma assembleia muito tensa. Ali no restaurante universitário. Não era o atual restaurante universitário, sim onde funciona hoje o mestrado de história. Ali embaixo funcionava um restaurante, foi uma assembleia muito tensa. Nós defendendo a solidariedade dos estudantes, a greve, e outros grupos amenizando isso. Porque havia uma construção por parte de alguns setores, que eu não queria me arriscar a identificar, porque posso estar cometendo injustiça, não sei se era PCB ou PC do B, de que... e era o argumento do dono da fábrica, o Jaime Aquino... que teria sido do Partido Comunista... teria não.. foi da juventude comunista, do Partidão... Que essa greve era estimulada pelo concorrente, pelo imperialismo, para quebrar a empresa nacional. O argumento era

esse. Nós não deveríamos fazer isso porque estaríamos fazendo o jogo do imperialismo. Eu tenho impressão que o Jaime [Aquino] foi para essa assembleia. Eu sei que houve setores lá que tinha essa posição. (Entrevista. Mário Albuquerque. 20 set. 2017)

Honório, que viveu também este episódio nos relata a partir de suas memórias ressaltando o aspecto de que Jaime Aquino se utilizou do discurso nacionalista para tentar ganhar apoio dos estudantes contra o que, para ele, seria um ataque do imperialismo estadunidense contra a indústria nacional.

Ele esteve no R.U. e subiu numa mesa, e falou a respeito, pra fazer um acordo. Só que a proposta do Jaime Aquino era uma proposta tão sem consistência pra solução daquelas castanheiras... eu não sei naquele momento quais eram as condições dele como industrial, junto a produção e a demanda das castanheiras. Mas que a gente tem certeza, Jaime Aquino era um individuo rico, e as castanheiras eram super-pobres, e nós estivemos do lado delas, nos posicionamos, pra negociar com o dono da fábrica. O argumento era que no final da produção ele não tinha o lucro desejado. Agora o que era o lucro desejado que ele tinha a gente também não sabe. Veja só, faz tanto tempo que a minha memória quando ela se sensibiliza.. exatamente! Lembro exatamente disso! Ele subiu numa mesa lá no R.U e falou exatamente isso, que era uma conspiração contra a indústria nacional. Nós ficamos naquele momento sensibilizados com esse argumento. É tanto que ele foi lá. Foi o único. Ele tinha um passado de esquerda. Foi o único empresário que foi lá no CEU pra questionar a greve. E o argumento foi exatamente esse. [...] Ninguém recuou [entrou na conversa do Jaime Aquino]. A gente via que as castanheiras... não era um local que se pudesse ter prejuízo. Porque as castanheiras estavam na miséria. As castanheiras estavam lá. Elas se pronunciaram, inclusive mostraram as mãos, mostraram as roupas, mostraram sua condição de... não eram de faveladas, era de pessoas em situação de rua. Não tinham... quem morava nas palafitas, ou quem mora nas palafitas hoje, em situação de rua, sem unha, uma pessoa que tá usando pra quebrar castanha... era como a gente vê as pessoas hoje na rua. Quem quebra a castanha, o leite da castanha acabando, queimando as mãos, queimando a pele. Então não sensibilizou não [o discurso de Jaime Aquino]. (Entrevista. Honório Silva. 02 jan. 2018)

### 3.3 CLASSE, CONSCIÊNCIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Após descrever o processo de greve na CIONE, buscaremos aqui analisar a formação da classe, bem como o desenvolvimento da consciência nas castanheiras no processo de organização política, tomando como referência as contribuições de Marx, Gramsci e Thompson na compreensão da classe trabalhadora.

O papel da organização política aqui foi fundamental. A Ação Popular (AP), tinha uma grande inserção junto ao movimento estudantil, nacionalmente dirigia a UNE e grande parte das entidades estudantis universitárias. Essa política de inserção junto ao operariado foi o que fez Cristina Carvalheira ir à Fortaleza para se incorporar à produção da CIONE, como muitos outros estudantes universitários. Como nos diz Cristina: “essa decisão [da AP] foi tomada um pouco antes, em 1967 essa decisão de integração a produção. Aí uns foram pra fábrica, outros foram para o campo, inclusive depois da fábrica eu fui pro campo” (Entrevista.

Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014). Cacao também endossa que essa era a linha da organização: “a AP deslocava estudante pra virar operário e camponês. A minha irmã Helena Serra Azul foi presa na mata de Pernambuco quando tava fazendo trabalho com os camponês. Eles faziam era muito isso, eu conheci uma menina que era de classe média que tava trabalhando como operária na Brasil Oiticica, era da AP” (Entrevista. Maria do Carmo. 08 jul. 2014).

Essa não era uma política apenas da AP, segundo Marcelo Ridenti, em seu trabalho sobre a esquerda que seguiu à luta armada contra a ditadura, quase todas as organizações que optaram por fazer o trabalho de massas para enfrentar a ditadura (aliado, ou não a luta armada) tiveram a política de “proletarização”, ou seja, empreender esforços para inserir-se no operariado e lá organizar empreender luta contra o regime. Destacando-se a AP, PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), entre os que não empreendiam luta armada, e a ALA (Ala Vermelha do PCdoB), entre as organizações armadas (RIDENTI, 2010a). Esta política de inserção direta junto ao movimento operário baseava-se numa interpretação da teoria marxista e leninista onde estaria colocada a importância das organizações socialistas organizarem o operariado e empreenderem um trabalho de educação para construção de greves gerais de modo a enfrentar a burguesia e propor uma alternativa socialista e revolucionária ao capitalismo.

Durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele pelos direitos do povo. Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital. (LENIN, 1961, p. 294)

Por outro lado, influenciado pelos escritos de Antonio Gramsci e sua perspectiva ampliada de bloco histórico das classes subalternas, historiadores e sociólogos de várias regiões do mundo subdesenvolvido produzem trabalhos do que convencionou-se chamar de estudos subalternos (GRAMSCI, 2007). Exemplo disso são os trabalhos de Ranahit Guha, que através de uma crítica à historiografia indiana elitista que só via importância histórica e política nos eventos históricos produzidos pela elite, defende que na Índia, durante toda a colonização inglesa houve mobilização popular, o que ele chamou de um forma de *política do povo* que organizava as demandas sobretudo dos trabalhadores rurais por melhorias condições de trabalho e vida, resistindo a empresa colonial inglesa na Índia que era fundamental para

garantir a produção industrial na Inglaterra. Essa crítica foi importante tanto para desconstruir essa visão historiográfica nacional elitista na Índia, como também para demarcar uma visão de classe trabalhadora bem diferente daquela eurocêntrica que predominou na primeira fase da História do Trabalho.

Guha demonstrou não só que havia uma classe trabalhadora muito viva nos países subdesenvolvidos, mas também que seus movimentos sociais organizados, sobre outras formas de organizações, tinham tido uma importância muito grande não só nas transformações sociais da Índia, como essas transformações impactam em outras regiões do mundo (GUHA, 2002). Guha foi fundamental para um novo debate sobre a classe trabalhadora ampliando-a e definindo a partir da sua subalternidade, ao que ele mesmo define como “toda a população que é subordinada em termos de classe, casta, idade, gênero e ofício, ou em qualquer outro modo” (GUHA *apud* MATTOS In: NEVES, 2015)”. Vale a ressalva DE que dentro do que se convém chamar de estudos subalternos, há diversas produções que longe de prezar pela linha de análise gramsciana, no campo do marxismo, e na perspectiva de uma total oposição aos estruturalismos, descamba para uma análise pós-estruturalista, desprezando o sentido de totalidade no entendimento das relações entre sociedade política e sociedade civil. Entre as maiores influências destes estudos subalternos pós-estruturalistas está a produção do filósofo franco-magrebino Jacques Derrida<sup>75</sup>.

Chitra Joshi, historiadora do trabalho, tomando como referência essa renovação na historiografia indiana e essa nova abordagem sobre a classe trabalhadora, em um de seus mais prestigiados trabalhos desconstrói a visão masculina do trabalho, do homem provedor, e demonstra que a mulher indiana, desde os primeiros momentos de industrialização da Índia, ocupa espaço importante na força de trabalho, ocupando inclusive papel central na produção industrial daquele país. Explicitando que na realidade não havia uma ausência da mulher no mundo do trabalho, mas sim um preconceito contra o estudo da mulher no mundo do trabalho, reflexo do machismo nas relações sociais, onde a mulher no trabalho seria algo temporário, ou mesmo secundário.

O presente contexto de queda na oferta de empregos para homens, especialmente nos velhos centros, também significou uma crise na masculinidade. Se a fábrica era a esfera nas quais noções de masculinidade eram construídas, seus deslocamentos no presente desalojaram essas identidades. (JOSHI, 2009, p. 158)

75 Entre as principais obras de Derrida e sua perspectiva pós-estruturalista destacam-se o artigo *Estrutura, Signo e Jogo no Discurso das Ciências Humanas* (1972) e *Gramatologia* (1973)

Para consolidar melhor esse entendimento recorreremos novamente aos trabalhos de Marcelo Badaró na compreensão da classe trabalhadora. Para nós é especialmente útil a retomada que o autor faz do conceito gramsciano de Classes Subalternas para entender as complexas relações de classe em desenvolvimento no capitalismo contemporâneo. Na linha de se opor tanto às análises mecânicas e economicistas que tentam adequar a classe trabalhadora a uma consciência consagrada, ou seja, a uma forma de ser e de se comportar idealizada para a classe trabalhadora, como também de se opor às visões que negam completamente o trabalho ou mesmo a relativizam a importância da articulação da classe trabalhadora na superação do capitalismo (Kurz e Postone, por exemplo), o autor busca nos conceitos formulados por Gramsci uma chave para a compreensão mais contemporânea e precisa das relações de classe e da própria consciência que a classe tem de si. Para o italiano, em sua defesa de uma revolução na complexa Itália do início do Século XX, é necessário articular as diversas alianças do que ele chama de classes subalternas, além do proletariado, o campesinato e as demais classes desprivilegiadas na sociedade italiana, para assim formar uma frente única contra as classes dominantes. Essa perspectiva das classes subalternas é central para nós entendermos as relações entre classes oprimidas no capitalismo do século XX, enxergando como diversas relações de opressão se somam às relações de exploração, conjugando relações sociais específicas dentro da própria classe e gerando consciências de classe diferenciadas entre variados sujeitos históricos (GRAMSCI, 2002).

Em outras palavras, em determinadas situações históricas como a vivida por trabalhadores escravizados e livres em determinadas áreas das Américas na segunda metade do século XIX, estaríamos diante não de uma única classe de trabalhadores subalternos, mas de classes subalternas, que possuem em comum a subordinação ao capital, mas distinguem-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos das lutas sociais – como a dos movimentos pela abolição no Brasil do fim do século XIX –, fundamentais para os processos subsequentes de formação da classe trabalhadora. (MATTOS, 2015, p.134)

Concordando com essa perspectiva ampliada de classes subalternas entendendo, então, que ao analisar a classe é necessário compreender essas diversas determinações na formação social de um extrato do proletariado e como TAIS determinações influenciam na formação de consciências de classe, nas visões de mundo individuais e coletivas destes sujeitos. O depoimento de Oswald Barroso nos ajuda a compreender como as determinações na formação da consciência daquelas castanheiras eram múltiplas, e iam bem além das relações dentro da própria fábrica, visto que a concepção de mundo destas trabalhadoras é influenciada por relações religiosas, culturais, familiares. Vejamos:

O mundo das castanheiras era esse... agora havia um mundo do sindicalismo que era um mundo mais pragmático. Mas esse mundo conseguiu penetrar na castanheira pouco né. A gente tentava fazer isso... fez uma célula de base, discutia mais-valia, discutia as questões da luta de classes com ela, mas a cultura delas não era essa propriamente.. (qual era a cultura delas?) A cultura delas era a cultura popular né. Elas ia era pros terreiro de umbanda né, era do catolicismo popular, cultuando o mundo das entidades, dos encantamentos, entendeu? [...] Elas botavam a culpa no Jaime Aquino, que era um cara ruim, um cara perverso, por isso que meteram a porrada nele. Não ia discutir que ele era um explorador, porque a mais-valia... Não, era um sujeito de uma energia ruim, um sujeito do cão! (risadas!). A gente era que queria dar outra condução... Mas o motivo, a raiva deles era da exploração do cara. Não era o capitalismo (fazendo gesto com os braços de grandiosidade...). Daqui que a gente explicasse que isso era o sistema capitalista mundial... que a revolução proletária, que não sei o quê... Era difícil de entrar na cabeça. [...] Pra gente isso não entrava na cabeça de jeito nenhum. Tinha uma opinião de barganha, de salário, de ganhar mais, de direitos trabalhista. O pessoal sindicalista era assim... mesmo os sindicalistas eram desses movimentos católicos... o João Batista não se transformou.. Esse pessoal não era da Igreja oficial, era contra a igreja oficial. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Por isso, mesmo sem experiência organizativa anterior estas castanheiras promoveram uma luta de classes que marcou sua consciência profundamente, mudando a postura em relação aos conflitos de classe.

Com todo o apoio que as firma tem agora, com os direito que dão, hoje tem muito benefício pra classe trabalhadora. Mas a gente não se acomodar nos nossos direito né. Não se omitir. Porque se não for a força do trabalho, aí como é que vai funcionar o poder deles né? Pra gente não ser tão fraco. Pra gente não se acovardar tanto né. Segura isso aí que os patrão faz. E se eu tivesse condição de trabalhar agora, eu ia pra frente das coisas, talvez seria até perseguida.. Porque eu ia mesmo, e denunciava. Sobre o trabalho da gente né, a gente não tá prejudicando ninguém. Tá é querendo o melhora né. E se eu tenho um direito acolá, se eu num for informada, eu vou procurar me informar. [...] Acho que sim. Ficou pelo menos o exemplo né. As castanheiras eram vistas assim... "vixe é castanheira, né"... discriminada né, mas a gente não tinha conhecimento... Foi um exemplo. É tanto que quando tá tendo essas greve de bancário, de motorista, se eles não fizer né, aí é que custa... tem que fazer essa pressãozinha né. Eu espero que outras operárias tenham tido essa compreensão, a gente foi tão humilhada. (Entrevista. Maria de Fátima. 08 jul. 2014)

### 3.3.1 Organização e consciência de classe em Gramsci

Encontramos em Gramsci novamente a importância que este dá no papel a ser cumprido pelos partidos políticos, príncipes modernos, organizadores da filosofia popular contra-hegemônica. Os aparelhos privados de hegemonia tem um papel fundamental na experimentação de concepções, na universalização de práticas transformadoras, na radicalização das práticas populares. Para isso precisam se conjugar com as massas, para uma elevação da consciência coletiva.

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os

partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagonica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os *elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias* [aqui tendo o sentido de buscar a totalidade], isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real; e compreende-se, assim, como seja necessária que a sua formação se realize através da adesão individual e não ao modo “laborista”, já que — se se trata de dirigir organicamente “toda a massa economicamente ativa” — deve-se dirigi-la não segundo velhos esquemas, mas inovando; e esta inovação só pode tornar-se de massa, em seus primeiros estágios, por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida. (GRAMSCI, 1997, p.105)

Portanto, este resistente episódio de revolta operária expressa, pelas ações dos sujeitos envolvidos, algum entendimento da opressão de classe que era exercida pelos patrões sobre os trabalhadores. Como resposta a isto, aprofundando-se a coerência entre teoria e prática, forma-se a organização política. E ainda mais: não existe organização política sem intelectuais, e vice-versa. A mobilização das trabalhadoras da CIONE é um exemplo da organização das vontades coletivas pela melhoria de vida de uma classe. E nesse processo os próprios problemas amadureceram, de um problema com as condições de trabalho, até a própria solidariedade de classe, da fábrica para o enfrentamento a toda a opressão por parte dos patrões e governos. Do piquete de fábrica À greve geral. É o quê senão um avanço na consciência de classe? E quem organiza essa consciência de classe? O sindicato? A Ação Popular? Voltemos ao italiano sardo.

É verdade que, para Sorel, o “mito” não encontrava sua expressão maior no sindicato, como organização de uma vontade coletiva, mas na ação prática do sindicato e de uma vontade coletiva já atuante, ação prática cuja máxima realização deveria ser a greve geral, isto é, uma “atividade passiva”, por assim dizer, ou seja, de caráter negativo e preliminar (o caráter positivo é dado somente pelo acordo alcançado nas vontades associadas) de uma atividade que não prevê uma fase própria “ativa e construtiva”. (GRAMSCI, 2007, P.14-15)

O sindicato organiza uma vontade coletiva que já está se originando na própria classe. Quando as trabalhadoras nos afirmaram que a greve era espontânea, é porquê era uma vontade construída entre elas optar por uma saída coletiva para as péssimas condições de trabalho. Virar as bancadas de trabalho foi uma iniciativa imediata; se reunir durante o almoço também. Porém com a ação do sindicato, houve um salto, o encontro da vontade coletiva com a experiência organizativa sindical.

Mas pode um mito ser não construtivo”, pode-se imaginar, na ordem de intuições de Sorel, que seja produtor de realidades um instrumento que deixa a vontade coletiva na fase primitiva e elementar de sua mera formação, por distinção (por “cisão”), ainda que com violência, isto é, destruindo as relações morais e jurídicas existentes?

Mas esta vontade coletiva, assim formada de modo elementar, não deixará imediatamente de existir, pulverizando-se numa infinidade de vontades singulares, que na fase positiva seguem direções diversas e contrastantes? E isso para não falar que não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido “metafísico”, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido. Neste caso, pode-se ver que se supõe por trás da espontaneidade um puro mecanicismo, por trás da liberdade (arbitrio-impulso vital) um máximo de determinismo, por trás do idealismo um materialismo absoluto. (GRAMSCI, 2007, p.15)

Entendemos que não há uma linearidade no processo de desenvolvimento de uma consciência coerente e ativa entre as trabalhadoras. Podemos dizer que todas estas trabalhadoras desenvolveram em suas vidas aspectos culturais que nelas forjaram ideais de resistência e solidariedade que se conjugaram, a partir das péssimas condições de trabalho, em vontade de lutar. Mas foi na ação organizada de um aparelho privado de hegemonia da classe trabalhadora, a Ação Popular, que atuava na categoria através do sindicato e para além dele, para formação de uma consciência política, que se fortaleceu uma visão mais ampla, uma consciência de classe, para além dos interesses corporativos, levando inclusive para algumas a defesa de uma outra forma de sociedade. Podemos resgatar das entrevistas elementos que valorizam a ação coletiva como forma de resistir à situação de penúria. A organização política então se faz como necessidade e como arma para enfrentar as dificuldades. A forma sindicato e a forma partido são caminhos de um desenvolvimento filosófico nas operárias de que é possível melhorar de vida se estas somarem forças entre si, e mais ainda somarem forças a outras, até mesmo estranhos.

O moderno complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. No mundo moderno, só uma ação histórico-política imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode se encarnar miticamente num indivíduo concreto: a rapidez só pode tornar-se necessária diante de um grande perigo iminente, grande perigo que cria precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo. E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade com a consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo (GRAMSCI, 2007, p. 16-17)

Podemos visualizar na pesquisa diversos momentos onde a Ação Popular age como um aparelho privado de hegemonia buscando organizar vontades coletivas das classes subalternas em torno de seu projeto nacional que, naquele momento, visava construir uma revolução política no rumo de uma sociedade aos moldes do socialismo realmente existente na China e em Cuba – guardadas suas grandes diferenças – e síntese do que era o projeto de sociedade da Ação Popular em 1968. Podemos perceber, por exemplo, neste trecho do

depoimento de Maria Elódia, que trata sobre o esforço da Ação Popular em estabelecer conexões entre as questões econômicas e imediatas e os problemas políticos e uma saída sistêmica para as classes subalternas.

Não. Político não. Falava "Ah ditadura... porque a gente não pode..". Eu acho que era porque eles achavam que se a gente melhorasse a situação financeira futuramente... não sei. [...] As greves eu não via assim "vamo derrubar o governo", nunca ouvi falar disso. A gente falava nas reuniões. Mas depois que o regime fechou não houve mais greve né. Era econômica. Era por melhores salários. (Havia aquele trabalho de contextualizar que esse problema do salário tinha haver também com a questão da ditadura). Tinha sim. (mas o grosso era a questão economica?). Era sim. Se eles tivessem sido mais inteligente, tivessem melhorado os salários, talvez não tivesse havido tanto morte, tanto sofrimento, tanta coisa. [...] A gente trabalhava muito pelo socialismo. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Cristina Carvalheira também endossa o papel da Ação Popular como organizador político e elaborador de sínteses, num ano propício à disputa das opiniões na sociedade e organização de vontades coletivas da classe trabalhadora para um confronto radical aos interesses dominantes:

Nós distribuíamos muitos panfletos. A menina que nos hospedou era simpatizante nossa e também fazia esse trabalho. Eu já era artista plástica e fazia os desenhos pro jornal. A AP teve alguma influência sobre a construção da greve, mas as condições lá que pareciam uma coisa da idade média, eram horríveis, não tinham proteção, nós nos queimávamos todas do pingo da castanha, queimávamos o rosto, queimávamos o braço, aí enchíamos aquelas latas e íamos para balança pesar e aqueles com aqueles caras ainda tinham roubo. [...] Eu tinha a consciência de que eu tava fazendo era uma coisa importante. O nosso objetivo era se integrar na produção pra ir conscientizando as pessoas contra a exploração, contra a ditadura.." [...] Aos poucos elas foram percebendo que com a greve elas foram conseguidos melhorias, que a única forma era essa de não aceitar aquela exploração, a forma de lutar. Quando explodiu tinha tanta revolta." (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014)

João Batista, que após a greve resolve se somar à Ação Popular, discorre que, se por um lado o conteúdo de diálogo com as trabalhadoras tinha um conteúdo pragmático de melhoria das condições de vida, especialmente naqueles dias da greve, por outro havia O objetivo de, sempre que possível, estabelecer uma ligação entre o específico e o geral, o micro e o macro, politizar o econômico e debater projeto. Um dos momentos privilegiados de fazer isso era nas panfletagens:

O conteúdo contra a ditadura. Abaixo o imperialismo. Naquele tempo era isso. Depois da greve. Quando eu comecei e entrei na clandestinidade. Até a greve eu não era político. A panfletagem, os panfleto era feito em dupla, a produção, era duas pessoas, um passava o rolo, e outro tirava o papel. Agora a panfletagem distribuía e ia de dupla. Fiz tanto panfletagem como pixação. Geralmente era perto das fábricas. Principalmente de casal, pra enganar a repressão. Se eles aparecessem a gente se abraçava, sem ser namorado sem nada (risos de Luzimar) (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

Este espaço da síntese de diversas vontades coletivas portanto seria o partido político. Mas então o que seria o partido político para Gramsci? Seriam as organizações como a Ação Popular, seriam todas aquelas que organizam mais um tipo de sujeito? Gramsci caracteriza os partidos na sociedade como ferramentas capazes de organizar as diferentes ideias em uma síntese comum. Como uma capacidade de, nas massas, formular um programa de transformações no Estado e na sociedade civil. Um organizador da vontade coletiva com a qualidade de forjar uma nova realidade social. Esta parece ser uma tarefa muito maior do que uma vanguarda ou uma organização que tem em suas fileiras mesmo uma quantidade enorme de trabalhadores. Para entender a real complexidade do partido em Gramsci é necessário entender a noção do moderno Príncipe:

Uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção do mundo. Também neste campo encontramos, na tradição, ausência de jacobinismo e medo do jacobinismo [...]. O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. Estes dois pontos fundamentais — formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral — deveriam constituir a estrutura do trabalho. Os pontos programáticos concretos devem ser incorporados na primeira parte, isto é, deveriam resultar “dramaticamente” da argumentação, não ser uma fria e pedante exposição de raciocínios. (GRAMSCI, 2007, p.18-19)

O partido em Gramsci é o Príncipe de Maquiavel, o Príncipe moderno. É o reformador, o transformador das realidades vividas. O partido em Gramsci é uma ferramenta de interlocução e intervenção social de uma classe. Surge da própria classe para disputar o Estado restrito e a sociedade civil, para garantir os interesses desta classe, podendo ser hegemônico ou contra hegemônico, desde que orgânico e organizador e que tenha capacidade de sintetizar a cultura da classe. Mais ainda, que tenha condições de fazer sempre a classe avançar, elevar sua consciência, fazer o conjunto da sociedade, o bloco histórico, dar um salto. Neste sentido o partido dos subalternos é aquele que consegue fazer o proletariado caminhar rumo à emancipação.

Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? E por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, com o virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como

ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume. (GRAMSCI, 2007, p.19)

A consciência oscila, vai e volta, se organiza, desorganiza-se. A forma como a classe trabalhadora entende até onde pode ir com seus objetivos depende de condições concretas e materiais, mas também da organização cultural de suas ferramentas de classe. Por isso Gramsci enriquece nossa análise conceituando estes diversos momentos. Em nosso entendimento estas classificações não servem para “encaixar” consciências, mais avançadas ou recuadas. Gramsci era um militante, organizador, um político transformador, portanto devemos entender essas categorias no movimento próprio da classe, historicizado e determinado por condições objetivas desenvolvidas em espaço e tempos específicos.

Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”. Entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2007, p.41)

Portanto, podemos entender que este papel transformador não parece ser cumprido apenas por uma organização política, com uma estrutura restrita de filiados, base, militantes, direção, comissões. O príncipe moderno, o organizador das vontades coletivas dos simples, o partido dos subalternos parece ter uma ferramenta mais complexa e plural. Podemos entender o partido em Gramsci como a pluralidade dos aparelhos privados de hegemonia dos subalternos, em suas diversas organizações políticas, partidos específicos, sindicatos, jornais, clubes, que almejam e de fato participam da organização moral e intelectual das classes

subalternas. Tudo aquilo que seja uma intervenção da cultura dos subalternos pela transformação social, e que tenha em alguma medida unidade e homogeneidade, preservando a diversidade.

Neste sentido entendemos a Ação Popular como um aparelho privado de hegemonia da classe trabalhadora que busca na atuação junto ao Sindicato do Óleo e na organização de base na CIONE, construir a organização de um segmento dos subalternos no Brasil em 1968, uma parte da vontade coletiva organizada em luta de greve, fazendo avançar a consciência de um conjunto de trabalhadores dos problemas imediatos, na direção dos problemas políticos nacionais.

A greve deu mais forças aos direitos da gente, pra não se incomodar tanto. Antes eu ficava pensando, mesmo participando, se aquilo valia a pena. Depois eu tenho certeza que todo mundo que participou se tivesse lá hoje tava lá cobrando seus direitos, tinha mais liberdade, não tinha tanta opressão, tanto medo em cima da gente. Aquele medo de achar que eles tava acima da gente, e agente sem saber se ia ou se não ia né. Mas mesmo com esse medo a gente foi. Tanto que quando a gente voltou agente já tava diferente, eu fui uma que já olhava eles diferente, eu pensava: “ué, mas eu não fiz nada de errado”. É como se a greve tivesse dado força pra gente. Eu achei que a gente foi muito corajosa. E acho que eles aprenderam também, fosse agora eles davam até transporte pra gente! (risadas). (...) Acho que isso todas as operárias sentiam. Acho que a partir do momento que elas se dispuseram elas acreditaram. Pelo menos ficou esclarecido que a gente tinha como buscar os direitos. (...) Procurar os direitos, até conversar com as companheiras, a gente discutia melhor. [Antes] a gente falava as coisas mas falava com medo. A partir daí a gente tinha controle do que fazer e não fazer. Afinal, a gente não tava ali de favor, né? Com o tempo a gente ia se valorizando mais. Muitas vezes as pessoas eram cobradas dentro da fábrica e fica calada. Aí depois que a gente começa a ver que não é valorizada a gente fica com mais força. Pelo menos eu fiquei. (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014)

Maria Elódia em seu depoimento demonstra como aquela greve foi fundamental para o aprofundamento da sua consciência de classe, onde sua experiência de trabalhadora se conjugou com a experiência de organização política formando uma consciência política mais ampla, na necessidade de um projeto político mais amplo que apenas as lutas pontuais e corporativas:

Até eu pensei que era uma luta do sindicato, de reivindicar melhores salários, melhores condições de vida. Da greve pra diante aí eu reconheci que era político. Eu imagino assim, não sei se é verdade. Que a ditadura, o regime da ditadura foi assim, começou... antigamente eu pensava que eu tô com fome eu tenho que pedir a quem tem né, pensava assim. Mas depois da greve da CIONE é que eu vi que não. Que era muito mais que isso. Eles podiam matar quem eles quisessem, podia prender quem eles quisesse, porque eles tavam com tudo na mão. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

João Batista fala também sobre o papel da greve na conscientização de classe das trabalhadoras envolvidas e na transformação da sua própria visão de mundo, lançando a necessidade dele se organizar politicamente num partido que fizesse a disputa da sociedade:

Eu acho que aquela greve trouxe consciência política pra aquela pessoa todinha. O jornal adianta aí. Melhorou a consciência política daquelas castanheiras, da categoria pelo menos. Trouxe mais consciência política. Tanto é que depois quando eu entrei na clandestinidade elas aceitavam a gente na casa delas, pra gente discutir politicamente os problemas do Brasil. Eu acho que ajudou muito. É claro que é um processo. Nada nasce e entra numa vez na cabeça da gente, tem que entrar devagar. Assim como na educação, da alfabetização ao mestrado. Foi um processo todinho. Mesma coisa é na questão da política da gente. Assim como é uma questão espiritual da gente. O espírito evolui também de acordo com a reencarnação, cada vez vai reencarnando vai purificando mais e vai chegando perto de deus. Mas eu acho que ajudou muito [a greve]. É um processo que trouxe conscientização para aquele pessoal, muitas daquelas mães hoje não pensam como pensavam antigamente, por conta daquela greve naquele tempo. Eu mesma coisa, eu tenho, também sofri influência do processo todinho. A minha participação da greve naquele tempo. A minha prisão. Ajudou a me fortalecer mais politicamente. Embora que eu não tenha consciência política ainda, mas eu sei o que eu quero, eu sei que esse governo aí não presta. Eu sei. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

Por razões diversas, de origens diferentes, com percepções políticas e visões de mundo díspares, forjou-se ali, a partir da experiência concreta de um conflito de interesses de classe, uma associação entre trabalhadoras para enfrentar o patrão e conquistar melhores condições de trabalho e de vida.

Portanto, a greve é apenas parte do processo de formação da consciência de classe, nem começo nem fim, apenas um episódio do processo, porém não menos importante como arma de luta instrumentalizada pelas operárias da CIONE para romper o cerco do possível e forjar na luta de classes sua própria história, dando sua contribuição para a história da classe trabalhadora de Fortaleza, a qual não pode deixar de conhecer esse fundamental momento do seu fazer-se.

### 3.4 HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA DE CLASSES EM 1968 NO BRASIL

Em 1968 foram centenas de mobilizações por melhorias de condições de vida dos subalternos, no campo, na cidade, onde houvesse elementos desta organização das vontades coletivas. Onde houve resistência, onde houve luta anti-regime, nas mobilizações de trabalhadores, nas greves, nas comissões de fábrica, nas mobilizações dos estudantes contra a ditadura, no movimento anti-arrocho, nas lutas camponesas. Todas estas mobilizações de uma certa forma se retroalimentam construindo uma contra hegemonia dos subalternos ao modelo de acumulação de capital no Brasil em 1968.

Por mais que não houvesse uma ligação direta entre estes processos sociais, eles fizeram do ano de 68 o ano de maior resistência à ditadura empresarial militar desde o golpe de 1964. Ocorrendo em diferentes cidades do país, a partir de demandas sociais diferentes, convergiam para o ponto comum de enfrentar a política do regime contra as classes subalternas. Em reação a esse processo de organização das forças subalternas, inclusive amadurecidas pela ação organizada de aparelhos privados de hegemonia na classe trabalhadora, que em alguns lugares se efetivou em greve proletária, os militares apressaram à coerção. Sem abrir mão de tentar produzir algum nível de consenso através da propaganda política, a repressão foi intensificada através do AI-5 numa sinfonia de torturas e mortes que pesou sobre as organizações populares no Brasil. Este é o tom da disputa de hegemonia na sociedade, por trás da tentativa de consenso que a burguesia forja através de seus mecanismos, sempre se salvaguarda um aparelho repressivo com grande capacidade para ser utilizado quando o convencimento não for mais suficiente para dominar. Aqui está o problema que Gramsci chama de equilíbrio entre coerção e consenso, onde no Estado Moderno, a dominação capitalista se estabelecendo ampliando o Estado, sem de forma alguma abrir mão da coerção, ou mesmo nos casos de aprofundamento do caráter coercitivo do Estado, como no caso da ditadura brasileira, não se abre mão da produção de consenso.

Evidencia-se também um momento em que a classe se organiza na fábrica e resolve paralisar as atividades, entendendo que são eles que produzem e que merecem melhores condições de trabalho. Num momento de repressão generalizada, qualquer sinalização de liberdade, direitos sociais, ou qualquer reforma é traduzida pelos conservadores e reacionários como socialismo.

Quer se tratasse do direito de petição ou do imposto do vinho, da liberdade de imprensa ou do livre-comércio, de clubes ou da lei orgânica municipal, da proteção da liberdade pessoal ou da regulamentação do orçamento do Estado, a senha sempre se repete, o tema permanece sempre o mesmo, a sentença sempre já está pronta e tem o seguinte teor imutável: “socialismo!”. Declara-se como socialista o liberalismo burguês, o Iluminismo burguês e até a reforma financeira burguesa. Era considerado um ato socialista construir uma ferrovia onde já havia um canal, e era um ato socialista defender-se com um bastão ao ser atacado com uma espada. (MARX, 2011c, p.80)

Nos será útil aqui a interpretação que Sônia Mendonça faz da teoria gramsciana no entendimento da ampliação do Estado. Entendendo Estado Ampliado como o resultado da sociedade política e sociedade civil:

Em suma, para o pensador italiano, que tanto inovou o campo do marxismo com sua singular definição de Estado ampliado – ou Integral –, a marca peculiar ao Estado

capitalista, desde sua época, reside no fato dele guardar, simultaneamente, um espaço de consenso e não apenas de violência, sendo o consenso –consentimento – obtido, segundo ele, através da ação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, assim como através da ação do próprio Estado restrito, que promove e generaliza o projeto da fração de classe hegemônica em certo contexto historicamente dado. Logo, política e Estado são inseparáveis da cultura e, mesmo instituições da sociedade política tipicamente relacionadas com a coerção – como o Exército, por exemplo – respondem pela difusão de uma cada cultura. (MENDONÇA, 2014, p.37)

Esta propõe o uso da categoria Estado ampliado como ferramenta metodológica de análise histórica. Sendo o Estado ampliado – ou Integral – marca peculiar da sociedade capitalista é fundamental para nós historiadores compreendermos como a sociedade se amplia e como as classes lutam para se expressarem nos Estado restrito (MENDONÇA, 2014). Por isso a autora propõe uma metodologia de estudo que se fundamenta na pesquisa dos aparelhos privados de hegemonia e sua organização para dirigir moral e intelectualmente as classes em luta.

Cabe ao pesquisador verificar quem são os autores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente interrelação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar a cada momento histórico, que eixo central organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essas formas de organização da Sociedade Civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas. (MENDONÇA, 2007, p.15)

Em sua obra a autora dedicou-se a estudar como se constituíram os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes e sua articulação para construir e divulgar um projeto hegemônico junto à sociedade civil, além de fazerem inserir seus interesses junto a agências do Estado restrito. Buscaremos aqui fazer uso Dessa proposta, na empreitada de que a investigação dos aparelhos privados de hegemonia ajudam a explicar como a luta de classes ocorre concretamente. Porém, no nosso trabalho, privilegiamos a análise das classes subalternas e seus aparelhos de hegemonia, levando em consideração que “para o filósofo italiano, a maior ocidentalização – ou seja, a complexificação da sociedade civil – longe está de equivaler ao maior protagonismo dos subalternos” (MENDONÇA, 2013, p.20), mormente em período de forte coerção de um estado ditatorial que visava minimizar a expressão das classes populares no Estado restrito, bem como destruir suas organizações autônomas. Mas que o episódio de resistência na CIONE se destaca em meio à ampla coerção ditatorial como expressão da ação dos subalternos organizada através de aparelhos privados de hegemonia. Por isso nos é fundamental compreender como se dá o processo de organização dos “de baixo” numa sociedade de estado ampliado.

Podemos perceber que Gramsci entende que há uma filosofia comum que domina a sociedade. Essa filosofia é elaborada e organizada, beneficiando a classe dominante, mas também se expressa nos setores subalternos. Por isso, num processo de organização dos interesses dos subalternos é fundamental que haja uma sistemática crítica da filosofia, das ideias e da cultura hegemônica na sociedade civil. Este é um trabalho fundamental para construir a transformação social: organizar, criticar, e sobretudo difundir e divulgar novas ideias que surjam da crítica popular e coerente das concepções de mundo dominantes. A educação coletiva e difusão de novas ideias é mais transformadora do que a simples geração da nova ideia.

O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p.94)

Para a criação desta nova filosofia é necessária a organização deste bom senso, daquilo que há de coerente entre as pessoas simples. É por isso que Gramsci defende que cada classe dê origem a seus próprios intelectuais, organizadores da nova filosofia, fruto de uma prática singular de classe. O diferencial de uma classe é sua capacidade de levar à frente seus interesses, dependendo dela mesma organizá-los através de uma prática transformadora da realidade. Esse é o papel dos intelectuais orgânicos a uma classe.

a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. (GRAMSCI, 1999, p.100)

Por fim podemos entender que essas mobilizações sociais, em especial a mobilização das classes subalternas em 1968 no Brasil, na qual a greve da CIONE se insere, apontava para uma disputa da hegemonia na sociedade civil, que estava sob um controle rígido dos organismos repressivos da ditadura militar. A revelia de sua força a forte coerção e controle do Estado não conseguiu impedir naquele momento e organização de uma vontade coletiva dos subalternos de alterar a situação de piora na qualidade de vida. Nesse sentido entendemos o AI-5 como uma resposta das classes dominantes, via governo militar, para maximizar a coerção sobre os Aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas que tentavam construir a contra-hegemonia na sociedade civil.

Eu achei assim, que a ditadura tinha raiva de mim, e de todos os operários, porque ela queria a fina força impor as ordens dela, é uma ditadura, você não tem direito a nada. Então ele preferia que uma pessoa que fosse contra fosse pelo menos os estudante, rapazinho rico, que não sofre, né. Ele não se importavam tanto. Mas quando entrava uma operária assim como eu eles se preocupavam. "Olha, já tá atingindo a classe operária!". Que é a mais importante. Eu penso assim e foi isso. Porque eles não conseguiram tanto, eram tão forte, valentão, né? Eles não quiseram que eu trabalhasse, eu digo: "gente eu queria tanto trabalhar, mas a ditadura não deixa". (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Acima Maria Elodia expõe sua opinião de que a violência da repressão, À qual foi submetida, era diretamente proporcional À força que trabalhadoras como ela tiveram em se movimentar naquele ano de 1968, visando quebrar o processo de organização popular que se avizinhava, mesmo em meio à ditadura militar. Por fim, Cacau expressa a limitação que aquele processo de acúmulo e organização canalizado por um aparelho privado de hegemonia, como a Ação Popular, experimentou naquele momento. O esforço deveria ser de muito mais fôlego rumo a uma reconstrução da organização dos subalternos, sem atalhos.

eles não queriam pegar o movimento em si, eles queriam pegar as organizações. Para eles não interessava o movimento de massa. [...] Porque o que é que tinha fundamentalmente em 68? Estudante! A preocupação que a gente tinha de AP. Aonde é que tava a grande concentração de operário e camponês? Cadê a massa que tinha? Talvez por isso que uma parte de AP resolveu se juntar com o PCdoB, por que achou que não tinha força suficiente sozinha. (Entrevista. Maria do Carmo. 02 out. 2017)

### 3.5 MEMÓRIAS DA CLANDESTINIDADE

A pesquisa em história oral nos permite personalizar a fonte. Histórias coletivas que também são histórias pessoais, íntimas, individuais. A luta contra a ditadura militar foi um processo coletivo, de classes, raças, gêneros, partidos, sindicatos E diretórios, mas também representou histórias de indivíduos, sujeitos da história. Na memória da clandestinidade essa relação indivíduo e coletivo fica latente. A coerção do Estado visa perseguir, massacrar E torturar, para dividir, perseguir, massacrar e destruir. O alvo da ditadura na repressão é a organização coletiva das classes subalternas para enfraquecê-las e dominá-las. Em nossa pesquisa registramos diversos relatos de mulheres e homens envolvidos na greve da CIONE, fossem protagonizando e mobilizando, fossem contribuindo em ações de solidariedade. Para muitos a greve foi um marco em suas vidas, ela representou um momento de aprofundamento da consciência política, de luta contra o regime, de defesa de uma sociedade igualitária e, em consequência, aprofundou a perseguição e repressão do regime militar sobre seus corpos. Este tópico dedica-se a compartilhar essas histórias de clandestinidades que se relacionam diretamente com a história da greve da CIONE e da classe trabalhadora em Fortaleza.

### 3.5.1 Maria Elódia

Após ter sido destacada pela Ação Popular para acompanhar a greve da CIONE, viu sua vida se transformar completamente, pois a visibilidade que ganhou a greve A colocou numa situação de vulnerabilidade à repressão da ditadura, o que a fez entrar na clandestinidade, sobretudo após ter sido presa na Polícia Federal, por suas ações neste movimento grevista. Maria Elódia foi presa em Fortaleza e depois em Recife, enviada para o Rio de Janeiro onde, segundo o Dossiê *Brasil Nunca Mais*, ficou presa durante meses na Ilha das Flores, equipamento da Marinha do Brasil, onde ela e seu filho, À época com 15 anos, foram torturados.

[...] Aí eu vim embora pro sindicato nosso, na agapito dos santos, que é a sede, ainda hoje é, do nosso sindicato, sindicato dos textéis, eu era da diretoria do sindicato. Eu acho que eu era secretária, ou era tesoureira, nem me lembro mais, faz muito tempo isso e apagou muito da memória, e eu sofro muito quando me lembro desse tempo, foi muito duro meu filho. Ninguém no mundo pode imaginar o que é uma prisão, o que é uma injustiça [chorando...] e eu ainda hoje me emociono quando me lembro, não se pode imaginar o que ocorreu em mim... [...] Fui presa aqui também, na Polícia Federal. [...] Eu fiquei muito magra, muito magra, e tossindo muito. Eles com medo, eu pensei assim, eles com medo que eu morresse lá mandaram eu vir passar um fim de semana em casa e eu não voltei mais. Aí daí que começou minha perseguição, eu sair escondida. Quando foram na minha casa minha mãe falou "aqui não tem ninguém não, pode entrar, a casa é de vocês, pode procurar" (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013).

Aí, daquele dia em diante eu senti, todo mundo sentiu, não foi só eu. A gente tinha coisas assim na parede. Tiramos tudo, pra não chamar atenção. Aí daquela greve em diante é que eu senti que eu tava muito envolvida, que eu não poderia, talvez, não sei... ir com os conselhos de outras pessoas, que era melhor eu me ausentar. Eu trabalhava na Santa Cecília. Fábrica de Tecidos Santa Cecília. Cotonificio Leite Barbosa - Fábrica de Tecidos Santa Cecília. E a Santa Cecília era longe, era em Parangaba né. Eu trabalhava lá. Aí eu cheguei, fiquei assim meia... o sindicato também não era o lugar mais seguro pra pessoa... entendeu... uma pessoa assim que não podia se expor. Eu lembro que em 68, no fim eu já tinha saído do Ceará. Mas certeza mesmo eu não tenho, a gente saiu correndo pra lá e pra cá e não deu mesmo pra nada. Eu não pude mais nem trabalhar na Santa Cecília porque se eu fosse eles me pegavam. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Prisão, fuga para Pernambuco e trabalho no movimento operário na clandestinidade, impossível não se envolver...

Eu saí e só voltei depois da Anistia. Por conta de todo o movimento, começando por eu ter ido lá pra fábrica mais as operárias, que não entraram porque tavam em greve, ficavam lá, não queriam entrar... entrou uma ou outra. Aí foi que eu comecei a ser perseguida. Eles iam lá em casa e não me encontrava. Eu fui presa assim entrando em casa, vindo do trabalho. Eu trabalhava de noite, porque eu trabalhava de noite e fazia as greve, lutava politicamente de dia. Então eu ia... quando eu vou chegando em casa, assim, umas oito horas, antigamente eu trabalhava na fábrica Santa Cecília, lá em parangaba.. e quando cheguei mais ou menos umas oito horas eles tavam lá na porta. Foi logo depois da greve, porque em 68\* eu já tava no Rio de Janeiro. E eu saí daqui pulando daqui pra ali, pra aculá, pra não ser encontrada né. Eu fui pra Recife,

lá eu fui presa. Tinha uma greve... de umas camisas, hoje não se tem mais, umas camisas que eram fabricadas numa fábrica em Pernambuco. Quando nós chegou uma greve. Aí eu fui. Eu já sai daqui escondida, mas cheguei lá e vi a greve e não consegui. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Quanto ao papel da sua organização política na clandestinidade...

É. Foi a Ação Popular quem dava cobertura. Pagava a passagem, porque a gente não tinha. Deixava de trabalhar, deixava de ter dinheiro... Toda a cobertura foi a Ação Popular... os amigos, que eram da Ação Popular. O sindicato não deu muita cobertura não, porque também nem podia. [...] A orientação era acabar com tudo escrito, que era pra quando chegar não ter nada. [...] Eu tinha 35, 36... Eu acho que aquele livro Brasil Nunca mais eu tô nele. Diz "a operária Maria Elódia, seu filho foi torturado na frente dela" (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013).

Situação na prisão no Rio, censura a cartas enviadas a família:

A repressão foi violenta. Muito preso. Depois de eu presa na ilha das flores... já no Rio... que eu escrevia... todas as cartas eram censuradas, só depois de censuradas eles liberavam pra vir pra cá. E quando chegava aqui, eu tinha um amigo que eu mandava pra ele e ele depois, escondidamente mandava levar lá em casa, foi duro. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

A esposa de seu filho, que acompanhava a entrevista no momento, complementa:

Nora: Era o Jansen, o advogado, ele conseguiu sair com uma carta que não fosse passada pela censura, entendeu? Ele fez uma carta pra a gente ter certeza que ela tava viva, com a letra dela. Ele conseguiu que ela escrevesse assim, ficou só com ela num canto, ela escreveu alguma coisa e conseguiu passar com essa carta, e essa foi a única carta que a gente recebeu dela, que não tinha um carimbo assim: "liberada pelo serviço de censura", todas as cartas vinham com esse carimbo, né. E essa foi a única que veio, que esse advogado enviou, era isso, quando ela ficou [presa] quem fazia esse contato era o advogado [...] Tem um livro que saiu aqui a pouco tempo que é "Advogados e o golpe de 64" e fala isso, que os presos políticos ficava sem casa, sem família, sem nada, quem fazia a ligação era os advogados. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Quando foi presa no Rio, queriam que delatasse um Agostinho Pretto...

[...] Na Marinha foi no Rio de Janeiro. [...] Eles queriam que eu dissesse onde tava o Padre Agostinho Pretto, foi já no Rio. Parece que eles leram alguma coisa dos estatutos da AP, e os estatuto da AP foi feito na igreja, começou na igreja. Depois a igreja.. né<sup>76</sup>. Eles perguntavam, eles queriam saber os dirigentes. Estavam mais preocupados com os dirigentes do que com os operários que tavam fazendo a greve. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

A tortura, que tudo dilacera, rasga o corpo e a alma da mulher com machismo e misoginia...

76 Sobre Padre Agostinho Pretto ver <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/989781-agostinho-pretto-1924-2011---o-padre-e-a-juventude-operaria.shtml>

Era puta!.. rapariga!!... esses nome assim de baixo escalão. A tortura psicológica, ameaças, que ia matar todo mundo. Perguntava quem era fulano. Diziam também assim: "Você tem que falar, deixe de besteira", menino eu fiz até aquele negócio dos dedos [polígrafo] como é que não acharam nada aí? Falaram "não precisava de nada disso se você tivesse ajudado a gente", "não teria sido preciso você ficar carimbada". Registrada. (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

Na clandestinidade mudou de nome para continuar sendo trabalhadora: “Maria Elódia Alencar de Lima é meu nome. Agora o meu codinome era Ana Maria. Porque quando eu cheguei no Rio eu precisava de emprego. Eu fui presa aqui com meu nome, Ana Maria foi lá no Rio. No Rio de Janeiro e nos outros cantos.” (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

### 3.5.2 Jaime Libério

Jaime Libério nos narra ainda que sua história na clandestinidade se cruzou com a de Ana (Maria Elódia). E sua memória do episódio está marcada por um tom melancólico, fruto da vergonha de um erro que ele avalia ter prejudicado muito a fuga de Maria Elódia naquele momento. Nos deparamos, em outros momentos, com essas memórias borradas pelo medo, por equívocos, por julgamentos e autocríticas de um passado marcado pela pressão permanente da repressão sobre seus corpos e mentes. A memória de perseguidos políticos carrega essa especificidade de dores permanentes e o fato de contar essas histórias É explicitamente avaliado por estes, e também por nós, como processos de reencontro, até mesmo de redenção, em relação a um passado torturante a que foram submetidos pela força do Estado e da opressão combinada de classe, de gênero e de raça/etnia.

então era ela mesmo... o apelido dela era Ana, ela foi para o Rio de Janeiro e era Eu que ia levá - la, porém houve um desencontro, pois eu fui dormir na casa de aliado, e passei da hora, tentei pegar um táxi para a Messejana, mas acabei perdendo o ônibus [...] depois da prisão, quando ela saiu da federal, ela e o João, o pessoal achou melhor ela, sair daqui, inclusive eu também pra minha segurança, mas daí houve esse desencontro... Desde aí eu nunca mais a vi, até eu soube que na época que ela foi solta e quando o pessoal perguntava por mim ela dizia: não, não quero saber não, não quero nem ouvir esse nome, ela passou por alguns problemas lá no Rio de Janeiro... e depois disso eu nunca mais eu a vi. Pois é, depois que teve esse desencontro eu nunca mais tive contato com ela eu sei que ela tinha um filho até mais velho na época já era um garoto já, é tanto que ela estava presa e ele ficava lá de frente à Delegacia onde ela ficava ele não saia de lá de jeito nenhum. Até o Eusébio falou para mim “rapaz o garoto fica lá de frente à Delegacia e a mãe dele lá dentro”. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2017)

Jaime narra com riquezas de detalhes como foi viver na clandestinidade e como aquilo o impactou. Faz uma avaliação do terror na clandestinidade e na tortura, na prisão, colocando a clandestinidade como a experimentação de um horror tão grande como aquilo que se vivia nas masmorras, nas prisões, ressaltando o aspecto psicológico, o medo constante,

os sacrifícios para fugir e preservar tanto sua integridade, quanto a de companheiras e companheiros de militância.

Quando eu ia dormir na minha sogra, e ela tinha medo de ladrão, eu dormia na cozinha para ficar perto da porta e aí chegasse alguém eu iria sair, só que tinha um problema ela tinha muita panela próximo da porta que ela deixava para caso alguém invade sua casa fizesse barulho. Só que eu não dormir eu ficava sentado ali, o que acontece, se eu escutasse um menos um barulho de buzina eu tinha que sair correndo né, só que daqui que eu tirar todas as panelas de perto da porta para sair era tempo de eles terem entrado em casa e ter me levado... Inicialmente eu não dormia, passava a noite acordado isso não era só uma vez era várias vezes e quando veio a determinação depois do AI-5 para gente ficar cada um por conta própria, de não dormir na casa de nenhum parente até o terceiro grau. Eu lembro que ia para casa de um amigo meu lá no Montese e um dia botaram, assopraram pra mim e eu acordei com a sopa e o pão, com a minha mão dentro. Eu sei que já acordava e nem percebi o que estava acordado. Dormia e nem percebia que estava dormindo. Era uns momentos muito cruéis, lembro de uma vez que encontrei com os companheiros lá no Rio de Janeiro, “Jaime nós vamos te levar para onde nasceu o PT”, isso era 78 já, aí a gente comentando quem foi preso. Éramos seis, quem não foi preso ficou na clandestinidade e daí a gente disse que quem não foi preso sofreu muito também por conta dessa clandestinidade, aí um amigo falou “eu passei 2 anos preso, apanhei muito, mas para passar o que vocês passaram aí na clandestinidade tem condições não”, aí você imagina você pegar um ônibus ficar rodando pela cidade, até dá hora do ponto que você vai ter, e depois da prisão do Marighella, o negócio do cinema tiraram, a gente ia para o cinema assistir até a hora de dar o ponto para gente poder sair, então isso maltratava muito a nossa mente. E era muito complicado de um ser humano resistir a esse tipo de pressão diária. Eu sei que uma vez eu fui dormir na casa da minha irmã que mora aqui em Fortaleza, aí o marido dela de manhã falou para ela: “fala para o teu irmão não dormir em casa de ninguém desconhecido”, porque eu passava o dia todinho falando só de comunismo, ditadura e isso era um perigo. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2017)

Jaime conta ainda sobre o rodízio que fazia em casas de parentes e amigos para poder despistar a repressão, e como, por muito pouco, não foi preso:

Não nunca foi preso, já teve o caso e os caras chegarem perto de me prender mas eu consegui escapar, teve uma vez quando eu morava lá no Jockey [bairro de Fortaleza] e tinha havido uma desarticulação na sede de lá aonde a gente se encontrava muito e aí a gente tinha recebido nos textos do Che Guevara sobre a guerrilha, eu tava assistindo um filme aí quando vi era as rodas de um jipe da DOPS. E aí ele já desceram perguntando quem conhece aqui o professor Jaime, aí tinha um rapazinho que disse - porque havia outro professor Jaime no bairro - aí o rapaz ensinou o endereço desse e eu escapei, e eu tava com a caixa de livros e textos. Mas eu só me atentei quando eles saíram do bairro porque eu tinha que esconder aqueles textos e livros. E eu fui atrás do jipe para saber se realmente eles foram atrás desse Jaime para você ver como eu era preocupado com essa situação. Aí eu me peguei pensando: “o que que eu tô fazendo... os caras chegaram perto da minha casa saíram e eu ainda fui atrás de saber se realmente estavam indo correndo o risco de ser pego”. Aí depois disso eu consegui voltar para casa, e quando foi de manhã a minha mulher disse: “a minha mãe tem uma mania de olhar as pessoas à noite pela brecha da porta então eu vou perguntar a ela se ela viu alguma coisa” aí ela disse “realmente que o jipe parou de frente a casa de vocês, aí eles pararam e ficaram duvidando se tinha alguém morando naquela casa aí pensaram, pensaram, e aí decidiram ir embora”. [...] Então dessa vez eles passaram bem perto de mim pegar... o outro caso foi em frente a padaria Fortaleza, eu tinha uns contato lá e eu já tinha ido à noite e eu fiquei na incerteza porque tinha um cara do PCB e veio um rapaz

estranho e botou a mão no meu ombro e disse é você mesmo né. Aí eu só fiz me abaixar e sair correndo ele não tirou nem nada ali, próximo da [rua] João Cordeiro, essa situação aconteceu. Depois de um tempo que eu fui saber que desde que eu trabalhava na federação, que tinha um cabra que me acompanhava por onde eu andava... Então tinha uma pessoa exclusiva para me acompanhar, e essa pessoa que me avisou é porque ele tinha um contato dentro da polícia e aí falaram para ele, aí ele me falou “olha tem uma pessoa que a tarefa dele é lhe acompanhar aonde você for, ele é sua sombra”. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2017)

Jaime revela ainda que o processo de perseguição, o desgaste físico e mental, foram se acumulando, levando-o ao extremo, de modo que a repressão política por ele sofrida foi muito importante para que optasse pelo desligamento da AP. Aqui vemos o quão importante é a repressão direta e aberta na desagregação e fragmentação da esquerda. Para além dos aspectos próprios, internos aos grupos políticos, a repressão visa liquidar as condições de organização política dos subalternos de modo que a única opção seja se esconder e fugir ou aderir ao sistema. Esse é o sentido do fechamento da ditadura com o AI-5, inviabilizar a construção de contra-hegemonias, isolando os aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas num gueto onde não tenham possibilidades – materiais e subjetivas – prosseguir na ação organizativa.

Foi aí quando eu levantei a questão para a A.P, porém nunca me pegaram mas eu acho que é porque eles queriam pegar o grupo logo todo aí ficava me vigiando, porque o restante era pra pegar de monte, não só de uma pessoa, aí o pessoal justificou desse fato de eles não me prenderem porque eles queriam pegar mais coisas minhas. Tipo que tinha na minha casa no Pirambu, eu dava um curso de alfabetização no estilo Paulo Freire e eu tinha um esquema com a minha mulher: “olhe qualquer coisa”, o ônibus passava em frente, então eu disse para ela: “qualquer coisa bote um pano na janela para quando eu passar eu identificar” como é que estava a situação, se tivesse com pano é porque ele tava com problema. E eu dava aula no horário de 5 às 7 horas da noite depois do trabalho, aí uma vez eu passei e tinha uma toalha lá então eu desviei o caminho, Aí ela falou “olha os homens chegaram aqui querendo se matricular, aí quando eles saíram eu pedi para o meu sobrinho dá uma olhada na rua para ver onde eles estavam e eles estavam com carro estacionado na rua próxima só aguardando”. E aí meu próprio esquema da A.P foi mudando. Tipo toda vida que era véspera de manifestação a gente ia fazer um comício relâmpago para diminuir a exposição... e devido a essa percepção eu fui me afastando... (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2017)

### 3.5.3 Luzimar e João Batista

Após a segunda prisão João Batista foi demitido de seu emprego na fábrica Brasil Oiticica onde trabalhava a vários anos. Paralelamente o Sindicato do Óleo, Do qual era presidente, sofreu uma nova intervenção da ditadura militar, destituindo a maior parte da sua diretoria, dismantando seu potencial mobilizador e de enfrentamento daquelas trabalhadoras. João Batista foi substituído por um novo presidente biônico, subserviente ao governo e ao patronato:

Do sindicato eu fui expulso. Com a minha prisão eu fui sumariamente demitido de lá. A reação fez isso. [irritado] O governo porra! Acharam que eu era comunista. Que eu não podia dirigir o sindicato mais. Aí me substituíram por outro. Quem entrou no meu lugar foi o... Qual é o nome daquele baixinho rapaz... Nobre! Foi o Nobre que foi... ele era o meu secretário do sindicato na minha gestão como presidente, ele era secretário. Com a minha expulsão ele assumiu a direção. A princípio ele não tinha amizade com a ditadura, depois ele foi se apelegando, quando ele assumiu a presidência do sindicato ele foi se apelegando, junto a federação [interventores], esse pessoal... Era da Federação da Indústria, trabalhadores da indústria. Que era pelega. Toda. Não lembro quem presidia ela não, meu contato com eles foi muito pouco. [irritado] Eu não gostava de pelego não rapaz. Eu não gostava de me relacionar com pelego. Eram apoiados pela ditadura. Eram apoiados pela ditadura. Eram botado pelos presidente de sindicato pelego, que era maioria, votada neles pra assumir as federação. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

Mesmo após o AI-5, Luzimar e João Batista continuaram atuando para organizar as castanheiras. As ações diretas e abertas perderam espaço para panfletagens discretas e clandestinas. Enquanto conversas na frente da fábrica se tornaram impossíveis por conta da repressão, eles insistiram no processo de convencimento e organização de base através de reuniões na casa das próprias castanheiras. Traremos aqui o diálogo entre Luzimar e João Batista onde conta os detalhes desse processo de atuação e tentativa de organização operária, mergulhados em total clandestinidade. Uma demonstração de que, mesmo após o AI-5, aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas, como a AP, continuaram tentando, por um período, construir um trabalho orgânico de convencimento das trabalhadoras para a luta política contra o patrão e o regime.

João Batista: A gente discutia a luta nas fábricas. Panfletagem. Eu mesmo fiz um banco

Luzimar: Ainda tá enterrado na casa lá.

João Batista: Eu mesmo fiz um banco de madeira. E desse banco eu fiz um mimeógrafo manual. Manual. Com um relógio. Armava ele e desarmava. Tirava a parte metálica de cima dele, que era arame e ficava um banco, desparafusava tudinho e virava um banco.

Luzimar: Eu morava numa casa e tinha um quintalzinho, era até a Maria Amélia que pagava essa casa pra mim. Aí a gente cavava um buraco aí fazia os panfletos, botava lá dentro. Colocava uma tábua e colocava areia por cima. Porque se eles chegassem ali naquela hora não ia encontrar né.

João Batista: Pode ser que ele esteja enterrado ainda. Me deram a ideia, e como eu sou mecânico aí desenvolvi a ideia. Aquele mimeógrafo a álcool né. [...] Na CIONE houve panfletagens e pixação, depois da greve. Continuamos mobilizando. Me lembro que teve uma vez que lá no Antônio Bezerra, bairro onde fica a CIONE. Lá tinha uma mala assim deste tamanho [abrindo os braços] cheio de documento. Documento contra a repressão. Panfletagem, papel. Uma mala cheia. A gente decidiu queimar aquilo ali. Queimar lá mesmo, debaixo de um pé de árvore, longe da fábrica, com um medo da desgraça que a repressão chegasse pegasse aquilo era cadeia na certa. Depois pegaram um bocão dentro do saco, saco feito de feira, feito saco de cimento, botava dentro amarrou, botei no taxi, pra levar num to lembrando

nem pra onde. Lá na frente tinha uma batida da polícia militar, e eu com um saco cheio de panfleto. "Pelo amor de deus". Felizmente eles não pararam o carro que eu ia, felizmente, se tivesse parado eu tinha entrado também. Foi por um fio. Isso tudo é a história da gente. A gente conseguiu fazer reunião na casa das castanheiras. Na clandestinidade era na casa delas, na fábrica não. Antes não podia fazer na fábrica, politicamente não. A gente ia na fábrica só como sindicato. Depois do AI-5 teve reuniões na casa das castanheiras. Se tinha antes eu não sei, depois a gente fazia. É claro que a gente não dizia pra elas... elas entendiam que aquilo ali era... a gente se escondia no quarto, as vezes numa casa pequenininha, a gente se escondia e conversava baixinho uns com os outros, pra não cair no vizinho dos vizinho. Elas sabia que aquilo ali, aquela reunião, era clandestina. Não sabia de que partido político era, sabia de nada. Elas eram operária, não eram militante de partido. Elas tavam interessada em ajudar a gente, tinham interesse em ajudar. A gente dizia pra elas que aquela reunião era pra ajudar a gente lutar na fábrica por elas. Melhorar as condições. Eu não participava mais de fábrica, nem da vida sindical, eu não participava mais.

A casa era humildizinha rapaz, era casa de taipa. Porque as condições financeiras delas não dava pra outra coisa não. Era casinha de taipa, os quartinho eram quartinhos pequenininho.. A gente se reunia ali naquele quarto. Casinha pequenininha, baixinha. Lá no Pirambu.

Eu me lembro que eu fui pedir ajuda ao delegado regional do trabalho, Doutor Vicente Cândido Neto. Fui pedir ajuda a ele primeiramente compreensão dele, pra ajudar a gente. Mas ele não se prontificou a ajudar não. Porque ele fazia parte do regime militar. Ele era delegado do trabalho. (Entrevista. Luzimar e João Batista. 07 dez. 2017)

Após a demissão de João Batista da Brasil Oiticica, em 1969, ele passou por mais alguns meses fazendo bicos, tendo ainda conseguido se empregar em mais duas fábricas. Porém, mesmo absolvido no primeiro processo de acusação por panfletagem em frente à CIONE, a perseguição da ditadura continuou implacável, jogando Luzimar, João Batista e a filha, no subterrâneo da clandestinidade, até inviabilizar sua permanência no Ceará e eles rumaram para Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, em busca de novos trabalhos e de distanciarem-se da repressão cearense. Segue trecho do diálogo entre Luzimar e João Batista ilustrativo dos dias em que os dois viveram as sombras da clandestinidade na ditadura militar:

João Batista: O agravante para eu vir pra cá é que eu tinha caído na clandestinidade e eles tavam tentando me pegar de novo. Aí se me pegasse ia ser cacete. Talvez tivesse morto.

Luzimar: Temos amigos que não se sabe mais deles.

João Batista : Talvez eu tivesse morto. Muita gente sumiu, muita gente morreu, muita gente foi torturado. E com certeza eu ia ser. Com certeza. Aí o pessoal da AP [nessa época já era PCdoB] me sugeriu que eu saísse de lá, que eu viesse aqui pro Cabo, porque aqui no Cabo estava tendo muita indústria pra gente trabalhar. Aí eu vim aqui pro Cabo, de lá pra cá. A AP simplesmente falou "Você tem que sair daqui, na carreira [correndo], você tem que sair daqui porque o pessoal tá atrás do seu codinome" e já sabia tudo de mim.

Luzimar: E eu correndo. Com uma menina, era pequenininha, tinha quatro pra cinco anos. Eu sofri viu. Eu me mudava todos os meses.

João Batista: Eu fiquei muito tempo fora de casa, no mato, escondido. Na casa de quem não entendia nada, não sabia, não sabia nada de política, quando da repressão iam atrás de mim...

Luzimar: E eu pensava "Se essa polícia passa aqui e pegar meus filhos". Aí eu corria, deixava ela na casa de uma tia minha e corria atrás de casas em favela réa. Eu levava só um fogão a redinha dela, a minha rede. E passava a noite assim [fazendo pose de assustada e atenta] aí ela dormia, inocente né. Aí quando vinha um carro [faz uma cara de grande susto]. Meu coração disparava. Aí passava, passava... e sem dinheiro.. pra poder me alimentar. Ele desempregou né. Eu tinha uma amiga que era Maria Amélia. Aquilo foi... [gesto de gratidão]. Ela me ajudou e muito. Assim, me ajudava, ela trabalhava pra diocese, aí me mandava eu comprar as coisas, fazia compra. Aí ela ia e me dava um trocado. Pagou uma casa pra mim bem um ano, pagou casa pra mim. Ela me dava dinheiro pra eu comprar leite da menina, as coisas pra mim. E assim, eu vivia feito uma coisa doida. Quando ele veio pra cá a gente se desencontrou. Porque naquele tempo era muito difícil a comunicação. Pra chegar uma carta.. ele morava num córrego ali onde só vivia sapo e lagarto. Pro correio chegar lá. É tanto que a gente passou quase 6 meses sem se comunicar, porque não tinha como. Porque ele veio pra cá e eu fiquei lá esperando que ele se organizasse aqui pra me mandar me buscar. Só que ele passou quase um ano aqui. Nem chegava lá nem chegava aqui. Ele trabalhava aqui, trabalhava ali, trabalhava acolá, pra ganhar um bico. Ele trabalhava com uma mala, concertando fogão pra sobreviver. (Entrevista. Luzimar e João Batista. 07 dez. 2017)

Percebemos aqui a especificidade da mulher e mãe na fuga, na clandestinidade, cuidando não só de sua integridade, mas também da de sua filha. Aqui a opressão de gênero é potencializada pelo medo de o aparelho repressivo atingir sua filha, assim como atingiu o filho de Maria Elódia de forma terrível, além de tantas outras filhas e filhos de militantes sociais. A questão de gênero aqui nos ajuda a entender o encadeamento do mecanismo de opressão e dominação sobre a mulher que enfrentava a ditadura militar, quer em seu caráter físico ou psicológico, atingindo seu corpo e o de seus familiares. O diálogo em entrevista continua:

João Batista: Até eu conseguir um emprego fixo.

Luzimar: Até quando ele conseguiu um emprego ali na refinação de milho, foi outro drama.

João Batista: Outro drama, eu com um emprego aqui, com medo da repressão porque minha carteira de identidade não podia abrir conta em banco, toda estragada já, suor, a fotografia ninguém via mais, a assinatura ninguém via mais. Eu tinha sido absolvido do processo. Mas eu estava sendo procurado de novo. Consegui trabalhar porque a gente tinha um amigo lá em Fortaleza que facilitou, tinha contato com a secretaria de polícia.

Luzimar: Eu tinha um amigo, eu tinha um médico que fez o meu primeiro parto, e o filho dele parece que era também desses negócio. Aí eu tinha muita amizade com ele porque ele me dava muito remédio. Naquele tempo né, dava muita amostra grátis, me dava de saco pra eu dar aos pobres. Aí um dia eu cheguei lá, chorando, "mas

doutor.". Aí ele falou assim "um casamento não se perde, ele é um homem muito decente, num se perde assim não. Telefone pra empresa, pergunte quanto é a passagem.". Aí eu telefonei e perguntei e no outro dia eu fui lá aí ele disse "tá aqui, dinheiro da ida e volta e cinco dia pra você passar lá num hotel enquanto você encontra ele".

João Batista: Um cara legal.

Luzimar: Aí vim pro endereço que ele me deu, no mostardinha. Na casa de uma colega que ele fazia uns trabalho. Aí eu cheguei lá e a mulher me botou no céu, nem precisou de hotel. Aí fui procurando, procurando, de lá pra cá. Aí encontrei ele... nos buraco da gia... aí encontrei ele, tava trabalhando numa usina nesse mei de mundo, foram buscar ele aí quando ele chegou ele disse "olha minha filha eu arranjei um emprego mas num posso..." naquele tempo era milha filha, hoje é véi e véa né. Aí ele disse "mas eu num posso nem.. o rapaz disse pra mim ir pra são paulo, mas eu preciso de uma carteira nova, porque essa daqui o banco não aceita não pra abrir a conta. Aí eu pensei "e agora". E ele sem dinheiro né. "Pois tu fica aí". No mesmo dia eu peguei o ônibus. Naquele tempo não tinha onibus de dia. Peguei o onibus e fui mimbora. Eu tinha um amigo que trabalhava na secretaria de polícia, a mãe dele era minha conhecida. Ele era o chefe por lá. "Oxi, mande buscar ele!". Aí passei um telegrama, no mesmo dia ele viajou.

João Batista: Fui num sábado e voltei na segunda. Quando eu recebi o dinheiro aqui na Usina. Fui no Recife, comprei a passagem e me mandei. Cheguei lá domingo de manhã. Pra tirar a identidade.

Luzimar: Aí ele tirou na segunda, na segunda mesmo ele viajou. Na terça ele foi na firma. Na quarta eles mandaram ele pra São Paulo. Nessa viagem ele passou uns cinco meses em São Paulo fazendo um estágio. A polícia não achou, graças a deus não. Aí parou. (Entrevista. Luzimar e João Batista. 07 dez. 2017)

João Batista narra ainda que nesse período ocorreu o processo de adesão da AP ao PC do B, marcado pelo fechamento do regime, aumento da perseguição aos militantes de esquerda e, paulatinamente, o desmanche dos espaços organizativos dos partidos de esquerda e da oposição à ditadura militar. Desse processo ele mesmo nos conta que nem tomou conhecimento da adesão da AP ao PC do B. Para ele foi um processo decidido pela direção e militantes da base da organização sequer tomaram conhecimento do ocorrido.

Pararam de me perseguir. Cheguei aqui janeiro de 75, aí trabalhei lá 8 anos, saí em 87. Como eu tinha perdido o contato político aqui. Aí eu não tive mais contato com ninguém. Aí parou também a perseguição. A AP entrou no PCdoB. E eu não sabia... esse documento aqui [da ABIN] tava dizendo que eu participava do PCdoB. Mas na minha consciência eu não participava do PCdoB, participava de AP. PCdoB foi lá na direção nacional, pra mim não existia não. Eu não sabia, eu tava na AP ainda. A AP não tinha célula aqui em Cabo. O único contato que eu fiz foi em Garanhuns. Lá tinha uma célula. Aí eu fiz contato com um cara aqui mas ele não veio aí eu perdi o contato. Se tivesse uma célula aqui ele tinha me orientado, mas não tinha né. Aí o contato, eu só recebi a orientação de fazer o contato em Garanhuns. A direção de lá me mandou pra cá. (Entrevista. Luzimar e João Batista. 07 dez. 2017)

Luzimar ressalta ainda que durante a clandestinidade contou com a solidariedade de muitas pessoas, boa parte destas ligadas à Igreja Católica e suas ramificações *sociais*, como a

Ação Católica e as Pastorais, solidariedade essa que teria sido central para sua sobrevivência e a de sua filha, enquanto a família se dividia para poder fugir mais facilmente da repressão. Por exemplo, quando contaram com o apoio de Dom Delgado, Arcebispo de Fortaleza, para garantir a comunicação entre João e Luzimar enquanto ele esteve preso em Fortaleza: “Uma pessoa que ajudou muito a gente foi Dom Delgado, Arcebispo de Fortaleza. Quando ele foi preso”, conta Luzimar. E João Batista endossa: “Quando ninguém foi me visitar Dom Delgado foi”. Luzimar conclui: “levou um *radinho*, por que o comandante não queria que eu visitasse. Aí quando Dom Delgado foi aí eles liberaram né. Eu ia lá com a menina, agora assim: eu aqui, e o policial ali e outro ali” (Entrevista. Luzimar e João Batista. 07 dez. 2017). Isto é uma demonstração de que, se por um lado o peso massivo do alto clero brasileiro foi fundamental para a legitimação e consolidação do golpe de Estado de 1964, por outro, com o prolongamento e endurecimento da ditadura, e a ampliação da perseguição – inclusive a clérigos que apoiavam as ações de oposição –, como foi o caso do cearense Tito de Alencar. Nos anos 70, sobretudo, parte importante da Igreja Católica vai cumprir papel importante na proteção a militantes na clandestinidade e ao denunciar as torturas e assassinatos perpetrados nos porões da ditadura. Maior exemplo disso é a organização do dossiê *Brasil Nunca Mais*, publicado em 1985 pela Arquidiocese de São Paulo, que foi a mais contundente denúncia às violações de direitos humanos realizadas pela ditadura.

### 3.5.4 Fonseca e Iracema

Fonseca e Iracema, que também eram militantes de AP, estudantes que participaram de ações de solidariedade à greve da CIONE, contam como a repressão os atingiu, obrigando-os a se deslocar para se integrarem à produção em Pernambuco:

Fonseca: A gente teve que se deslocar primeiro para Campina Grande, e lá nós conseguimos mudar de nome. Meu nome era Antônio Felipe dos Santos, ela (Iracema) era Marilene dos Santos, aí eu fui trabalhar como operário, mais para sobreviver, porque a gente já tava saindo... não quis ir pro PCdoB e tavamos saindo de AP. Ela foi trabalhar numa escola. A gente viveu como operário mesmo. Só conseguia fazer a feira no fim porque o salário era baixo. Quando soubemos que nós íamos ser presos nós nos deslocamos para Pernambuco, para uma fábrica metalúrgica, em Abreu e Lima. Nós praticamente tínhamos saído do PCdoB, nós mantínhamos contato com uma pessoa que era da direção que era o Oswald Barroso, era mais um contato porque a gente tava perdido. Não podia entrar em contato com a família. Era com eles mesmo. Lá em Pernambuco nós fomos presos. Ela (Iracema) trabalhava na Springer, uma fábrica de ar-condicionados, e eu trabalhava numa fábrica de bombina de aço.

Iracema: Lá a gente tentou fazer trabalho de base, formamos a associação de moradores do bairro da liberdade. (Entrevista. Iracema Serra Azul e Manoel Fonseca. 02 out. 2017)

Eles relatam ainda que seus filhos também foram atingidos, revelando uma política sistemática de repressão aos militantes através de seus filhos, demonstrando o quão desumano era o aparelho repressivo da ditadura militar, que não poupava sequer crianças recém-nascidas da violência estatal: “os meninos foram sequestrados, ela [Iracema] presa. Eles tinham 2 e 3 anos. Ernesto e André. Os 40 dias que a gente passou preso eles passaram sequestrados com outras pessoas”. (Entrevista. Iracema Serra Azul e Manoel Fonseca. 02 out. 2017). Essa foi uma tática comum utilizada em todas as ditaduras do cone sul-americano para dismantelar psicologicamente os militantes de esquerda.

### 3.5.5 Mário Albuquerque, momentos de reflexão e autocrítica na prisão

Mário Albuquerque, que na época da greve era estudante e participou junto com o POR-T das iniciativas de solidariedade e da tentativa de organização das castanheiras, conta que o tempo que ficou na prisão, após a greve, com o PORT e o PCBR (organização que se ligou após sua ruptura com o PORT em 1969) dismantelados pela repressão, foi marcado pelas reflexões sobre erros cometidos e sobre o porquê da derrota para a ditadura. Como era difícil questionar os dogmas, fala ainda da importância da teoria marxista nesse processo de reflexão e autocrítica:

Na prisão eu tentei escrever um texto sobre redemocratização, mas não fui muito além porque a reação foi violenta. "Redemocratização? Você tá vacilando companheiro?". Foi quando a gente foi ler Gramsci que a coisa foi diferente. Na prisão, no IPPS, eu cheguei a fazer uma brincadeira aqui, peguei um texto do Engels, sobre o voto, ele defendendo a importância do voto, sem falar quem era o autor, aí perguntei "o que vocês acham do texto?", e o pessoal "ah isso é de um reformista", aí eu: "é não pô, é do Engels" hahaha (risadas). Era a nossa formação né. [...] Foi quando a gente foi no Gramsci e no Engels foi que a gente né [fazendo gestos de amplitude]... Porque a gente não lia na verdade. A grande massa da militância não lia, a gente era uns operativos operantes, era ação, a gente veio ler na prisão. (Entrevista. Mário Albuquerque. 20 set. 2017)

### 3.5.6 Oswald Barroso

Oswald Barroso, que após se integrar à produção na CIONE pela AP, durante os fins de 1968 e inícios de 1969, fugiu para Pernambuco, onde ajudou a dirigir a organização até a adesão ao PC do B, narra sua experiência na clandestinidade, as estratégias de segurança adotadas para burlar os aparelhos da repressão e ainda, quando caíam para a repressão, as dificuldades para preservar informações e proteger companheiros que estavam a mercê de sua capacidade de suportar torturas físicas e psicológicas:

É tanto que quando eu fui preso no Recife eu passei um bocadinho de tempo segurando as informações, até que eu enlouqueci, pensei que tavam lendo minha cabeça, e

soltei o nome deles... e eles não tinha saído. Depois eles disseram que queria cair mesmo, que não tavam mais aguentando. Pra eles a vida na clandestinidade era uma tortura. Acabaram sendo presos. Porque a gente um pacto que era o seguinte: você sustenta 10 dias... só quem conhecia a casa deles era eu. Você sustenta 10 dias depois de ser preso, se depois de 10 dias depois de um encontro você desaparecer é porque você foi preso, aí você tem que sair da casa. E eu sustentei 20 dias, depois de 20 dias eu abri. Foi o único que eu abri foi eles. Porque eu não tinha aberto nada, eu tava doido, pensando que tavam lendo minha cabeça: "Vocês já sabem porra, vocês tão dentro da minha cabeça, pra quê mais que vocês querem saber?" "- é só pra confirmar". Aí foram lá e eles tavam ainda. Aí tanto que eles não tem raiva de mim, porque eles disseram "porra, foi a gente que vacilou mesmo, a gente já sabia que isso ia acontecer que isso podia ter acontecido, já fazia 20 dias do ultimo ponto que você faltou". Porque era muito rigoroso, você só esperava 5 minutos, e você só tinha um outro ponto alternativa, se você faltasse a alternativa era porque você tinha sido preso. Aí você tinha que sair de casa... aí dava um tempinho assim pra sair de casa... mas eles não saíram. Eles disseram "não, a gente decidiu se entregar mesmo". Pô outra clandestinidade? Eles não tinha mais nem contato com o partido, tavam sozinhos no mundo. O único contato que eles tinham no partido era comigo. Era Abreu e Lima que eles moravam... tava caíndo todo mundo, todo mundo. Os que não caíram era porque tavam perdido, não era mais do partido. Eu morava no Alto do Jordão e só quem sabia da minha casa era um dirigente nacional, que tinha ido uma vez lá em casa. Porque pra eles chegar na casa da gente a gente marcava um ponto longe de casa e fazia um contato com ele lá, tinha um código pra saber se tava tudo bem. Você dizia uma senha, se você respondesse uma senha era porque tava tudo bem. Aí o cara ia de cabeça baixa e sem olhar pra nada. E lá fazia a reunião. Depois você levava ele pra um canto longe, pra ele não saber onde era a casa. Mas esse cara tinha liberalismo.. como chamava.. tinha sido liberal e tinha percebido onde era a casa da gente. Ele caiu na Bahia e abriu. Esse cara se desfez, se cagou todinho. Um cara alto dirigente do partido, quando ele foi preso ele se chorava feito criança.. entregava tudo. Era uma coisa terrível. Aí entregou lá em casa. Morava eu com um casal e um cachorro. Sorte que a mulher do cara e a filha, se chamava Elênia, tinha ido pra Bahia visitar a família. Aí elas foram e ficaram só eu e o Artur, aí mataram logo o cachorro. Me chamaram, aí eu me apresentei... eu falei "artur fica aí, não vão fazer nada, só tão me chamando" de madrugada.. a casa já tava toda cercada... entraram... o Artur dentro de casa, ele pensando que ia escapar... entraram baculejaram tudo, quebraram tudo.. levaram pro DOI-CODI. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

Oswald Barroso detalha ainda os caminhos da tortura psicológica que os aparelhos de repressão adotavam para coletar informações de militantes capturados, seu sadismo, como O prazer em executar a tortura e a destruição, física e moral, da militância antagônica ao regime:

Me levaram pro quartel general do quarto exército, quartel da polícia do exército.. no porão... eu descrevo nesse livro e numa peça também "dormir, talvez sonhar". Foram 43 dias de tortura. Eu saí louco. Porque a gente fica no seguinte dilema, ou você entrega as pessoas ou você morre. E aí o que você faz? Depois de 20 dias chegaram pra mim e disseram assim; "Olhe... a gente fez um balanço", eles faziam uns balanço, eles se auto-chamavam de doutores, se vestiam assim todo de médico, com umas batas brancas... Aí eles faziam o seguinte "nós fizemos o balanço", você algemado e com a venda. "Nós fizemos um balanço e vimos que você não disse nada, só enrolou a gente, com 20 dias... ou você entrega ou você vai morrer... a gente não pode fazer nada por você mais.." Aí eu entrei na cela de volta e fiquei ouvindo as falas deles e os comando deles, me auto-torturando. Aí achava que eles liam minha cabeça. Botaram um chip na minha cabeça. Aí me levaram de novo, me deram uma pisa. Aí eu abri... Cada pessoa sabia pouca coisa, não sabia ligar. Muita gente eu nem sabia onde era a casa, a do Fonseca eu sabia porque ele era da direção

também. Mas muita gente eu só fazia contato, por isso se perdeu o contato morreu. Era uma coisa rigorosíssima. Mas com muita vacilação pessoal de alguma pessoas. (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018)

### 3.5.7 Inocência Uchôa

Inocência, que também era estudante e militante do PORT, tendo participado de atividades de solidariedade do movimento estudantil para com a greve da CIONE também foi um dos que, após o AI-5, foi jogado na clandestinidade, perseguido e caçado, preso e torturado, e traz memórias da prisão, da tortura, da clandestinidade:

Houve um julgamento no Superior Tribunal Militar. Porque o Ministério Público da Auditoria Militar de Pernambuco recorreu da sentença e lá no Superior Tribunal Militar aumentou minha pena e aí expediram minha ordem de prisão. Aí o que eu fazer? Eu não tinha condições de sair do Brasil, nosso grupo era pequenininho né. Tava todo esfacelado. Eu não tinha contatos fora. Eu não tinha condições financeiras. Eu tive que ficar né. Tava trabalhando já com meu nome. Na clandestinidade e fui ficando, e ficando, meus filhos, o Marcelo e Pádua nasceram na clandestinidade [resignado]. [...] Olha não é fácil. É um negócio terrível. Porque veja, sem querer, não faça um juízo sobre o que eu vou dizer. É um sentimento. Porque quem saiu do país... digamos assim, é difícil morar fora do país... mas quando você tá fora você ninguém vai lhe prender, você não tá sujeito a ser preso a qualquer momento, você tem livro pra ler, você poder ir ao cinema, você pode ter uma vida regular, apesar de tá imigrando. Mas quem ficou aqui não. Quem ficou aqui na clandestinidade você tem que ter mesmo.. sem falar que era um tempo difícil na época do Médici. Eu passei anos tendo pesadelos sobre as torturas. Encontrava torturador na rua. Sargento Batista, que era do exército. Lá no Rio. Eu não encontrava, eu achava que era ele. Ele era negro e de repente eu achava que era o cara. Vivia apavorado. Aí você não pode ir ao cinema, tem que ter uma história razoável onde você viver. Você tem que ter uma história no seu trabalho.. na faculdade era outra história. E essa história não pode ser juntada, senão não fecha. Depois claro, vai afroxando... (Entrevista. Inocência Uchôa. 28 set. 2017)

Aqui Uchôa relata o momento em que foi levado a acreditar que seria executado, uma tática da tortura para destruir psicologicamente os militantes, tornando-os mais vulneráveis às táticas de investigação a que eram submetidos

Eu fui preso pelo DOPS, depois fui entregue a polícia federal, fui mandado para o quartel das cinco pontas, fiquei na cela do Frei Caneca. Na penitenciária depois você encontrava os outros presos. Quando me tiraram do quartel da cinco pontas todo mundo ficou chorando, éramos 9 lá. O pessoal sabia que eu ia desaparecer. Eu e o Aroeira, colega do Rio Grande do Norte que era do PCBR. Rodaram, rodaram, algemado, cabeça pra baixo das pernas naquele jipão do exército, pararam num determinado local e tiraram o aroeira. Aí depois me levaram rodando pela cidade, pararam numa praia, mandaram... (fazendo gesto de fileira de fuzilamento). Botaram uma cena de fuzilamento. Tu acredita? Eu de costa pro mar, de frente pra terra, e eles de frente pro mar, para que as balas pudesse ir em direção.. tudo direitinho... "atenção!!!" Você ouvia o clique né.. "preparar!!!"... então.. "para, para, para". (Entrevista. Inocência Uchôa. 28 set. 2017)

Portanto, essas memórias da clandestinidade são evidências de um aprofundamento do caráter coercitivo do Estado restrito, sintetizado nas medidas e consequências do AI-5, em resposta à mobilização e organização das classes subalternas no Brasil em finais dos anos 1960.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GUERRA DA CIONE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Chegando ao fim deste trabalho que buscou interpretar historiograficamente o conflito de classes ocorrido na fábrica da CIONE em 1968, inserindo-o no bojo das mobilizações sociais verificadas, especialmente as greves e levantes de trabalhadores no Brasil, teceremos aqui algumas considerações finais fundamentais para a conclusão de nossa análise.

A ditadura civil-militar, instalada através de um golpe em abril de 1964, serviu para garantir que o Estado restrito mantivesse a política de acumulação capitalista no Brasil, enfraquecendo e retirando da arena política os movimentos e forças subalternas que vinham se organizando e disputando a sociedade civil em prol da defesa de seus interesses no Estado de modo a “Atrapalhar” a plena realização dos interesses das classes dominantes.

A ditadura militar estabeleceu uma política econômica de maximização da acumulação capitalista no Brasil que se expressou em aumento da exploração da força-de-trabalho, aumento da coerção sobre os movimentos sociais organizados, especialmente na perseguição a partidos de esquerda e na destituição de diretorias combativas do movimento sindical, além do arrocho salarial e da piora das condições de vida da imensa maioria da classe trabalhadora e da população brasileira. Em resposta a isto, e ainda fruto de um trabalho de reconstrução de organizações populares, partidos de esquerda, organizações estudantis, entidades sindicais, o Brasil experimentou um processo de mobilizações populares que, a partir de demandas imediatas e concretas, especialmente quanto a trabalhadores e estudantes, se expressou em grandes manifestações e greves que chegaram a ameaçar o controle imposto pela ditadura militar às classes subalternas no país.

A greve das castanheiras da CIONE, seu processo de desenvolvimento e suas consequências, é expressão dessas lutas em resistência aos ataques promovidos pelo capital contra o trabalho no Brasil na década de 1960. O processo de greve da CIONE está fundado na exploração da força de trabalho de forma extremamente degradante, até mesmo para as condições “normais” de degradação da força de trabalho na produção industrial cearense, se

forja numa experiência de classe de mulheres trabalhadoras que perceberam a necessidade de se organizar para defenderem seus interesses em conflito com os interesses impostos pelo seu patrão nas relações de trabalho, e é potencializada pela ação organizada de um aparelho privado de hegemonia que expressou seu projeto nacional através da organização de base na fábrica e na ação do Sindicato do Óleo.

Para uma melhor compreensão da vida das castanheiras, bem como DE seu processo de organização política e formação de classe, é fundamental que entendamos as relações entre classe, gênero e raça na vida e no trabalho destas mulheres. Compreendemos que situações específicas de desigualdades de gênero e desigualdades de raça alimentam as relações de opressão de classe, forjando uma realidade de múltiplas opressões que é melhor entendida se vista de forma transversal.

Nesse sentido o processo vivido por estas mulheres, negras, cafuzas, caboclas é diferenciado daquele de um operariado branco e masculino tradicionalmente abordado na História dos Mundos do Trabalho, de modo que a própria situação de classe, sua situação de exploração, suas condições de trabalho, vida, moradia, alimentação, estão intrinsecamente relacionadas A seu gênero e suas etnicidades, pois o capital explora e superexplora de forma diferenciada a força de trabalho, dividindo ainda mais a classe trabalhadora. Se o capital faz isto como forma orgânica fundamental para seu desenvolvimento no Brasil é necessário entender estas desigualdades para entender a formação da classe trabalhadora, especialmente neste segmento em luta em finais de 1968 em Fortaleza.

O processo de formação como classe que as castanheiras da CIONE vivenciaram, dentro e fora da fábrica, foi um aprofundamento da radicalização do conflito de classes através da greve. A greve, portanto, teve papel fundamental na intensificação da formação de uma consciência de classe nestas mulheres trabalhadores, e em muitas caminhou de uma consciência corporativa, imediata, para uma consciência de classe mais ampla, chegando até mesmo a uma dimensão política, de projeto alternativo de sociedade. Esta greve, por mais que contenha uma explosão espontânea, sobretudo concretizada na rebeldia das mulheres, na ira de classe contra o patrão que as massacrava, tem como vetor de desenvolvimento da consciência política Ação Popular, aparelho privado de hegemonia das classes subalternas que buscava construir uma contra-hegemonia junto às classes subalternas e suas demais organizações, mesmo em um período de aprofundamento da coerção estatal e por consequência, da violência das classes dominantes sobre as classes dominadas através do aparato repressivo do Estado restrito.

Concluimos, portanto, que a História da greve da CIONE contribui para entendermos que a classe trabalhadora no Ceará – e no Brasil – se organizou e tentou resistir às políticas impostas pela ditadura em prol do capital contra o trabalho, tendo seu apogeu No ano de 1968, quando a relação entre esquerdas organizadas e setores sociais, especialmente, movimentos estudantis e movimentos trabalhistas, promoveu a tentativa de construção de uma contra-hegemonia dos subalternos em conflito aos interesses das classes dominantes no país. E que este processo de mobilização popular recebeu em resposta o endurecimento da coerção estatal, através da promulgação do AI-5 da ditadura militar que, por sua vez, aumentou a repressão e o dismantelamento dos aparelhos privados de hegemonia dos subalternos inviabilizando, naquele momento, o processo de disputa pela hegemonia na sociedade civil brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo (org). Brasil: nunca mais. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. 12v.
- ALI, Tariq. O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALVES, Maria Helena de Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. O Continente do Labor. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARRUZZA, Cinzia, Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios, Lisboa, Combate, 2010.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKAN, Abigail B. and DUA, Enakshi. Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories. University of Toronto Press, 2014. sobretudo o capítulo 5, que é substancialmente baseado no seguinte artigo: Abigail B. Bakan “Marxism and Anti-Racism: Rethinking the Politics of Difference” *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Cultura and Society* 20, no. 2 (April 2008), 238-56.
- BAKAN, Abigail B. and DUA, Enakshi. Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories. University of Toronto Press, 2014.
- BANDEIRA, Marina. A Igreja Católica na virada da Questão Social (1930-1964). Petrópolis: Vozes, 2000.

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências, in FREITAS, Marcos César (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, 2006.

BEAUD, Stéphane e PIALOUX, Michel. *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves*. - 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (O Brasil Republicano; v. 4)

BREILH, J. Una perspectiva emancipadora de la investigación e incidencia basada en la determinación social de la salud. In: EIBENSCHUTZ, C., TAMEZ, S, GONZÁLEZ, R. ¿Determinación social o determinantes sociales de la salud? Memoria del Taller Latinoamericanos sobre Determinantes Sociales de la Salud. Ciudad de México: Editora Universidad Autónoma Metropolitana, 2011.

CADERNOS DO PRESENTE 2. Greves operárias (168-1978). Belo Horizontes: Aparte, jul. 1978.

CALIL, Gilberto. O populismo e a hegemonia burguesa na América Latina. *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, n.4, julho 2007, p.27-33.

CEDI. *Cadernos do CEDI 14 – CANAVIEIROS EM GREVE: Campanhas Salariais e Sindicalismo*. São Paulo: CEDI, 1985.

\_\_\_\_\_. O Sentido histórico do golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações. In: MATTOS, Marcelo Badaró e VEGA, Rúben (org.). *Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CALLINICOS, Alex. *Race and Class, Bookmarks*, Londres, janeiro de 1993. Livre tradução em [http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS\\_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf](http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf)

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.

COBRASMA. *Breve Histórico da Empresa*. Disponível em: <http://www.cobrasma.com.br/>. Acessado em 09/07/2014 as 15:35.

COSTA, Sérgio Amad. Estado e controle sindical no Brasil: um estudo sobre três mecanismos de coerção (1960/64). São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

DERRIDA, J. De la Gramatologie. Paris: Minuit, 1967. (DERRIDA, J. Gramatologia. trad. br. Mirian Chnaiderman e Renato Ribeiro, São Paulo: Perspectiva, 2006).

\_\_\_\_\_. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. In: A Escritura e a Diferença. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 229-249.

DOSSE, François. História do estruturalismo, volume I: o campo do signo, 1945-1966. São Paulo: Ensaio, 2007.

DREIFUSS, René. 1964: a conquista. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

FARIAS, Airton de. Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, s.d.

FERNANDES, Florestan. *Marx, Engels, Lenin: a história em processo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo: Global Editora, 2013.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado (Orgs). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Livro 3, p. 343-404.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: Entre-vistas : abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

\_\_\_\_\_. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FONTES, Virgínia; MENDONÇA, Sonia. História do Brasil recente, 1964-1980. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário* (1964-1984) – Volume 2: A crise do “milagre brasileiro”. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. *A imprensa de esquerda e o movimento operário* (1964-1984). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FROTA, Maria Helena de Paula. A Indústria de Beneficiamento de Castanha de Caju no Ceará: uma máquina de fazer loucos. 250p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

\_\_\_\_\_. Las castañeras: El proceso de socialización del trabajo femenino en la industria de la castaña em Ceará – Brasil. 322p. Tese (Dissertação). Departamento de Sociología – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha, 1999.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987 [5.edição revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1998]

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

GUHA, Ranahit. Las voces de la historia y otros estudios subalternos, Barcelona, Crítica, 2002.

GUHA, Ranahit (org.). Subaltern Studies V. Writings on South Asian History and Society, 1987. *apud* MATTOS, Marcelo Badaró, Trabalho, classe trabalhadora e o debate sobre o sujeito histórico, ontem e hoje, in NEVES, Renake B. D. (org.), Trabalho, estranhamento e emancipação, Rio de Janeiro, Consequência, 2015.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002.

JOSHI, Chitra. "Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho". Revista Mundos do trabalho, ANPUH, v. I, n. 2, p. 158-159. JOSHI, Chitra. "Além da

polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho". Revista Mundos do trabalho, ANPUH, v. I, n. 2, p. 158-159. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147/11100>>

JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos último 25 anos. In: FERREIRA, M. AMADO, J. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. CICLO DE GREVES NA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA: Pernambuco, 1964 a 1968. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 56, p. 381-398, Maio/Ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974. 370p. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

LABORIE, Pierre. "Opinião e Memória". In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LENIN, Vladimir. *Obras*, volume 4. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores do mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013

LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo: Textos Escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "sobre conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- \_\_\_\_\_. A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- HOBBSAWM, Eric I. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. Memórias de Luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- MARQUESE, Rafael Bivar & Parron, Tamis, Internacional escravista: a política da segunda escravidão, Rio de Janeiro, Topoi, v. 12, jul.- dez 2011.
- MARTINS, H. de Souza. O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- \_\_\_\_\_. A Ideologia Alemã – Crítica da mais Recente Filosofia Alemã em seus Representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo Alemão em seus Diferentes Profetas – 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007. 614p.
- MARX, Karl. A sagrada família. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010. p.7-141.
- \_\_\_\_\_. A Guerra Civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. Apêndice a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010b, p. 145-165.
- \_\_\_\_\_. E-book. Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política, São Paulo: Boitempo, 2011b.
- \_\_\_\_\_. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011c.
- MARX, Karl Heinrich. Resumo Crítico de Estatismo e Anarquia, de Mikhail Bakunin (1874) (Excertos), in. Crítica ao Programa de Gotha; São Paulo, 2012a: Boitempo, p. 105-119.
- MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha; São Paulo: Boitempo, 2012b, 140p.

\_\_\_\_\_. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital; São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl Heinrich e ENGELS, Friedrich. – Lutas de Classes na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 24, n. 47, p. 241-270, 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100010>.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 2012.

MAZZEO, Antonio Carlos. Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil. Marília, SP: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo, SP: Boitempo, 1999.

MELO, Demian Bezerra. Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão, In: MELO, Demian Bezerra (org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. O campo “vai ao golpe”. In: MATTOS, Marcelo Badaró e VEGA, Rúben (org.). Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MESZÁROS, István. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Estrutura social e formas de consciência (Vol. I): a determinação social do método. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Estrutura social e formas de consciência (Vol. II): a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. 2001. O governo João Goulart : as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro : Revan; Brasília : EdUnb.

MORAES, Dênis de. A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de Montagem: o industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Chico de. A economia brasileira: crítica à razão dualista, Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1981. Publicado originalmente em Estudos Cebrap (2), 1972.

OLIVEIRA, Papito de (Org.). Vozes silenciadas. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

O SACO, Revista Nordestina de Cultura (Opção Editora Promoção e Publicidade Ltda – Fortaleza/Ce): ANO I, No 2 (junho 1976, Caderno 4, páginas 07-07), texto "Psiquiatria e Subdesenvolvimento", meu.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 3, 1989.

PAPITO DE OLIVEIRA [organizador]. Vozes Silenciadas. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Alessandro Portelli. O que faz a história oral diferente. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997.

POULANTZAS, Nicos, Pouvoir Politique et Classes Sociales, Paris, Éditions Maspéro, 1968 [trad. port. Poder Político e Classes Sociais, Porto, Portucalense Editora, 1971.]

\_\_\_\_\_. On the peculiaridades of oral history”, em History Workshop Journal, 12 (Oxford, Engíand, 1981), pp. 96-107.

PORTO, Márcio de Souza. Igreja, “Imprensa e Educação Popular no Ceará na década de 1960”. In: Tempo no Plural: História, memória e diversidade cultural.

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. “O milagre brasileira: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. - 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (O Brasil Republicano; v. 4). (Cf. Mendonça e Fortes).

PRADO JUNIOR, Caio & FERNANDES, Florestan. Clássicos sobre a revolução brasileira / Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. Foi Assim!. O Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968). Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora: 2002.

RAMOS, Marcelo H. B. A esquerda cearense e a greve das castanheiras da CIONE (1968): experiências, memórias e consciências de classe. 88p. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Curso de História, Centro de Humanidade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

REIS FILHOS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Em Busca do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. O fantasma da revolução brasileira – 2 ed. revista e ampliada – São Paulo: Editora UNESP, 2010a.

\_\_\_\_\_. Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010b.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru-SP: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.23, n.45, p. 171-186, jan./jun.2010.

ROCHA, Danielle Franco da. Bancários e Oligopolização: avanços e limites nas lutas contra a superexploração do trabalho na ditadura no Brasil (1964-1980). RAMOS, Marcelo H. B. A esquerda cearense e a greve das castanheiras da CIONE (1968): 318p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROSSI, Waldemar & GERAB, William Jorge. Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAMPAIO, Ciro. Pirambu. Fortaleza, 1970.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. In: Política & Sociedade, nº 13. Florianópolis: UFSC, 2008, p. 279 – 309.

SANTOS, Barbara Cacau dos. “TRABALHADORES CEARENSES, UNI-VOS!”: O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964). 183p. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim-CE (1927-1950). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

SANTOS, Jovelina Silva. Círculos Operários no Ceará: instruindo, educando, orientando, moralizando (1915 – 1963). 267 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História. Universidade Federal do Ceará. – Fortaleza, 2004.

SEGATTO, Jose Antonio. A formacao da classe operaria no brasil. 1. ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1987.

SILVER, Beverly J. Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

SOUZA, Simone (Coord.). História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

SOUZA LOBO, Elizabeth. Experiências de mulheres – Destinos de gênero, In: Tempo Social – Revista de Sociologia da USP – Vol. 1. São Paulo, 1989.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 378p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

STEPAN, Alfred. Os militares na política - as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1975.

TEIXEIRA, Fernando. Trabalhadores no Tribunal. Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

THOMPSON, E. P.

A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v1

\_\_\_\_\_. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v2

\_\_\_\_\_. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v1v.3

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. São Paulo: Paz & Terra, 1992.

VOGEL, Lise. *Marxism and oppression of woman: Toward a Unitary Theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

TROTSKY, Leon. *Os sindicatos na época da decadência imperialista*. 1940. <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm> Acessado em 27/07/2014

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira*. São Paulo: Leya, 2014.

## LISTAGEM DE FONTES

### FONTES ORAIS

#### **Jaime Libério**

Em 1968 trabalhou na CIONE na parte administrativa, setor pessoal. Fez parte da Juventude Operária Católica, onde iniciou sua militância social. Em 1968 entra na Ação Popular. Fez parte da diretoria do Sindicato do Óleo na gestão em que João Batista foi presidente. Foi o primeiro a conceder entrevista, contato realizado através da Associação Anistia 64/68, associação de ex-presos políticos cearenses na qual Jaime era filiado.

Entrevistas realizada em: 1ª) Centro. Fortaleza: 22 de fevereiro de 2013; 2ª) Conjunto Metrôpole, Caucaia, Ceará: 05 de janeiro de 2018.

#### **Maria Elódia**

Operária têxtil, em 1968 era diretora do Sindicato dos Têxteis, foi militante da Ação Popular. Em 1968 trabalhou durante um pequeno período na CIONE para ajudar no trabalho de organização da Ação Popular na fábrica. Após a greve da CIONE foi presa, fugiu para Pernambuco, presa novamente foi enviada ao Rio de Janeiro onde foi vítima de severas torturas.

Entrevista realizada em: Otávio Bonfim, Fortaleza, Ceará : 01 de março de 2013.

#### **Francisco José, “Franzé”**

Em 2014, quando foi realizada a entrevista, Franzé era Diretor Administrativo da CIONE. Começou na empresa trabalhando como contínuo. Na época da entrevista era um dos funcionários mais antigo. Entrou na empresa no início da década de 1970. Recebeu muitos relatos do período da greve de 1968 por parte de outros funcionários do administrativo e do próprio Jaime Aquino, proprietário da CIONE.

Entrevista realizada em: Sede da CIONE, Antônio Bezerra, Fortaleza, Ceará: 01 de julho de 2014.

### **Holanda**

Começou na empresa ainda na década de 1960 como contínuo, no período da entrevista trabalhava como contador da empresa e era o funcionário mais antigo ainda em atividade. Deu seu depoimento na frente do Diretor Administrativo.

Entrevista realizada em: Sede da CIONE, Antônio Bezerra, Fortaleza, Ceará: 01 de julho de 2014.

### **Malveira**

No período da entrevista era um dos trabalhadores mais antigos da CIONE. Foi apresentado ao autor da dissertação como uma referência de trabalhador que prosperou dentro do setor da produção. Deu seu depoimento na frente do Diretor Administrativo.

Entrevista realizada em: Sede da CIONE, Antônio Bezerra, Fortaleza, Ceará: 01 de julho de 2014.

### **Cristina Carvalheira**

Era estudante em Recife-PE quando entrou para Ação Popular junto com o marido, na época ainda namorado, Elimar Nascimento. Foi enviada pela Ação Popular para Fortaleza no contexto da política de integração a produção que buscava colocar militantes oriundo do movimento estudantil e da classe média para se integrar a vida operária. Após a greve da CIONE foi para o interior do Ceará acompanhar um incipiente trabalho de organização do campesinato a qual o marido foi destacado.

Entrevista realizada em: Plano Piloto, Brasília, Distrito Federal: 08 de julho de 2014 (Via telefone) e 28 de janeiro de 2018 (via Skype)

### **Maria de Fátima Marques**

Operária da CIONE, tinha 18 anos em 1968, nasceu em Sobral-CE, migrou ainda adolescente para Fortaleza junto com a família na busca de trabalho e uma vida melhor. Quando veio para Fortaleza morou no Bairro Jardim Iracema, onde muitas das operárias da CIONE moravam, depois se mudou para uma casa em frente a fábrica, onde residia no período da eclosão da greve. Trabalhava no setor de corte no período da mobilização. Não era uma militante de esquerda, não foi da Ação Popular nem participou organicamente do Sindicato do Óleo, mas participou das mobilizações durante a greve. Alguns meses após a greve tirou licença junto ao INSS por questões de saúde mental. No período da entrevista era aposentada e morava no bairro Jardim Iracema, em Fortaleza.

Entrevista realizada em: 1ª) Jardim Iracema. Fortaleza: 08; 2ª) 10 de julho de 2014; e 3ª) 29 de setembro de 2017.

### **Margarida Marques**

Irmã de Maria de Fátima, era criança e morava em frente a fábrica da CIONE quando ocorreu a greve. Anos depois, na juventude, se tornou ativista das comunidades eclesiais de base, junto a igreja católica. Atualmente é militante pelos Direitos Humanos e filiada ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

Entrevista realizada em: 1ª) Jardim Iracema. Fortaleza: 08 de julho de 2014. 2ª) 27 de dezembro de 2017 (via Whatsapp).

### **José Machado Bezerra**

Foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, em 1968 era estudante de física da Universidade Federal do Ceará e participou de ações em solidariedade a greve da CIONE, como a panfletagem na fábrica da Brasil Oiticica, quando foi preso pela primeira vez. Ex-preso político, membro da Associação Anistia 64/68. Hoje marido, em 1968 era namorado de Maria do Carmo Serra Azul, militante da Ação Popular.

Entrevista realizada em: 1ª) Aldeota. Fortaleza, Ceará: 08 de julho de 2014; e 2ª) 22 de setembro de 2017.

### **Maria do Carmo Serra Azul, “Cacau”**

Em 1968 era militante da Ação Popular, estudante do Colégio Estadual Justiano de Serpa de onde desenvolvia militância junto ao movimento estudantil secundarista, namorava seu atual marido José Machado Bezerra. Participou de ações de solidariedade a greve da CIONE, defendendo a greve no movimento estudantil e na sociedade cearense.

Entrevista realizada em: 1ª) Aldeota, Fortaleza, Ceará: 08 de julho de 2014; 2ª) 22 de setembro de 2017 e 02 de outubro de 2017.

### **Mário Albuquerque**

Tinha 19 anos quando ocorreu a greve. Era estudante da UFC e membro do Partido Operário Revolucionário Trotskista – POR-T, a organização que fazia parte apesar de não dirigir o sindicato mantinha contato com algumas castanheiras da CIONE. Mário conheceu as castanheiras durante o ano de 1968 quando participou também de muitas manifestações estudantis que tomara a cidade. Na época da entrevista Mário era presidente da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

Entrevista realizada em: Comissão de Anistia Wanda Sidou, Aldeota, Fortaleza, Ceará: 20 de setembro de 2017.

### **Raimundo Guerreiro**

Em 1968 Guerreiro era operário têxtil e militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT-T e participou de ações de solidariedade a greve da CIONE. Antes do POR-T Guerreiro já tinha sido militante do PCB e participou do Pacto Sindical Cearense, organização intersindical que foi dissolvida pelo golpe de 1964.

Entrevista realizada em: Montese, Fortaleza, Ceará: 23 de setembro de 2017.

### **Luciano Montezuma**

Trabalhava no Banco do Nordeste do Brasil, era militante do PCB, foi eleito para direção do sindicato dos bancários em chapa PCB/PCdoB que retomou a direção do sindicato em 1967, participou da greve de 1967 e foi expulso do sindicato por mais uma intervenção da ditadura. Em 1968 tinha 25 anos e participou de ações de solidariedade a greve da CIONE.

Entrevista realizada em: Aldeota, Fortaleza, Ceará: 26 de setembro de 2017.

### **Inocência Uchôa**

Em 1968, tinha 24 anos Inocência era estudante da Faculdade de Direito, militante do movimento estudantil da UFC e membro do Partido Operário Revolucionário Trotskista – POR-T, participou de reuniões e assembleias onde foi discutida ações de solidariedade a greve da CIONE. Participou também das mobilizações estudantis de 1968 em Fortaleza. Em 1968 também trabalhava no Banco Cearense do Comércio e Indústria, estudava de manhã e trabalhava à tarde. Participou das mobilizações da greve dos bancários de 1967. Em 1968 saiu do banco a pedido do POR-T para poder fazer militância em tempo integral. Na época da entrevista era advogado.

Entrevista realizada em: Meireles, Fortaleza, Ceará: 28 de setembro de 2017.

### **Raimundo Pontes Mendes**

Trabalhava Brasil Oiticica, maior empresa do ramo do beneficiamento da castanha de Caju, como ajustador mecânico desde 1951. Na década de 1960 foi membro da Ação Católica Operária e foi presidente do Sindicato do Óleo nos anos de 1966 e 1967. Também participou do Pacto Sindical. Tinha 38 anos em 1968 quando ocorreu a greve das castanheiras.

Entrevista realizada em: Maraponga, Fortaleza, Ceará: 02 de outubro de 2017.

### **Manoel Fonseca**

Em 1968 Fonseca era estudante de medicina da UFC, membro da Ação Popular, fez parte da direção estadual desta organização no Ceará quando ocorreu a greve. Participou das mobilizações estudantis de 1968 em Fortaleza.

Entrevista realizada em: Cidade dos Funcionários, Fortaleza, Ceará: 02 de outubro de 2017.

### **Iracema Serra Azul**

Em 1968 era estudante e militante secundarista, participou das mobilizações estudantis em Fortaleza e fez parte da Ação Popular, onde foi convocada a participar de ações de panfletagem em solidariedade a greve da CIONE.

Entrevista realizada em: Cidade dos Funcionários, Fortaleza, Ceará: 02 de outubro de 2017.

### **Valdenice Monteiro**

Mulher negra, Castanheira da CIONE durante muitos anos, Valdenice começou a trabalhar na empresa já depois da greve, em 1970, quando tinha 14 anos de idade, mas começou a trabalhar em outra empresa aos 11 anos. Trabalhou o período quase todo como cortadeira. Conheceu muitas operárias que tinham participado da greve de 1968 e viveu na empresa o impacto pós-greve. Moradora do Bairro do Antônio Bezerra cresceu ao redor da fábrica, muitos dos seus vizinhos também trabalharam na CIONE. No final da década de 1970 foi uma das fundadoras do sindicato da Alimentação, que substituiu o Sindicato do Óleo na representação das castanheiras e de todos os trabalhadores da CIONE e da indústria do beneficiamento da castanha de caju. Parou de estudar aos 15 anos de idade, quando cursava a quarta série. Criou 7 filhos, a maioria deles enquanto trabalhava na CIONE. No período da entrevista ainda morava no Antônio Bezerra e era costureira.

Entrevista realizada em: Antônio Bezerra, Fortaleza, Ceará: 27 de novembro de 2017.

### **João Batista**

Foi militante da Juventude Operária Católica, tesoureiro do Sindicato do Óleo na gestão presidida por Raimundo Pontes Mendes e assumiu como Presidente do Sindicato em 1967, permanecendo até janeiro de 1969 quando houve nova intervenção por parte do Ministério do Trabalho. Foi militante da Ação Popular e fazia parte do núcleo operário que reunia todos os militantes sindicais e operários da organização, inclusive os que participaram da greve da CIONE. Foi preso em Janeiro de 1969, após o AI-5, e como desdobramento da

greve da CIONE de 1968. Antes de entrar para a AP fez parte da Juventude Operária Católica – JUC. Trabalhava na Brasil Oiticica como mecânico durante o período da greve da CIONE. Foi na Brasil Oiticica que João Batista conheceu Luzimar. No período da entrevista João Batista estava aposentado.

Entrevista realizada em: Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco: 07 de dezembro de 2017.

### **Luzimar**

Operária da Brasil Oiticica no período da greve. Foi da Juventude Operária Católica. Apesar de querer participar e dar apoio a greve da CIONE, tinha que ficar em casa cuidando dos filhos enquanto o marido João Batista participava da greve como presidente do Sindicato. Quando o marido fugiu para pernambuco para não ser preso no Ceará Luzimar ficou cuidando sozinha dos filhos com a ajuda do pessoal da igreja. No período da entrevista Luzimar estava aposentada.

Entrevista realizada em: Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco: 07 de dezembro de 2017.

### **Honório Silva**

Tinha 18 anos quando ocorreu a greve na CIONE, era estudante e militante do Partido Operário Revolucionário Trotiskista – PORT-T, teve contato com castanheiras da CIONE pelo trabalho de organização que o POR-T tentava construir no meio operário, também participou de panfletagens para tentar expandir a greve da CIONE.

Entrevista realizada em: Aldeota, Fortaleza, Ceará: 02 de janeiro de 2018.

### **Paulo Verlaine**

Tinha 18 anos quando ocorreu a greve na CIONE, era estudante e militante do Partido Comunista Brasileiro. Participou de panfletagens do PC do B em solidariedade a greve da CIONE.

Entrevista realizada em: Aldeota, Fortaleza, Ceará: 02 de janeiro de 2018.

### **Oswald Barroso**

Em 1968 era estudante e participou da greve da CIONE como um dos membros da Direção da Ação Popular, era da comissão de Agitação e Propaganda. Nesse período morava no Jardim Iracema com uma operária da CIONE, Hélia, com quem namorava. Foi destacado pela AP para morar no Jardim Iracema e se integrar a produção. Após o AI-5 foi morar em

Recife para despitar a repressão, mas lá foi preso. Quando realizada a entrevista Oswald Barroso era Professor Universitário, Escritor e Teatrólogo.

Entrevista realizada em: Bairro de Fátima, Fortaleza, Ceará: 17 de janeiro de 2018.

### **Elimar Nascimento**

Foi girado pela Ação Popular de Recife para Fortaleza para contribuir com a organização no Ceará, migrou junto com a esposa Cristina Carvalheira, que se integrou a produção da CIONE. Fazia parte da direção estadual da AP no Ceará no período da greve. Após a greve da CIONE foi para o interior do Ceará construir um trabalho de organização do campesinato.

Entrevista realizada em: Plano Piloto, Brasília, Distrito Federal (Via Skype): 28 de janeiro de 2018

### **FONTES DOCUMENTAIS**

AC\_ACE\_CNF\_4007\_69; aplicação do AI-5 no movimento sindical em Pernambuco. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

AC\_ACE\_38230\_69; ficha JOSÉ IBRAHIM e outros militantes da greve de Osasco. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

AC\_ACE\_CNF\_18881\_70; Relatório do SNI sobre a participação de padres no movimento operário de Osasco em 1968. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

ARJ\_ACE\_9272\_68; Ativismo de organizações de esquerda CSN em 1968. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

ARJ\_ACE\_11522\_69; Relatório sobre o movimento dos jornalistas contra a repressão no Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

BR\_AN\_BSB\_VAZ\_006\_078; Relatório do SNI sobre o movimento grevista de Osasco, 1968. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

BR\_AN\_BSB\_VAZ\_040\_0055; Relatório do SNI sobre o movimento estudantil brasileiro em 1969. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

BR\_DFANBSB\_AAJ\_IPM\_0033\_d; Relatório do SNI sobre o movimento estudantil brasileiro em 1965. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

BR\_AN\_BSB\_VAZ\_040\_0066; Relatório do AMAER sobre a Ação Popular – AP. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

BR\_AN\_BSB\_VAZ\_048\_0021; Relatório do EMAE sobre prisão de estudante panfletando em apoio a greve de Osasco. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

BR\_DFANBSB\_HE\_0\_IVT\_0001; Ofício do Ministério do exército dando diretrizes de aplicação do AI-5 em território nacional. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro – RJ.

Acórdão 11/69 TRT 174/68; Reclamação de trabalhadora da CIONE requerendo pagamento de direitos trabalhistas; Arquivo do TRT 7ª Região. Fortaleza – CE.

Acórdão 62/69 TRT 194/69; Reclamação de trabalhadora da CIONE requerendo pagamento de direitos trabalhistas; Arquivo do TRT 7ª Região. Fortaleza – CE.

Processos individuais contra a CIONE. Sistema de Processos Trabalhistas, 1ª Instância. Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região, Setor de Arquivo. Fortaleza, Ceará.

AÇÃO POPULAR, Profissionalização dos quadros: uma necessidade urgente. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, 1966, p.10

AÇÃO POPULAR, Comunicado da 1ª Reunião de Direção Nacional Ampliada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1968, p. 33

Anuários estatísticos e Censos. IBGE. Fundação IBGE, Biblioteca IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

Documentos do Projeto Memórias Reveladas Ceará. Serviço Estadual de Informação e Delegacia de Ordem e Política Social. Arquivo Público do Estado do Ceará.

#### FONTES HEMEROGRÁFICAS

Jornal O Povo – 01 de novembro de 1968 a 31 de janeiro de 1969, em Biblioteca Estadual Menezes Pimentel e Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

O Correio do Ceará – 01 de novembro a 31 de janeiro de 1969, em Biblioteca Estadual Menezes Pimentel e Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Tribuna do Ceará – 01 de novembro a 31 de janeiro de 1969, em Biblioteca Estadual Menezes Pimentel.

O Unitário – 01 de novembro a 31 de janeiro de 1969, em Biblioteca Estadual Menezes Pimentel.

#### FONTES VISUAIS

Fotos da Fábrica. Panfleto de autopromoção Produzido pela CIONE [Acervo da CIONE], 1970

Fotos de bairros operários. Blog Fortaleza em Fotos e Fatos.  
<http://www.fortalezaemfotos.com.br/>

Fotos de bairros pobres de Fortaleza. Blog Fortaleza Nobre.  
<http://www.fortalezanobre.com.br/>